REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

SUMÁRIO DO NÚMERO DE OUTUBRO-DEZEMBRO DE 1963

ARTIGOS

Págs.

Campina Grande e sua função como Capital Regional,
MARIA FRANCISCA THEREZA C. CARDOSO 415

Irecê: uma área agrícola "insulada" no sertão baiano,
ALUÍZIO CAPDEVILLE DUARTE 453

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

Wladimir Besnard,
HITOSHI NOMURA 475

COMENTÁRIOS

A Colônia Pindorama: uma modificação na paisagem agrária dos tabuleiros alagoanos,
ROBERTO LOBATO CORRÊA 479

Importância da Geografia no poder nacional,
ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA 485

A fitogeografia do Brasil; Características, problemas e perspectivas,
DÁRDANO A. LIMA 493

IMAGENS DO BRASIL

Relêvo cárstico em Lagoa Santa,
CELESTE RODRIGUES MAIO 496/497

Vinhedos de Caxias do Sul,
DELNIDA MARTINEZ CATALDO 496/497

NOTICIÁRIO

NÔVO PRESIDENTE DO IBGE 497

CONCURSO DE MONOGRAFIAS GEOGRÁFICAS PARA 1964 505

DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL 507

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano XXV | OUTUBRO - DEZEMBRO DE 1963 | Nº. 4

CAMPINA GRANDE E SUA FUNÇÃO COMO CAPITAL REGIONAL *

MARIA FRANCISCA THEREZA C. CARDOSO
Geógrafa do CNG

Introdução

Campina Grande é, no quadro urbano nordestino, um fenômeno que impressiona profundamente aquêles que se interessam, de alguma maneira, pelo estudo do fato urbano no Brasil. Todos são levados a reconhecer que existe algo nesta aglomeração que a distingue das demais cidades da região. Sobressai ela não só pela organização de seu espaço urbano, pois se apresenta como verdadeira urbe, mas, principalmente, no papel que desempenha na vida regional, tendo a si subordinada uma extensa área do interior nordestino.

À semelhança de São Paulo que do planalto paulista domina no campo econômico todo o sul e parte do sudeste e centro-oeste do país, Campina Grande, embora em menores proporções, do alto da Borborema irradia sua atuação por extensa área do sertão, contrastando, assim, com a grande maioria dos centros urbanos nordestinos, que vivem apenas em função da área rural da própria comuna.

É a posição geográfica das duas cidades que responde ao "porquê" dessa atuação tão intensa que ambas desempenham. A capital paulista, metrópole de âmbito nacional, se constitui em verdadeira encruzilhada de caminhos para o interior. Localizada como está no planalto, a poucos quilômetros da escarpa abrupta litorânea, São Paulo voltou-se mais para o interior graças às facilidades oferecidas pela topografia suave do planalto. Campina Grande, a capital do sertão nordestino, apresenta posição de certa maneira análoga. Situada próxima à superfície mais alta da Borborema, a cidade não enfrentou dificuldades de comunicações nem com o litoral nem com o sertão. Para leste, a orla recortada do planalto facilita o acesso à zona litorânea, através de vales amplos abertos no cristalino. A mesma facilidade se repete em direção ao interior. Do extenso patamar do planalto onde se encontra Campina Grande, passa-se com facilidade para o sertão, de nível mais baixo que os altos da Borborema, mas mais elevado que o planalto do Cariri.

---

* O presente trabalho resulta de uma pesquisa efetuada na cidade de Campina Grande, em julho de 1962, como parte de um plano de estudos urbanos programados pela Secção Regional Nordeste da Divisão de Geografia.

A autora agradece aos participantes da excursão, os auxiliares de geógrafos: OLGA MARIA BUARQUE DE LIMA, ELIZABETH FORTUNATO GENTILE e HENRIQUE SANT'ANNA a colaboração prestada na pesquisa de dados e, de uma maneira especial, à geógrafa LYSIA MARIA CAVALCANTI BERNARDES, chefe da Secção Regional Nordeste, tôda a orientação recebida durante a elaboração do trabalho.

Com esta espécie de analogia no que se refere à posição geográfica, as duas cidades desempenham, cada uma dentro de sua região, uma grande atuação, principalmente no setor econômico, diferindo apenas em sua intensidade, incomparàvelmente maior para o caso de São Paulo, e, também, na variedade de sua atuação, pois enquanto Campina Grande se projeta mais através de seu comércio, São Paulo atua, também, intensamente através das suas numerosíssimas indústrias.

Situada a alguma distância do litoral e das zonas agrícolas litorâneas, tendo como hinterlândia um sertão áspero, domínio do criatório, Campina Grande constituiu-se, no entanto, como o maior empório comercial da região, depois do Recife, ocupando entre tôdas as cidades brasileiras posição privilegiada quanto a seu comércio, onde "o setor atacadista ocupa quase meio por cento do pessoal empregado no atacado do país" [1].

O comércio e a indústria contribuem para que a arrecadação de impostos e taxas alcance, nas diferentes órbitas da administração, um índice elevado, sendo de 43% a sua contribuição para a arrecadação estadual.

Essa liderança econômica vê-se reforçada por ser, ainda, um foco de intensa vida cultural e um procurado centro médico-hospitalar. Congregando sedes de importantes órgãos governamentais e entidades de classe, Campina Grande assumiu, também, certa função administrativa, embora não seja a capital do estado de cuja vida econômica é o principal foco.

Fisionomia e estrutura da cidade

A orientação do relêvo do sítio urbano de Campina Grande repete os traços gerais da morfologia do planalto, que neste trecho, enquadrado pelos vales do Paraíba, do Mamanguape e do Curimataú, rios da vertente oriental, já começa a perder altitude na direção da costa.

A Borborema forma aí como que um promontório, cujo desgaste progressivo pela ação erosiva dos afluentes do Paraíba resultou num esfacelamento da escarpa do planalto, hoje galgado sem grande dificuldade. Não longe do divisor com a bacia do Mamanguape, marcado por uma superfície bastante regular, a cidade ocupa vários níveis escalonados, que sofrem um rebaixamento gradativo no sentido geral do sul, na direção do vale do Paraíba.

Entre os afluentes e subafluentes do Paraíba, que em seus altos cursos drenam a área urbana atual, todos êles bastante longos, intermitentes e esgalhados, salienta-se por sua maior importância o Bodocongó que passa a oeste da cidade, com a direção geral norte-sul. No setor leste, em busca de outros afluentes do Paraíba correm riachos mais insignificantes, também intermitentes.

Os pontos mais elevados da cidade situam-se, pois, em sua parte norte-noroeste, correspondendo aos últimos degraus de acesso à Borborema.

[1] PEDRO PINCHAS GEIGER e FANY DAVIDOVICH — *Aspectos do fato urbano no Brasil*, p. 350.

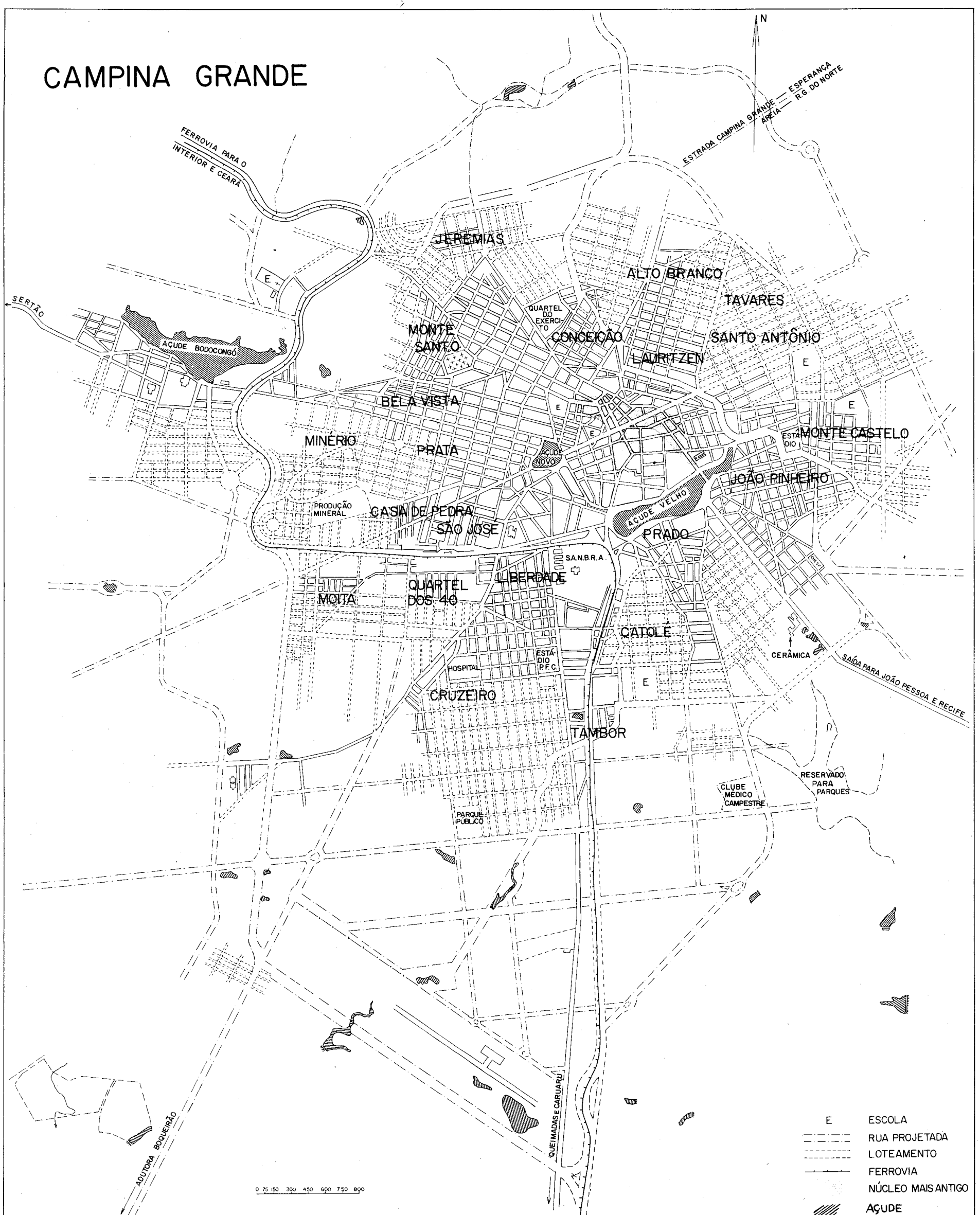


Fig. 1

FONTE: PLANTA DO ENGº AUSTRO DE FRANÇA COSTA 1961

Foto 1 — *A orientação do relêvo do sítio urbano de Campina Grande repete os traços gerais da morfologia do planalto da Borborema. A cidade ocupa vários níveis escalonados, que sofrem um rebaixamento gradativo na direção do Paraíba. Como se observa na fotografia, as diferenças de nível do sítio urbano não afetaram o crescimento do aglomerado. Em primeiro plano, um dos bairros proletários e, em último, o "centro".*

Gentileza de "Manchete".

As diferenças de nível do sítio urbano, que à primeira vista podem parecer prejudiciais ao crescimento do aglomerado, absolutamente não o afetaram. Isto porque, embora se situe a cidade em uma zona de divisores, a topografia não é por demais acentuada, tendo permitido sua expansão em tôdas as direções. Sôbre vários níveis que se escalonam dos 500-515 metros, até quase 600 metros, espraiou-se, pois, Campina Grande sem muita dificuldade. A princípio, instalou-se a cidade sôbre um dorso suave do nível de 530-550 metros, ao norte do açude Velho. Em seguida veio a ocupar as baixas encostas e os fundos de pequenos vales que interrompem êsse nível, descendo então até cêrca de 500 metros. A estrada de ferro foi um dos elementos da ocupação dessas baixas encostas, pois em uma delas, junto ao açude Velho, foi instalada a estação.

Só recentemente, em sua expansão para o oeste, o leste e o sul é que a cidade está, realmente, se espraiando nesse nível inferior, canalizando-se os cursos d'água principais. Por outro lado, para o noroeste, a cidade desde sua primeira fase de expansão, emitiu um tentáculo na direção dos níveis mais elevados, de onde se chegava ao vale do Curimataú e ao sertão, níveis êsses que alcançam 600 metros (morro do cemitério) e já foram ou estão sendo integrados na área urbanizada.

Hoje, a cidade exibe uma ocupação compacta apesar do sítio ondulado. Os "vazios" entre as diversas saídas da cidade, até há poucas décadas ainda encontrados, agora desapareceram, ocupando a área edificada em 1960, um espaço que pode ser avaliado em cêrca de 780 hectares, excluindo-se os loteamentos ainda não ocupados de sua periferia. O ritmo anual de construções, que se vem mantendo constante desde aquela data (de duas a quatro edificações por dia, o mesmo se verificando nas reformas), contribui para a ampliação progressiva daquela área. A febre de construções também ali é grande, uma vez que a especulação imobiliária está muito difundida, como aliás em todo grande centro urbano.

Em 1901, a área de Campina Grande era ainda bem limitada "pois os bairros de Piabas, Açude Velho, São José e Lapa (hoje pràticamente centrais) eram pouco habitados, havendo casas de 100 em 100 metros aproximadamente" [2]. Embora com a chegada da estrada de ferro em 1907 a cidade houvesse crescido, principalmente na direção da estação, até 1937 a cidade ainda formava um pequeno núcleo compacto em tôrno do centro inicial — vizinhanças da Catedral, ruas Vila Nova da Rainha, Maciel Pinheiro e João Pessoa. Por esta última estendia-se em direção ao Monte Santo e ao Açude Velho. Construções esparsas alinharam-se ao longo das vias que dêsse núcleo central partiam em direções diversas em demanda do Brejo, do Sertão, dos Cariris Velhos e do Litoral.

Coincidindo com a abertura de algumas rodovias e melhoria de outras, de capital interêsse para a posição da cidade, Campina Grande a partir de 1940 entra numa fase de extraordinário desenvolvimento, que se reflete na notável expansão de seu espaço urbano, nas obras de saneamento e na inauguração do serviço de abastecimento d'água [3]. Nesse ano teve início o loteamento de uma grande propriedade que havia permanecido intocada dentro do perímetro urbano, surgindo, então, o bairro do Prata. Esta foi essencialmente uma fase de preenchimento de algumas áreas intermediárias entre as já existentes e uma acentuada predominância nas direções já citadas.

A aglomeração não interrompeu desde então o seu ritmo de crescimento. Definiram-se as áreas suburbanas e foram calçadas as principais ruas e avenidas.

Em 1948, foram iniciados os planos de loteamento que deram origem a muitos bairros que circundam o velho núcleo da cidade, obedecendo os mesmos a uma certa técnica e seguindo uma visão de conjunto. Desta data até 1960 os loteamentos foram realizados nas zonas noroeste, oeste e sudoeste da cidade. Ùltimamente as solicitações têm sido para os setores norte, este e sudeste.

O conteúdo social dos bairros da cidade apresenta-se diferenciado. Há aquêles tìpicamente proletários, como Monte Santo, Moita, Cruzeiro, Liberdade, José Pinheiro, Bodocongó, Jeremias, outros de classe média

[2] in MANUEL CORREIA DE ANDRADE — *Aspectos Geográficos do Leste da Paraiba.*

[3] Mas a expansão da cidade foi mais rápida que o estabelecimento de tôda uma rêde de distribuição de águas bem como de esgotos. Assim, hoje, só o centro e alguns bairros possuem tais serviços o que ocasiona grave problema a Campina Grande, principalmente por impedir o seu desenvolvimento industrial.

Foto 2 — *Além de uma grande parte da área central, tem-se uma boa visão do sítio ondulado da cidade. Situada em zona de relêvo ondulado apresentando vários níveis entre os 500 e 600 metros, Campina Grande não encontrou dificuldades na conquista de maior área para as suas edificações.*

Gentileza de "Manchete".

como Palmeira, São José, Alto Branco e outros, ainda, onde já predomina uma classe mais abastada, como é o caso do Prata, Lauritzen e Tavares. Êste dois últimos, mais recentes e localizados mais próximos ao grande espigão, são atualmente os mais valorizados.

Os bairros apresentam algumas vêzes, uma concentração maior desta ou daquela atividade, servindo essa diferença de funções para bem caracterizá-los. Atualmente observa-se em Campina Grande uma acentuada tendência à formação de duas zonas industriais: ao sul do açude Bodocongó, ou seja, a noroeste da cidade, surge uma zona de indústrias de couro, óleos vegetais, papel, pré-moldados, tecidos; no setor sudeste, próximo ao açude Velho e à estação da estrada de ferro, aparecem estabelecimentos maiores como a SANBRA, a Anderson Clayton, Rique e outras. A oeste da cidade pode-se observar, ainda, uma pequena concentração de estabelecimentos industriais e espalhadas por tôda a cidade surgem fábricas menores. Refletindo esta concentração dos estabelecimentos fabris neste ou naquele setor da cidade, é interessante observar-se que há um adensamento de operários por tipo de indústria em determinados bairros. Assim, por exemplo, os que trabalham nos curtumes residem, de preferência, em Bodocongó e os das indústrias de beneficiamento de algodão e sisal em José Pinheiro e Liberdade.

Foto 3 — *Importantes artérias comerciais de Campina Grande. As ruas João Pessoa e João Suaçuna apresentam uma concentração maciça de casas de atacado, sendo que na última há uma predominância de lojas de peças e acessórios de automóveis. Ainda com grande número de casas de comércio surgem as ruas Marquês do Erval e Venâncio Neiva. O número elevado de veiculos observados nesta foto demonstra cabalmente a posição que ocupa Campina Grande na rêde urbana nordestina*

Gentileza de "Manchete".

Quanto à zona comercial, que corresponde ao velho núcleo, estende-se desde o Mercado Velho até Maciel Pinheiro, havendo tendência para a ligação entre êstes dois trechos comerciais. No setor comercial, digna de nota é a rua João Pessoa, onde é impressionante o número de

casas comerciais de atacado, revelando o vulto da função distribuidora de Campina Grande. De um lado e de outro desta artéria sucedem-se os grossistas, aparecendo, vez por outra, intercalado, algum varejo, como ópticas, casas de *souvenirs* e outras. O movimento de caminhões nesta rua é intenso, sendo considerável o volume de mercadorias que aí é carregado e descarregado. Basta uma observação mais atenta desta rua para se ter, de imediato, uma idéia aproximada da importância do comércio condicionando a prosperidade atual de Campina Grande.

Entre o Mercado Velho e a Maciel Pinheiro concentra-se a grande maioria das casas comerciais campinenses. Especializadas ou não, varejistas ou atacadistas, em tôdas elas o giro comercial é elevado. Ali também se concentra a vida financeira de Campina Grande. Numerosos bancos, matrizes ou filiais de estabelecimentos sediados em outros centros, todos testemunham a extraordinária atividade comercial desta cidade que, sem favor, pode ser considerada a capital econômica de uma extensa área nordestina.

As ruas hoje tìpicamente comerciais foram, num passado próximo, também residenciais. Agora, as residências transferem-se para os bairros novos, deixando o centro para os serviços — fenômeno migratório das funções observado na grande maioria dos centros urbanos, quando encetam u'a marcha de real desenvolvimento.

Todo o desenvolvimento de Campina Grande, estampado na própria fisionomia da cidade no decorrer das duas últimas décadas, pode ser bem aquilatado pelo ritmo de crescimento da população. Entre 1940 e 1950 Campina Grande apresentou um aumento bem significativo, da ordem de 114,3%. Enquanto isso, no mesmo período, em João Pessoa, capital do estado foi sòmente de 25,8%. De 1950 para 1960 embora continuasse a aumentar de modo considerável — 43 762 habitantes a mais em dez anos — o contingente populacional não o fêz com tanta intensidade, tendo caído a taxa de crescimento para 60,4% (neste período João Pessoa apresentou aumento relativo de 51,7%).

Esta quebra aparente no ritmo de crescimento, tão grande de 1940 para 1950 e um pouco menor de 50/60 não pode ser interpretado como uma involução do crescimento da cidade. Entre 1940 e 1950 se dera verdadeiro *rush* no desenvolvimento da cidade, com a abertura de novas estradas e de amplo mercado de trabalho, principalmente nas numerosas construções, na instalação ou ampliação de casas comerciais, na fundação de estabelecimentos fabris.

Campina Grande com uma população que já alcançava 116 226 habitantes em 1960 (população urbana e suburbana), vê-se afetada por uma série de problemas urbanos, típicos das cidades que se desenvolveram muito ràpidamente [4]. No seu "centro" já existe problema de estacionamento de veículos, observando-se, também, nas horas de maior movimento, as intermináveis filas à espera dos transportes coletivos características das grandes cidades. O fluxo considerável de pessoas que

[4] Embora Campina Grande esteja próxima de completar o primeiro centenário foi sòmente nos últimos vinte anos que se deu a sua estruturação como grande centro.

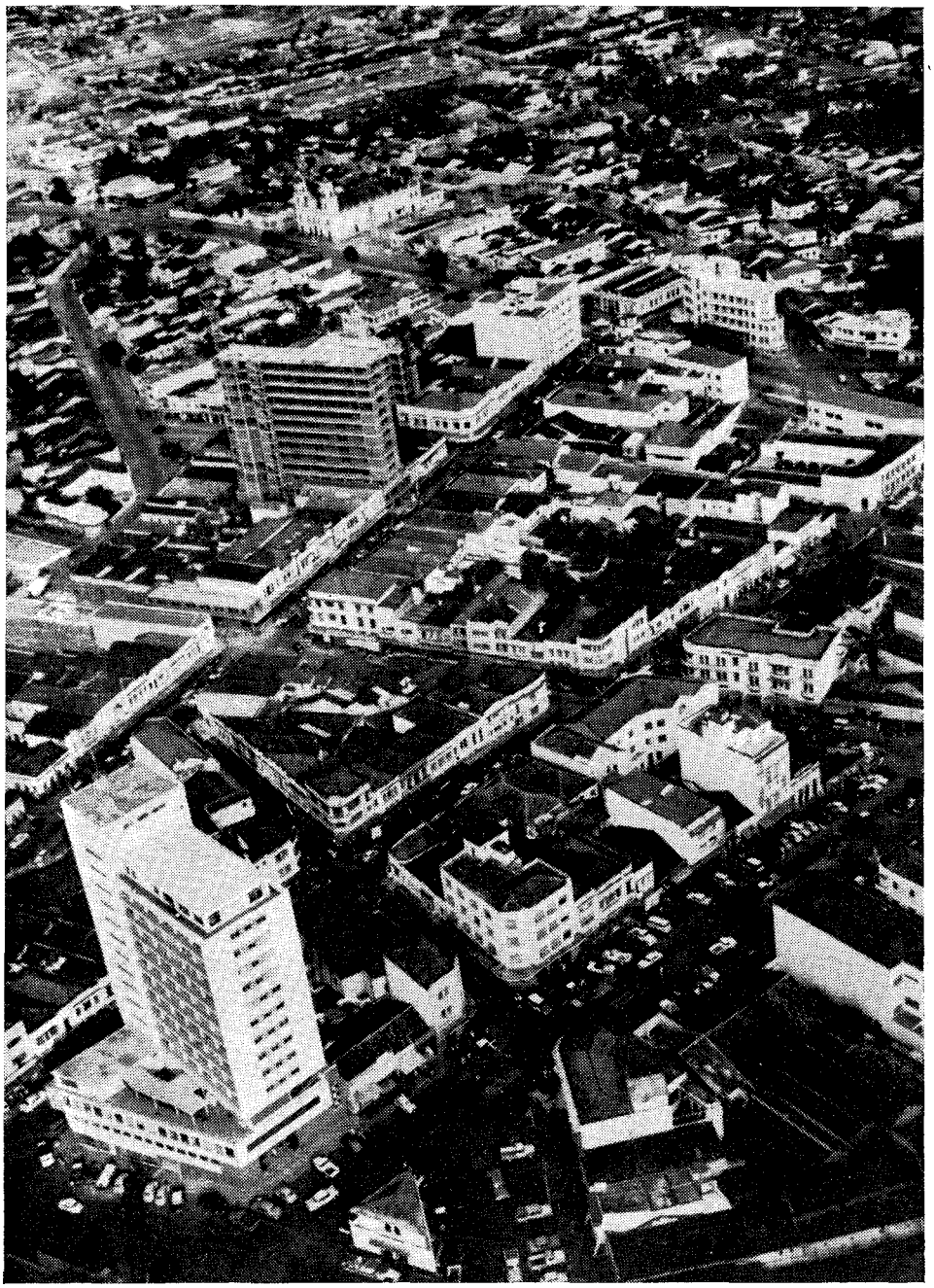


Foto 4 — *Aspecto parcial do "centro". As três ruas paralelas observadas: Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva e Marquês do Erval são justamente as que apresentam maior movimento comercial, sendo as lojas de varejo as predominantes nestas vias. Ao fundo, a avenida Marechal Floriano e, em primeiro plano, um dos prédios mais recentes e imponentes da cidade — o do Banco Industrial de Campina Grande, onde funciona também o nôvo hotel.*

Gentileza de "Manchete".

pela manhã e à tarde chegam ao centro e dêle partem é devido à concentração no mesmo, de comércio numeroso e diversificado e a sua vida bancária intensíssima, equivalente ou, mesmo, superior à de várias capitais brasileiras.

Numerosas linhas de ônibus e lotações fazem a ligação dos bairros com o centro. Alguns dos bairros como o Prata, Liberdade, José Pinheiro, Monte Castelo, Bodocongó e São José, já possuem certa autonomia comercial, o que também é característico de cidades grandes de estrutura bem diferenciada. Nêles encontramos padaria, restaurante, comércio de tecidos, calçados e farmácia, sendo que em José Pinheiro e Liberdade a lista dos serviços do bairro é acrescida de um cinema.

Contrastando com êstes aspectos que lhe dão padrão de capital, Campina Grande apresenta situações típicas da aglomeração ainda não completamente urbanizada. A população periférica embora trabalhe na cidade, também o faz, vez por outra, na zona rural. Isto resulta do desenvolvimento rápido e de certa forma recente do quadro urbano [5] e também do predomínio da população rural sôbre a urbana.

Uma capital do sertão

Campina Grande, por sua própria fisionomia urbana, já nos deixa entrever o papel que representa na vida de relações do Nordeste.

Ao se analisar cada uma de suas funções verifica-se que funciona como verdadeira capital regional, pois tôdas elas repercutem sensìvelmente em ampla área sertaneja e são muitas as aglomerações urbanas, próximas ou não, que dependem de Campina Grande total ou parcialmente. Mas é graças à sua extraordinária atividade comercial e à posição que ocupa no quadro geral das exportações do Nordeste que Campina Grande pode ser considerada, a rigor, como a capital econômica, não só da Paraíba, mas de uma área mais extensa, que ultrapassa, de muito, os limites estaduais.

O seu comércio, principalmente o atacadista, além de atuar em tôda a Paraíba atinge dilatadas áreas de estados limítrofes, alcançando, mesmo, cidades e vilas muito distantes. Para ela convergem diversos produtos nordestinos, ora para fins de classificação como é o caso dos minérios, ora para beneficiamento e posterior exportação para as praças nacionais e estrangeiras, como se verifica em relação ao algodão, à agave, aos couros e peles. Conseqüentemente, sua vida bancária é muito ativa.

A atuação comercial de Campina Grande, principalmente através dos grossistas, é extraordinária. Ultrapassando os limites da Paraíba penetra folgadamente nos estados vizinhos do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco e, em escala mais reduzida, atinge, também, os estados do Maranhão e do Piauí, onde as vendas alcançam Bacabal, Pedreiras e São Domingos do Maranhão. Em direção ao sul, apesar da presença de Recife no litoral pernambucano, Campina Grande aparece vendendo, também, para algumas praças do sertão de Pernambuco e do interior de Alagoas, mormente para Arapiraca e Santana do Ipanema.

No estado da Paraíba, observa-se que das vendas varejistas e atacadistas, são pouco numerosas as destinadas à zona dos Cariris Velhos,

[5] Num dos curtumes da cidade (o São Geraldo) o número de operários varia muito, chegando a quase metade na época das chuvas, quando muitos operários vão para a roça.

desde que o nível aquisitivo da população ali é muito baixo, devido às atividades econômicas mais extensivas em decorrência de condições naturais mais precárias. É a zona mais sêca da Paraíba, de ocupação mais rarefeita e criação mais extensiva. Para a zona litorânea as vendas também são, de certo modo, reduzidas devido à proximidade e facilidade de acesso à capital estadual, e mais especialmente a Recife. Apesar disto, verificou-se em relação à capital um fato interessante nos inquéritos realizados na cidade: também João Pessoa compra no comércio de Campina Grande, o que é devido, em parte, à maior variedade de certos ramos, como o de acessórios e peças de automóveis, ou bem ao maior movimento comercial da praça e ainda por uma questão de preços mais baixos.

As vendas por atacado realizadas para o Rio Grande do Norte — estado que muito compra em Campina Grande — são bastante numerosas e diversificadas, excetuando-se, ainda aí, a zona do litoral oriental, mais diretamente voltada para Natal e Recife e o litoral setentrional, onde as poucas aglomerações urbanas dependem diretamente de Moçoró e eventualmente dos grandes centros do Sul.

Do estado do Ceará, sòmente o trecho de sudeste acha-se voltado para Campina Grande, pois as demais zonas acham-se mais diretamente vinculadas à própria capital. Vendendo, também, para o território pernambucano, as cidades mais próximas à fronteira da Paraíba, em especial do vale do Pajeú, Campina Grande não chega a ter o domínio comercial desta área, pois vê a sua atuação aí restringida, devido à proximidade de Caruaru e relativa facilidade de comunicação com Recife, a única verdadeira metrópole do Nordeste, as duas superpondo a sua atuação numa área relativamente grande de Pernambuco.

Êste comércio campinense que atua em regiões bem distantes é o mais diversificado e especializado, sendo de se notar, o desenvolvimento de certos ramos, como, por exemplo, o de veículos, peças e acessórios, o que é fàcilmente compreensível, tendo-se em conta a sua posição de ponto de cruzamento de importantes rodovias e porta de entrada para o sertão paraibano e potiguar e também do sul do Ceará e do Piauí, para quem vem do leste, de Recife.

Tanto o varejo quanto o atacado dos mais diversos ramos, desde as estivas até os mais especializados, como o de jóias, material fotográfico e outros, estão todos bem representados em Campina Grande, pelo grande número de estabelecimentos. Em 1962 a cidade contava com 276 estabelecimentos atacadistas e 848 varejistas [6].

Levando em conta o notável desenvolvimento comercial da cidade, seria de esperar um desenvolvimento paralelo do seu parque industrial. Contudo, grande desigualdade se verifica entre os setores terciário e secundário.

Embora seja Campina Grande dos mais importantes centros de concentração industrial da Paraíba (em 1962 contava 24 estabelecimentos industriais com mais de 10 operários e 12 estabelecimentos

[6] Dados fornecidos pela Agência Municipal de Estatística de Campina Grande.

Foto 5 — *Aspectos significativos de Campina Grande surgem nesta fotografia, como o açude Velho, inaugurado em 1828 e que foi, durante um século, o único açude perene da Borborema. Próximo a êle, numa zona de concentração industrial da cidade, aparece com realce uma das indústrias mais importantes — a SANBRA, com seu conjunto de edifícios, onde trabalham de 650 a 1 000 operários. O algodão e o sisal são as matérias-primas trabalhadas pela Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, que distribui seus produtos tanto para o mercado interno quanto para o estrangeiro.*

Observa-se, ainda, em primeiro plano, um dos bairros proletários da cidade — Liberdade, que é o preferido pelos operários da SANBRA, devido à maior proximidade da fábrica. A fotografia patenteia ainda o grau de urbanização já atingido por esta cidade, possuidora de tão grande projeção na Região Nordeste.

Gentileza de "Manchete".

com mais de 50 operários) [7], a maior parte de suas indústrias, com raras exceções, limitam-se a simples beneficiamento de matérias-primas para exportação, sobressaindo as de algodão, agave, minérios e as de óleos.

Com projeção bem menor, as indústrias de transformação de Campina Grande são também representadas pelas fábricas de massas, calçados, artefatos de couro, sabão, sacaria, instrumentos agrícolas, papel e outras.

Comparando-se êstes dois grupos de indústrias, o de beneficiamento (estão incluídas aqui as fábricas de óleo, uma vez que aquelas que descaroçam o algodão, quase tôdas fabricam o óleo) e o de transformação, observa-se grande disparidade tanto no que se refere à origem dos capitais, ao valor da produção quanto, principalmente, à amplitude dos negócios e extensão do mercado.

As indústrias de beneficiamento foram as que surgiram primeiro, havendo, porém, casos de algumas mais recentes, como a usina de algo-

[7] Dados fornecidos pela Agência Municipal de Estatística de Campina Grande.

dão de Campina Grande, fundada no ano de 1957. As de transformação, em grande maioria, foram instaladas a partir de 1940, tendo-se dado um incremento industrial ainda mais pronunciado a partir de 1950, acompanhando diretamente a projeção maior da cidade na região.

Em algumas das grandes indústrias de beneficiamento os capitais são estranhos a Campina Grande e, muitas vêzes, ao próprio Nordeste. Êste é o caso da Anderson Clayton e da SANBRA. As indústrias de transformação são originárias, muitas vêzes, de capitais campinenses, de antigos empregados nas próprias indústrias ou então, pessoas ligadas ao comércio — comerciantes ou, em alguns casos, comerciários. Algumas vêzes, o capital embora não seja originário da própria Campina Grande é das suas redondezas — Guarabira, Cajàzeiras e mesmo de Recife. De acôrdo com os dados da Agência de Estatística da cidade, dos doze maiores estabelecimentos industriais de Campina Grande (os que possuem mais de 50 operários), nove dêles resultam de aplicação de capitais locais, um da cidade de Patos, um de São Paulo e um de capital estrangeiro.

A aplicação de capitais acumulados no comércio às indústrias, poderia ser bem maior, dado o grau de importância da função comercial dêsse centro urbano, se não fôsse a especulação imobiliária que no momento é detentora de grande poder de atração.

As indústrias de beneficiamento alcançam mercados consumidores distantes, escapando ao âmbito estreitamente nordestino, no que se diferenciam daquelas outras de transformação, mais dependentes do mercado regional, que ora se amplia de modo a abranger todo o Nordeste, quando se trata dos artefatos de couro, sacos, instrumentos agrícolas, papel e, ora se reduz ao estado paraibano ou, às vêzes, ainda mais, de modo a abranger sòmente uma pequena área circunvizinha a Campina Grande. Êste último é o caso das fábricas de sabão, das que trabalham com madeira, mosaicos e massas alimentícias. A população, já bastante numerosa, e a constante e crescente expansão da área edificada dêsse organismo urbano fazem com que grande parte dos produtos fabricados por estas indústrias seja consumidos ali mesmo.

Levando-se em conta a proximidade do parque industrial de Recife e certas deficiências impostas pelo próprio sítio de Campina Grande ao desenvolvimento industrial, como o da escassez d'água, compreende-se porque as indústrias de transformação são ainda muito pequenas e seu mercado essencialmente local e regional.

Por outro lado, aquelas indústrias que sòmente beneficiam a matéria-prima alcançam mercados bem mais longínquos. Assim, os curtumes, além de realizarem suas vendas para várias localidades do Nordeste e do Norte do país, também o fazem para o Sul: para o Rio de Janeiro, São Paulo e até mesmo Nôvo Hamburgo no Rio Grande do Sul. Nas grandes firmas que beneficiam o algodão como a Anderson Clayton, a SANBRA, a Araújo Rique, ainda mais amplo se torna o mercado, uma vez que o algodão, como a agave, além de se dirigir para as fábricas do estado paraibano, é remetido, também, para os grandes mercados nacionais e estrangeiros.

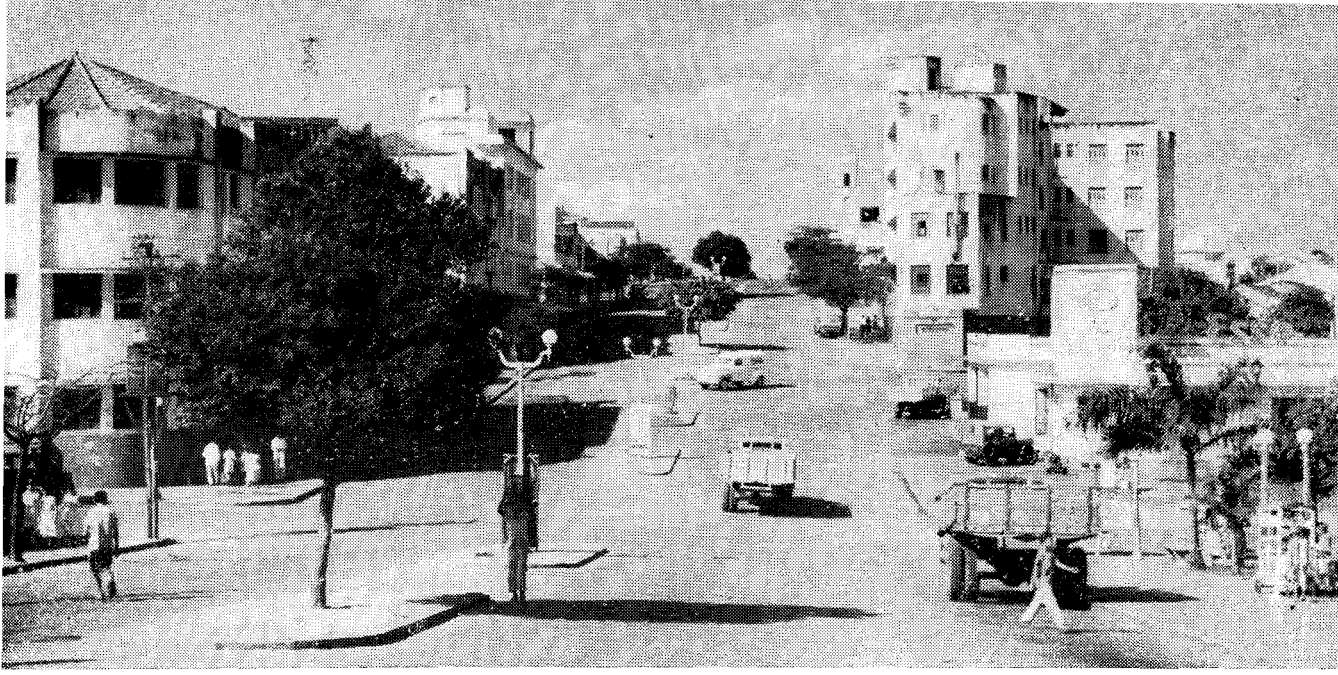


Foto 6 — *Trecho da avenida Marechal Floriano na parte central da cidade. Artéria ampla e muito extensa corta tôda Campina Grande, atravessando-a de NE a SO.*
Foto CNG — Tibor Jablonsky

De acôrdo com os dados da Secção de Classificação de Campina Grande[8] pela safra de 1961/62 o algodão em pluma ali classificado tomou o seguinte destino:

DESTINO	Fardos	P. Líquido (kg)	Valor comercial (Cr$)
Fábricas do estado	13 582	2 186 454	319 378 521,00
Diversos estados do Brasil	85 300	15 365 516	2 724 767 953,00
Exterior	43 958	8 398 501	1 370 814 282,00

Como se vê, as fábricas do estado, em número reduzido, pouco absorvem do total, uma vez que não consomem sequer 10% do algodão beneficiado.

Dos estados da Federação os quatro que mais compram são justamente aquêles onde se acha mais desenvolvida a indústria têxtil: São Paulo, Minas Gerais, Guanabara e Pernambuco. Quanto ao exportado, o maior número de fardos segue para a Alemanha Ocidental e Países Baixos, mas aparecem, também, como compradores a França, a Espanha, o Japão, a Itália e ainda outros, mas em menor quantidade. Outra fibra têxtil, o sisal, classificado em Campina Grande também se encaminha para o exterior (principalmente para os Países Baixos, Alemanha Ocidental, Estados Unidos e Bélgica) e para alguns estados como Pernambuco, Guanabara, São Paulo e Pará. Contràriamente ao algodão, no que diz respeito à agave, o maior número de fardos encaminha-se para o exterior.

[8] Em Campina Grande funciona a Secção de Classificação de Produtos Agropecuários subordinada ao Departamento de Classificação que funciona em João Pessoa com o nome de Serviço do Acôrdo de Classificação de Produtos Agrícolas e Pecuários. A Secção de Campina Grande compreende os seguintes municípios: Campina Grande, Esperança, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Remígio, Coité, Picuí, Barra de Santa Rosa, Ubatí, Pocinho, Pedra Lavrada, Juàzeirinho, Soledade, Cabaceiras, Monteiro, São João do Cariri, Teixeira, Taperoá, Cornoió, Queimadas, Aroeiras, Serra Redonda, Ingá.

Foto 7 — *Outro trecho da avenida Marechal Floriano, abrangendo um pequeno setor da praça da Bandeira.* Foto CNG — Tibor Jablonsky

As fibras de algodão e agave, beneficiadas e classificadas em Campina Grande, são produzidas no próprio município ou em zonas próximas. Embora a Secção de Classificação de Produtos Agropecuários de Campina Grande compreenda sòmente os municípios de Esperança, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Remígio, Coité, Picuí, Barra de Santa Rosa, Ubati, Pocinho, Pedra Lavrada, Juàzeirinho, Soledade, Cabaceiras, Monteiro, São João do Cariri, Teixeira, Taperoá, Cornoió, Queimadas, Aroeiras, Serra Redonda, Ingá, as indústrias que beneficiam o algodão e a agave adquirem estas fibras também em outras zonas do estado e no Rio Grande do Norte, aparecendo além dêles o Ceará e o estado de Pernambuco quando se trata de matéria-prima para as fábricas de óleo.

Pelo volume dessas fibras poderiam elas abastecer grandes fábricas de fiação, caso as houvesse na cidade. A sua ausência, verdadeira falha da economia campinense, já era deplorada em fins do século passado por IRINEU JOFFILY, que em seu livro *Notas sôbre a Paraíba* chamou a atenção para o fato: "A cultura do algodão exige, também, duas fábricas de tecidos, sendo uma na capital do estado que serviria a todo o território aquém da Borborema, e outra na cidade de Campina Grande, que, abastecendo-se do algodão de todo o sertão, evitasse ao mesmo tempo o desvio dêste produto para o vizinho estado de Pernambuco".

Procedentes da zona metalogenética da Borborema (centro-norte da Paraíba e centro-sul do Rio Grande do Norte), os minérios, repre-

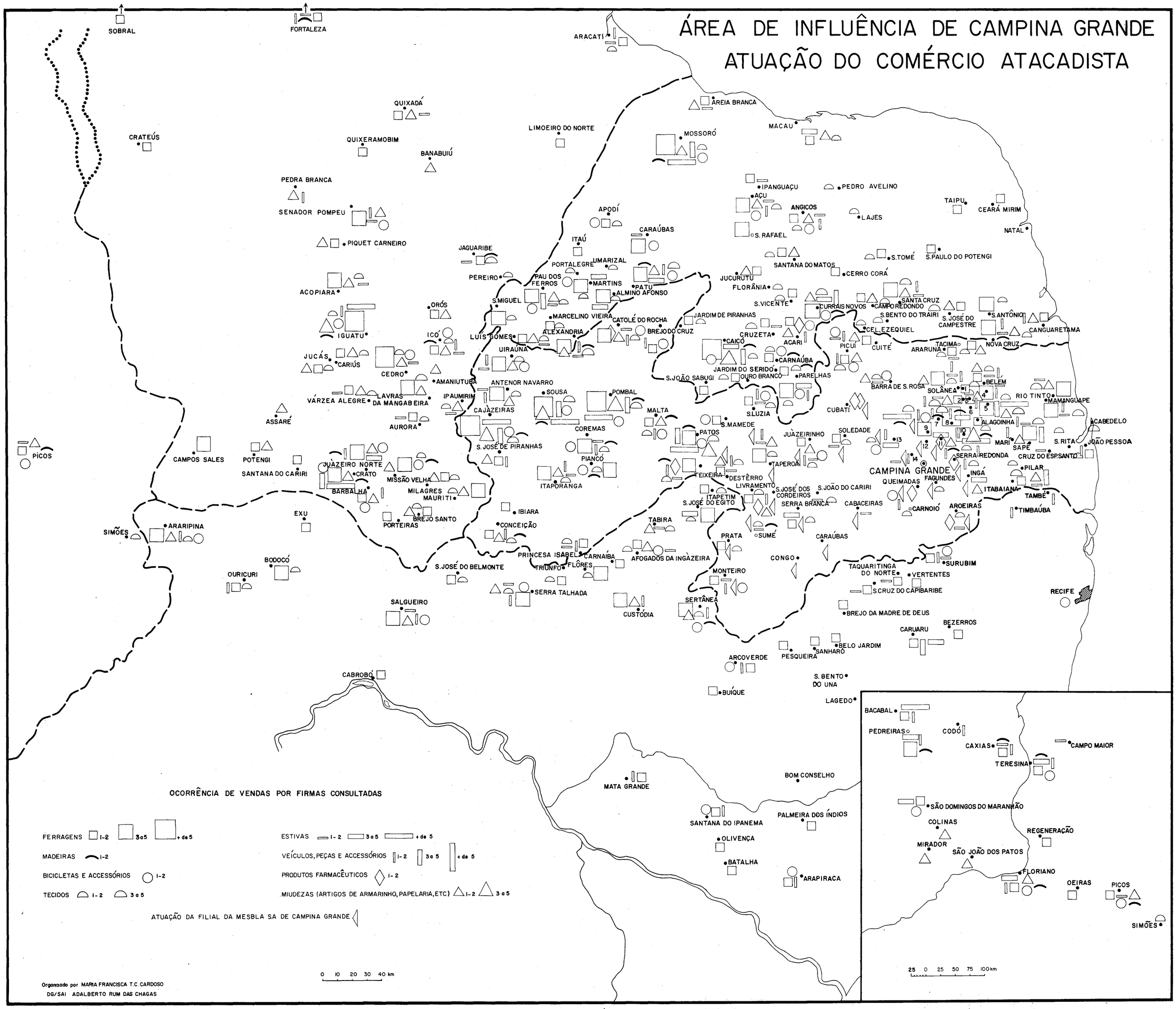


Fig. 2 IDENTIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NUMERADOS

1 BANANEIRAS	3 BORBOREMA	5 GUARABIRA	7 REMÍGIO	9 ESPERANÇA	11 ALAGOA NOVA	13 POCINHOS
2 SERRARIA	4 PIRPIRITUBA	6 PILÕES	8 AREIA	10 ALAGOA GRANDE	12 ALAGOA DE ROÇA	14 PUXINANÃ

sentados principalmente pela tantalita, o berilo e a xilita, são também beneficiados em Campina Grande e procuram o mercado externo. Durante a segunda guerra mundial, a exploração de minério, realizada desde 1935 na Borborema, tomou grande incremento, surgindo diversas firmas especializadas. Êstes minérios de grande valor estratégico procediam antes do Oriente, mas em decorrência do conflito foram incrementadas as suas pesquisas na Região Nordeste, a fim de suprir as necessidades dos aliados.

A função industrial de Campina Grande que se pode considerar, ainda, em seus primórdios, é bem mais recente que a comercial, pois esta, surgindo com o próprio povoado, desde então, só fêz crescer, e aquela só teve um real desenvolvimento com o advento da circulação rodoviária. Embora algumas indústrias já estivessem instaladas antes de 1940, em maior número são posteriores a esta data, e, mesmo assim, a sua diversificação ainda é, como se viu, muito pequena.

Tôda essa pujança de Campina Grande principalmente do setor comercial reflete-se na vida financeira e, conseqüentemente, em sua organização bancária. Nada menos de 15 bancos (incluindo as cooperativas que funcionam como bancos) atuam ativamente em Campina Grande, sendo que nove dentre êles são as próprias matrizes.

Além do Banco do Brasil, que desempenha importante papel em todo o território nacional e o Banco da Lavoura de Minas Gerais, com sede na capital mineira e um dos bancos brasileiros mais possantes, todos os outros interessam particularmente ao Nordeste.

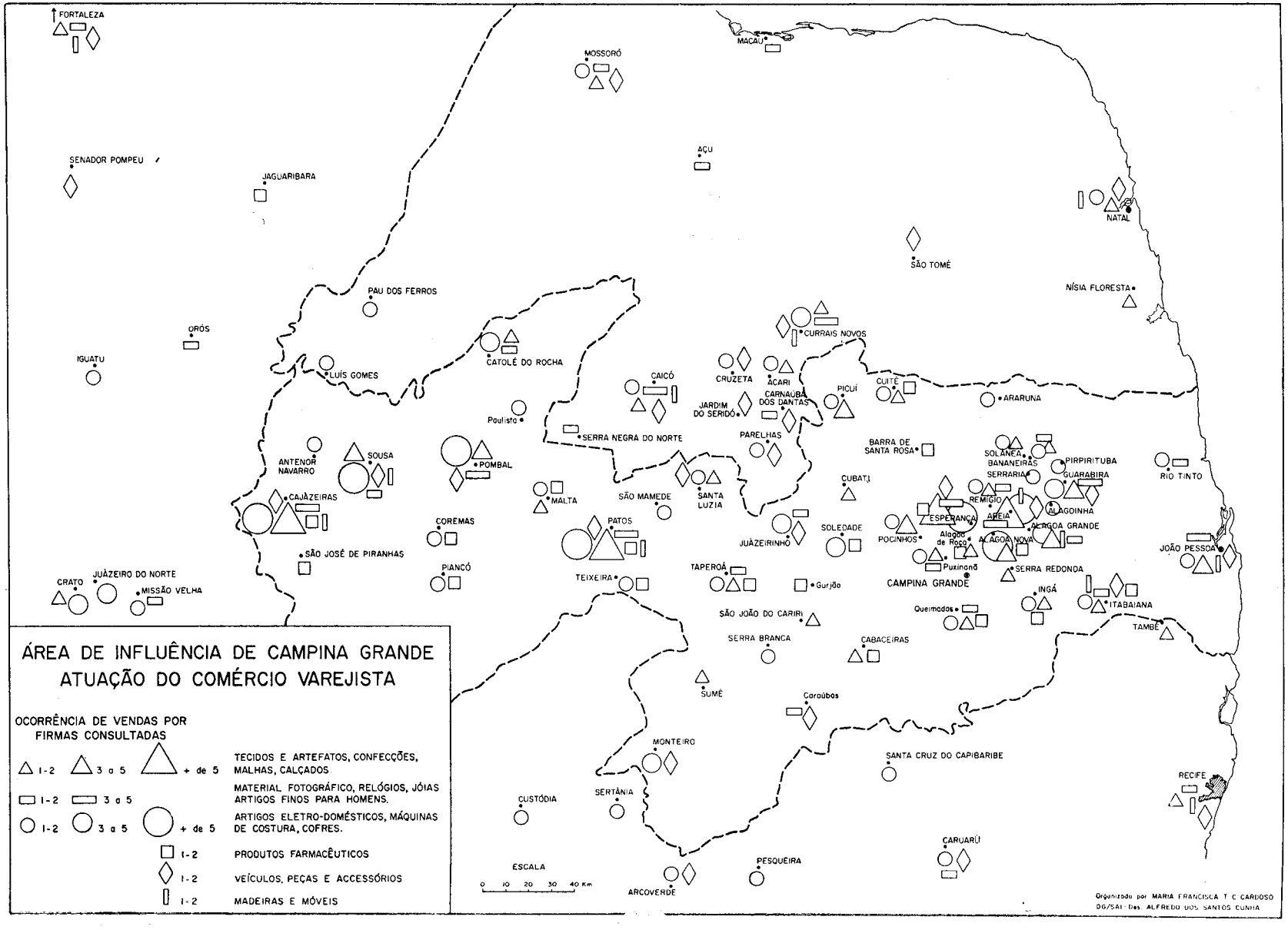
Muitos dos bancos sediados em Campina Grande devem a sua abertura à acumulação de capitais realizada no comércio, sendo, ainda, o comércio o ramo de atividade a que mais se ligam.

Pelas datas de fundação dêstes mesmos bancos ou das agências verifica-se que o mais antigo a ser instalado em Campina Grande foi o Banco do Brasil em 1922. Seguiu-se o Banco Auxiliar do Povo S/A, fundado em 1934. Todos os outros surgiram a partir de 1939-40, coincidindo, portanto, com a fase de maior desenvolvimento da cidade ligada à ampliação das relações regionais graças à circulação rodoviária.

A região de Campina Grande

Campina Grande é realmente a grande capital regional do interior nordestino. Suas funções, quer as econômicas, quer as de caráter sócio-cultural bem o demonstram. Além da população residente nas zonas próximas, extensa área volta-se para Campina Grande para se valer de seu comércio, de seus bancos, como de seus hospitais, colégios, faculdades e tôda a série de manifestações da vida citadina.

Graças à pesquisa efetuada na própria cidade, tanto no comércio (retalhista e grossista) quanto nos bancos, nas escolas, nos hospitais, nas redações de jornais, etc., foi possível, após a elaboração de uma série numerosa de mapas e posterior comparação dos mesmos, distin-


ÁREA DE INFLUÊNCIA DE CAMPINA GRANDE
ATUAÇÃO DO COMÉRCIO VAREJISTA
OCORRÊNCIA DE VENDAS POR FIRMAS CONSULTADAS
1-2
3 a 5
+ de 5
TECIDOS E ARTEFATOS, CONFECÇÕES, MALHAS, CALÇADOS
MATERIAL FOTOGRÁFICO, RELÓGIOS, JÓIAS ARTIGOS FINOS PARA HOMENS.
ARTIGOS ELETRO-DOMÉSTICOS, MÁQUINAS DE COSTURA, COFRES.
PRODUTOS FARMACÊUTICOS
VEÍCULOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS
MADEIRAS E MÓVEIS
ESCALA
0 10 20 30 40 Km
FORTALEZA
SENADOR POMPEU
JAGUARIBARA
MOSSORÓ
MACAU
AÇU
SÃO TOMÉ
NATAL
NÍSIA FLORESTA
PAU DOS FERROS
ORÓS
IGUATU
LUÍS GOMES
CATOLÉ DO ROCHA
CURRAIS NOVOS
CAICÓ
CRUZETA
AÇARI
CARNAÚBA DOS DANTAS
JARDIM DO SERIDÓ
PICUÍ
CUITÉ
ARARUNA
Paulista
SERRA NEGRA DO NORTE
PARELHAS
BARRA DE SANTA ROSA
SOLÂNEA
BANANEIRAS
PIRPIRITUBA
SERRARIA
GUARABIRA
RIO TINTO
ANTENOR NAVARRO
SOUSA
POMBAL
CAJÁZEIRAS
MALTA
SÃO MAMEDE
SANTA LUZIA
CUBATI
REMIGIO
ESPERANÇA
AREIA
ALAGOINHA
ALAGOA GRANDE
COREMAS
PATOS
JUÁZEIRINHO
SOLEDADE
POCINHOS
Algodão de Roça
ALAGOA NOVA
JOÃO PESSOA
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
PIANCÓ
TAPEROÁ
TEIXEIRA
Puxinanã
CAMPINA GRANDE
SERRA REDONDA
Gurjão
INGÁ
ITABAIANA
CRATO
JUÁZEIRO DO NORTE
MISSÃO VELHA
SÃO JOÃO DO CARIRI
Queimadas
TAMBÉ
SERRA BRANCA
CABACEIRAS
SUMÉ
Caraúbas
MONTEIRO
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
RECIFE
CUSTÓDIA
SERTÂNIA
CARUARÚ
PESQUEIRA
ARCOVERDE
Organizado por MARIA FRANCISCA T. C. CARDOSO
DG/SAI - Des. ALFREDO DOS SANTOS CUNHA

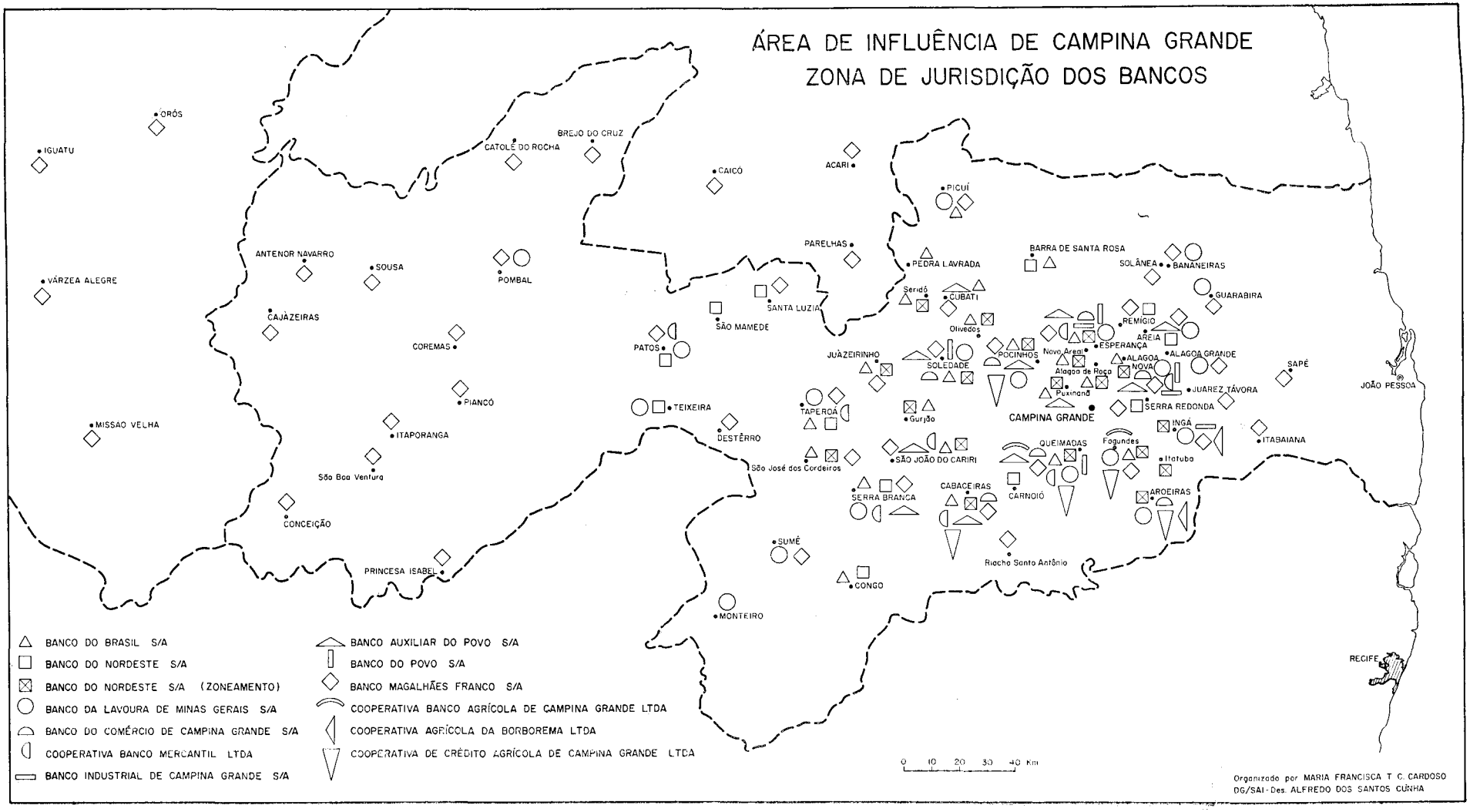

ÁREA DE INFLUÊNCIA DE CAMPINA GRANDE
ZONA DE JURISDIÇÃO DOS BANCOS
ÓRÓS
IGUATU
VÁRZEA ALEGRE
MISSÃO VELHA
CATOLÉ DO ROCHA
BREJO DO CRUZ
ANTENOR NAVARRO
SOUSA
POMBAL
CAJÁZEIRAS
COREMAS
PIANCÓ
ITAPORANGA
São Boa Ventura
CONCEIÇÃO
PRINCESA ISABEL
CAICÓ
ACARI
PARELHAS
SANTA LUZIA
SÃO MAMEDE
PATOS
TEIXEIRA
DESTÊRRO
São José dos Cordeiros
SUMÉ
CONGO
MONTEIRO
PICUÍ
PEDRA LAVRADA
BARRA DE SANTA ROSA
SOLÂNEA
BANANEIRAS
GUARABIRA
Seridó
CUBATI
Olivedos
REMÍGIO
AREIA
ESPERANÇA
JUÁZEIRINHO
SOLEDADE
POCINHOS
Novo Areal
ALAGOA NOVA
ALAGOA GRANDE
Alagoa de Roça
Puxinanã
JUAREZ TÁVORA
SERRA REDONDA
SAPÉ
JOÃO PESSOA
TAPEROÁ
Gurjão
CAMPINA GRANDE
INGÁ
ITABAIANA
QUEIMADAS
Fagundes
Itatuba
SÃO JOÃO DO CARIRI
SERRA BRANCA
CABACEIRAS
CARNOIÓ
AROEIRAS
Riacho Santo Antônio
RECIFE
0 10 20 30 40 Km
BANCO DO BRASIL S/A
BANCO DO NORDESTE S/A
BANCO DO NORDESTE S/A (ZONEAMENTO)
BANCO DA LAVOURA DE MINAS GERAIS S/A
BANCO DO COMÉRCIO DE CAMPINA GRANDE S/A
COOPERATIVA BANCO MERCANTIL LTDA
BANCO INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE S/A
BANCO AUXILIAR DO POVO S/A
BANCO DO POVO S/A
BANCO MAGALHÃES FRANCO S/A
COOPERATIVA BANCO AGRÍCOLA DE CAMPINA GRANDE LTDA
COOPERATIVA AGRÍCOLA DA BORBOREMA LTDA
COOPERATIVA DE CRÉDITO AGRÍCOLA DE CAMPINA GRANDE LTDA
Organizado por MARIA FRANCISCA T. C. CARDOSO
DG/SAI - Des. ALFREDO DOS SANTOS CUNHA

Fig. 4

guirem-se três áreas onde Campina Grande atua com intensidade variável, isto é, de maneira mais ou menos marcante.

Numa primeira área, a influência de Campina Grande é dominante, exclusiva. Esta área engloba as zonas do Brejo e dos Cariris Velhos, atingindo para leste Guarabira, Alagoa Grande, Ingá (em certos casos, Itabaiana). Esta dependência mais estreita pode ser verificada em diversos mapas, principalmente naquele da influência bancária, onde estão marcadas as áreas de jurisdição ou de atuação dos diversos estabelecimentos bancários de Campina Grande, principalmente do Banco do Nordeste, único que apresenta uma distinção no interior de sua zona de atuação entre a área de jurisdição e a de zoneamento, sendo esta última demonstrativa de um maior grau de dependência [9].

Outros mapas ainda delimitam com nitidez esta área. É o caso daquele que mostra o movimento mensal rodoviário de passageiros embarcados em Campina Grande. Dentro desta área, o movimento é constante. Pelas estradas que divergem de Campina Grande rumo aos vários centros que a rodeiam, circulam diàriamente numerosos ônibus. Considerável é o número de passagens vendidas pelas emprêsas rodoviárias encarregadas dêsses percursos; o mesmo se verifica na estação ferroviária (passagens vendidas em Campina Grande), embora a frerovia não sirva a todos os centros.

Tal facilidade de comunicação, que se acentua com o correr dos dias, torna cada vez mais íntima e completa a dependência dos centros dessa pequena região à sua capital. Grande parte da população das cidades de Guarabira, Bananeiras, Alagoa Grande, Esperança, Fagundes, Queimadas, São João do Cariri, Soledade e muitas outras, localizadas nesta área, abastece-se diretamente em Campina Grande, o que bem se pode observar no mapa demonstrativo do raio de ação do comércio varejista. Em várias lojas pertencentes ao comércio retalhista existe, mesmo, clientela certa, residente em centros dessa área de influência imediata.

O mapa da influência hospitalar poderia demonstrar melhor êsse domínio de Campina Grande na sua área imediata, mas a presença de um hospital do IPASE — o Hospital Regional Alcides Carneiro, atraindo doentes contribuintes de áreas muito longínquas, deturpa, de certo modo, êste fenômeno. Considerando-se em separado um outro hospital da cidade, o Pedro I, a dependência maior desta primeira área de atração de Campina Grande torna-se mais clara, embora seja bem menor o número de doentes internados, mas isso poderia ser explicado apenas pelas possibilidades mais reduzidas dêsse hospital. A essa região imediata corresponde, também, a jurisdição da diocese de Campina Grande limitada, contudo na direção de leste, onde as paróquias já pertencem a outras dioceses.

[9] Os tipos de empréstimos variam quer se trate de área de jurisdição, quer se trate da de zoneamento. Nesta podem ser feitos todos os tipos de empréstimos, sobretudo os destinados às operações de investimentos que criam condições para a produção. Já na área chamada de jurisdição sòmente alguns tipos de empréstimos podem ser feitos — sobretudo aquêles destinados às chamadas operações de custeio, financiamento à lavoura e pecuária e duplicatas — títulos descontados à lavoura e comércio.

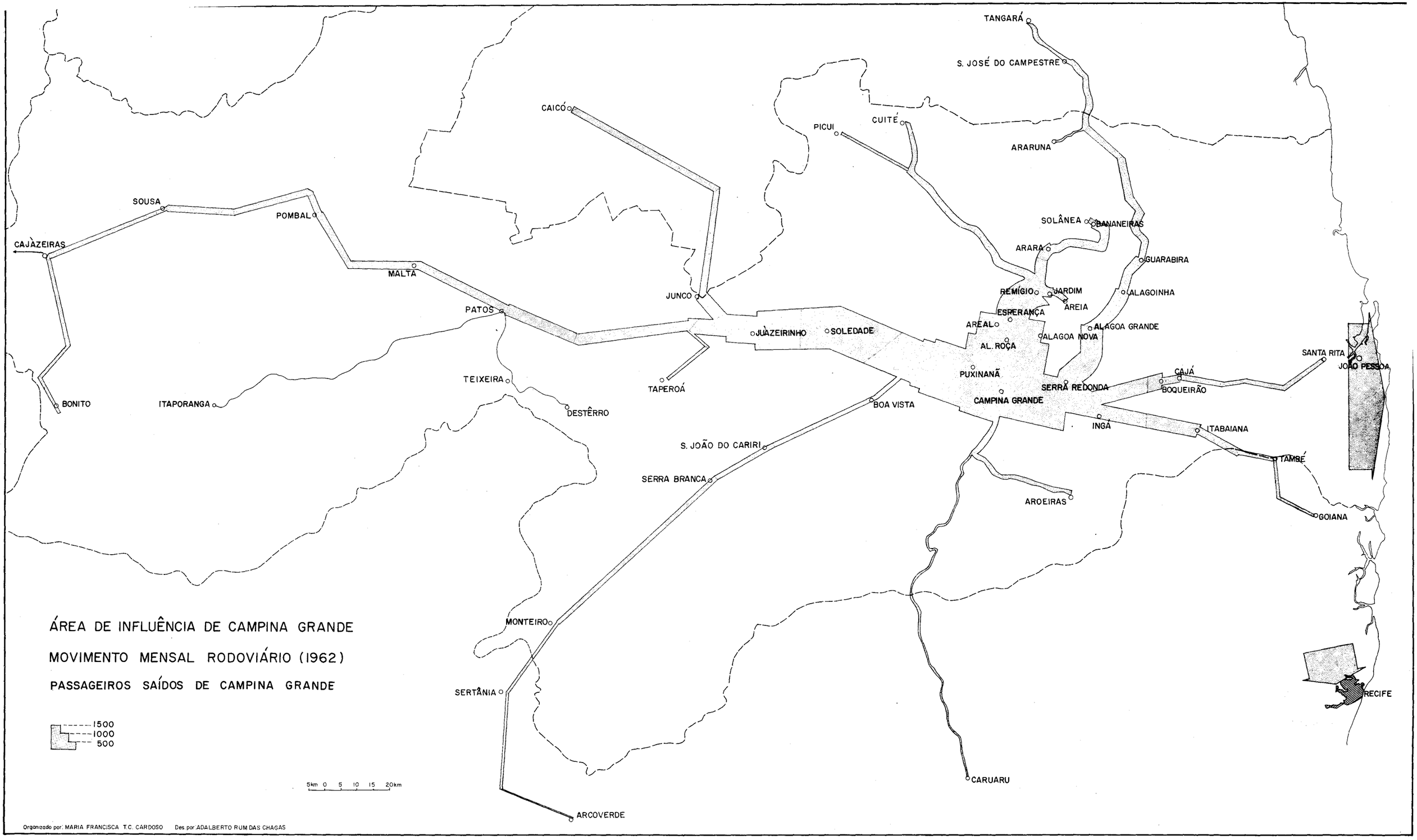

ÁREA DE INFLUÊNCIA DE CAMPINA GRANDE
MOVIMENTO MENSAL RODOVIÁRIO (1962)
PASSAGEIROS SAÍDOS DE CAMPINA GRANDE
1500
1000
500
5km 0 5 10 15 20km
TANGARÁ
S. JOSÉ DO CAMPESTRE
CAICÓ
PICUI
CUITÉ
ARARUNA
SOUSA
POMBAL
CAJÁZEIRAS
MALTA
SOLÂNEA
BANANEIRAS
ARARA
GUARABIRA
JUNCO
REMÍGIO
JARDIM
ALAGOINHA
AREIA
PATOS
ESPERANÇA
AREAL
ALAGOA GRANDE
JUÁZEIRINHO
SOLEDADE
ALAGOA NOVA
AL. ROÇA
SANTA RITA
JOÃO PESSOA
PUXINANÃ
CAJÁ
TEIXEIRA
SERRA REDONDA
BOQUEIRÃO
TAPEROÁ
CAMPINA GRANDE
BONITO
ITAPORANGA
BOA VISTA
DESTÊRRO
INGÁ
ITABAIANA
S. JOÃO DO CARIRI
TAMBÉ
SERRA BRANCA
AROEIRAS
GOIANA
MONTEIRO
SERTÂNIA
RECIFE
CARUARU
ARCOVERDE
Organizado por: MARIA FRANCISCA T.C. CARDOSO Des por: ADALBERTO RUM DAS CHAGAS

Fig. 5

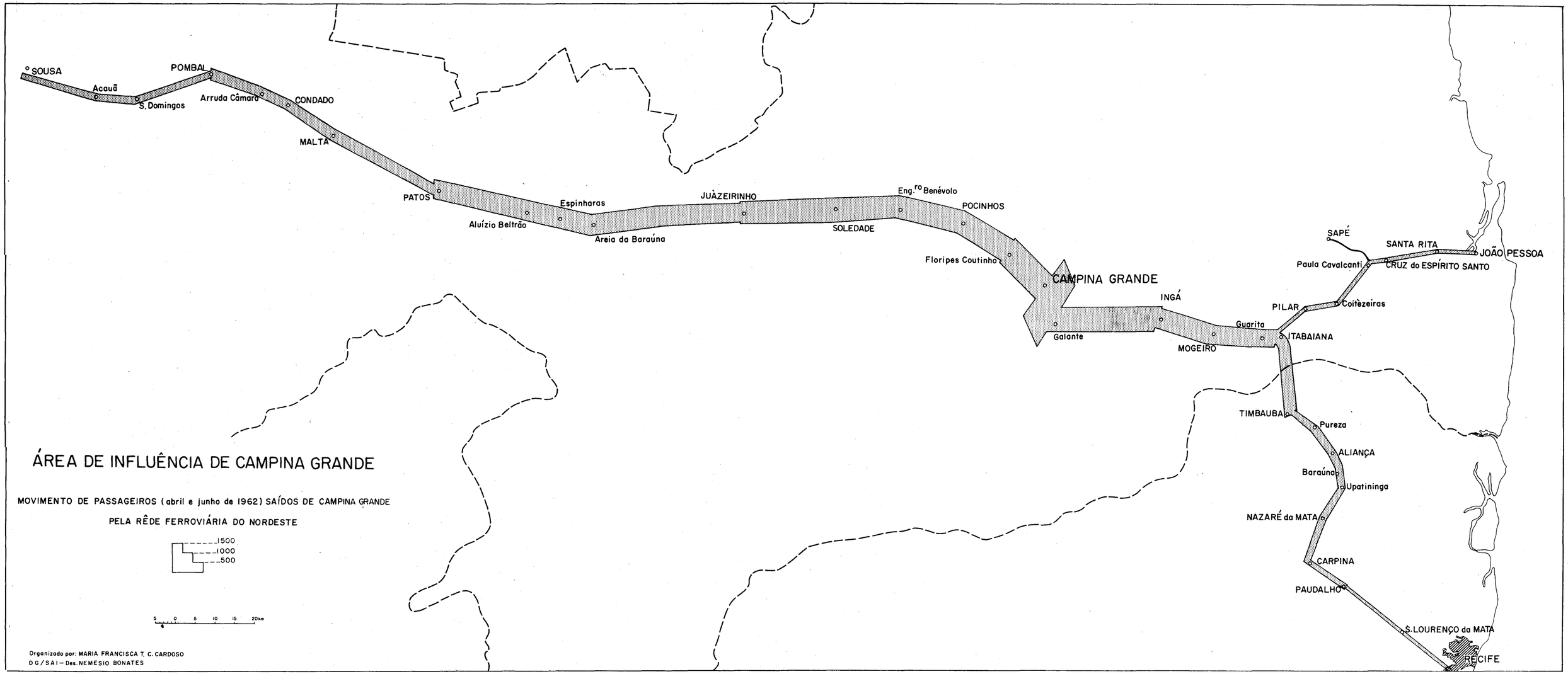

SOUSA
Acauã
S. Domingos
POMBAL
Arruda Câmara
CONDADO
MALTA
PATOS
Aluízio Beltrão
Espinharas
Areia da Baraúna
JUÀZEIRINHO
SOLEDADE
Eng.ro Benévolo
POCINHOS
Floripes Coutinho
CAMPINA GRANDE
Galante
INGÁ
MOGEIRO
Guarita
ITABAIANA
PILAR
Coitèzeiras
Paula Cavalcanti
SAPÉ
SANTA RITA
CRUZ do ESPÍRITO SANTO
JOÃO PESSOA
TIMBAUBA
Pureza
ALIANÇA
Baraúna
Upatininga
NAZARÉ da MATA
CARPINA
PAUDALHO
S. LOURENÇO da MATA
RECIFE
ÁREA DE INFLUÊNCIA DE CAMPINA GRANDE
MOVIMENTO DE PASSAGEIROS (abril e junho de 1962) SAÍDOS DE CAMPINA GRANDE
PELA RÊDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE
1500
1000
500
5 0 5 10 15 20km
Organizado por: MARIA FRANCISCA T. C. CARDOSO
DG/SAI — Des. NEMESIO BONATES

Fig. 6

Um outro elemento não pode ser esquecido ao procurarmos caracterizar as relações do grande centro com a sua região imediata de dependência mais acentuada. Trata-se das relações da cidade com a vida rural. Na cidade funcionam as chefias de duas jurisdições de órgãos administrativos estaduais que, pelas respectivas áreas de atuação reforçam a dependência desta primeira zona a Campina Grande. Essa atuação em relação à vida rural é atestada com maior intensidade pelo número de pessoas residentes em outros municípios (como de Cabaceiras, Boqueirão, Aroeiras, Queimadas, São João do Cariri, Soledade, Olivedos e Pocinhos) e pelas próprias associações rurais de outras comunas (como Alagoa Grande, Alagoa Nova, Remígio, Esperança, Taperoá) que se valem da Associação Rural assim como da Cooperativa Rural Mista de Campina Grande. Desta mesma área, provém o abastecimento da cidade em legumes, verduras, frutas, batata-inglêsa, farinha de mandioca, carne de sol, produtos êstes expostos pelas ruas em dias de feira, feiras essas que constituem outra manifestação da atividade comercial e que são um verdadeiro mostruário dos produtos do brejo, do agreste e do sertão paraibano.

Nesta área em que reconhecemos a influência imediata de Campina Grande, não se encontra nenhum outro centro urbano de realce. Nenhum dêles tem condições para sobressair em qualquer setor de atividade, diante da forte polarização exercida pela capital regional.

Uma segunda área, onde a atuação de Campina Grande ainda é considerável e bem direta, abrange todo o restante do estado da Paraíba (excluindo apenas a região litorânea, subordinada diretamente a João Pessoa), alcança o sul do Rio Grande do Norte (a região de Parelhas, Caicó até Currais Novos) e, de certa forma, o sudeste do Ceará, isto é, a região do Crato e Juàzeiro do Norte.

Algumas atividades da vida citadina campinense possuem grande fôrça de penetração nesta segunda área. Verifica-se, assim, através dos mapas, o movimento comercial considerável, a venda significativa dos jornais, tanto no que diz respeito às assinaturas quanto aos exemplares avulsos, e ainda, a grande influência hospitalar de Campina Grande. O montante das vendas atacadistas dentro dessa zona é algo de extraordinário, podendo-se estender tal afirmativa ao comércio varejista, em se tratando do estado paraibano. A influência cultural, através dos jornais editados em Campina Grande, também se faz sentir, principalmente dentro da Paraíba e, de preferência, na sua porção ocidental, uma vez que, para leste, os jornais de João Pessoa são os preferidos.

Dentro desta segunda área, Campina Grande vai procurar algumas das matérias-primas destinadas às suas indústrias de beneficiamento: o algodão e a agave procedem do próprio estado paraibano, da zona dos Cariris Velhos e do sertão. Até há uns dez ou quinze anos o algodão do Rio Grande do Norte e de parte do Ceará convergia para Campina Grande de onde era exportado. Hoje, o algodão paga impôsto ao entrar e sair do estado. Êste impôsto duplo fêz com que a mercadoria passasse

a sair pelos portos dos estados produtores, ou então, pela rodovia, como no caso do Ceará, através da Transnordestina.

Os minérios são provenientes da zona metalogenética da Borborema que compreende o centro-norte da Paraíba e o centro-sul do Rio Grande do Norte.

As funções coletora e distribuidora de Campina Grande, exercidas, como se vê com grande intensidade no interior dessa segunda área, são condicionadas pelas facilidades das comunicações rodo-ferroviárias. Interessante é observar êste estreito entrosamento no mapa do comércio varejista, onde se nota que as vendas mais diversificadas são realizadas para aquêles centros onde há u'a maior facilidade de transporte, como por exemplo, para Patos, Pombal, Sousa, servidos pela Rodovia Central da Paraíba e pela Rêde Ferroviária do Nordeste.

O mapa do movimento mensal rodoviário confirma a dependência de tôda a rêde urbana dessa ampla região à cidade campinense. Numerosos são os ônibus que, diàriamente, ou em várias viagens semanais, estabelecem ligação de Campina Grande com os centros urbanos da área em aprêço e tais linhas não se limitam, simplesmente, ao estado paraibano, mas, ultrapassando as divisas do mesmo alcançam, também, o Rio Grande do Norte e o Ceará.

Alguns centros urbanos importantes, embora dependentes de Campina Grande salientam-se nessa segunda área de influência da grande capital do sertão. Possuem, por sua vez, suas zonas de influência próprias, variável em decorrência da sua maior ou menor projeção. São êles Patos, Sousa, Cajàzeiras, Pombal e Caulé do Rocha, na Paraíba; Caicó e Currais Novos, no Rio Grande do Norte; Crato e Juàzeiro do Norte, no Ceará. Papel de maior importância é desempenhado por Patos, um centro sertanejo de importância crescente e, no estado vizinho, por Crato-Juàzeiro.

Por serem centros de certa importância, dispondo de estabelecimentos comerciais atacadistas e indústrias de beneficiamento, lògicamente as cidades acima referidas já apresentam vida bancária mais progressista, sendo que muitos bancos nelas instalados possuem sua própria zona de jurisdição, independentes da influência direta de Campina Grande. Esta influência às vêzes se manifesta apenas por serem os bancos filiais dos de Campina Grande. Comparada com a primeira área acima referida êste segundo setor de influência revela, portanto, menor intensidade na atuação bancária direta da grande cidade.

Finalmente, assinala-se uma terceira área, onde Campina Grande atua, quase sòmente, através da sua função mais importante — aquela que é a detentora de maior poder de penetração, o comércio atacadista. Realmente, é a função distribuidora que melhor caracteriza a vida econômica de Campina Grande. Aquela que faz desta cidade um fenômeno extraordinário, não só da região nordestina, mas da própria rêde urbana brasileira.

A região de atuação do comércio grossista abrange tôda a Paraíba e Rio Grande do Norte, mesmo as zonas não incluídas na segunda área.

Estende-se em Pernambuco, até o vale do Pajeú e municípios sertanejos próximos (Itapetim, São José do Egito, Afogados de Ingàzeira, Serra Talhada, Sertânia, Custódia). Além da zona dos Cariris Novos, municípios cearenses situados no eixo do vale do Jaguaribe incluem-se nessa mais ampla área de atuação de Campina Grande, do mesmo modo que Moçoró e o sudoeste do Rio Grande do Norte. Em certos ramos do comércio atacadista, como o de veículos, peças e acessórios e também no de estivas, esta terceira área de influência amplia-se notàvelmente (o que já foi visto no capítulo anterior), pois chega a alcançar Bacabal, Pedreiras e outras cidades do vale do Mearim, no Maranhão. A fim de melhor se aquilatar o grau desta penetração, basta lembrar que das dez firmas consultadas em Campina Grande, especializadas no ramo de estivas, seis negociam com Bacabal e cinco com Pedreiras. Apesar de estarem estas cidades sob a influência mais direta de São Luís e também de Fortaleza, a atuação de Campina Grande também ali chega, graças à existência de boas estradas longitudinais.

A influência de Campina Grande nos estados do Meio-Norte é também comprovada pelo crescente número de estabelecimentos comerciais filiais da praça de Campina Grande sediados nas suas cidades e também, pelos estabelecimentos fundados por pequenos comerciantes que, a partir dos últimos anos, têm emigrado para o Piauí e o Maranhão. Tais fatos são significativos da dominância econômica ou ascensão do centro paraibano, com o foi, por exemplo, em Campina Grande, há vinte anos passados, quando pequenos comerciantes ou simples caixeiros-viajantes de Recife ali foram fundar estabelecimentos comerciais.

Enquanto a atuação de Campina Grande no estado potiguar não causa espanto, dada a inexistência, ali de grande centro polarizador, a sua penetração, principalmente através dos grossistas, no estado pernambucano, já causa certa estranheza. Isto devido a ser a capital dêste estado a própria metrópole de todo Nordeste e, também, por causa da existência de outros centros de menor grandeza do que Recife, mas de grande fôrça de atuação como Caruaru, por exemplo. Só se pode, portanto, explicar essa intensa atuação campinense pela grande diversificação e especialização do comércio da praça paraibana, digna de concorrer com as grandes praças nacionais. Até mesmo com Araripina, Salgueiro e Serra Talhada (Pernambuco) negociam comerciantes, de todos os ramos, de Campina Grande. Em outros centros mais importantes, como Caruaru e Arcoverde, as vendas quase se limitam às peças e acessórios de automóveis, uma quase especialização do comércio campinense.

A faixa periférica desta terceira área de influência da capital do sertão é uma zona de interpenetração entre a atuação da própria Campina Grande e a de outros centros nordestinos, como Fortaleza, Natal, Recife (através de Caruaru), predominando às vêzes a de uma, às vêzes a de outra.

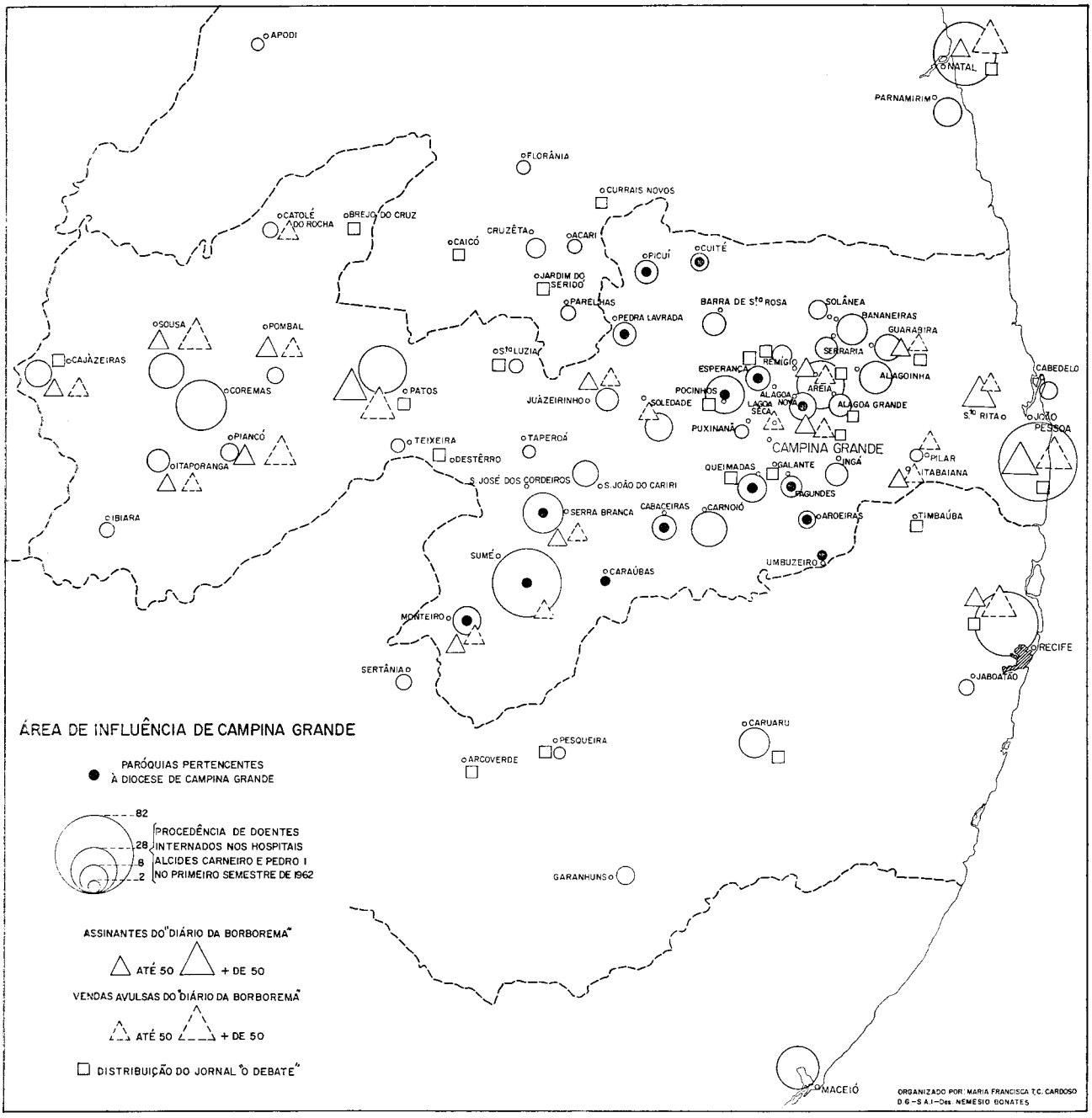


Fig. 7

Nessa faixa periférica são as vinculações econômicas que constituem a fôrça do domínio de Campina Grande, principalmente através da sua função distribuidora.

Atuando em área tão vasta, Campina Grande é realmente o centro vital de grande parte do sertão nordestino, à qual serve das formas mais variadas através das suas numerosas funções em especial as de distribuição.

O papel das comunicações na atuação da capital regional

A grande atuação de Campina Grande, que se manifesta primordialmente no setor comercial, mas também se distingue nos outros setores da vida funcional, resulta, indiscutìvelmente, de sua posição geográfica, no contacto de regiões diferentes, o que facilita a concentração dos produtos mais diversos, e das facilidades oferecidas, hoje, por uma rêde de estradas que dela partem em diversas direções.

Se, no passado, o simples fato de estar situada em zona de transição entre regiões naturais diversas e funcionar, por conseguinte, como uma aglomeração de "contacto" foi fator precípuo para o seu desenvolvimento, com o correr dos tempos, a sua posição sofreu sensíveis melhorias, pois ao fator natural propício somaram-se as vantagens decorrentes das vias de comunicação abertas e construídas pelo homem. Campina Grande aparece, então, hoje, em posição estratégica dentro da rêde rodo-ferroviária do estado e do próprio Nordeste, sobressaindo lògicamente, no quadro urbano nordestino.

Localizada em zona de agreste, mas relativamente próxima aos seus limites ocidentais, acha-se, portanto, muito perto do sertão. Não muito longe, também, de Campina Grande, a poucos quilômetros a norte e nordeste da cidade, o agreste típico cede lugar à área mais úmida do brejo, drenada pelo alto Mamanguape e seus afluentes. Verifica-se ali, portanto, uma espécie de entrelaçamento de três regiões naturais: o agreste, o brejo e o sertão.

Foi justamente por isso que no passado lá se encontraram os dois sistemas de povoamento tão característicos de todo o Nordeste: o agrícola, do litoral e o pastoril, do sertão. Embora a sua fundação esteja ligada a êste último, desde cedo transformou-se Campina Grande em lugar de troca de produtos diversificados, oriundos daqueles dois tipos de economia. IRINEU JOFFILY em suas *Notas sôbre a Paraíba* diz mesmo que "restringindo-se à Paraíba, é provável que o primeiro sinal de comércio interno aparecesse na aldeia de Campina Grande".

A tendência de concentrar os produtos das áreas vizinhas, quer agrícolas, quer pastoris, que fêz de Campina Grande, desde cedo, um local antes de tudo dedicado ao comércio, acentuou-se com o correr do tempo, pois a cada estrada, nova ou melhorada, aberta ao tráfego, correspondeu uma ampliação do seu setor comercial. Assim, àqueles produtos regionais do agreste, do brejo e do sertão juntaram-se os provenientes de outras regiões próximas ou distantes que chegavam à cidade do alto da Borborema através das novas estradas ou através dos portos litorâneos.

As condições físicas, mormente as do relêvo, não chegaram a opor às comunicações nenhum obstáculo impossível de ser vencido. Logo nos primeiros tempos, caminhos ligavam Campina Grande à zona litorânea e à parte mais ocidental da capitania. A rodovia federal que corta hoje o estado da Paraíba, em sentido longitudinal, ligando João Pessoa a Cajàzeiras — a BR-23 do Plano Rodoviário Nacional — repete mais ou

menos o mesmo percurso trilhado pelos antigos boiadeiros para chegar a Campina Grande, vindos dos rincões extremos da Paraíba.

A rodovia depois de atravessar a superfície quase horizontal e muito uniforme do alto do planalto da Borborema aproveita-se do vale do Farinha, cuja orientação leste-oeste permitiu a sua utilização como caminho natural para se chegar à zona deprimida do Espinharas e a tôda a bacia do alto Piranhas. Êste vale, constituindo o eixo de penetração para a parte oriental da depressão, facilita, pois, a passagem entre a zona do planalto dos Cariris Velhos e o baixo sertão da Paraíba.

Quanto ao brejo, situado na escarpa oriental da Borborema em zona de relêvo mais ondulado, desde o princípio de sua colonização manteve contacto com o agreste, uma vez que seus produtos se destinavam em boa parte ao mercado sertanejo. Através dos amplos vales, como o do Ingá, abertos na frente oriental cristalina da Borborema são atingidos os tabuleiros e as planícies litorâneas. O intercâmbio de Campina Grande com os grandes centros litorâneos: João Pessoa e Recife, justamente aquêles dos quais dependia quase exclusivamente até há poucas décadas, se faz através de secular via de comunicação, que apenas sofreu pequenas alterações no seu traçado [10].

A natureza, portanto, favoreceu o que o homem, pela sua iniciativa e pelo seu trabalho, realizou ao implantar os trilhos e abrir as pistas por onde trafegam hoje milhares de caminhões, unindo Campina Grande às diversas regiões do estado e êste com o resto do país.

Embora não seja a via mais utilizada, a ferrovia coloca hoje Campina Grande em contacto com os extremos ocidental e oriental do estado paraibano, mas isto só foi conseguido recentemente, em 1958, com a conclusão do trecho Campina Grande-Patos. Graças à conclusão dêste trecho central da ferrovia, Campina Grande acha-se ligada à capital estadual e às duas capitais nordestinas de maior dinamismo, Recife e Fortaleza. A ligação com a capital cearense se faz através da antiga Estrada de Ferro Baturité da Rêde de Viação Cearense que, de Fortaleza, atinge o Crato, penetra na Paraíba, onde os trilhos não sofrem, agora, solução de continuidade até o Atlântico, pois há a conexão com a Rêde Ferroviária do Nordeste. Com o Recife, a ligação é muito mais antiga; completou-se na primeira década dêste século, fazendo com que aumentasse a já existente dependência de Campina Grande à praça recifense. Conexão ferroviária também se dá na cidade de Sousa, onde chega a E. F. Moçoró, o que permite a ligação da Paraíba com a porção ocidental do Rio Grande do Norte.

Hoje, a ferrovia é mais utilizada no concentrar e distribuir mercadorias de procedência regional, quer seja da zona da mata, do baixo São Francisco ou do baixo sertão da Paraíba.

---

[10] O seu antigo traçado, reconstituído por IRINEU JOFFILY em *Notas sôbre a Paraíba* é o seguinte: "de Campina Grande para o litoral a estrada principiava atravessando densa floresta de quatro léguas até os lugares Caboclo e Tôrres, onde descia a Borborema; dava no pequeno vale do rio Ingá; passava nos lugares onde existem hoje as povoações do Riachão, Várzea Nova, vila do Ingá, Mojeiro e uma légua além atingia o rio Paraíba na povoação do Salgado; seguia pelas margens dêste rio, tocando em Itabaiana, Pilar, Itaipu, Espírito Santo, Batalha, Socorro, Santa Rita até a capital. Na altura de Itabaiana, porém, bifurcava-se dirigindo-se também para Itambé ou Destêrro, Goiana e Recife, capital de Pernambuco, onde findava".

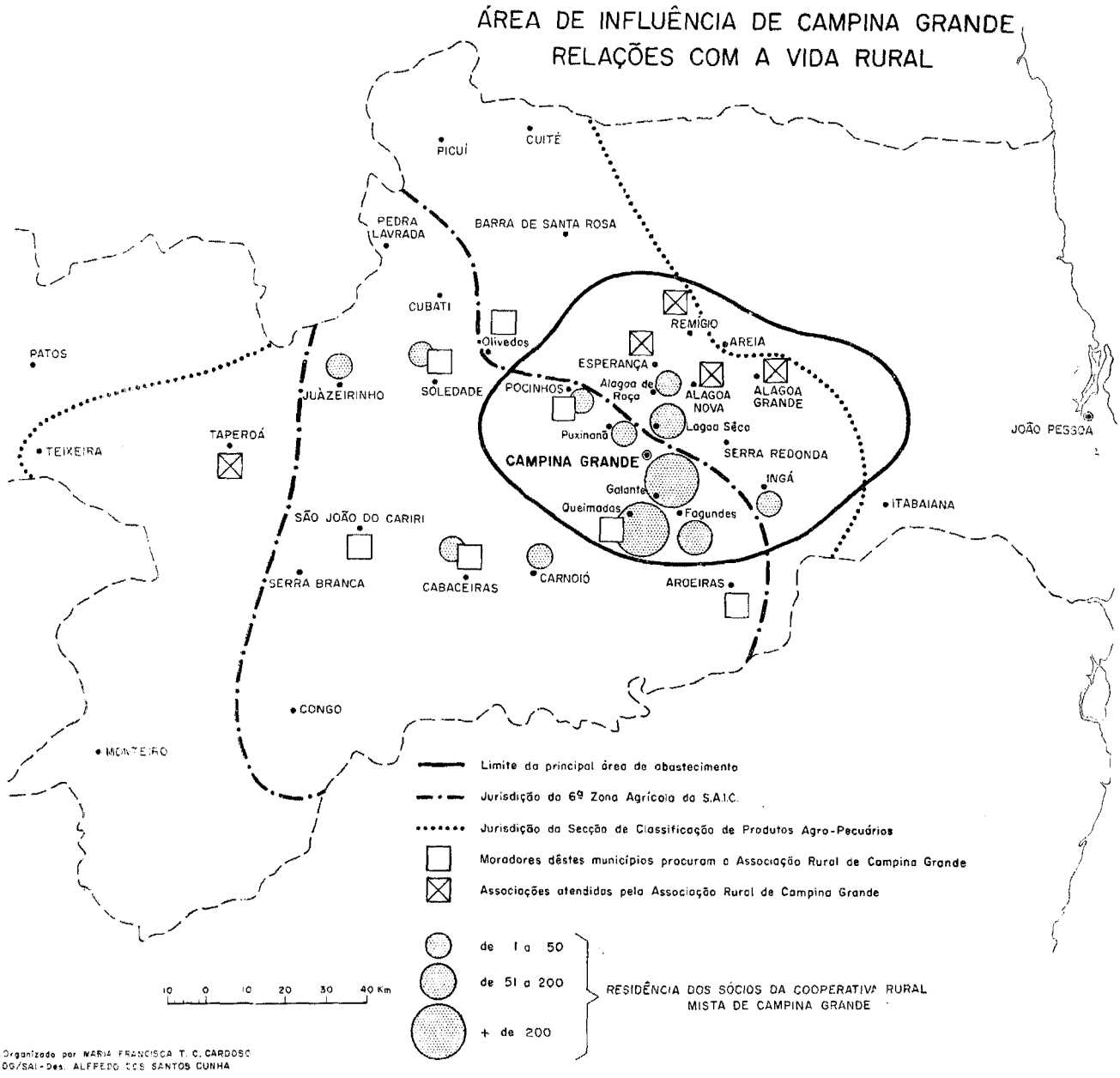


Fig. 3

A carga que no ano de 1961 chegou em Campina Grande e que totalizou 66 737 437 quilogramas, segundo informações da estação ferroviária, constou principalmente de açúcar (proveniente das usinas Pureza, Tiúma, Aliança, Cabo, Catende, Central, Barreiros, de Pernambuco), de cimento, vindo de João Pessoa, caroço de algodão remetido de Patos, Sousa, Cajàzeiras e mesmo Quixadá e Quixeramobim e ainda arroz, procedente de Pôrto Real do Colégio.

Segundo a mesma fonte de informações, mercadorias há que antes eram transportadas pelo trem e hoje não mais o são. É o caso da produção regional de milho e feijão e a causa não é outra senão a concorrência feita pelo caminhão.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO

ANOS	Produção de milho feijão (kg)
1956	2 347 500
1957	819 300
1958	869 540
1959	1 477 305
1960	—
1961	—
1962	—

Na distribuição de carga a partir de Campina Grande através da mesma ferrovia — 39 616 442 quilogramas em 1961, variam as mercadorias segundo a direção do destino. Para Cabedelo e Recife seguem produtos de exportação como agave, algodão, minério, café. Para o interior, gêneros de consumo importados da zona da mata ou do Sul do país como açúcar, cimento, gêneros diversos, bebidas. O trem ainda é utilizado para transporte de mercadorias que se destinam ao interior do Ceará.

A ligação ferroviária Campina Grande-Patos, completada em 1958 teve certa repercussão no comércio: favoreceu a distribuição de vários dos artigos acima referidos que preferem o trem, mas também reduziu o movimento de vendas de algumas firmas campinenses, graças à ligação ferroviária do trecho ocidental do estado com as suas praças litorâneas: Recife e João Pessoa. Assim, todo o abastecimento de açúcar que para estas cidades do interior se fazia através de Campina Grande, atualmente se faz diretamente, de Recife. Tal mudança ocasionou numa das firmas inquiridas, um decréscimo de 30% no movimento de vendas.

Embora o trem distribua parte das mercadorias, é principalmente graças ao caminhão que Campina Grande se abastece e depois redistribui para a região que dela depende. Pelas rodovias chega a maioria dos produtos adquiridos nos grandes mercados do Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, Pôrto Alegre e noutras praças do país.

Rodovias federais estabelecem ligação fácil com êsses grandes centros. Assim, através do trecho oriental da BR-23 (João Pessoa-Cajàzeiras) conhecida por Central da Paraíba e desta combinada com a BR-11 dá-se a ligação de Campina Grande com a capital do estado e com Recife, respectivamente. É ainda por meio da BR-11 e da BR-12 (Natal-Salvador) [11], combinadas com a Rio-Bahia (BR-4), que chega a Campina Grande a maior parte das mercadorias adquiridas nos mercados sulinos, uma vez que o transporte marítimo está sendo relegado a segundo plano.

[11] Esta estrada desde cedo foi uma forte concorrente para a Transnordestina, por permitir um trajeto menor entre Salvador e as localidades do setor oriental da Região Nordeste.

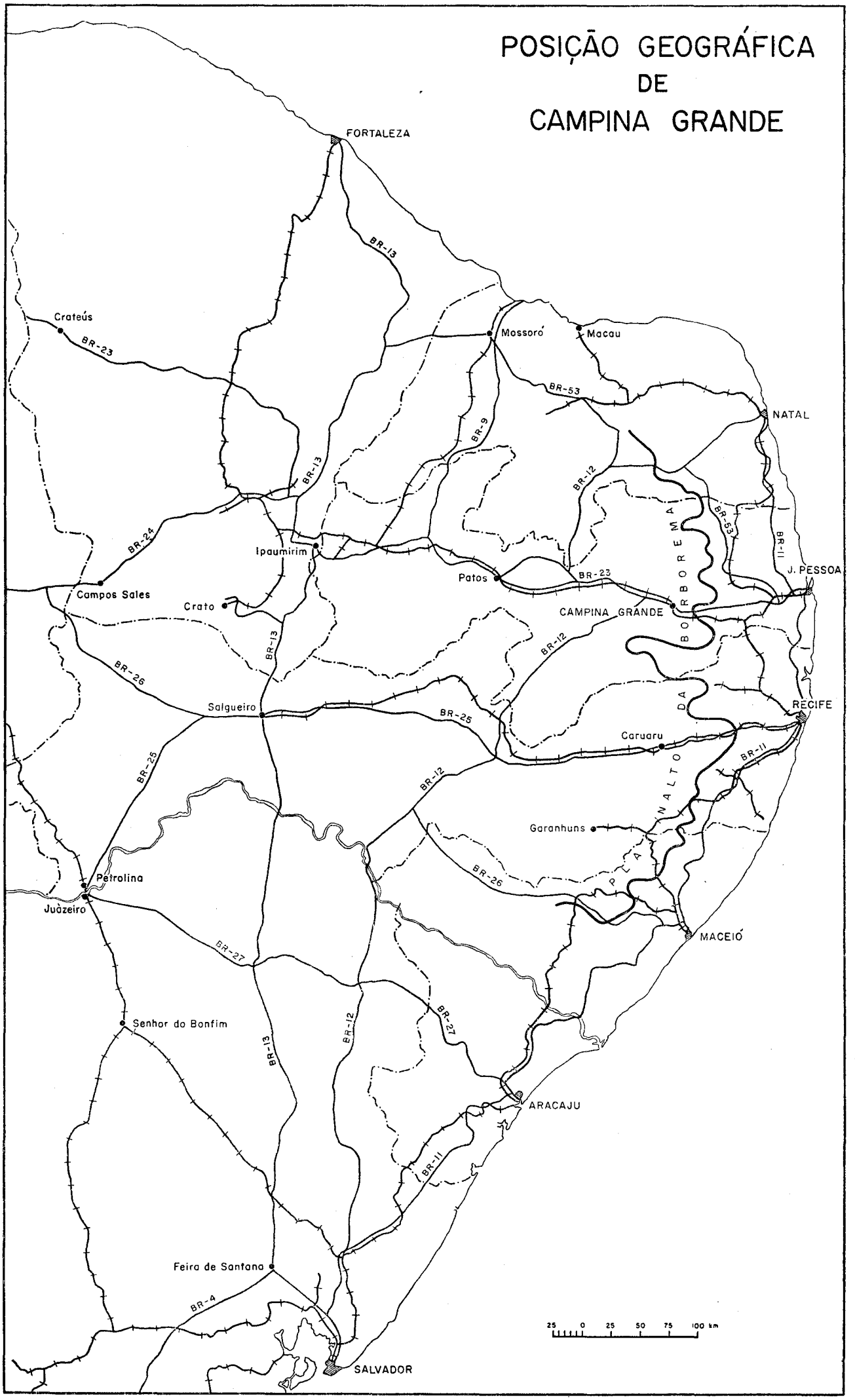

POSIÇÃO GEOGRÁFICA
DE
CAMPINA GRANDE
FORTALEZA
BR-13
Crateús
BR-23
Mossoró
Macau
BR-53
NATAL
BR-9
BR-13
BR-12
BR-53
BR-11
BR-24
Ipaumirim
Patos
BR-23
J. PESSOA
Campos Sales
Crato
CAMPINA GRANDE
BR-13
BR-12
BR-26
Salgueiro
BR-25
RECIFE
Caruaru
BR-11
BR-25
BR-12
Garanhuns
BR-26
Petrolina
Juàzeiro
MACEIÓ
BR-27
Senhor do Bonfim
BR-13
BR-12
BR-27
ARACAJU
BR-11
Feira de Santana
BR-4
SALVADOR
25 0 25 50 75 100 km

Fig. 9

Facilitam a concentração e a distribuição de produtos realizadas por Campina Grande, além das muitas estradas estaduais e municipais que a põem em contacto com os centros próximos, a Rodovia Central da Paraíba, a já citada BR-23 do Plano Rodoviário Nacional. Esta desempenha papel precípuo, pois corta o estado em todo o sentido leste-oeste. Verdadeira espinha dorsal do sistema rodoviário paraibano, a ela vão ter numerosas estradas, principalmente do sertão, o que facilita, sobremodo, a atuação de Campina Grande. Inicia-se em João Pessoa, passa pela cidade campinense e prolonga-se até o Ceará, onde se entronca com a Transnordestina na localidade de Ipaumirim e se prolonga pela BR-24 até o Piauí.

Graças a esta estrada e, secundàriamente, à ferrovia que acompanha de certa forma o traçado da rodagem, Campina Grande domina inteiramente a porção ocidental do estado. Todos os núcleos urbanos que aí florescem dependem do seu comércio. Comprova-se tal fato pelos mapas do raio de ação do comércio varejista e atacadista. Até as cidades mais ocidentais da Paraíba, como Cajàzeiras, Sousa, Pombal compram em grande quantidade no próprio varejo de Campina Grande. Não é sòmente o comerciante que faz o seu pedido a um outro comerciante, mas sim o próprio indivíduo que vai ao grande centro servir-se de um comércio mais diversificado e especializado.

Fazendo conexão com a Transnordestina [12], a Rodovia Central da Paraíba facilita a penetração de Campina Grande na porção oriental do Ceará, principalmente nos vales do Salgado e do Jaguaribe e na zona do Crato.

O clima sêco da região favorece o tráfego pelas estradas em boas condições durante todo o ano, mesmo naquelas consideradas de segunda categoria. Até as vias carroçáveis são importantes no sertão, pois muitas delas podem ser trafegadas por caminhões. O número das emprêsas de transportes de carga que atuam em Campina Grande e a importância que desfrutam são testemunhos do papel concentrador e distribuidor desta cidade. Cêrca de vinte emprêsas de transportes de carga e passageiros estão ali sediadas. Outras trinta organizações cruzam, regularmente a sede municipal. Calcula-se que cêrca de quinhentos automóveis e caminhões entram diàriamente na aglomeração elevando-se êste número a mil em certas épocas do ano.

Além das muitas emprêsas com sede no Rio de Janeiro e São Paulo como a Interbrasil, a Atlas, a Beira-Mar, a Glória, a Cinco Estrêlas, a Brasiluso que possuem filiais ou escritórios em Campina Grande salienta-se uma de grande importância, a Zemaneco, com matriz na própria cidade. Outro fato que não é muito comum em outros centros regionais menores é o de algumas dessas emprêsas de transporte de cargas manterem na cidade depósitos para armazenagem. Independentemente das emprêsas organizadas localmente e das filiais das grandes trans-

[12] Conhecida por BR-13 esta é a mais eficiente via de comunicações para as relações entre o Nordeste e o Sul do país. Vai de Feira de Santana a Fortaleza e à medida que atravessa o sertão no sentido N-S, encontra-se com uma série de rodovias, de sentido leste-oeste, que partem de Aracaju, Recife, João Pessoa e Natal.

portadoras do Sul do país são ainda muito numerosos os caminhões de particulares que se encarregam, também, de levar e distribuir mercadorias.

A maior parte das mercadorias recebidas por Campina Grande de caminhão provém diretamente das fontes produtoras do Sul. Mas apesar do grande volume dessa carga transportada em caminhões, diretamente do Sul do país, permanecem alguns produtos vinculados ao transporte marítimo. Cimento, tintas, material agrícola usam o transporte marítimo, assim como as conservas, bebidas, charque, arroz — as estivas de modo geral. As condições da navegação brasileira, deficientes em certos aspectos como sejam a morosidade e as perdas durante a viagem somadas às condições precárias do pôrto de Cabedelo, prejudicam, por demais, o transporte marítimo. Algumas vêzes, mesmo quando as mercadorias vêm do Sul por navio são desembarcadas em Recife, de lá seguindo pela rodovia. É o caso das bebidas da Companhia Antártica Paulista. O mesmo acontece, freqüentemente com a madeira bruta que chega para as serrarias. Através dessa vinculação que certos produtos mantêm ao transporte marítimo e das deficiências do pôrto de Cabedelo, o pôrto do Recife mantém-se como o principal pôrto a serviço de Campina Grande e da enorme área sertaneja sôbre a qual se irradia a influência da mesma.

Como grande centro que é, servida por boas companhias de transporte aéreo [13], Campina Grande utiliza-se também, dêste transporte para certos tipos de mercadorias, mais leves e de custo mais elevado como medicamentos, jóias e relógios, material de óptica, em geral. Algumas vêzes, também, as confecções se servem dêsse tipo de transporte, mais oneroso, mas de grande vantagem, quanto à rapidez e segurança das entregas.

Etapas da evolução e razões do crescimento da cidade

Assim como o desenvolvimento econômico de Campina Grande está hoje essencialmente ligado ao caminhão, num passado próximo vinculava-se à estrada de ferro e, em datas mais remotas, às tropas. Conseqüentemente, devido a esta grande dependência face às rodovias e à ferrovia pode-se até, ao se estudar a evolução de Campina Grande, dividi-la em três fases, fases que além de assinalarem as etapas do desenvolvimento urbano coincidem, também, com a ampliação da atuação da cidade dentro da área que hoje lhe é subordinada. A primeira fase, compreendendo um período de tempo dilatado, estendeu-se desde o estabelecimento do aldeamento que deu origem a Campina Grande até a chegada da estrada de ferro em 1907; a segunda, dêste acontecimento até à abertura de modernas rodovias, já depois de 1930; e, finalmente, uma terceira fase caracterizada pela predominância destas vias de comunicação sôbre as demais. A desigualdade de duração de cada uma destas fases leva-nos a observar o ritmo acelerado do desenvolvimento

[13] Consórcio Real Aerovias, Aero Norte, Nacional e a VARIG, Rêde Aérea Nacional S/A.

de Campina Grande nestes últimos anos e, principalmente, como tomou ela vulto dentro da região.

As primeiras notícias sôbre Campina Grande remontam ao ano de 1697, data do estabelecimento de um aldeamento de índios arius, no planalto da Borborema, pelo capitão-mor TEODÓSIO DE OLIVEIRA LÊDO. Êsse aldeamento não resultou dos progressos da ocupação ao longo dos vales litorâneos, pois o povoamento dos mesmos permaneceu vinculado à cana-de-açúcar. Apenas se iniciara a expansão da pecuária à retaguarda das faixas canavieiras, ainda na região litorânea, e já se efetivara a ocupação do sertão, acompanhando a expansão dos currais de gado desde a Bahia pelas ribeiras do interior. Da expansão do criatório para leste, até os altos da Borborema e a região do Seridó é que surgiria o aldeamento de índios, não longe do alto vale do Paraíba, o desolado sertão dos Cariris Velhos, pelo qual se haviam estabelecido os primeiros contactos da região agrícola litorânea com os sertões da Paraíba [14].

Duas fortes razões explicariam o aparecimento de um povoado naquelas paragens em tôrno da capela do aldeamento: ao mesmo tempo que os colonos encontravam nos níveis mais altos da Borborema um ambiente mais úmido e terras favoráveis às culturas de mandioca, milho e outros gêneros necessários à sua subsistência e passíveis de serem comerciados, desfrutava o aldeamento de excelente posição, uma vez que ficava no contacto das regiões essencialmente pastoris dos Cariris Velhos e do sertão, com as do litoral e do brejo, primordialmente agrícolas. De fato, situa-se a aldeia na parte de agreste do alto da Borborema, com possibilidades agrícolas com que não conta o sertão, onde a única forma de ocupação era a pecuária extensiva.

Relatam os historiadores [15] que Campina Grande ao disputar com São João do Cariri o título de vila que recebeu em 1790 venceu por já ser, então, maior detentora de poder econômico do que a sua rival, poder êste constituído, principalmente, pela produção e comércio da farinha de mandioca, naquela época mais importante que hoje, mas sobretudo muito mais importante em Campina Grande.

Tudo leva a crer, diz-nos JOFFILY, que o primeiro sinal de comércio interno na província da Paraíba tenha surgido na aldeia de Campina Grande, com o estabelecimento de uma feira, que se tornaria famosa com o passar do tempo.

Essa função comercial de Campina Grande se apoiaria grandemente no fato de por ela se haver estabelecido o traçado do caminho que daria lugar à Estrada Real, estrada destinada a ligar os sertões remotos não só da capitania, mas também do Rio Grande do Norte e do Ceará, com a Paraíba e Recife. Mesmo depois com a criação de outras como a de Areia, a estrada continuou a passar em Campina Grande, situação que foi confirmada também recentemente com a abertura da principal rodovia do estado: a Central da Paraíba.

---

[14] Antes da abertura da Estrada Real, passando por Campina Grande, o caminho primitivo entre o litoral e o sertão da Paraíba seguia pelo Paraíba e seu afluente Taperoá.

[15] Citado em LOPES DE ANDRADE — *Campina Grande — como centro econômico da região.*

Favorecida quanto à sua situação de porta de entrada do sertão, Campina Grande se tornaria ponto de convergência das duas estradas sertanejas, do Espinharas e do Seridó. A primeira, atravessando o planalto da Borborema, alcançava em seguida o vale do Espinharas que acompanhava até o local onde está localizada a cidade de Patos e, se dirigindo sempre para o oeste, atravessava todo o estado da Paraíba e penetrava no Ceará, onde alcançava Icó e se subdividia. A atual rodovia Campina Grande-Cajàzeiras conserva aproximadamente, a não ser em seu trecho final, o traçado dessa estrada. Era a grande estrada do gado, pela qual desciam as boiadas do sertão da Paraíba, do Ceará e do Piauí em busca de Recife e da zona canavieira. A segunda estrada dirigia-se para os lugares onde hoje estão localizados Pocinhos e São Francisco, acompanhava o vale do Seridó vencendo o boqueirão de Parelhas e atravessava o estado do Rio Grande do Norte, alcançava os vales do Piranhas (Açu), do Apodi e, finalmente, Jaguaribe no Ceará [16].

Estas estradas fizeram com que desde cedo as relações de Campina Grande se dilatassem, alcançando o Seridó, além dos limites da então capitania (posteriormente estado) da Paraíba. A estrada do Espinharas, por sua vez, foi responsável por uma relação estreita e precoce entre a zona dos Cariris Novos e o extremo ocidental da Paraíba (ribeiras de Piancó, alto Piranhas e rio do Peixe) relação esta, mantida até hoje como se viu no capítulo precedente.

Estas estradas faziam de Campina Grande nos séculos XVIII e XIX o ponto de convergência de todo o interior da Paraíba e regiões vizinhas, e cada vez mais se acentuava pela abertura de estradas vicinais. Boiadas procedentes dos sertões do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba com destino a Pernambuco e comboios de cereais e mercadorias estrangeiras que dos brejos e da atual João Pessoa e de Recife rumavam para o sertão paraibano, todos passavam em Campina Grande.

Mas, mesmo assim, seu papel como centro regional era de certa forma, limitado. Se a sua feira de gado era das mais importantes, o seu mercado de cereais sofria concorrência por parte de centros como Vila Real do Brejo da Areia (atual Areia) possuidor de importante feira de gêneros alimentícios que chegou a ser a mais importante da Paraíba atraindo a freguesia do Curimataú e Seridó, e que se voltava para Mamanguape no litoral. Por sua vez Icó, no Ceará, lograva desviar parte dos compradores do próprio sertão paraibano como acontecia em relação ao alto Paraíba com Limoeiro e, mais tarde, Timbaúba dos Mocós, ambos em Pernambuco. Também Moçoró, já na segunda metade do século XIX estenderia a sua atuação comercial até os confins da Paraíba.

Conquanto atraísse para a sua feira e o seu comércio grande número de tropeiros, como já foi visto, os fazendeiros das vizinhanças mantiveram-se por longo tempo arredios, confinados nos seus domínios e não se animavam a construir na vila e freqüentá-la. O desenvolvimento interno da aglomeração, que havia sido rápido a princípio, processou-se, depois nessa fase de maneira lenta.

[16] IRINEU JOFFILY em *Notas sôbre a Paraíba* é quem descreve todo o percurso dessas duas estradas boiadeiras.

Nesta primeira fase de sua história, embora tenha alcançado sucessivamente os foros de vila em 1790 e os de cidade em 1864, Campina Grande, não desfrutava ainda de real projeção no panorama urbano da capitania. Eram outras as aglomerações que ocupavam os primeiros lugares como Areia, que se tornara o grande centro do brejo no decorrer do século XIX e como Mamanguape, que durante algum tempo foi o entreposto comercial do brejo, mas que perdeu grande parte de sua importância comercial, quando a linha férrea, partindo da capital, chegou a Guarabira. Foi, então, a vez de desenvolver-se esta cidade pois foi durante algum tempo ponta de trilhos da Estrada de Ferro Conde d'Eu — seu comércio passou por uma grande melhoria, tornando-se conhecida a sua feira de gêneros alimentícios.

Em 1907, os trilhos chegaram a Campina Grande e com êles um vigor nôvo à aglomeração, traduzido mormente no reativamento da função comercial. Crescendo o comércio, passou êle a projetar-se em áreas mais amplas. Cidades importantes e, de certa forma, suas rivais até então, como Guarabira, Areia, Alagoa Grande e Itabaiana, foram ultrapassadas e passaram para segundo plano.

O ser ponta de trilhos durante vários decênios (de 1907 a 1958) acentuou o desenvolvimento do organismo urbano e a sua conseqüente projeção dentro da região, ampliando a sua área de influência.

A construção dêsse ramal para Campina Grande a partir de Itabaiana levantara na época opiniões contraditórias, pois a um pequeno grupo favorável, opunha-se a maioria que o considerava como um elemento a mais a favorecer o desvio dos produtos paraibanos para Recife. E tal prognóstico foi, realmente, confirmado.

Os trilhos, ligando Campina Grande à capital estadual [17] e à capital de Pernambuco [18], acentuaram, contràriamente à esperança dos paraibanos, a dependência já existente dêste centro e da região sertaneja em favor de Recife.

IRINEU JOFFILY, em obra já citada, publicada em fins do século passado, preconizava a libertação econômica de tôda a Paraíba da praça do Recife quando fôsse levado a cabo o prolongamento da estrada de ferro [19], de modo a ligar os sertões paraibanos à capital do estado. Mas, na verdade o que aconteceu foi justamente o inverso. A respeito da ligação ferroviária e dessa captura econômica o Sr. JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA em seu livro *A Paraíba e seus problemas* salienta serem "oitenta e dois quilômetros através da caatinga, até a passagem para o Cariri que facilitavam o acesso ao sertão. Mas Campina Grande passou a ser uma cidade social e comercialmente pernambucana como empório das transações da praça do Recife com a maior parte de nossa zona pastoril e algodoeira".

Mais uma vez a capital do estado perdera parte de sua zona de influência, a favor de Recife. Tal fato já se dera poucos anos antes

[17] A ferrovia havia chegado em Itabaiana em 1901 e daí, em 1904, teve início a construção do então ramal Itabaiana-Campina Grande.

[18] Tal fato se dera poucos anos antes quando teve início o tráfego interrestadual, com a inauguração, das estações Rosa e Silva em 2-7-1900 e a de Itabaiana em 5-1-1900.

[19] A então Conde d'Eu que atingia em direção ao norte a cidade de Guarabira e para o sul a vila do Pilar.

quando teve início o tráfego interestadual Paraíba-Pernambuco (1901). "Foi um melhoramento notável, mas concorreu para o abatimento da praça da capital da Paraíba, porque facilitou o intercâmbio do Recife com o interior dêste estado [20]. Recife realizara ainda outra captura econômica, quando a Paraíba se ligou a Natal, pela construção do trecho Guarabira a Nova Cruz em janeiro de 1904.

Alcançada pela via férrea, em 1907, Campina Grande permaneceu ponta de trilhos durante várias décadas, pois sòmente em 1958 foi completada a ligação com Patos, após a conclusão do trecho Campina Grande-Soledade. Quando se tratou do prolongamento da estrada de ferro da Paraíba, no intuito de transformá-la em uma estrada de penetração, novas discussões tinham sido levantadas. Campina Grande foi sugerida para ser o ponto de onde continuariam os trabalhos da implantação dos trilhos. Mas, a opinião mais forte defendia o prolongamento dos trilhos a partir de Alagoa Grande. Esta linha segundo o plano do IFOCS seria a do centro e dirigir-se-ia a Cajàzeiras, passando antes por Alagoa Grande, Areia, Alagoa do Remígio, Esperança, Pocinhos, Soledade, Santa Luzia, São Mamede, Patos, Pombal, Sousa.

Contra Campina Grande diziam que o traçado não solucionaria o problema da sêca, ligando as zonas flageladas a um centro produtor e, o que seria pior, viria agravar mortalmente a situação da capital, encaminhando as energias de mais de metade do estado para a praça do Recife. A favor de partir a linha-tronco de Alagoa Grande, citavam a conveniência de transportar para Cabedelo os produtos dos municípios de Catulé do Rocha, Brejo do Cruz e Souza que se desviavam para Moçoró, de Cajàzeiras, São José do Piranhas e São João do Rio do Peixe (atual Antenor Navarro) que eram atraídos pelo Ceará e Teixeira e Misericórdia que se voltavam para Pernambuco.

Tôdas essas considerações tornaram-se inúteis uma vez que a Comissão Rondon não foi favorável à ligação da Estrada de Ferro Baturité com a Great-Western, achando mais lógico prolongar na Paraíba um ramal da Baturité. Assim, os trilhos avançaram de oeste para leste, atingindo Patos em 1944, depois de tocar em Antenor Navarro em 1923, Cajàzeiras e Sousa em 1926 e Pombal em 1932.

Antes mesmo da ligação ferroviária com Campina Grande, Patos, apesar de servida por uma estrada de ferro vinda de oeste, pouco se valia dela no tocante à remessa da produção regional que beneficiava. Encaminhava-a no sentido inverso, para Campina Grande e João Pessoa ou Recife, utilizando-se da estrada de rodagem. A ferrovia seria mais para trazer a Patos mercadorias de consumo regional, produzidas no extremo oeste da Paraíba ou no Cariri cearense, como feijão, milho, farinha de mandioca, rapadura.

Campina Grande que desde o seu alvorecer se distinguiu como centro comercial e vira intensificar-se esta mesma função com o advento da ferrovia, com a abertura de estradas de rodagem e o uso generalizado do transporte rodoviário, transformou-se em verdadeira capital

[20] JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA — *A Paraíba e seus problemas.*

regional do sertão nordestino. A estrada de ferro foi, indiscutìvelmente, fator de progresso para Campina Grande, fortalecendo o vigor de sua praça comercial e ampliando a sua zona de influência. Mas, foi sòmente com o advento das rodovias que a extensa área nordestina hoje dependente de Campina Grande para ela se voltou. Estradas, umas longitudinais, permitindo a ligação do Sudeste com o Nordeste do país, e outras transversais, facilitando a interiorização da influência campinense, são responsáveis pela situação hoje existente.

Cidade de contacto, Campina Grande é, como se viu em capítulos anteriores, grande mercado concentrador de produtos agrícolas e pastoris de uma vasta área e é graças às inúmeras rodovias federais, estaduais e municipais através das quais projeta a sua influência, que ela faz convergir para si tôda essa produção. Por estas mesmas estradas segue a quase totalidade de tudo aquilo que ela redistribui, ou que produz ela própria para o consumo regional.

Graças, ainda, ao caminhão, nesta terceira fase, que é a atual, Campina Grande já não se prende mais exclusivamente às praças do Recife e João Pessoa, quando se trata do seu abastecimento. Além da metrópole nordestina suas compras também são feitas nos dois grandes centros nacionais: Rio de Janeiro e São Paulo. Embora distantes não há pròpriamente grandes dificuldades a essas relações diretas, pois a vinculação rodoviária está sobrepujando progressivamente a cabotagem e estradas de primeira categoria, total ou parcialmente pavimentadas, possibilitam a ligação do extremo Sul com o Nordeste.

Através da atuação de Campina Grande em todo o interior nordestino se faz portanto, indiretamente, a penetração da influência dos grandes centros: Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e ainda outros que mantêm transações com a capital do sertão.

O que se verifica, portanto, é que a cada uma das fases de desenvolvimento de Campina Grande corresponde uma dependência maior a certo meio de transporte e a um determinado mercado abastecedor.

Assim, naquela primeira fase suas comunicações morosas e difíceis se faziam através das tropas e sua dependência mais estreita era com Recife diretamente ou indiretamente através da cidade da Paraíba. Depois, com a chegada dos trilhos, voltou-se cada vez mais para a cidade do Recife, uma vez que a ligação ferroviária o favorecia. Finalmente, na terceira fase, com o advento das novas rodovias e o uso generalizado do caminhão, Campina Grande pôde-se libertar da dependência quase exclusiva aos mercados nordestinos, passando a abastecer-se, também, nos grandes centros nacionais, localizados no Sudeste do país.

Considerações finais

No panorama atual nordestino Campina Grande surge, indiscutìvelmente, como verdadeiro fenômeno urbano. Dada a grande proximidade de Recife e de João Pessoa, a primeira, metrópole regional de ampla atuação e, a segunda, centro de menor projeção, mas ostentando

uma função sempre significativa de capital político-administrativa, não seria lógico esperar que se desenvolvesse ali uma capital regional do gabarito de Campina Grande. Transbordante de vida, essa cidade da Borborema paraibana coloca seus serviços à disposição de uma área muito extensa, sendo o comércio atacadista o principal responsável por esta atuação tão intensa. O comércio é a grande mola propulsora do progresso de Campina Grande — tão desenvolvido se acha que causa espanto a todos quanto o analisam. Apesar dessa situação favorável, é preciso reconhecer a existência de uma grande disparidade entre os setores secundário e terciário de Campina Grande, o que poderá provocar num futuro não muito remoto uma transformação na conjuntura atual. Realmente, o desenvolvimento industrial embora expressivo, no panorama geral da industrialização do Nordeste quando comparado ao do próprio comércio da cidade é quase incipiente, pois se baseia ainda, predominantemente nos ramos de beneficiamento. Se tal desequilíbrio não fôr equacionado, poderá haver certa paralisação ou diminuição no ritmo de crescimento da cidade observado nas últimas décadas e Campina Grande poderá perder a liderança que vem mantendo no sertão nordestino, principalmente, após o advento das rodovias.

Certamente, são menos complexos os fatôres necessários ao bom desenvolvimento comercial de um centro urbano comparado com aquêles indispensáveis ao incremento industrial, pois entre os últimos estão quase sempre incluídos certos empreendimentos de ordem estatal — e é notória a insuficiência dos investimentos públicos até há bem pouco tempo na Paraíba, como em todo o Nordeste, de modo geral. É bem verdade, que alguns dêles, mais recentes, favoreceram a situação de Campina Grande, como o do fornecimento da energia de Paulo Afonso, distribuída pela CHESF, que pôs fim a um dos gravíssimos problemas defrontados pela indústria campinense e do abastecimento d'água mediante captação da reprêsa de Boqueirão.

Mas, além dos empreendimentos estatais, outros fatôres de âmbito mais restrito tornam-se precisos ao bom desenvolvimento industrial e, êstes, Campina Grande proporciona às indústrias. Assim, às facilidades oferecidas pela grande variedade de matérias-primas vegetais, animais, e minerais alia-se a mão-de-obra abundante, uma vez que no Nordeste existe uma população flutuante sempre numerosa, embora quase sempre não qualificada para as atividades industriais (merece referência o fato de funcionar em Campina Grande a escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI). Por outro lado, a posição de Campina Grande no eixo de importantíssimas estradas longitudinais e transversais, verdadeiras artérias da economia nacional, é fator de primeira ordem, quando se analisam as possibilidades de colocação dos produtos industriais nos diversos mercados — a mais elementar das aspirações de qualquer indústria. A navegação pràticamente não pode ser levada em conta quando se trata do desenvolvimento industrial de Campina Grande, como de modo geral de todo o estado paraibano, dadas as condições precárias do pôrto que serve ao estado da Paraíba e, a

própria deficiência do transporte marítimo brasileiro. Por êste lado, a indústria campinense não poderá esperar muito.

Campina Grande, possuidora de tão grande atuação no sertão nordestino gira, por sua vez, na órbita de influência da cidade do Recife. Mas, graças aos transportes rodoviários e a sua posição no eixo de importantes estradas e à posição excêntrica de Recife no litoral oriental não vive hoje numa dependência exclusiva à grande metrópole do Nordeste em muitos setores, voltando-se cada vez mais para os grandes mercados do Sudeste: Rio de Janeiro e São Paulo.

Campina Grande, o maior empório comercial da Região Nordeste depois do Recife, ocupa lugar privilegiado entre tôdas as cidades brasileiras, sendo o seu nome, hoje, sinônimo de progresso urbano e um exemplo vivo da real capacidade de realização dos nordestinos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José Américo de — *A Paraíba e seus problemas* — 2.ª edição — Biblioteca de Investigação e Cultura Ed. da Livraria do Globo, Pôrto Alegre, 1937; 290 páginas.

ANDRADE, Dr. Adelmar Xavier — "Vias de Comunicação do Nordeste" — Conferência pronunciada na I Semana de Estudos Econômicos promovida pela Escola Politécnica da Paraíba, de 27-5 a 1-6-1957.

ANDRADE, Manuel Correia de — *Aspectos Geográficos do Leste da Paraíba* — Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica.

COSTA FILHO, José Paulino — *Um qüinqüênio de finanças públicas em Campina Grande (cifras e fatos a respeito da arrecadação municipal, estadual e federal de 1950 a 1954)* — Divulgação da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, Campina Grande, 1955.

GEIGER, Pedro Pinchas e Davidovich, Fany — "Aspectos do Fato Urbano no Brasil" — separata da *Revista Brasileira de Geografia,* n.º 2, ano XXIII, abril-junho, 1961.

LOPES DE ANDRADE — "Campina Grande como Centro Econômico da Região" — Conferência pronunciada na I Semana de Estudos Econômicos, promovida pela Escola Politécnica da Paraíba de 27-5 a 1-6-1957.

MEIRELES, Manuel — *Notas sôbre o município de Campina Grande* — Campina Grande, 1962.

MELO, Mário Lacerda de — *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba.* Guia da excursão n.º 7, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Edição do CNG, Rio de Janeiro, 1958 — 325 páginas.

MÜLLER, Nice Lecocq — "Campina Grande" — "Notas de Geografia Urbana" in *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros,* vol. VI, tomo II — 1951-1952, São Paulo, Brasil, 1958, pp. 13/34.

PAULINO FILHO, José — *Transportes Ferroviários da Paraíba* (alguns apontamentos sôbre a sua evolução). — Caderno I — Divulgação da Diretoria da Educação e Cultura — Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1958.

PINTO, Estevão — *"História de uma Estrada de Ferro do Nordeste"* — Coleção Documentos Brasileiros — 61 — Livraria José Olímpio Editôra.

VALVERDE, Orlando — "O Uso da Terra no Leste da Paraíba" — *Revista Brasileira de Geografia,* ano XVII, n.º 1, janeiro-março, 1955, pp. 49/83.

Federação das Indústrias do Estado da Paraíba — *Paraíba — Realidade Econômica, Problemas — Roteiro para Investimentos,* Conferência Internacional de Investimentos, Belo Horizonte, 1958.

Conselho Nacional de Geografia — *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros,* vol. V — Grande Região Nordeste.

SUMMARY

Campina Grande and its function as a regional capital

The urban organism and its actuation on a wide surrounding are the main themes of this work on Campina Grande, a city that radiates its influence from the top of the Borborema plateau far over the hinterland, in contrast to the great majority of urban centres in he Norheast, wich only subsist in function of the rural area of their own municipios.

Repeating the general features of the plateau (in this stretch furrowed by the valleys of the Paraíba, the Mamanguape and the Curimatau and losing altitude toward the coast), the urban site is split up differences of level which have not, however, succeeded in affecting the growth of the built-up area which now measures about 780 hectares (3 square miles) without a break.

An analysis of the various funtions the city shows that Campina Grande really is a back country capital and that it is largely through its trade (retail and wholesale) that it acts upon quite distant regions. Both branches are well represented—276 wholeale and 848 retail establishements. (data for 1962).

Subsequent enquiry into the industrial function revels a striking inequality between the tertiary and secondary sectors of the city. Though it is one of the most important centres of industrial concentration in the state of Paraíba, the more important plants, with few exceptions, limit their activities to processing raw materiais for export, in particular cotton, agave fibres, ores and vegetable oils. The two groups, processing and manufacturing industries, are compared and seen to diverge considerably, both as regards the origin of the capital and value of the output, but particularly with reference to the range of business and extension of the market.;

On-the-spot research in business houses, banks, schools, hospitals and newspaper offices led to the drafting of numerous charts enablin three areas to be outlined in which the activity of Campina Grande is felt to a varying extent. The first, where its influence is predominant, comprises the zones of Brejo and Cariris Velhos. The second, where it is still quite marked and direct, embraces all the rest of the state of Paraíba, with the sole exception of the coastal zone, directly subordinate to the estate capital, João Pessoa; overlapping the neighbouring states, this are covers the south of Rio Grande do Norte (the region of Parelhas and Caicó as far north as Currais Novos) and, to some extent, the southeast of Ceará, i. e. the region of Crato and Juàzeiro do Norte. Finally, a third area where Campina Grande actuates almost exclusively through its most important function — that with the greatest power of penetration — retail trade.

This extensive actuation of Campina Grande is due to is geographical position, in contact with different regions, wich facilitates the concentration of the most varied products, and to the convenience, nowadays, of its ways of transportation branching out in various directions. Campina Grande today may be seen to be in a key position in the road and railway system of the state and of the Northeast as a whole, and logicaly stands out from the urban picture in that region. The tendency to concentrate the output of the neighbouring areas, both agricultural and pastoral, that early made Campina Grande into a community devoted above all to trade, has grown with passage of time, for each new or improved road thrown open to traffic has promoted expansion of its commercial sector. Thus the regional products of the adjacent zones of the Agreste, the Brejo and the Sertão were supplemented by those from other regions near or far that reached the city over the new highways of through the ports ont the seaboard.

For purposes of analysis the evolution of the city has been divided into three stages indicating the successive staps in urban development, related to the enlargemet of its range of influence, and also its varying dependence on the supplier markets. The first stage covers a lengthy period stretching from the foundation of the settlement that was to be Campina Grande up to the laving of the raliway in 1907, the second proceeds from then on cp to the constrcction of the modern highways shortly after 1930; while the third is concerned with the predominance oft hese ways of communication over the others. In the first stage, it was most closely dependent on Recife, either directly or indirectly through the city of Paraíba, now the state capital, João Pessoa. When the railway tracks reached Campina Grande, its dependence of Recife was intensified. In the third stage, with the advent of the new highways and the spreading use of the motor truck, Campina Grande was able to free itself from almost exclusive dependence on the northeastern markets, and obtain its supplies as well from the great national centres situated in the southeast of the country.

The unequal length of these phases provides a gauge of the quickening rate of development of Campina Grande in the last few years, transforming it into a true symbol of urban progress and a vibrant example of the very real capacity of achievement of the Northeasterner.

RÉSUMÉ

Campina Grande et son rôle comme capitale régionale

L'organisme urbain et son importance rayonnante sur la vaste région avoisinante sont les thèmes principacx de ce travail sur Campina Grande, ville qui du haut du plateau de Borborema répand son influence sur l'immense étendue de la brocsse, au contraire de la grande majorité des centres urbains du Nord-Est qui ne vivent qu'en fonction de la région rurale du propre municipe.

Répétant les traits généraux de la morphologie du plateau (dans cette partie creusée par les vallées du Paraíba, du Mamanguape et du Curimatau et perdant de l'altitude vers la côte), l'emplacement de la ville a certaines différences de niveac qui ne sont pas arrivées à entraver l'accroissement de l'agglomération urbaine qui s'étend actuellement à près de 780 hectares.

Em analysant les diverses fonctions de la ville, l'auteur démontre que Campina Grande est réellement une capitale de la brousse, et que c'est surtout par son commerce (en gros et en détail) que la ville a de l'influence sur des régions très éloignées. Aussi bien les grossistes que lhes détaillants sont bien répresentés par le grand nombre d'établissements — 276 grossistes et 848 détaillants (données de 1962).

L'auteur analyse enscite la fonction industrielle et attire l'attention scr la différence qu'il y a entre les secteurs tertiaire et secondaire de la ville. Bien qu'elle soit un des centres les plus importants de concentration industrielle de l'État de Paraíba, les plus grandes industries, à peu de choses près, se limitent à la simple amélioration des matières premières pour l'exploration, principalement celes du coton, agave, minerals et huile. L'auteur compare aussi les deux groupes d'industrie, celui d'amélioration et celci de transformation et y constante une grande disparité tant en ce qui se réfère à l'origine des capitaux et à la valour de la production, que principalement à l'amplitude des affaires et l'étendue du marché.

Se basant sur les recherches effectuées dans la ville elle-même sur le commerce, les banques, les écoles, les hôpitaux et les rédactions de journaux, de mombreuses cartes on été élaborées qui permettront de délimiter trois zones où Campina Grande a une activité d'intensité variable. Une première zone où son influence domine comprend celles du Brejo et des Cariris Velhos. La seconde zone où l'influence de Campina Grande est encore considérable et bien directe comprend tout le reste de l'état du Paraíba sauf la région littorale dépendant directemente de João Pessoa; elle atteint le scd du Rio Grande do Norte (la région de Parelhas, Caicó jusqu'à Currais Novos) et, en quelque sorte, le sud-est du Ceará, c'est-à-dire la région de Crato et Juàzeiro do Norte. Finalment, une troisième zone où Campina Grande n'agit guère que par son rôle le plus important — celui qui a le plus grand pouvoir de pénétration — le commerce en gros.

Cette grande influence de Campina Grande vient de sa situation géographique em contact avec différents régions, ce qui facilite la concentration des produits les plus divers et des facilités offertes aujourd'hui par un réseau routier dont elle est le centre. Campina Grande apparait aujourd'hui dans une position stratégique au coeur du réseau routier et ferroviaire de l'état et du Nort-Est lui-même, ressortant logiquement dans le cadre urbain de cette région. La tendance à concentrer les produits des zones voisines, soit de l'agriculture, soit de l'élevage, qui a fait de Campina Grande, dès le début, une place dédiée avant tout au commerce, s'est accentuée avec le temps, car à chaque route nouvelle ou améliorée ouverte au trafic, correspond une augmentation de son secteur commercial. Ainsi, ces produits régionaux de l'Agreste, du Brejo et du Sertão se sont ajoutés à ceux provenant d'autres régions voisines ou lointaines qui arrivent à la ville par les nouvelles routes ou par les ports du littoral.

En étudiant l'évolution de cette ville, l'auteur la divise en trois phases qui montrent les étapes du développement urbain en rapport à l'augmentation de son rayon d'influence et aussi sa transformation en ce qui concerne sa dépendance aux marchés fournisseurs. La première phase, d'une durée très longue, s'etend depuis l'etablissement du peuplement qui a donné naissance à Campina Grande jusqu'à l'installation du chemin de fer en 1907; la seconde, à partir de cet événement jusqu'à l'ouverture des routes modernes peu après 1930; et finalement, une troisième phase caractérisée par la prédominance de ces voies de comunication sur les autres. Pendant la première phase, elle dépendait le plus étroitement de Recife, soit directement, soit indirectement en passant par la ville de Paraíba, qui est actuellement la capitale de l'État, João Pessoa. Avec la venue des rails la subordination à Recife s'est intensifié. Pendant la troisième phase, avec les nouvelles routes et l'emploi généralisé des camions, Campina Grande a pus se libérer de la dépendance presqu'exclusive des marchés du Nord-Est en devenant capable de se ravitailler aussi dans les grands centres nationaux situés au sud-est du pays.

La différénce de durée de chacune de ces phases nous montre le rythme accéléré du développement de Campina Grande ces dernières années, la transformant en un véritable synonime du progrès urbain et un exemple vivant de l'esprit réalisateur des gens du Nord-Est.

IRECÊ: UMA ÁREA AGRÍCOLA "INSULADA" NO SERTÃO BAIANO

ALUIZIO CAPDEVILLE DUARTE
Geógrafo do C.N.G.

A área de Irecê

A quem percorre o sertão baiano na zona da Chapada Diamantina, alguns quilômetros depois de atravessar o rio Jacaré ou Vereda do Romão Gramacho, limite entre os municípios de Morro do Chapéu e Irecê, depara-se uma região agrícola intensamente cultivada, que contrasta com a área de Morro do Chapéu, de ocupação humana rarefeita. As densidades demográficas são, aí, mais elevadas do que no conjunto da região. São superiores a 9 habitantes por quilômetro quadrado, destoando dos municípios vizinhos onde os índices populacionais se apresentam menos expressivos como: Seabra (7,91), Morro do Chapéu (5,56), Gentio do Ouro (2,71), Xiquexique (2,35), Sento Sé (1,32). É a área de Irecê que se salienta na economia regional não só pelo montante atingido por sua produção agrícola, como também, pelas características que a lavoura aí apresenta, isto é, a mecanização, o que não é comum no sertão baiano.

A presença dessa área agrícola é mais surpreendente para aquêles que percorrem a região de Morro do Chapéu com solos pouco produtivos, cobertos por uma vegetação rarefeita, onde os elementos cactáceos predominam, sendo a água do subsolo pràticamente inexistente. Condições naturais, estas, que não favorecem um uso mais intensivo do solo, salvo nos pequenos vales encontrados ao sul e ao norte do município. Contrapondo-se a esta paisagem a região de Irecê, com uma agricultura feita em larga escala, suas extensas parcelas cultivadas, com maior número de habitações rurais, chama a atenção, mesmo a uma rápida observação.

O centro da área em questão corresponde ao município de Irecê que ocupa uma superfície de 4 527 km^2 e se situa numa superfície plana da Chapada Diamantina, monòtonamente regular, com níveis em tôrno de 700 metros. Só na parte oriental do município é que são encontrados níveis mais elevados, porém, sem ultrapassar os 850 metros, com exceção de uma pequena elevação que apresenta a cota de 950 metros, recebendo a denominação do Morro do Ângelo Pereira, localizado no trecho nordeste do município.

Verifica-se de imediato que essa verdadeira ilha de particular expressão demográfica e econômica corresponde a uma bacia calcária, assentada em terrenos algonquianos; bacia esta referida ao período siluriano. Uniforme em sua composição, o calcário é aí do tipo laminado,

---

* O presente trabalho resultou de pesquisas de campo feitas durante a excursão realizada ao sertão do Nordeste, em fevereiro-março de 1962, chefiada pelo Prof. NILO BERNARDES, cuja orientação agradecemos. A permanência em Irecê foi de apenas dois dias, mas o interêsse apresentado pela área em questão e a inexistência de qualquer estudo a respeito da literatura geográfica brasileira, justifica, a nosso ver, essa pequena contribuição.

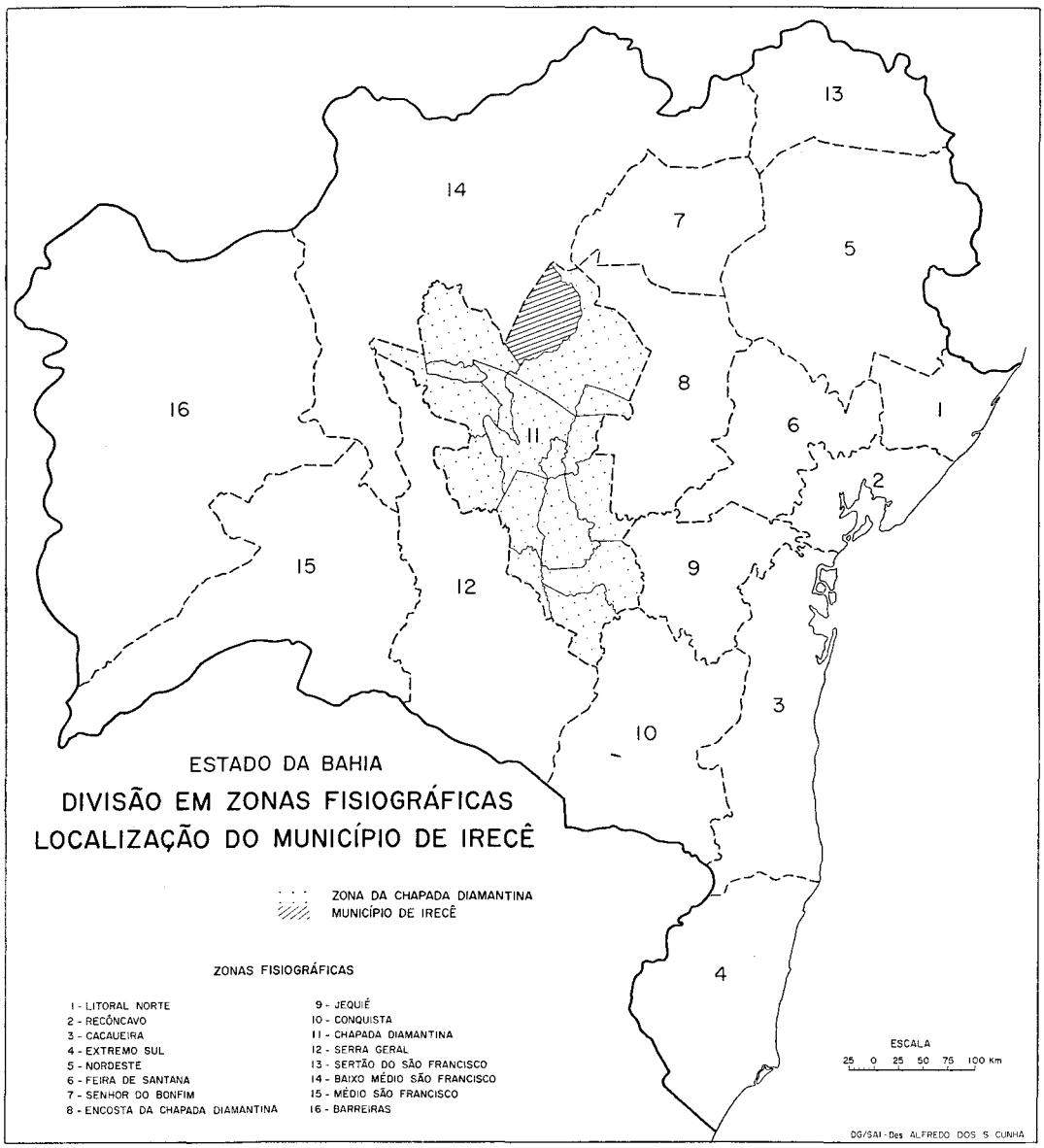


Fig. 1 — *Mapa com a localização de Irecê na zona da Chapada Diamantina, estado da Bahia.*

apresentando-se ligeiramente dobrado. Em determinados locais essa rocha aflora formando pequenos lajedos ou, então, devido à decomposição química, grutas ou lapas, como a que é encontrada no distrito de Lapão.

São os solos oriundos do calcário que conferem certa originalidade às condições naturais da área em tela, dado que, quanto às condições climáticas, a agricultura estaria, aí, sujeita às mesmas injunções de todo o conjunto do sertão. Com efeito, a região está enquadrada no tipo semiárido, com um período chuvoso que vai de novembro a abril, quando fortes e pesadas chuvas caem durante vários dias. A quantidade de chuvas caída neste semestre mais chuvoso representa 95,4% do total

anual. A estação pluviométrica instalada pelo Serviço Nacional de Meteorologia na cidade, assinalou para o período de 1949 a 1958, uma média anual de 477,0 milímetros. Total, aliás, mais baixo que em Morro do Chapéu que para o mesmo período apresentou uma média de 587,3 milímetros. Em Irecê o mês mais chuvoso é novembro quando a média pluviométrica atinge 115,3 milímetros. Em agôsto, o mês mais sêco, pràticamente não chove.

Releva notar a medíocre drenagem superficial organizada nesta área, fato aliás compreensível dada a natureza litológica da mesma. Com exceção do Vereda do Romão Gramacho, nome dado ao alto curso do rio Jacaré, um dos afluentes do São Francisco, não há outro curso d'água que se possa localizar nessa área. A infiltração da água no calcário ocasiona, por outro lado, a ressurgência da mesma, em lagoas disseminadas por tôda a região. Muitas destas nada mais são do que pequenas fontes intermitentes, assinaladas, na paisagem, mais pela toponímia das localidades ou das propriedades, do que pela acumulação permanente da água.

Recobre essa área uma caatinga arbórea, com pequena incidência de cactáceas. Destas, o elemento mais freqüente é o facheiro. Hoje, a caatinga está bem reduzida, pois foi derrubada para a instalação das lavouras. As capoeiras em diversos estágios, isto é, ora mais fechada e ora mais alta, aparecem por tôda a área. Na parte setentrional do município é que encontramos um trecho mais contínuo daquela vegetação que ainda não foi devastada, pois, como está mais distante das principais vias de comunicação, o povoamento, aí, ainda não se processou de maneira efetiva.

A região agrícola, que chamamos de Irecê, abrange, além do município dêsse nome com seus cinco distritos (Irecê, América Dourada, Gabriel, Ibititá, Lapão), a parte leste do município de Central (Lagoa Canabrava), prolongamento natural e econômico do município em causa. Entretanto os principais trechos cultivados se estendem de modo particular da cidade de Irecê para leste, oeste e sudeste, nas áreas de Lapão e do povoado de Gameleira. Os outros trechos e a parte leste do município de Central não apresentam a mesma intensidade quanto à ocupação agrícola. Na área setentrional de Irecê, isto é, no distrito de Gabriel, a caatinga é ainda abundante e aí, a criação miúda representa papel digno de nota, enquanto a lavoura ocupa menor superfície.

A produção agrícola da região é expressiva dentro da economia do estado, sobretudo, devido à sua ocorrência em pleno sertão, indo contribuir para o abastecimento do estado e mesmo sendo comercializada para alguns municípios de Pernambuco e Paraíba. Essa lavoura destina-se não só ao fornecimento de produtos alimentícios como feijão e milho, mas, também, produtos para fins industriais como algodão, mamona e, mais recentemente, sisal.

Para se ter uma noção da importância da lavoura de Irecê, pode-se verificar que, segundo o Serviço de Estatística da Produção, em 1959, o montante da lavoura atingiu as seguintes cifras: feijão — 130 000 sacas

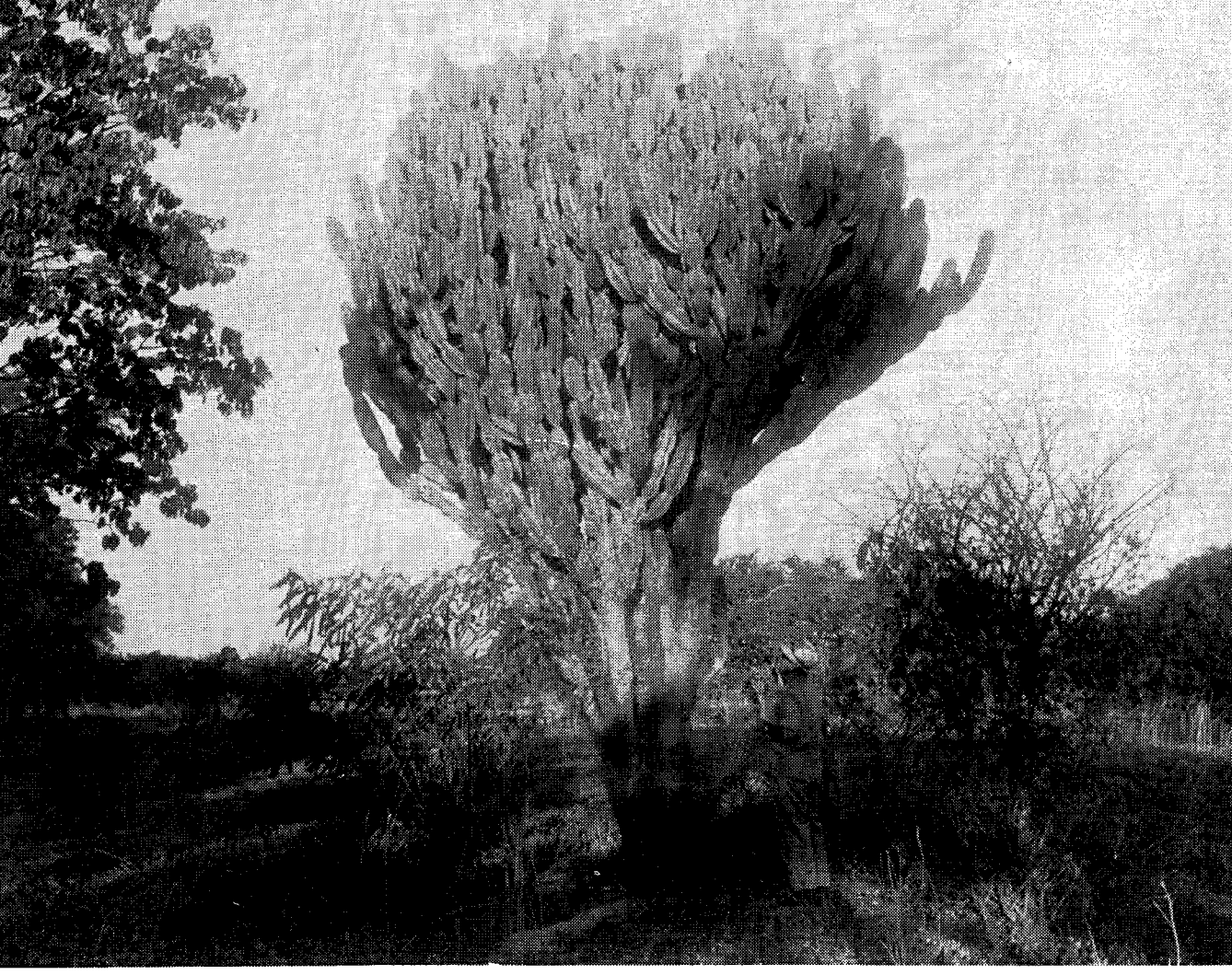


Fig. 2 — *A caatinga em Irecê é do tipo arbóreo, com pequena incidência de cactáceas. Entre estas salienta-se, com certa importância, o facheiro.*
(Foto: JABLONSKY — CNG).

de 60 quilos; milho — 116 000 sacas, igualmente de 60 quilos; algodão herbáceo — 139 000 arrôbas; mamona — 2 000 toneladas.

Confrontando-se as densidades de produção dessas lavouras em Irecê, com as do sertão e as das demais áreas agrícolas do estado, chegamos à conclusão da posição de realce de Irecê na economia do estado. Assim, vejamos. O feijão, cultivado no município, apresentou densidade de 1 723 kg/km^2. Na área sertaneja os municípios como Morro do Chapéu e Gentio do Ouro tinham, respectivamente, 1,9 e 12,3. Na zona da Chapada Diamantina, zona da qual Irecê faz parte, só um município ultrapassou sua densidade, isto é, Andaraí com 1 899 kg/km^2. Aqui é preciso ressaltar que o mesmo se encontra numa área de transição para a zona da encosta da Chapada Diamantina, onde a pluviosidade é maior. Os municípios baianos de grande produção de feijão estão situados na zona do Nordeste, como Conceição de Coité com 5 753 kg/km^2, Cipó com 1 535. Assim Irecê salienta-se como uma das grandes áreas produtoras daquela leguminosa.

Quanto ao milho, a posição de Irecê, apesar de ser mais modesta, ainda assim, pode ser enquadrada entre aquêles de média densidade,

comparando-se com os maiores produtores da zona do Nordeste, como Ribeira do Pombal cuja densidade era de 2 000 kg/km² e Itapicuru com 1 399. Irecê apresentou 1 537, enquanto seus municípios vizinhos só atingiram como Morro do Chapéu, 2,9, Gentio do Ouro, 14,95, Andaraí, 569.

As áreas de maiores densidades de algodão herbáceo, na Bahia, situam-se na chamada zona da serra Geral, no sul do estado, onde Guanambi liderava em 1959 a produção com 3 160 kg/km², Brumado com 1 500, Caitité com 471. A posição de Irecê era bem expressiva, sobretudo, comparando-se com o restante do sertão, pois, sua densidade foi de 461 kg/km², enquanto Morro do Chapéu apresentou 9,06.

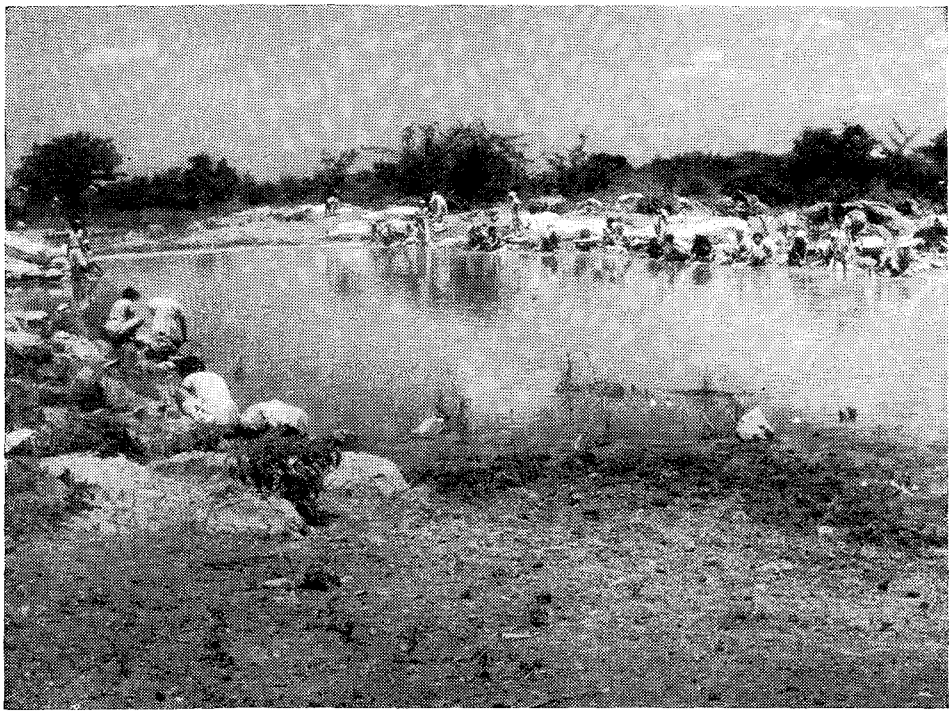


Fig. 3 — *A drenagem superficial em Irecê é pràticamente inexistente. O lençol subterrâneo, ao contrário, é de grande importância para a ocupação humana. Em certos trechos êle aflora formando pequenas lagoas como é visto na foto acima.*
(Foto: JABLONSKY — CNG).

As densidades de produção da mamona são maiores na zona da encosta da Chapada Diamantina onde Jacobina se distinguia com 9 687 kg/km² e Mairi com 1 388. Irecê, no sertão, apresentava 441, sobressaindo-se do conjunto, onde os municípios de Morro do Chapéu e Gentio do Ouro, seus vizinhos limítrofes, tinham, respectivamente, 5,8 e 3,6 kg/km².

A presença dessa "ilha agrícola" no sertão baiano, onde a rarefação da população e uma incipiente ocupação baseada na pecuária, são a constante da paisagem, aguça a curiosidade do pesquisador. Procurando-se as condicionantes que possam explicar a utilização mais

intensa da terra, vamos ver que dois elementos naturais se salientam a fim de justificar sua ocorrência: o solo e a água subterrânea.

A presença da bacia calcária vai originar solos permeáveis, onde predomina a argila coagulada, fina, rica em carbonato de cálcio. São assim, solos férteis oferecendo boas colheitas, sem apresentarem, até o momento, sinais de esgotamento.

A água é, aí, o outro importante fator para o bom rendimento da lavoura, não só a água da chuva mas, também, a água subterrânea. Na superfície do terreno formam-se pequenas fissuras por onde a água pluvial se infiltra indo formar o lençol freático. Assim a umidade do solo é constante, pois, mesmo no período sêco, a terra permanece embebida pela água o que possibilita o crescimento das plantas.

A lavoura parece estar estreitamente correlacionada com o lençol subterrâneo. Dêste modo pressente-se que a própria variação de profundidade do mesmo lençol tem repercussão nas variações locais do solo. Na área onde êle é mais superficial, as condições da terra arável, quanto à umidade, são melhores; daí encontrarmos áreas agrícolas bem extensas. Quando a agricultura é feita em proporções mais reduzidas vamos ver que o lençol de infiltração se acha a maior profundidade.

Tôdas as secções cultivadas, tanto as de maior quanto as de menor expressão agrícola, apresentam, entretanto, as mesmas características quanto à estrutura agrária.

As características assim sumàriamente expostas, correspondem, por sua vez, a certos traços originais do quadro agrário, a uma modalidade de utilização da terra contrastando com as áreas vizinhas e oferecendo, ainda frescos, os sinais da evolução da ocupação da terra. Por serem fatos, êstes, pouco conhecidos, merecem comentário mais pormenorizado.

O quadro agrário

A situação do quadro agrário em Irecê se apresenta com características especiais no que se refere às técnicas agrícolas e às formas de exploração.

O censo de 1960 encontrou no município de Irecê, 2 419 estabelecimentos rurais, reconhecidos como tais "qualquer exploração agropecuária, independente de tamanho, formado de uma ou mais parcelas de terras confinantes, sujeitas a uma única administração" *. Abrangiam uma área de 190 200 hectares. Em relação ao censo de 1950 houve grande aumento da área dos estabelecimentos, pois, naquela data os mesmos atingiam 1 191 com uma superfície de 47 561 hectares. Houve assim um aumento da área média dos estabelecimentos de 39,9 para 78,6 hectares por estabelecimento. À primeira vista isto poderá parecer uma grande expansão das atividades agrícolas, porém, tem que se levar em consideração que o censo agrícola engloba, constituindo o estabelecimento não sòmente as parcelas em cultivo mas, também, áreas em pastagens, silvicultura, capoeiras. Não houve aglutinações de estabele-

* *Sinopse Preliminar do Censo Agrícola* — 1960. Serviço Nacional de Recenseamento. IBGE.

cimentos, porque seu número aumentou. O expressivo acréscimo da área média se deu graças à anexação de novas terras, até então áreas de livre pastoreio. A percentagem da área de lavouras dentro dos estabelecimentos entre os dois últimos censos não teve crescimento expressivo, pois, em 1950, correspondia a 17,62% do total dos estabelecimentos e em 1960 subira, apenas, para 18,40%. Isto pôsto, podemos dizer, que a lavoura tem-se desenvolvido graças ao desbravamento de novas áreas, reflexo do sistema agrícola aí empregado, isto é, a rotação de terras.

Os estabelecimentos variam de tamanho, predominando os médios, sendo assim considerados os que apresentam 200 a 1 000 tarefas, isto é 80 a 450 hectares. Pelo quadro abaixo poderemos ver que dos 2 419 estabelecimentos recenseados, 1 455 estavam grupados entre os que possuem uma área de 10 a 100 hectares.

Grupos por hectare	*N.º de estabelecimentos*	*Área total*
Menos de 10	481	3 193
10 a menos de 100	1 455	54 844
100 a menos de 1 000	469	114 476
1 000 a menos de 10 000	14	17 687

Confrontando-se essa tipologia da estrutura fundiária de Irecê, com a dos municípios vizinhos, vemos o seguinte: entre os que compõem a zona da Chapada Diamantina, sòmente Lençóis, Utinga e Palmeiras possuem um número menor de estabelecimentos com menos de 10 hectares. Dentro da segunda categoria, isto é, os de 10 a menos de 100 hectares, só Ituaçu e Mucugê possuem número tão elevado de estabelecimentos com esta superfície. O comum na zona é os municípios apresentarem 400 a 600 estabelecimentos dentro desta categoria. Na terceira, isto é, estabelecimentos de 100 a menos de 1 000 hectares, Irecê é o único que apresenta 469. Os demais, com exceção de Morro do Chapéu (460) e Ituaçu (372), possuem menos de 200 estabelecimentos. Na última categoria, a zona da Chapada Diamantina apresenta número reduzido de estabelecimentos com tais dimensões. Isto vem confirmar o que dissemos acima: que Irecê se caracteriza por apresentar estabelecimentos de tamanho médio, distinguindo-se do comum de sua zona fisiográfica onde predominam os pequenos estabelecimentos, onde 62,79% do total correspondem a estabelecimentos com menos de 10 hectares. Aqui é preciso acrescentar que o censo não faz recenseamento das áreas de livre pastoreio, que é a maneira mais usual do uso da terra no sertão. Isto reafirma a posição de Irecê como área agrícola, onde as possibilidades naturais favorecem as lavouras que se expandem sôbre as áreas de livre pastoreio.

Não há uma relação entre o tamanho dos estabelecimentos e o sistema agrícola empregado. Todos os proprietários e responsáveis usam as mesmas técnicas nas lavouras, independentes do tamanho dos mesmos. Igualmente, por ser uma região de topografia uniforme, sem apresentar drenagem organizada, não há influência das condições naturais no tamanho dos estabelecimentos.

Há, ainda, grandes propriedades que são domínios das tradicionais famílias de Irecê, descendentes dos primeiros povoadores da área.

A região de Irecê fazia parte das terras de uma sesmaria que se estendia até às barrancas do São Francisco, pertencente ao conde da PONTE, residente em Macaúbas. Êsse proprietário não se havia interessado por êsses domínios que, até os meados do século passado, permaneceram aproveitadas apenas para o livre pastoreio. Lavradores e proprietários do sertão, levados pelas sêcas periódicas que assolam a região, iam chegando a êsse local onde encontravam água no subsolo, fontes e a mata acaatingada. Aí se estabeleceram, apossando-se das terras. Mais tarde tornaram-se proprietários das mesmas. Nas primeiras fazendas iniciaram uma precária lavoura comercial de algodão que era beneficiado no próprio local, sendo enviado em lombo de animal até a estação de Queimados situada a uns 250 quilômetros a leste de Irecê e durante muito tempo, foi ponta de trilho da Estrada de Ferro Leste Brasileiro, no ramal que vai de Salvador para Juàzeiro.

O regime de explotação em parte está condicionado pelo tamanho das propriedades, havendo as formas direta e indireta, sem a predominância de uma forma sôbre a outra, além daquela que chamamos mista.

Encontramos proprietários que exploram diretamente suas terras. Geralmente são os que dispõem de pequenas glebas, isto é, com 80 tarefas ou menos. Os grandes proprietários ou aquêles que por um motivo qualquer, não podem explorar diretamente seu estabelecimento, pois dedicam-se a outra atividade na cidade, como é o caso de comerciantes, como também dos funcionários públicos, lançam mão do trabalho assalariado ou da parceria. Neste sistema encontramos duas modalidades diferentes. Assim quando os proprietários absenteístas precisam de um empregado que fique responsável pelo estabelecimento, procuram interessá-lo no desenvolvimento da produção, criando um sistema de parceria que é conhecido no local sob a denominação de "sociedade". Trata-se de uma forma de meação, na qual o proprietário entrega a terra arada, fornece sementes, financia a produção, dividindo os lucros com o sócio cuja responsabilidade ultrapassa a de simples trabalhador e passa a exercer as funções de administrador. Esta modalidade de contrato incentiva o parceiro a dedicar-se inteiramente à terra, ao mesmo tempo que atrai e fixa a mão-de-obra que não é abundante na região.

O outro sistema de parceria é a meação. O parceiro recebe do dono da terra o terreno arado e as sementes, ficando a seu cargo o financiamento da produção, acarretando com os riscos que essa possa apresentar. O resultado das colheitas é dividido pelos dois, comprando, geralmente, o dono da terra, a parte do meeiro.

Além da mão-de-obra flutuante que é numerosa nos períodos de plantio e colheita, é sempre necessário, para trato das culturas e outros trabalhos, um número de trabalhadores permanentes, em cada estabelecimento. Assim para tratar de 100 tarefas é preciso ter 5 trabalhadores efetivos. Porém, nas épocas de plantio e colheita, êsse numerário tem que atingir a 10 ou mesmo 20 diaristas, sobretudo, se o ano pluviométrico fôr favorável e as colheitas apresentarem bons rendimentos.

As propriedades com menos de 200 tarefas são exploradas, geralmente, pelo dono e seus familiares, tendo necessidade, apenas, de contratar diaristas para os trabalhos de plantio e colheita. Isto é possível, porque é comum não utilizarem tôdas as parcelas ao mesmo tempo, deixando reservas. Assim, nos estabelecimentos com 100 tarefas, sòmente umas 70 são cultivadas.

Já as grandes fazendas são exploradas sob regime misto. O proprietário "toca" uma parte do estabelecimento, contratando meeiros que se responsabilizam pelo restante da propriedade. À guisa de exemplo citamos o caso de um dos maiores proprietários da região (Sr. ALÍPIO NUNES DOURADO) que possui três estabelecimentos em áreas não contíguas. Cada um dêles com 1 000 tarefas. Analisando uma dessas fazendas vemos que cultivava umas 400 tarefas, empregando para isso 10 meeiros que são responsáveis por 150 tarefas. As restantes 250 eram cultivadas pelo proprietário, contratando diaristas para auxiliá-lo. Essas parcelas apresentavam-se em pastos, pomares e local de moradia.

Não há predominância de nenhum sistema de trabalho, mesmo do assalariado diarista, apesar de em certas épocas, êle representar a maior parte da mão-de-obra agrícola.

O agricultor planta em seu estabelecimento, por menor que seja a área arável disponível, todos os produtos que lhe possam fornecer lucros. Mesmo se o estabelecimento estiver em áreas de solos localmente desfavoráveis por conter rochas ainda não decompostas — "terras pedregosas" — como chamam os naturais da região, seu proprietário, em uma mesma parcela, cultiva juntos, o milho, o feijão, a mamona, o algodão. Esta é uma maneira de o lavrador defender-se contra possível malôgro nas lavouras, pois, se houver deficiência pluviométrica o que afetará certos produtos como o feijão e o milho, outros menos exigentes quanto à umidade, como a mamona, resistirão melhor à sêca, possibilitando salvar parte da colheita.

A topografia plana dos terrenos é extremamente favorável à mecanocultura. Assim o uso do arado puxado a trator está generalizado no município. Os proprietários que não possuem máquinas, costumam alugar, dos órgãos oficiais, como a Comissão do Vale do São Francisco e a Secretaria da Agricultura do estado que instituiu um plano de assistência técnica e financeira para intensificar o desenvolvimento da produção agrícola do município, intitulada "Operação Irecê". Êsses órgãos alugam, como dissemos, tratores e implementos para os trabalhos de desmatamento, destocamento, aradura e gradagem.

A mecanização que é recente, veio possibilitar a utilização de uma área maior para a lavoura; daí ser um fator do crescente aumento da produção agrícola. Além disso, acarretou uma economia de mão-de-obra, de modo especial nos períodos do plantio e colheita.

O preparo dos terrenos a serem cultivados começa em junho. Uma vez arado o terreno é feito o plantio, de outubro a novembro, meses em que se inicia o período chuvoso, sendo comum, outrossim, caso haja atraso do início da estação chuvosa, estender-se a época do plantio até janeiro. As chuvas quando atrasam ou caem em quantidade insuficiente,

trazem estado de tensão aos lavradores, pois, o êxito da colheita depende das chuvas em tempo e suficientes para completar o ciclo vegetativo dos produtos cultivados.

A colheita é feita a partir do mês de janeiro para os produtos plantados em outubro, prolongando-se até abril e maio. O feijão é o primeiro a ser colhido, pois, seu ciclo vegetativo é menor do que o do milho, do algodão ou da mamona. É comum colher-se o feijão que foi plantado em novembro, no mês de janeiro. O milho, geralmente, é colhido em abril e a mamona que é plantada em janeiro é colhida em junho. Já o algodão é plantado em maio.

Fig. 4 — *A presença do calcário origina, em determinados lugares, o aparecimento de grutas subterrâneas, como a que é encontrada na vila de Lapão, cuja toponímia se deve a êsse fator físico.*

(Foto: JABLONSKY — CNG).

De acôrdo com êsse calendário agrícola vemos que o período de trabalho vai de novembro a junho. Nos meses restantes, de acentuado estio, as atividades agrícolas ficam restritas às capinas, podas, consertos de cêrcas. Nessa época os trabalhadores assalariados ficam pràticamente sem serviço, vagando pela cidade e pelas vilas. Se a êsse período de entressafra seguir-se um ano de flutuações pluviométricas, o que afetará sobretudo as colheitas, as poucas possibilidades de trabalho e, por conseguinte, a situação econômica dessa gente torna-se alarmante.

A agricultura em Irecê é comercial por excelência. As culturas são feitas em consorciamento, sendo as parcelas cultivadas durante anos seguidos sem pousio, ou uso de adubos, o que bem demonstra a fertilidade do solo.

Não há um arranjo espacial das parcelas agrícolas nos estabelecimentos, isto é, uma disposição das áreas em cultivo em relação à topografia ou em função de um curso d'água, pois, o relêvo é plano e falta uma drenagem organizada. As parcelas são separadas por cêrca viva utilizando o "quiabento" que é vegetal do tipo de trepadeira com grande número de espinhos, que desempenha no sertão baiano o mesmo papel do "avelós" na zona do agreste. Dispõem-se os estabelecimentos, entretanto, de maneira mais peculiar, tendo suas frentes voltadas para as estradas e caminhos. Como êsses convergem para um determinado povoado, os estabelecimentos próximos às aglomerações de casas, apresentam forma aproximadamente triangular.

Já as habitações sofrem, em sua localização a influência das características geológicas e da presença da água de infiltração. Por ser uma região de terrenos calcários e não apresentar uma drenagem superficial organizada, ao lado do afloramento do lençol subterrâneo com ressurgência sob a forma de olhos d'água e de lagoas, o *habitat* rural vai apresentar diversas peculiaridades o que nos permite dizer que em Irecê o *habitat* se apresenta com tendência para a aglomeração.

As habitações se aproximam, ou até mesmo se aglomeram, em tôrno dos pontos de ressurgência d'água dando, neste caso, origem aos povoados rurais. Alguns são vilas, isto é, possuem certa vida administrativa como Gabriel, Lapão *. Outros são simples povoados com vida local. Centros de moradia daqueles que trabalham a terra nas redondezas, apresentam, muitas vêzes, a importância econômica das vilas. Entre êsses povoados podemos salientar, Gameleira e Canal.

Quando não há ressurgência, mas o lençol freático está a uma profundidade suficiente, permitindo a construção de um poço, processa-se, igualmente, a concentração do *habitat*. O número de casas varia de acôrdo com a possibilidade do fornecimento de água do poço; assim encontramos pequenos aglomerados indo de 5 até 30 casas.

As casas isoladas e dispersas pelos campos em cultivo são em menor número. Encontram-se com freqüência nas vizinhanças de Irecê, ou melhor, entre esta cidade e os povoados que a contornam. Tal localização, permite levantarmos a hipótese de, nessa área, o lençol subterrâneo estar menos profundo, possibilitando a construção de pequenos poços individuais, isolando e dispersando o *habitat*.

Há, por outro lado, certa correlação entre a dispersão do *habitat* e uma mais intensa e contínua utilização do solo. Quando encontramos as habitações dispersas observamos uma lavoura feita em escala maior, os campos em cultivo são mais extensos. Parece-nos que a presença da água no subsolo em camadas mais próximas à superfície, possibilitam maior umidade, o que favorece a lavoura. É assim mais fácil construir um poço, sem grandes esforços e despesas, já que a água aparece a alguns metros abaixo do solo. Qualquer proprietário pode fazê-lo, podendo prescindir da ajuda de outros, originando a dispersão das habitações, que se situam no meio das parcelas cultivadas e não junto às estradas no caso dos aglomerados.

---

* Neste existe uma grande lapa, isto é, uma gruta subterrânea, daí sua toponímia.

Poderia dizer-se, em última análise, que, em seu conjunto, o *habitat* em Irecê é do tipo misto, com aglomerações intercaladas.

As habitações, em sua maioria, são construções de alvenaria, cobertas de telhas. Algumas se salientam pelo seu bom aspecto, com varandas, demonstrando a boa situação econômica do proprietário. Além das casas de meeiros, um galpão para guardar a maquinaria, implementos, caixotes, sacaria, completa as instalações de uma grande propriedade. Raramente encontramos um curral, porque o gado que existe é criado em pastos cercados onde cultivam palma forrageira. Nos pequenos estabelecimentos não existe moradia para os meeiros, pois, geralmente êsses têm também terras próprias ou moram nas vilas e povoados das redondezas.

As vilas como Lapão, Gabriel e os povoados como Gameleira e Canal são agrupamentos que existem em função das atividades rurais. São locais de moradia de trabalhadores rurais e de proprietários que tendo suas terras de lavoura nas proximidades, vivem nesses pequenos aglomerados. São povoados-centros, pois servem como centro de serviços a uma área agrícola circunvizinha, tendo certa autonomia econômica, pois, não dependem da cidade de Irecê para seu abastecimento. O pequeno comércio varejista que cada povoado possui faz suas transações com "caixeiros-viajantes" que vêm ao local oferecer suas mercadorias. Posteriormente os caminhões trazem o que foi comprado. Isto estimula um movimento constante de viaturas que transportam, igualmente, dêsses povoados e de Irecê, o que a região produz. Jacobina é o centro urbano que possui relações comerciais mais intensas com Irecê mas, também, êsse município comercia diretamente com Feira de Santana e Salvador. Algumas firmas que têm escritório comercial em Jacobina, como a SANBRA e o J. Coelho, mantêm certo número de caminhões em tráfego permanente que vão apanhar os produtos agrícolas em Irecê.

Isto tem feito com que a cidade não apresente desenvolvimento que seja o reflexo da economia da região e desempenhe o papel de centro de uma área agrícola bem desenvolvida. Apesar de haver casas novas em Irecê e um constante movimento de caminhões, a mesma não dispõe de serviços médico-hospitalar, bancário, educativo ou hoteleiro, dependendo ela dos centros urbanos acima citados. O comércio varejista é pobre e mal instalado; algumas pensões sem confôrto são os lugares de pouso para os viajantes. Um pôsto médico, pertencente ao Departamento Nacional de Endemias Rurais atende à população. Há na cidade também uma agência do Banco da Bahia S/A, instalada em 1956.

Em parte essa situação é motivada pela ausência de indústrias, pois de importância só existe uma usina de beneficiamento do algodão, em pluma. As demais são rudimentares, como a de farinha e a de cal.

A expansão das áreas cultivadas e a maior comercialização dos produtos agrícolas são recentes na região de Irecê, podendo-se dizer que o processo neste sentido foi desencadeado por volta de 1940, quando então se deu nítido aumento da população, estando êste fato muito correlacionado com as modificações recentes que vieram alterar a paisagem rural.

A evolução da paisagem agrária

Até 1940 a lavoura era feita em proporções reduzidas apesar da fertilidade dos solos. Faziam culturas de feijão, milho e mandioca, visando sòmente à subsistência da população que se dedicava à plantação do algodão. Ainda nessa época havia extensas áreas cobertas pela caatinga arbórea, que era parcialmente derrubada, à medida que se processava o incremento demográfico e o da cotonicultura. Era êsse produto a base da economia da região. O algodão era descaroçado no local, em uma usina rudimentar instalada, que consistia em uma máquina de madeira, e depois transportado, em lombo de burros, até Queimados, seguindo por ferrovia até Salvador.

A economia algodoeira veio originar-se em área até então utilizada exclusivamente pelo livre-pastoreio. A região possuía então, isto é, na primeira década do século XX, importância muito maior como área de criação do que na atualidade. Tal situação se coadunava com o isolamento em que a mesma se encontrava, mal servida por vias de comunicação, o que não favorecia a comercialização dos produtos agrícolas. O decréscimo da importância do criatório em favor da lavoura, quando se criaram melhores possibilidades para esta, é bem compreensível face às condições climáticas e à pobreza dos pastos espontâneos e, além disso, o gado bovino aí criado é, até hoje, constituído de animais de tipo mestiço, de carne fibrosa, de pouca aceitação nos centros urbanos de maior consumo. Poderia ter melhorado o rebanho, mas para isso teriam que introduzir a palma forrageira e comprar reprodutores de raça. Ora o solo era fértil e os rendimentos eram satisfatórios, daí dirigirem a economia regional para a agricultura. De uns quinze anos para cá, foram feitas tentativas, introduzindo-se a palma forrageira, mas os lucros não têm sido compensadores. Já os suínos e os caprinos são mais numerosos, possibilitando a comercialização com os centros urbanos próximos, transportando os animais vivos em caminhões.

O primeiro passo para o desenvolvimento das atividades agrárias na região foi a introdução do arado fixo do tipo aiveca, puxado a boi, desencadeando-se, então, verdadeiro surto renovador nos processos agrícolas que chegou à atual mecanização da lavoura. Essa iniciativa se deve a um dos grandes proprietários de Irecê, que trouxe para sua fazenda, em 1940, tal implemento agrícola, o que lhe possibilitou desmatar e arrotear novas parcelas, expandindo consideràvelmente a área agrícola. Apesar de empregado por outros fazendeiros, o arado só se generalizou realmente a partir de 1943, quando o govêrno estadual, conhecedor da fertilidade dos solos de Irecê e da renovação que se iniciara, voltou sua atenção para a agricultura local. O auxílio prestado pela Secretaria da Agricultura do Estado, consistiu na vinda para o município de tratores que eram alugados por preços módicos, e no fornecimento de crédito para a aquisição de outros implementos.

Presenciou-se na área a expansão da lavoura comercial do feijão, milho, mamona, ao mesmo tempo que se aumentava a produção algodoeira e o contingente populacional se tornava mais numeroso.

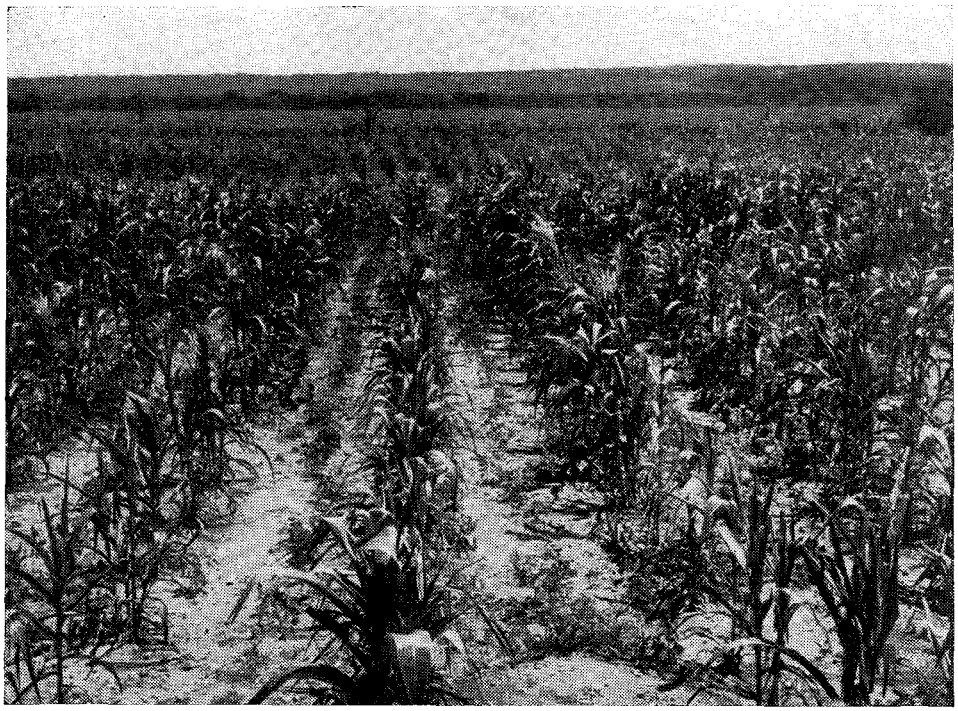


Fig. 5 — *O consorciamento das lavouras é a constante em tôdas as parcelas agrícolas. Na foto, intercalada entre as fileiras dos pés de milho, cultura do feijão. Ao fundo, salientam-se, na paisagem, os níveis retilíneos característico da região.*
(Foto: JABLONSKY — CNG).

Posteriormente, outro órgão oficial, a Comissão do Vale do São Francisco, veio atuar na região. Seu papel como incentivador da mecanização da lavoura e na assistência técnica ao lavrador se fêz notar, o que repercutiu num expressivo aumento da produção após 1953, data do início de seus trabalhos em Irecê, através de uma "residência agrícola". Pelo quadro abaixo podemos sentir o aumento da produção agrícola depois da instalação da CVSF, em Irecê.

	Milho saco de 60 kg	Feijão saco de 60 kg	Algodão arrôba
1950	15 000	6 000	4 500
1951	12 000	3 600	4 500
1952	15 000	3 000	50 000
1953	80 000	20 000	100 000
1954	130 000	8 000	200 000
1955	180 000	80 000	250 000
1956	142 000	130 000	280 000

Também a Secretaria da Agricultura organizou um trabalho de assistência técnica e material permanente à lavoura que se chamou de "Operação Irecê". Esta e a Comissão do Vale financiam a compra de tratores, arados, inseticidas, como também alugam máquinas para os trabalhadores agrícolas, além de manterem agrônomos na região.

Além dêsses órgãos oficiais que dão assistência à agricultura do município, temos no Banco do Brasil, através de financiamentos concedidos pela Carteira Agrícola, um fator importante para o incremento da lavoura e isso se tem processado desde 1953, quando se iniciou a concessão de crédito para as propriedades rurais.

Apesar dessas iniciativas que repercutiram no aumento do rendimento da produção, a lavoura não apresentava lucros compensadores. As vendas eram prejudicadas pela desorganização e morosidade do escoamento dos produtos, reflexo da precariedade das vias de comunicação que tinham evoluído do estágio de caminhos de tropas para estradas carroçáveis, porém, não atingindo uma situação que possibilitasse o tráfego permanente de caminhões, apesar de os mesmos servirem à área desde a década de 40. Como a região não podia enviar, com regularidade, sua produção, os proprietários não conseguiam obter mercados consumidores firmes, pois, êstes não podiam ficar à mercê de um abastecedor irregular, que dependia das condições das vias de circulação precárias, sobretudo, na época das chuvas. Muitas colheitas não deram lucros compensadores porque na época não encontravam compradores em número suficiente. A ausência de consumidores permanentes, fazia com que em certas épocas a mercadoria fôsse oferecida em grandes quantidades e os preços não compensassem os gastos da produção.

Quando foi concluída, em 1959, a estrada de rodagem federal, ligando Xiquexique a Ipirá e passando por Irecê, a lavoura tomou outro incremento, pois, com a construção dessa via de comunicação ficou mais fácil o escoamento da produção, intensificando-se as relações comerciais que tiveram como principal conseqüência a ampliação da área abastecida pela região agrícola de Irecê.

Assim a introdução do trator generalizando a mecanização da lavoura na área, a abertura de boas vias de comunicação que possibilitaram o tráfego permanente de caminhões, incentivaram a agricultura que se expandiu em área e com o decorrente aumento da produção. Isto veio influir na transformação da maneira como se fazia a utilização da terra, que evoluiu da forma mais rudimentar que é o sistema itinerante, para o de rotação de terras; evolução que continua a processar-se, como podemos verificar pelo que vamos expor.

No início do povoamento da região, quando ainda dominava em quase tôda a área a caatinga arbórea e a mão-de-obra era deficiente, a agricultura se caracterizava por ser itinerante. Não havia, na ocupação, continuidade em área. As parcelas ficavam disseminadas no meio da caatinga de maneira desorganizada. Derrubavam a caatinga menos densa, faziam a queimada e a roçada. Nos trechos onde o terreno ficava mais limpo, plantavam-se feijão e milho, sempre em escala reduzida, pois era para o consumo local. Nas parcelas onde permaneciam tocos, plantavam algodão. Não havia ainda o consorciamento dos produtos, salvo o feijão com o milho. As áreas em cultivo ficavam isoladas pela galharia derrubada que servia de cêrca, não construída e, sim, amontoada. A esta barreira para o gado denominaram de "betume". Os implementos utili-

zados nesse sistema de lavoura, feita com técnica rudimentar, se restringiram à enxada, à foice ou ao facão. Apesar de o rendimento por hectare não ser baixo, não havia interêsse pela agricultura, excetuando a do algodão. Os proprietários, sem recursos suficientes e com pouca mão-de-obra disponível, davam preferência ao criatório que era a base econômica da área.

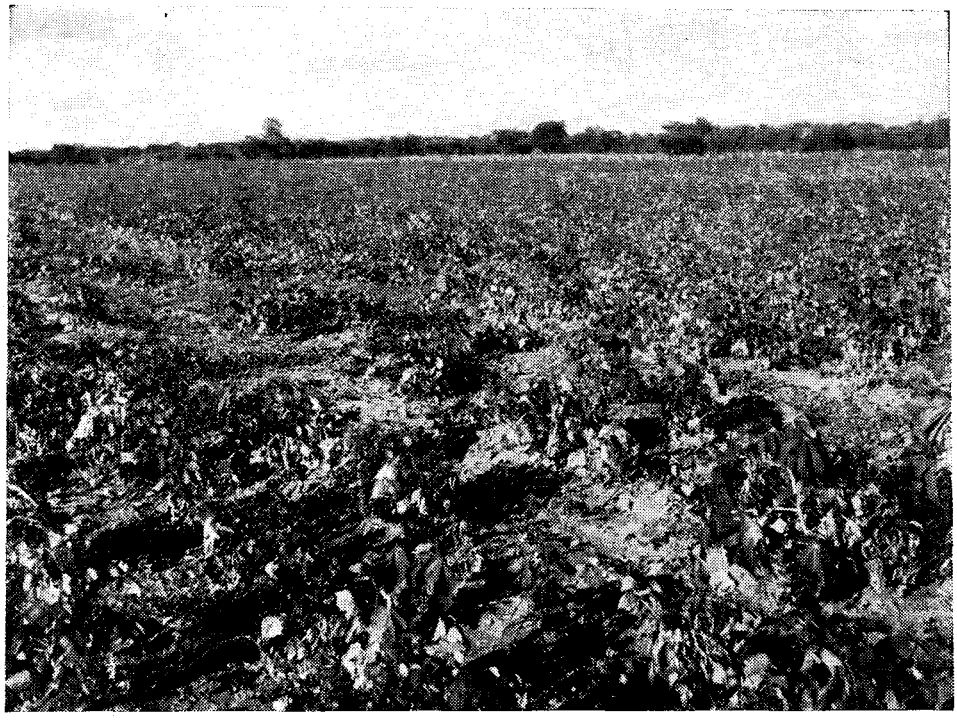


Fig. 6 — *As extensas parcelas com consorciamento de mamona, feijão e algodão, marcam a paisagem humanizada dêsse trecho do sertão baiano.*
(Foto: JABLONSKY — CNG).

Com o emprêgo do arado puxado a boi e, posteriormente, o trator, as terras cultivadas tornaram-se mais extensas. A abertura de novas parcelas se fazia igualmente na base da derrubada e da queimada, porém, já seguia certa organização espacial em função dos caminhos que já não eram simples picadas, mas estradas carroçáveis. O uso do trator intensificou o desmatamento o que possibilitou derrubar a caatinga mais espêssa, abrindo-se sucessivamente novos lotes. Após alguns anos de cultivo deixavam as parcelas em pousio, surgindo as capoeiras. Abandonavam as parcelas que começavam a apresentar menor rendimento, não significando isso que os solos já estivessem entrando em fase de esgotamento, mas, sim, porque havia muita terra disponível, ainda não ocupada. Depois da derrubada e queimada, aravam o terreno, e não empregavam qualquer fertilizante, nem mesmo o adubo verde. Plantavam milho, feijão e mamona consorciados, obtendo sempre boas colheitas. Com base nesse sistema de rotação de terras processou-se a expansão da área de lavoura em Irecê.

Atualmente nas áreas de ocupação efetiva, onde já não há terras a serem desbravadas, como em Lapão, Gameleira, Canal, a rotação de terras já não se processa. Tôdas as parcelas são intensamente utilizadas. A maneira como o solo é cultivado se caracteriza pelo uso contínuo das terras, pois, as lavouras anuais se sucedem em uma mesma gleba, contìnuamente, sem pousio. O ano agrícola inicia-se em novembro e as últimas colheitas, a do algodão, terminam em junho. No período de julho a outubro, que coincide com a estação sêca, a terra não é utilizada. O que é freqüente fazer-se é, após quatro anos consecutivos de milho, feijão e algodão, se plantar a palma forrageira. Quando ela estiver crescida, aí, coloca-se o gado para engordar. Posteriormente a parcela volta a ser cultivada. Aram sempre o terreno, mas não usam, ainda, o adubo, pois, o solo não apresenta sinais de esgotamento devido a sua grande fertilidade.

Porém, nos últimos dez anos tem sido grande o devastamento das matas para a abertura de novas parcelas, ampliando de muito o tamanho dos estabelecimentos, como podemos observar pelos dados censitários. Após alguns anos de cultivo essas terras são abandonadas, pois, há trechos ainda utilizados pelo livre pastoreio, que podem ser anexados sem grandes preocupações e com bons rendimentos, sem precisar conservar os solos. Vemos, além disso, que, apesar do grande aumento da superfície dos estabelecimentos, a área em lavoura não vem crescendo na mesma proporção, pois, se consultarmos os censos das últimas duas décadas, veremos que foi mínimo o crescimento da porcentagem das terras em lavoura.

Os sistemas agrícolas em Irecê, ainda não atingiram técnicas mais aperfeiçoadas, como a de rotação de cultura. Êsse uso contínuo das parcelas é como que um estágio intermediário entre a rotação de terras e a rotação de culturas, que talvez esteja muito próximo de aparecer na área, pelas contingências da própria produção e do comércio.

Conclusões

Como se vê, em tôrno de Irecê se originou uma região agrícola em franco desenvolvimento, em contraste nítido com a paisagem comum do sertão baiano, sobretudo no sertão são-franciscano, onde a pecuária extensiva domina em quase tôdas as áreas.

Dois fatôres físicos ressaltam como sendo as condicionantes principais de sua existência: a maior fertilidade natural do solo e a presença da água subterrânea. Porém, durante muitos anos êsses fatôres não foram suficientes para que a lavoura aí se expandisse, pois o isolamento em que se encontrava, devido à precariedade das vias de comunicação, não possibilitava maior comercialização dos produtos agrícolas. Ademais não são restritas a essa área relativamente pequena, pois, outras bacias calcárias são encontradas no vale do São Francisco.

Graças, primeiramente, à iniciativa privada complementada pelo apoio dado pelos órgãos estaduais e federais que incentivaram a meca-

Fig. 7 — *A cidade de Irecê é um centro urbano que se vem desenvolvendo, mas ainda não apresenta condições de serviços condignos com sua importância econômica. As ruas em geral não são calçadas e, como podemos notar, são de terra batida. Só uma artéria se apresenta pavimentada com pedras irregulares. O casario é baixo, apesar de haver construções novas, reflexo de sua expansão.*

(Foto: JABLONSKY — CNG).

nização, a lavoura se desenvolveu, aumentando a área cultivada. Essa mecanização foi possível devido à topografia plana, que bem caracteriza êsse trecho do rebôrdo da Chapada Diamantina. As possibilidades da circulação rodoviária consumaram-se com a construção da rodovia federal que facilitou enormemente o escoamento das safras e os transportes, incentivando a comercialização da produção agrícola. Com a importância crescente dessas condições técnicas, os cultivos evoluíram da lavoura itinerante de subsistência para o uso contínuo das parcelas, reflexo da lavoura comercial em expansão.

Porém essa produção encontra nas flutuações pluviométricas o seu maior obstáculo, pois, o atraso da estação chuvosa e a deficiência do total anual de chuva, poderão fazer perder tôda uma colheita promissora, o que trará desânimo para a população agrícola e influirá na vida econômica do município.

Essa mesma dependência à estação chuvosa obriga a população ativa a um período de inércia durante a entressafra, pois o lavrador não tem em que se ocupar nos meses secos, isto porque não cultiva, mesmo desconhecendo, produtos ou técnicas que poderão ser empregadas nesse período de inatividade. Esta estação ociosa comum a todo o sertão contribui para uma expressiva perda do potencial humano da área.

Outros problemas, êsses de ordem econômica, apresenta a agricultura nessa área e que podem ser resolvidos sem grandes dificuldades.

Um dêles é a necessidade de se construírem pequenos armazéns e silos para acondicionamento dos cereais nos anos em que as colheitas forem abundantes, sem precisar baixar demais os preços da produção, dando ao lavrador lucro compensador. Outro é facilitar ao pequeno proprietário a compra, através de pagamento facilitado, de máquinas agrícolas. Ao mesmo tempo carece fornecer créditos para serem empregados na melhoria da produção como, também, nas instalações dos estabelecimentos.

O caso de Irecê não deve constituir dentro do sertão a única área com essas possibilidades para os trabalhos agrícolas. Talvez outras áreas existam à espera de estudos e efetiva ocupação. Pesquisas geológicas, edáficas e do lençol freático precisam ser efetuadas no sertão, para que, aproveitando a lição de Irecê se possa avaliar, com mais precisão, as possibilidades incontáveis que o Nordeste pode oferecer.

Algumas observações sôbre um mapa de uso da terra em Irecê

Objetivando exemplificar a utilização da terra em uma pequena área em tôrno de Irecê, executamos a carta aqui apresentada.

Foi feita mediante restituição expedita e interpretação das fotografias aéreas na escala aproximada de 1:25 000, executadas em 1961 (maio a setembro), pelos Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S/A, a pedido da Comissão do Vale do São Francisco.

Conseguimos selecionar algumas características da organização do espaço agrícola na região. Procuramos, então, distinguir quatro categorias de parcelas: 1) parcelas com culturas consorciadas de milho, feijão, mandioca e algodão que representam as mais expressivas culturas dessa área agrícola; 2) parcelas com cultura de agave; 3) capoeira rala onde, em certos trechos, há livre pastoreio, bem observáveis nas aerofotos, pelo pisoteio do gado onde a vegetação mais rala é marcada; 4) capoeira alta, mais fechada, cuja antiga ocupação é testemunhada por trilhas visíveis e, ainda, pequenas parcelas de caatinga circundadas por parcelas em cultivo ou, mesmo, capoeira rala.

O primeiro fato a se ressaltar é a intensa utilização da terra, a multiplicidade de parcelas em cultivo. Nota-se contudo maior concentração das mesmas a oeste da cidade do Irecê, sobretudo, em tôrno do povoado Lagoa Canabrava, o que contrasta com a parte leste do município onde predomina a capoeira rala. As parcelas têm tamanhos variados e são divididas por cêrcas vivas, caracterizando-se uma paisagem de campos fechados alternados com espaços abertos.

Não há forma geométrica nítida das parcelas, porém, as situadas próximo aos povoados, estendendo-se entre caminhos ou estradas carroçáveis convergentes, têm forma aproximadamente triangular.

A nordeste da cidade de Irecê, distinguem-se parcelas em cultivo dispersas na capoeira rala, dando-nos a idéia de possibilidade da permanência da lavoura itinerante nesse trecho do município. Ao mesmo tempo é nítido, aí, o avanço da capoeira mais fechada sôbre a mais rala.

Distingue-se, em quase tôda a área representada, a capoeira rala e vestígios das antigas parcelas cultivadas. Ela ocupa maior superfície na parte leste do município, reflexo do povoamento que se processou gradativamente do Vereda do Romão para oeste.

Como assinalamos, a rêde de estradas e caminhos se constituiu convergindo para os diversos pontos onde há ressurgência. Ao que tudo indica, os caminhos e estradas atuais deveriam ser as trilhas por onde o gado, na fase antiga do povoamento, transitava livremente em busca de água para beber.

É em tôrno dêsses pontos de ressurgência que se concentrou a população originando-se, assim, os povoados rurais. Daí notar-se, em Irecê, um *habitat* rural com tendência para a aglomeração.

Além, dêsses povoados, distinguimos no mapa uma série de pequenas aglomerações de habitações em tôrno de um poço, muitas vêzes cercado. O número de casas varia, encontrando-se pequenos aglomerados indo de 5 a 20 casas.

As habitações isoladas e dispersas pelos campos em cultivo são em menor número. São encontradas com freqüência nas vizinhanças da cidade de Irecê, ou melhor, entre esta cidade e os povoados que a contornam. Podemos notar que há certa coincidência entre a dispersão do *habitat* com mais intensa e contínua utilização do solo.

Nos aglomerados maiores as habitações apresentam, para os fundos, um lote de terreno individual demarcado, ora maior, ora menor. Isto já não ocorre nas habitações isoladas que estão dispersas nas áreas cultivadas.

SUMMARY

Irecê is a municpio (county and county town) in the back country of Bahia, on the plateau know as the Chapada Diamantina. Its outstanding features in the regional economy consist in a remarkably high agricultural output and the way the land is tilled with use of mechanized equipment, so that its demographic density is now higher than that of the neighbouring municípios.

It can be seen at once that real "agricultural island", exceptional both demographically and economically, corresponds to a limestone basin laid down in the Silurian on an Algonkian base. In certain places the limestone appears on the surface in outcrops of bare rock or else is fashioned by chemical weathering into sinkholes or caves.

As to climatic conditions, the Irecê area comes under the heading of the semi-arid type, with the predominant characteristics of the *sertão*. The area is mantled with a woody scrub forest, interspersed only rarely with cactaceae.

It should be noted that there is little in the way of an organized surface drainage pattern in the area. With the exception of the Rio Jacaré, one of the affluents of the São Francisco no definitive watercourses can be located there. Seepage through the limestone tends to terminate in resurgence of the water elsewhere in lakes scattered all over the region.

A search to discover the determinants that will explain the more intense tillage leads tot he conclusion that two natural causes are to be evoked to justify this development: the soil and the underground water.

Turning to the agrarian picture in Irecê, special traits are to be observed as regards techniques and systems of working the land. In spite of considerable variation in size, it may be said that the majority of farms are of medium area, ranging from 80 to 450 hectares (200 to 1 100 acres). There is no relationship between the size of the farms and the farming system employed. All the landowners and tenant farmers or overseers use the same crop--raising techniques irrespective of the extent of the land cultivated. This is, hokever, by no means true of the management pattern of land development, the farms being worked directly or indirectly according as to whether they are small or large. Absentee landlords hand over their estates to a single individual to manage them. This form of working is known as a "society", and essentialy it differs little from tenant farming.

The farmer plants all the crops that are likely to yield a profit, however small the arable area available for the purpose. This is his way of guarding against a possible failure of those that are more demanding as to climatic conditions, e. g. beans and corn, and can be offset by others that are more drought-resistant, such as castor-oil and sisal.

The level topography is suited to mechanized cultivation. Thus the use of the tractor--drawn plough is general throughout the municipio. Such mechanization is, however, recent and has been the growth factor of the agricultural output.

COLÔNIA DE IRECÊ

REGIÃO AGRÍCOLA DE IRECÊ
mapa de utilização da terra
e
distribuição do habitat rural

AGLOMERADO URBANO
AGLOMERADO RURAL
CULTURAS CONSORCIADAS (MILHO, FEIJÃO, ALGODÃO E MAMONA)
CULTURA DE ÁGAVE
CAPOEIRA COM ÁREAS DE LIVRE PASTOREIO
CAPOEIRA ALTA E PARCELAS INCULTAS
RODOVIA
ESTRADA
ESTRADA CARROÇÁVEL E CAMINHOS
HABITAÇÃO

DG/SAI Org. por Aluizio Capdeville Duarte 1962

250m 0 500 1000m

Farming in Irecê consists essentially of cash crops. These are grown in association, the plots being tilled for years on end with neither fallow nor fertilizer, which is a clear indication of the fertility of the soil.

There is no spatial arrangement of the farmlands on the on the estates. The location of living quarters depends very largely on geological features and the presence of subsurface water saturation. Houses draw closer to one another or are even grouped together around points where the water regains the surface, giving rise tor ural settlements. Where there is no resurgence, but the water table is at a suitable depth for sinking a well, habitation also tends to concentrate. Isolated houses spread out over the tilled fields are not so numerous. Taken as a whole, land occupancy in Irecê is of the mixed tyxed type, with agglomerations interspersed with scattered housing.

Townships like Lapão and Gabriel and hamlets like Gameleira and Canal are centres of population, for they act as service centres for the surrounding farm area and enjoy a certain degree of economic independence in that they do not have to rely on the "city" or county town of Irecê for their supplies. Thus Irecê city shows no signs of growth to parallel the expanding economy of the area.

The development of farming in Irecê started in 1940 with the introduction of the plough, followed by the generalization of mechanization. Government agencies, above all the São Francisco Valley Commission, contributed to agricultural expansion with technical and financial assistance. However, it was only when a good road was built that this activity became lucrative, for this made for better marketing of the farm produce, throwing the region open to trucks coming from Jacobina, Feira de Santana and Salvador to pick up supplies in Irecê.

With the development of farming, the method of land use underwent a transformation, envolving from the rudimentary itinerant system to that of crop rotation which has now brought the fields into continuous cultivation without, however, resorting to fertilizers.

Finally attention is called to the importance of the rains for the crops, not only annual rainfall, but also the start of the rainy season being a matter of concern. Some suggestions are made on how to obtain better productivity for crop-farming in Irecê, and emphasis is laid on the necessity of buildings silos for grain storage increasing credits and making it easier to gain possession of the land.

It seems very likely that there are other areas in the sertão with the necessary physical conditions large-scale agriculture, and this calls for research work to be urgently expanded so as to evaluate the true possibilities of the Northeast in this respect.

RÉSUMÉ

Irecê est un municipe situé dans la brousse à l'intérieur de l'Etat de Bahia, dans la zone de la Chapada Diamantina. Cette région se distingue dans l'économie regionale par l'importance de sa production agricole et par les caractéristiques de son agriculture qui est mécanisée. Elle présente aussi une densité démographique supérieure à celle des municipes limitrophes.

On se rend rapidement compte que cette véritable "île agricole" d'expression démographique et économique particulière, correspond à une cuvette calcaire déposée à l'époque silurienne sur des terrains algonquins. Dans certains endroits, le calcaire appaait en affleurement de roche plate ou bien, en raison de la décomposition chimique, sous forme de delines ou grottes.

En ce qui concerne les conditions climatiques, la région d'Irecê peut être comprise dans le type semi-aride avec les mêmes caractéristiques prédominantes que celles de la brousse. La caatinga broussailleuse recourvre cette région avec la présence occasionnelle de cactaccées.

Il faut noter la pauvreté de drainage superficiel organisé dans la région. A l'exception du Rio Jacaré, une des affluents du Rio São Francisco, il n'y a là aucun cours d'eau de tracé permanent. L'infiltration de l'eu dans le calcaire et suivie de sa résurgeance autre part sous forme d'étangs disséminés sur toute la région.

Si on cherche ce qui conditionne et explique la mise en valeur plus intense de la terre, on voit que deux éléments natureles ressortent pour la justifier: le sol et l'eau souterraine

A l'égard de la situation agraire, Irecê présente des caractéristiques spéciales en ce qui concerne les techniques et les forms d'exploitation du sol. Bien que leurs superficies varient, les propriétés moyennes qu'on considère comme ayant de 80 à 450 hectares prédominent ici. Il n'y a aucun rapport entre la taille des exploitations et le système agricole employé. Tous les propriétaires et agriculteurs se servent das mêmes techniques pour le travail de la terre, quelle que soit la dimension de la propriété. Le contraire s'observe en ce qui concerne le régime d'exploitation, car il y a une forme directe ou indirecte, selon que la propriété est petite ou grande. Les propriétaires absentéists louent leurs terres à un fermier pour s'en occuper. Cette forme dt ravail st connue sous le teme de "sociedade" qui présente les mêmes caractéristiques que le métayge.

L'agriculteur plante sur ses terres, aussi réduite que soit la partie arable, tous les produits qui puissent lui rapporter. C'est sa façon de se défendre contre les possibles échecs des cultures plus exigeantes du point de vue climatique tel le haricot et le maïs, et les autres (ricin et sisal) qui résistent mieux à la sécheresse.

La topographie plane des terrains favorise la motoculture. Ainsi, l'emploi de la charrue tirée par le tracteur s'est généralisé dans le municipe. Toutefois, la mécanisation est récente et c'est elle qui a été le facteur de l'augmentation croissanae de la production agricole.

L'agriculture à Irecê est commerciale par excellence. Les cultures sont faites en consortium, le terrain est exploité pendant plusieurs années consécutives sans jachère ni engrais, le qui nontre bien la fertilité du sol.

Il n'y a pas d'organisation spa tiale des paruelles agriloles sur les fermes. Les habitations isolées et ispersées dns les campagnes cultivées sont en minorité. Dans l'ensemble, l'habitat à Irecê est du type mixte, avec des maisons éparpillées et quelques agglomérations.

Les bourgs tels que Lapão, Gabriel et les hameaux comme Gameleira et Canal sont des aglomérations centrales car ils agissent comme centres de services pour les régions agricoles avoisinantes et ont une certaine autonomie économique, puisqu'ils ne dépendent pas d'Irecê pour leur approvisionnement. Celle-ci ne présente pas un essor qui soit le reflet de l'économie en expansion de la région.

Le développement de l'agriculture à Irecê s'est produit en 1940. Il a commencé avec l'emploi de la charrue et a pris de l'ampleur avec la vulgarisation de la mécanisation. Des organismes gouvernementaux, surtout la Commission de la Vallée du São Francisco, ont contribué à l'extension del 'agriculture par l'assistance technique et financière. Cependant, cette activité n'est devenue lucrative qu'avec la construction d'une bonne route qui a permis un débouché plus important des produits agricoles, assuré par camions venant de Jacobina, Feira de Santana et Salvador, pour s'approvisionner à Irecê.

Avec le développement del 'agriculture, la façon de cultiver la terre s'est transformée, en se libérant de la forme la plus rudimentaire qui est le système itinérant, pour celui de la rotation des terres arrivant actuellement á l'emploi continu des parcelles, sans cepedant employer d'engrais.

Pour conclure, l'auteur attire l'attention sur l'importante des pluies pour les récoltes, non seulement du point de vue des précipitations annuelles, mais aussi du commencement de la saison humide. Certaines suggestions sont faites pour améliorer la productivité de l'agriculture à Irecê; entre autres, la nécessité de construire des silos pour l'emmagasinage des céréales, et l'augmentation des crédits et facilités pour acquérir des terrains.

Il doit y avoir d'autres zones de la brousse dont les conditions physiques se prêtent à une agriculture à grande échelle; il faudrait donc augmenter les recherches pour évaluer les possibilités réelles que a le Nord-Est peut offrir.

WLADIMIR BESNARD

No govêrno de ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA *surgiu o projeto de organização de um centro de pesquisas oceanográficas em São Paulo, com a finalidade precípua de estudar os recursos marinhos, notadamente a pesca. Devido ao advento do Estado Nôvo, essa tentativa não foi concretizada.*

Em 1945, na interventoria do embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, *o projeto supra entrou na ordem do dia. Seu secretário da Agricultura, sr.* CRISTIANO ALTENFELDER SILVA, *escreveu ao sr.* PAULO DUARTE, *então residente em Paris, informando-o da boa nova e encarregando-o de procurar, na França, um cientista que estivesse disposto a organizar um instituto de oceanografia no Brasil.*

Os srs. PAUL RIVET, *do Museu do Homem, e* LOUIS FAGE, *do Instituto Oceanográfico da França, indicaram-lhe o prof.* WLADIMIR BESNARD, *competente técnico francês em oceanografia, que aceitou o convite e chegou ao Brasil em março de 1947.*

O govêrno de São Paulo havia criado, pelo decreto-lei n.º 16 685, de 31 de dezembro de 1946, o Instituto Paulista de Oceanografia, instalado em dependências do Departamento da Produção Animal, subordinado à Divisão de Proteção e Produção de Peixes e Animais Silvestres, dêsse Departamento da Secretaria da Agricultura. O artigo 2.º dêsse decreto estipula que ao Instituto compete:

a) o estudo do relêvo submarino da plataforma continental do Estado;

b) o estudo dos fatôres físicos, químicos, biológicos, que influem na produtividade das águas marinhas e continentais do Estado, bem como das coisas de qualquer natureza que modifiquem suas condições;

c) o estudo da flora e da fauna aquáticas marítimas e interiores e, em particular, das espécies de significação econômica para a indústria da pesca.

Na organização da parte científica o prof. BESNARD *teve a ajuda inestimável do naturalista* JOÃO DE PAIVA CARVALHO. *Ambos iniciaram a coleta de material para estudo, seja mergulhando em busca de animais de fundo, seja puxando, com os dentes, a rêde de coletar plâncton, nas praias santistas, seja obtendo amostras de água por meio de mergulhos.*

Entraves de tôda ordem impediram o bom andamento dos trabalhos na fase inicial de organização até que, pela lei n.º 1 310, de 4 de dezembro de 1951, o Instituto Paulista de Oceanografia foi incorporado à Universidade de São Paulo com a denominação de Instituto Oceanográfico, daí advindo incremento em suas atividades científicas.

Em companhia de PAIVA CARVALHO *percorreu demoradamente o litoral paulista, tendo escolhido as cidades de Cananéia e Ubatuba como locais ideais para a instalação das bases de pesquisa.*

Em 1950 a Diretoria de Hidrografia e Navegação, do Ministério da Marinha, indicou-o para dirigir a parte oceanográfica da Expedição João Alberto à Ilha da Trindade. Seus estudos revelaram um excepcional interêsse de uma região tão pouco pesquisada, acrescentando novos dados a outros elementos já conhecidos. A série de bancos examinada e documentada em cortes tem grande importância para o estudo da oceanografia dessa região, pois a Corrente do Brasil, quente, salina e profunda, sofre irregularidades nessa latitude.

Desde a fundação do Instituto nem os técnicos especializados nem o pessoal da administração tinham situação garantida, por falta de um quadro de funcionários. Por isso inestimável foi a ajuda concedida pelo Conselho Nacional de Pesquisas, por meio de bôlsas de estudo que vinham suplementar os salários dos pesquisadores, bem como à Marinha, por intermédio da sua Diretoria de Hidrografia e Navegação. Essa situação finalmente foi remediada pela lei n.º 5 470, de 8 de janeiro de 1960, que integrou efetivamente quase todos os colaboradores do Instituto.

Em princípios de 1960, sentindo-se incapaz de comparecer diàriamente ao Instituto, por ter sido acometido por diversos males, o prof. BESNARD *solicitou demissão do cargo de diretor-geral, transmitindo-o ao dr.* INGVAR EMILSSON. *Seu cargo passou a ser de conselheiro-científico. Em maio dêsse mesmo ano agravou-se o seu estado de saúde e teve que ser internado no Hospital das Clínicas, passando posteriormente para a Casa de Saúde Santa Rita, local onde faleceu no dia 11 de agôsto de 1960.*

WLADIMIR BESNARD *nasceu na França, no mês de setembro de 1890. Fêz seus estudos superiores na Rússia, nas Universidades de Kiew e Moscou, especializando-se em Anatomia Comparada e Biologia Geral. Após licenciar-se em Ciências Naturais, passou a exercer as funções de assistente do prof.* A. SEWERTZOFF. *Logo depois foi designado assistente da Estação Biológica de Villefranche sur Mer (Department du Var — França), mas infelizmente não pôde ocupar o pôsto por ter sido mobilizado pela guerra de 1914-18. Alguns anos após o armistício (1923) foi nomeado professor e chefe do Departamento de Biologia do Colégio Universitário Americano "Robert College", sediado em Constantinopla. Nessa ocasião conseguiu equipar um barco para fins de pesquisas oceanográficas, com êle realizando*

sondagens e estudos hidrobiológicos no Mar de Mármara e no Bósforo. Estudou também a pesca e a biologia dos peixes migradores, na Turquia.

Em 1927 retornou à França, ingressando no Museu Nacional de História Natural, de Paris, tendo trabalhado no Laboratório de Pesca e Produção Colonial de Origem Animal.

Em 1928 foi nomeado professor da Escola Prática de Altos Estudos, passando a trabalhar com atividades relacionadas à pesca e à industrialização dos produtos do mar, sob a orientação do prof. A. GRUVEL. *Tinha também a função de elaborar cartas de pesca e de oceanografia. Para êsse fim visitou Marrocos (estudou a biologia dos peixes e ostras e fêz o levantamento de cartas de regiões lagunares), Somália, Indochina, Dinamarca, Noruega (estudou a indústria da pesca da baleia e examinou navios-usina), Índia, Arábia, Índias Neerlandesas (Java, Samatra, Bornéo, Biliton, onde estudou a fauna e os recifes de coral), Malásia, Ceilão, Líbano, Síria e Palestina (estudou a pesca marítima e de água doce). Como membro da Missão Augiéras-Draper ao Sahara descobriu numerosas estações pré-históricas e o esqueleto do Homem de Asselar, que serviu de base a um trabalho de* MARCELIN BOULE.

A direção do Museu Nacional de História Natural e o Ministério das Colônias encarregaram-no de criar, montar e dirigir o Aquário de França de Além-Mar, que foi inaugurado por ocasião da Exposição Colonial de 1931. Êsse estabelecimento adquiriu notoriedade graças às suas atividades e, por isso, foi escolhido pelo Real Aquário de Copenhague, pelo Aquário de Bombaim, pelo Aquário de Mônaco e pela Estação Biológica de Roscoff, para servir-lhes como orientador. Essas instituições designaram-no, em 1937, para instalar o Aquário destinado a figurar na Exposição Internacional de Paris.

Com o advento do govêrno de Vichy (1940), BESNARD *abandonou a administração de que fazia parte como membro titular, a fim de não manter contacto com o inimigo. Passou a dedicar o seu tempo aos estudos da tecnologia dos produtos de origem marinha.*

A República da Colônia convidou-o, em 1941, para supervisionar o Ensino Profissional da Pesca, mas a situação internacional fê-lo declinar do convite.

Entre 1943 e 1945 os trabalhos de um laboratório experimental e usina-pilôto da Bretanha foram dirigidos por BESNARD. *Nesse local passou a estudar e aperfeiçoar um nôvo derivado do peixe, os autolisados.*

Por ocasião da Libertação, a Comissão de Reparações reintegrou-o nos quadros da administração francesa.

Em 1946 o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Museu Nacional de História Natural propuseram que BESNARD *funcionasse como conselheiro-técnico da Secção Indo-Pacífica da U.N.R.R.A., mas não ocupou o cargo por ter optado pela direção do Instituto Oceanográfico da Indochina. Sua partida, entretanto, foi retardada, tendo em vista a situação político-militar da Indochina Francesa, então ocupada pelos rebeldes. Foi então que aceitou a oferta do govêrno paulista para organizar um instituto de oceanografia.*

O prof. BESNARD *era Cavaleiro da Legião de Honra e membro da "International Directory of Oceanographers" para o Brasil.*

Os leitores que estiverem interessados em outros pormenores sôbre a vida e a obra de WLADIMIR BESNARD *poderão consultar os seguintes artigos:*

DUARTE, *Paulo — 1960. Wladimir Besnard, Anhembi, São Paulo, Ano X, vol. XL, n.º 119, p. 327-333.*

GAMA, *Reynaldo Saldanha da — 1960. Sentido universitário da obra de Besnard, Anhembi, São Paulo, Ano X, vol. XL, n.º 120, p. 482-484.*

MINIUSSI, *Marta Vannucci — 1960. Wladimir Besnard, Anhembi, São Paulo, Ano X, vol. XL, n.º 120, p. 478-481.*

REIS, *José — 1960. Wladimir Besnard, Anhembi São Paulo, Ano X vol. XL, n.º 118, p. 174-176.*

SADOWSKY, *Nanna — 1960. Meu amigo, o professor Besnard, Anhembi, São Paulo, Ano XI, vol. XLI, n.º 121 p. 20-26.*

SILVA, *Cristiano Altenfelder — 1960. Origens do Instituto Oceanográfico de São Paulo, Anhembi, São Paulo, Ano X, vol. XL, n.º 120, p. 485-489.*

A produção científica de BESNARD *teve início em 1920 e prolongou-se até 1953. Eis a lista dos seus trabalhos:*

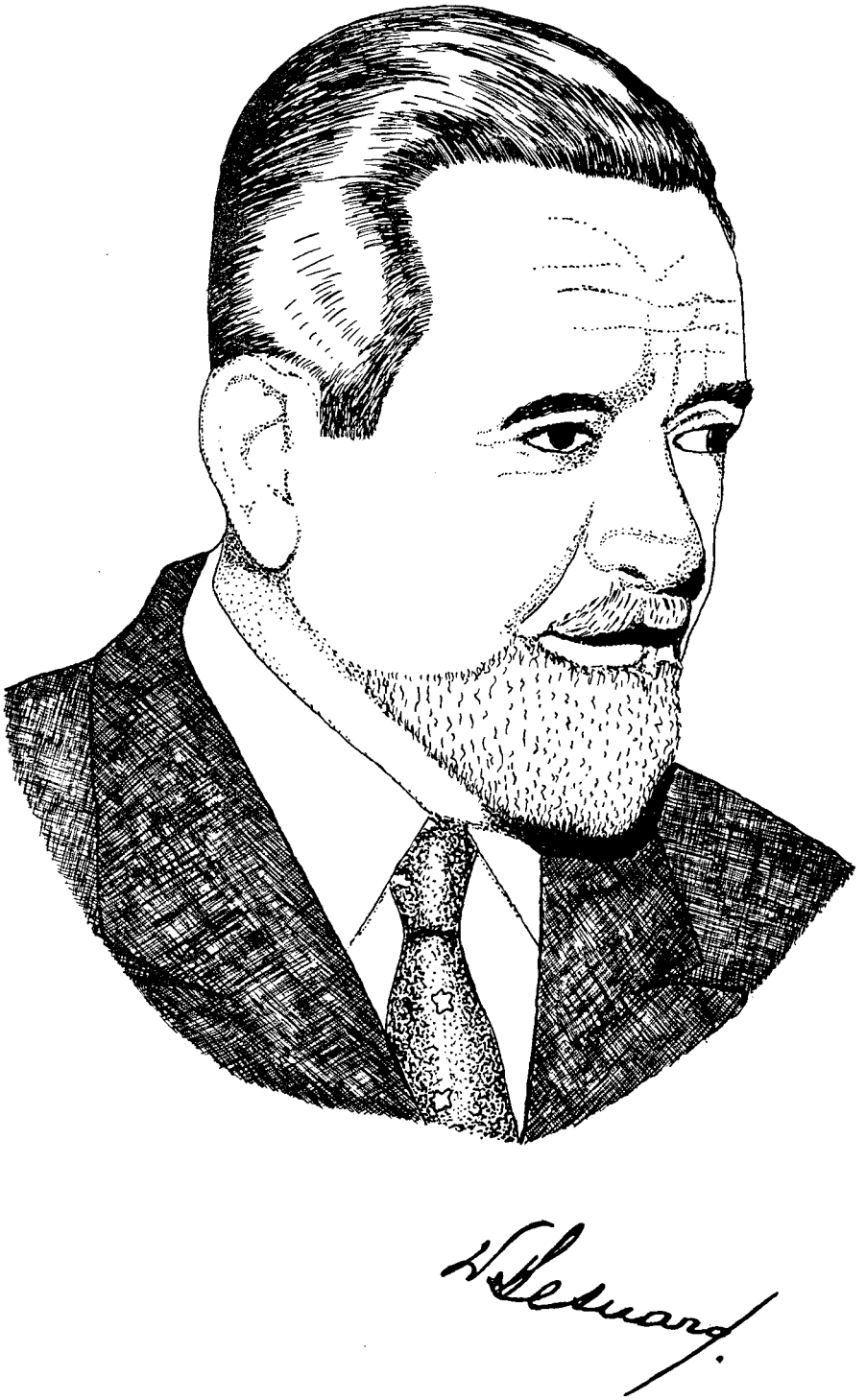
1920. Description et présentantion d'un nouvel appareil océanographique (em col. com A. Gruvel). Communication à l'Académie des Sciences de Paris, 3 mars 1920.

1929. Les poissons migrateurs du Bosphore et leur pêche. Rapport présenté au XIème Congrès des Pêches Maritimes. Dieppe, Septembre.

1929. Sur une structure particulière des papilles linguales et son interpretation fonctionalle (em col. com G. Petit). Compte Rend. Séance Soc. Biol., 16 Fevrier 1929.

1930. Partie géologique du rapport de la Mission Saharienne "Augiéras-Draper", Soc. d'Édition Océanogr. Maritimes et Coloniales, Paris.

1932. Les relations de la musculature et des papilles de la langue chez les Reptiles et



les Mamifères. Nouv. Arch. du Muséum, IX: 95-132 (em col. com G. Petit).

1933. Recherches sur la nature des fonds de la côte Occidentale du Maroc entre le Cap Chir (em col. com A. Gruvel). Com. à l'Académie des Sciences, le 18 décembre.

1933. De l'action lumineuse et ultraviolette émise par des lampes spéciales sur la croissance et la réproduction de quelques plantes aquatiques. Compt. Rend. Acad. Sci., vol. 197, p. 1746 (em col. com P. J. Korda).

1935. Poissons électriques. Com. à la Séance du 9-1-35 de la II Sect. de la Soc. Franc. des Eléctriciens, Bull. n.º 54, juin.

1937. Atlas de pêche des principaux produits marins rencontrés sur les marchés du Maroc. 1 vol. Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales (em col. com A. Gruvel).

1938. L'influence de la lumière artificielle et rayons ultraviolets sur la croissance, la floraison et la réproduction des plantes aquatique. Bul. Soc. Nat. Acclim., n.º 3-4, mars-avril (em col. com P. J. Korda).

1938. Capture et acclimatation des poissons exotiques. Capture, accoutumance, questions comerciales, transports, procédés techniques, types d'amenagement. 1 vol., Paris, Payot, 202 p., 52 figs.

1947. Que mangent-ils? Paris.

1948. Les produits d'origine marine et fluviale, Paris, Payot, 366 pp., 23 pl., 14 figs., 1 mapa, 2 diagramas e 65 tabelas.

s. d. Adaptation française de l'ichtyologie industrielle, de Meisener. Traduzido do russo. 1 vol., Paris, Payot.

*s. d. Sur les particularités morphologiques de la partie caudale du corps de l'*Orthagoriscus mola *(publicado na Rússia).*

s. d. Sur la biologie et la réproduction d'une méduse d'eau douce du genre Microhydra, *découverte dans les environs de Moscou (publicado na Rússia).*

1950. Considerações gerais em tôrno da região lagunar de Cananéia-Iguape I. Bol. Inst. Paul. Ocean., I (1): 9-26, 12 figs., 1 mapa.

1950. Nota preliminar sôbre uma particularidade da biologia de Sardinella aurita *Cuv. & Val., da costa brasileira. Bol. Inst. Paul. Ocean., I (1): 69-79, 8 figs.*

1950. Considerações gerais em tôrno da região lagunar de Cananéia-Iguape II. Bol. Inst. Paul. Ocean., I (2): 3-28, 2 figs.

1951. Resultados científicos do cruzeiro do "Baependi" e do "Vega" à Ilha da Trindade: Contribuição para o conhecimento da plataforma insular da Ilha da Trindade. Bol. Inst. Paul. Ocean., II (2): 37-48, 5 est., 1 mapa.

1952. Resultados científicos do cruzeiro do "Baependi" e do "Vega" na Ilha da Trindade: Observações sôbre a relevografia da região situada entre a Ilha da Trindade e o continente. Bol. Inst. Ocean., III (1-2): 49-54, 1 mapa.

1952. Un nouveau dispositif pour mensuration dans les travaux biométriques. Bol. Inst. Ocean., III (1-2): 125-128, 2 figs., 2 fots.

1953. Sambaquis da região lagunar de Cananéia I. Observações geográficas II. Especulações históricas. Bol. Inst. Ocean., IV (1-2): 215-230, 15 fots. (em col. com Aziz N. Ab'Sáber).

O prof. BESNARD *dedicava-se também à divulgação científica:*

1947. A oceanografia. O Estado de São Paulo, março-abril.

1947/48. Riquezas marinhas e fluviais. Caça e Pesca, maio de 1947 a janeiro de 1948.

1947/48. O domínio das águas. O Estado de São Paulo, outubro de 1497 a maio de 1948.

1456/57. As riquezas do mar, Suplemento Agrícola do jornal O Estado de São Paulo, março de 1956 a dezembro de 1957.

Apresentou ainda as seguintes teses:

1948. A produção marinha em face do equilíbrio alimentar das populações — Ostras, 11 p. — apresentada ao Congresso de Higiene, realizado em São Paulo.

1950. Necessidade da racionalização do aproveitamento dos produtos de origem marinha — apresentada ao Instituto de Organização Racional do Trabalho — IDORT.

As cartas de pesca confeccionadas por BESNARD *foram as seguintes:*

1. Costa Ocidental de Marrocos, du Fédala au Cap Mazagan.
2. Costa Ocidental de Marrocos, du Cap Cantin au Cap Sim.
3. Costa Ocidental de Marrocos, Cartes lagunaires.
4. Mapa do Gôlfo de Alexandreta.

HITOSHI NOMURA
Oceanógrafo
Grupo de Pesquisas sôbre a Pesca Marítima — Santos

COMENTÁRIOS

A Colônia Pindorama: uma modificação na paisagem agrária dos tabuleiros alagoanos

ROBERTO LOBATO A. CORRÊA
Geógrafo do C.N.G.

A colonização visando, em última análise, à valorização regional, fundamenta-se na organização planejada do espaço em bases agrárias.

A Colônia Pindorama localizada parte no município de Cururipe e parte no de Penedo, é um exemplo de como em terras tradicionalmente consideradas impróprias para a agricultura, pode valorizar uma região empregando-se não sòmente sistemas agrícolas adequados, mas também uma forma conveniente de organização do espaço. Forma de organização que inclui, evidentemente, o elemento fundamental da produção, o homem. O seu elevado padrão de vida comparativamente com o da população regional é devido a esta forma de organização.

Na verdade, a análise da colonização e de seus efeitos nesta área de tabuleiros terciários deve ser feita do ponto de vista geográfico, procurando-se ver as modificações introduzidas pela colonização no tipo do povoamento, no uso da terra, nos regimes fundiário e de explotação, nos aspectos demográficos, enfim, nas relações entre o fato colonial e o fato regional.

Colonização e forma de povoamento

No sudeste alagoano, como em tôda a faixa sedimentar terciária de Alagoas, percebe-se, nas amplas superfícies que formam esta faixa, o vazio demográfico. A população concentra-se tôda ela nos vales que dissecam êstes tabuleiros devido à maior fertilidade dos solos e à facilidade de obtenção de água nos mesmos.

Ao longo da rodovia, que de Penedo procura a Colônia Pindorama, êste fato é sensível. A rodovia segue a superfície dos tabuleiros, não se percebendo a presença do homem, nem de suas atividades, mas apenas estreitos caminhos que procuram os vales, indicando a importância dêstes para as atividades humanas.

O vazio demográfico é quase total, e a esta paisagem formada pela vegetação de tabuleiro (arbustos e árvores de porte baixo), já se terá acostumado o geógrafo, quando a cêrca de vinte quilômetros de Penedo, surge uma outra, bastante diversa, onde o homem e o tabuleiro passam a fazer parte juntos de uma nova paisagem agrária.

Esta paisagem é o resultado de um empreendimento particular, feito pela Companhia Progresso Rural, que num plano considerado audacioso organizou uma colônia e cooperativa, tendo como idéia central o aproveitamento econômico dos tabuleiros, e em tôrno desta idéia organizou o espaço.

A primeira diferenciação na paisagem agrária diz respeito ao fato de que a Colônia primordialmente ocupa o tabuleiro, ocupação esta que se refere às lavouras, como as instalações administrativas, e às casas de colonos. Ao contrário da região circundante, é no tabuleiro que se sente a presença da ação do homem, dando à paisagem a sua marca construtiva, em substituição à vegetação de tabuleiro que antes ocupava o espaço. (Fig. 1)

Outra diferenciação na paisagem agrária diz respeito ao tipo de povoamento ("*habitat* rural") que, ao contrário das áreas vizinhas apresenta-se, geralmente, com alguns "núcleos" constituindo pequenos aglomerados que se alinham ao longo das estradas secundárias. Duas razões justificam a concentração do *habitat:* a primeira refere-se à intenção de valorizar-se agrìcolamente as terras do tabuleiro, e a segunda responde às necessidades do grupo humano, necessi-

dades de serviços, escolas, convivência social e à obtenção de água, pois, devido à permeabilidade da rocha, esta é obtida às vêzes a sessenta metros de profundidade. (Fig. 2)

Contudo, devido a dificuldades em obter financiamento atualmente, nem todos os "núcleos" da Colônia apresentam-se concentrados. Mesmo no tabuleiro encontra-se *habitat* disperso, e à semelhança do que ocorre em tôda a periferia, um dos "núcleos", Palmeira Alta, forma um *habitat* concentrado entre a rodovia e o rio Piauí. Na verdade formava um povoado espontâneo antes de fazer parte da Colônia Pindorama.

Outra característica do tipo de povoamento é que, os colonos que vivem em *habitat* aglomerado dispõem de dois lotes, um de residência e outro agrícola, êste nunca distante mais de dois quilômetros daquele.

Fora do tabuleiro surge, num pequeno vale aglomerado onde se concentram os principais serviços, a administração, as instalações industriais e um esbôço de função urbana.

Outra modificação, levada a efeito tendo em vista a idéia de utilizar-se o tabuleiro, diz respeito ao uso da terra, o qual marca a paisagem, diferenciando-a daquela que circunda a Colônia.

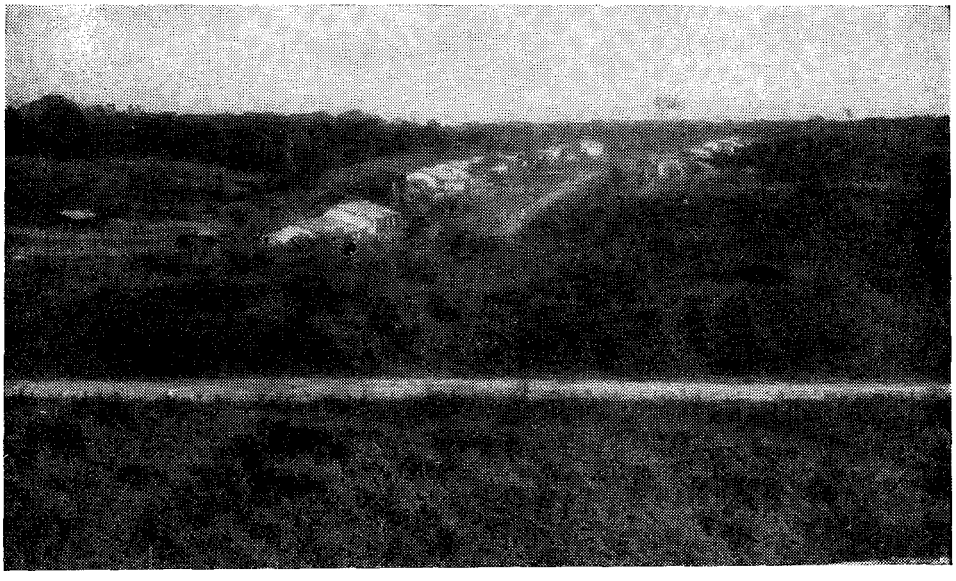


Fig. 2 — *Trecho parcial da Colônia Pindorama onde aparece um dos núcleos aglomerados, o de Botafogo, o qual, situado sôbre o tabuleiro, desce suavemente para um pequeno vale. Pode-se observar ao fundo o nível dos tabuleiros e a vegetação da mata em parte já devastada, deixando ver a vegetação secundária.*

Foto: Nilo Bernardes

Colonização e uso da terra

A colonização foi o fator fundamental para que o uso da terra, nesta região de tabuleiros, fôsse diferenciado.

Numa região onde o uso da terra estava ligado à fertilidade natural dos vales ou das encostas, onde os sistemas agrícolas compreendem um conjunto de técnicas empíricas (com exceção das várzeas rizícolas ou da açucareira do Cururipe), verifica-se a presença de sistemas adiantados praticados sôbre o tabuleiro. Na verdade, os esforços se dirigem ao tabuleiro e, por isto mesmo, concentram-se aí 70% dos lotes. Na verdade, também, a dualidade de formas topo-

COLÔNIA PINDORAMA
MUNICÍPIO DE CORURIPE ESTADO DE ALAGÔAS
PLANTA PARCIAL
CAIXA DE ÁGUA 1
POÇO TUBULAR E BOMBA.... 2
ESCOLA..... 3
RESIDÊNCIA DE PROFESSÔRA... 4
RESIDÊNCIAS ANCAR..... 5
ESCRITÓRIO E SALA DE REUNIÃO 6
RESERVAS PARA INSTALAÇÕES... 7
RESERVA FLORESTAL..... 8
0 500m
N M
PONTE
RIACHINHO
BOTAFOGO
LAGOA ANICETO
CAMPO DE AVIAÇÃO
ESTRADA AMAPÁ
SANTA TEREZINHA
ESTRADA AMAZONAS
BONSUCESSO
ESTRADA ACRE
RIO BRANCO
ESTRADA ALAGOAS
LAGOA DO PAU

Fig. 1

gráficas, tabuleiro e encosta-várzea, leva a que em cada uma das formas haja uma adequação às suas condições naturais.

Culturas de subsistência, arroz em pequena escala e uma pecuária extensiva e com rebanho pouco numeroso, são os elementos da explotação destas áreas de encosta-várzea, onde a relativa fertilidade permite que sistemas menos evoluídos sejam empregados. A tradição agrícola mão-de-obra regional é suficientemente forte para que os velhos sistemas sejam mantidos, apesar dos esforços da administração. Culturas de subsistência nas encostas acompanhando a linha de maior declive são observadas, deixando-se ver desde já os efeitos da erosão.

No tabuleiro, domínio das culturas comerciais, os sistemas agrícolas são adaptados aos solos arenosos, pobres em matéria orgânica, lixiviados e sujeitos a fortes lavagens no período chuvoso (1 400 mm em média, dos quais a maior parte no período outono-inverno). O uso intensivo de adubos, químicos ou orgânicos (compostos de turfa, esta existente no vale do Piauí), culturas de cobertura, visando a diminuir os efeitos da erosão, e, ao mesmo tempo comerciais, permitem que elevados rendimentos econômicos sejam obtidos.

O uso da terra está ligado à múltiplas atividades agrícolas, industriais e comerciais, concentrando a Colônia e Cooperativa tôdas elas.

As culturas de maracujá e do côco-da-praia são as principais, adaptando-se bem às condições edáficas, pois, além de ambas protegerem os solos, a segunda retira com suas profundas raízes os minerais que a lixiviação torna mais raros na superfície. (Fig. 3)

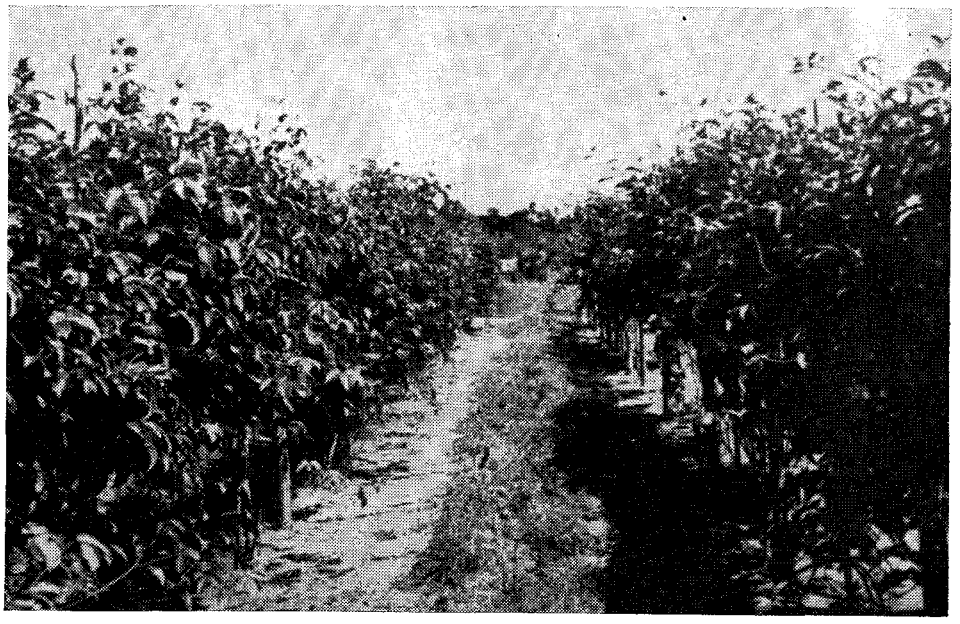


Fig. 3 — *Colônia Pindorama — Cultura do maracujá alinhada sôbre o tabuleiro arenoso. Esta cultura, base econômica da Colônia Pindorama, é feita dentro de técnicas avançadas, obtendo-se rendimentos elevados.*

Foto: Cia. Progresso Rural

A cultura do maracujá vem se desenvolvendo ràpidamente, em parte pelos estímulos dados pela Cooperativa, estímulo que compreende a ajuda técnica, a compra da produção in *natura*, em parte pela agência do Banco do Brasil localizada em Penedo, a qual sabe da aceitação crescente por parte dos mercados para onde o maracujá, depois de transformado em suco, é enviado. Assim, esta cultura, iniciada em 1959, contava com 50 hectares; em 1962 ascendia para 620 hectares,

e a produção de suco atingiu em 1961 480 000 garrafas, esperando-se dobrá-la em seguida. O grande mercado da Colônia é o Rio de Janeiro, que, apesar da distância, é capaz de consumir 80% da produção total.

A cultura do côco, cujo plantio é também recente, ainda não atingiu a fase produtiva, havendo cêrca de 70 000 pés plantados. A dificuldade em expandir esta cultura está ligada ao fato de o financiamento do Banco do Brasil ser de 3 anos, e esta cultura levar de 5 a 7 anos para entrar em produção. No entanto, culturas anuais de subsistência ocupam os intervalos das linhas de coqueiros, enquanto êstes não produzem, da mesma maneira que na cultura do maracujá.

A ajuda técnica e financeira recebida pelos colonos, permitiram que sistemas agrícolas adiantados fôssem introduzidos numa vasta região onde eram desconhecidos. O caboclo que usava a rotação de terras nas encostas do tabuleiro, agora num ambiente estranho a êle, pois eram antes os tabuleiros desprezados, passou a utilizar sistemas mais racionais de uso da terra. Para a cultura do maracujá, desbravam 4 hectares iniciais, os quais produzirão aquela fruta até o 6.º ano, quando progressivamente outra parcela será então utilizada, não porque o solo esteja emprobrecido, mas porque a planta chegou ao término produtivo em têrmos econômicos.

Sendo a Companhia Progresso Rural uma eprêsa comercial, procura firmar econômicamente a sua Colônia (fundada em 1956), e pouco a pouco o consegue. Dentro do plano de colonização há vastos programas, incluindo o abastecimento de Penedo em produtos hortigranjeiros. Pretende-se, também, depois da drenagem e saneamento do alto vale do Marituba (baixo Piauí) estender o cultivo de arroz em grande escala. (Fig. 4) Há planos, ainda, para a instalação, nos tabuleiros, de outras culturas que também serão industrializadas, como a da manga e a da rosela (fabrico de geléia), as quais se acham em fase de experimentação. Cogita-se também do reflorestamento com madeiras comerciais (cedro,

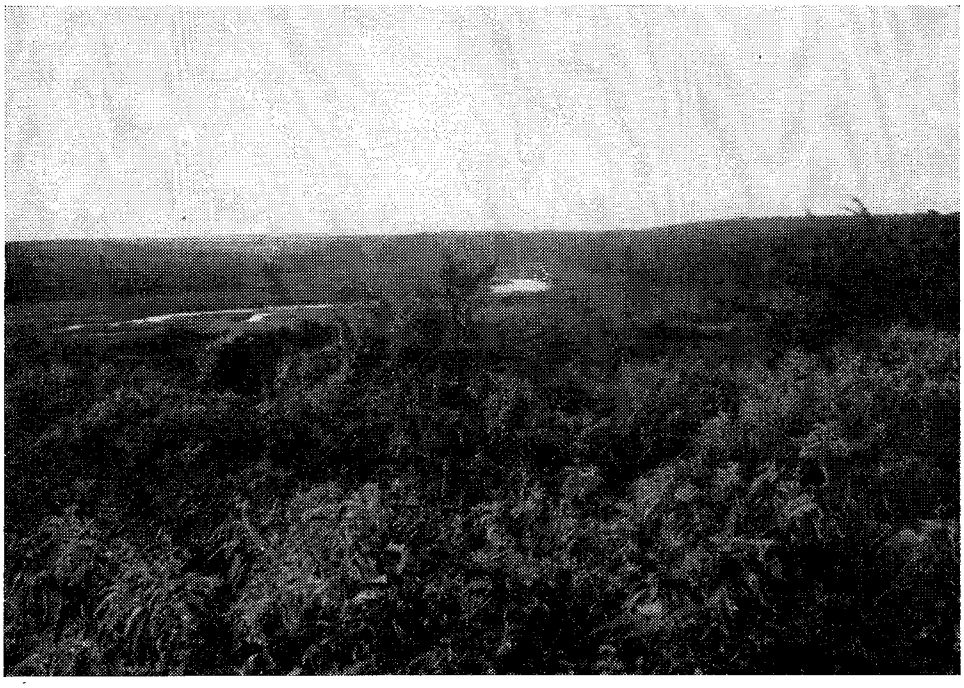


Fig. 4 — *Colônia Pindorama — Vista do rio Marituba, cujo leito se acha parcialmente embrejado. A Companhia Progresso Rural pretende sanear êste trecho do rio e instalar aí cêrca de 1 000 famílias que se dedicarão ao plantio de arroz. Percebe-se ainda a vegetação dos tabuleiros e, ao longe, o nível dos mesmos.*

Foto: NILO BERNARDES

pinho e casuarina) nas áreas já devastadas, pois, apesar do esfôrço na introdução de técnicas racionais, há colonos ainda que devastam além do que é necessário para a primeira parcela.

Êste uso da terra se apresenta pioneiro e audacioso; é o resultado de uma organização planejada do espaço antes improdutivo.

Colonização e regimes fundiário e de explotação

A colonização foi o fator fundamental para a modificação dêstes elementos da estrutura agrária dessa região de tabuleiros. Numa área onde os grandes estabelecimentos rurais ocupam sobretudo as várzeas, como por exemplo a usina Camaçari, no vale do Cururipe, ou como os estabelecimentos rizícolas do baixo São Francisco, ou ainda como os latifúndios pecuaristas próximos, observa-se a presença de pequenos estabelecimentos nos tabuleiros, explotados por pequenos proprietários.

O regime fundiário com a colonização modificou-se sensìvelmente, surgindo na área colonizada estabelecimentos de 15-30 hectares, um total de 387 lotes em 1962. Não possuímos dados do censo de 1960, mas sem dúvida, para o município de Cururipe sobretudo, êles serão sensìvelmente alterados com a inclusão dêstes estabelecimentos junto às grandes propriedades dominantes até o censo anterior.

Na análise do regime fundiário, além da modificação numérica trazida, importa ver como é possível o aproveitamento das propriedades em têrmos econômicos. Possuindo em média 22 hectares, as propriedades são capazes de proporcionar elevado padrão de vida, o qual não é efêmero, pois os sistemas agrícolas mantêm o ritmo de produção numa escala sempre econômica.

Êstes fatos permitem criar, numa área de grandes amplitudes sociais, uma classe média rural, a qual é única na região.

Outra modificação sensível introduzida pela colonização diz respeito ao regime de explotação. Numa área onde dominam, de um lado, os assalariados da usina Camaçari, de outro, os meeiros da zona rizícola próxima, e mais os assalariados da zona do côco litorânea e os numerosos rendeiros das zonas de criação (povoados de Alagoinha e Quaresma), a presença de pequenos proprietários rurais, com um nível de vida elevado, constitui uma experiência nova que contrasta de muito com o regime de trabalho tradicional.

Colonização e demografia

A colonização trouxe modificações nos aspectos demográficos, modificações de ordem quantitativa, qualitativa e de nova distribuição espacial.

No primeiro ponto de vista, sabe-se que, numa região até há bem pouco vazia demogràficamente, adensa-se uma população de cêrca de 5 500 pessoas, em sua maioria localizadas no tabuleiro. A população considerada rural no município de Cururipe passou de 12 449 em 1950 para 16 408 em 1960. Na verdade, êste aumento é devido ao crescimento vegetativo no restante do município, devendo-se o acréscimo ao núcleo populacional de Pindorama. Por outro lado a distribuição espacial dessa população foi modificada, pois, se ela se concentrava nos vales, agora em boa parte se acha nos tabuleiros.

Habitando casas de tijolos e caiadas, dispondo dos serviços indispensáveis (escola, hospital) e usando adequadamente a terra, esta população apresenta-se sadia, dentro de padrões de vida decentes. As dificuldades na obtenção de financiamentos (questões jurídicas) impedem hoje que todos os colonos possam dispor de uma residência de tijolos e caiada, havendo mesmo, para os recém-chegados, necessidade de habitar em casas provisórias de sopapo e sapê.

A colonização e o quadro regional

A colonização como forma de organização planejada do espaço, visando à valorização regional, mantém íntimas relações com a região onde o fato colonial foi implantado.

Na verdade estas relações dizem respeito aos seguintes fatos:

1. Oferta complementar de trabalho, devido à diversidade existente entre o calendário agrícola da colônia e o da usina Camaçari. Sendo no período chuvoso que os trabalhos agrícolas na Colônia são mais importantes (sobretudo para as culturas de curto ciclo) há necessidade de mão-de-obra extra para ajudar ao pequeno proprietário, mão-de-obra que é fornecida pelos assalariados da usina, pois lá a época de maiores trabalhos é o verão, período sêco, quando se verifica a safra.

2. Atração constante de lavradores, assalariados da usina, meeiros do baixo São Francisco, rendeiros da região de criatório, os quais, tentando melhorar de vida, procuram a Colônia. Na verdade, a falta de verbas por parte da Colônia impede que ela possa receber esta população subempregada e miserável. Possuindo ainda cêrca de 25 000 hectares utilizáveis e existindo uma longa "fila" para entrar para a Colônia, a administração desta nada pode fazer, a não ser arrendar por um ano alguns trechos de terra para alguns.

3. Criação, pouco a pouco, de um espírito de expectativa de mudança na estrutura agrária das regiões vizinhas. Isto faz com que, por parte dos grandes proprietários, haja sempre certo temor em relação à Colônia, empregando alguns diversos meios, para frustrar a obra de colonização.

4. Possibilidade de abastecimento de certos gêneros, em especial de produtos hortigranjeiros aos centros urbanos próximos, sobretudo Penedo.

5. Criação de uma nova mentalidade favorável à utilização racional das terras dos tabuleiros terciários através das experiências empreendidas pela Colônia Pindorama.

6. Valorização de terras consideradas antes impróprias. Como têrmo de comparação tem-se que na chã de Arapiraca, cujos solos provenientes do cristalino são utilizados com a rendosa fumicultura, o hectare valia em média, quando próximo à cidade, 70-80 mil cruzeiros, e na Colônia Pindorama, em terras de tabuleiro, o hectare com coqueiros prestes a produzir, valia, na mesma época, cêrca de 100 mil cruzeiros.

Êstes nossos comentários sôbre a presente experiência de colonização no estado de Alagoas visam despretensiosamente a focalizar o significado geográfico do empreendimento.

Esta colonização, que tem sabor de pioneirismo, mostra que velhos preconceitos em relação às possibilidades agrícolas dos solos provenientes do arenito Barreiras, são aí invalidados, quando êstes são submetidos a uma explotação racional. Êstes mesmos solos, dentro de uma organização planejada do espaço rural, podem suportar, sem dúvida, uma população com elevado padrão de vida.

Esperamos que êste fato se torne a repetir, e que, na vasta área de tabuleiros alagoanos, surjam novas colônias nestes moldes, fazendo com que a distribuição da população no espaço seja modificada, melhorando o padrão social e econômico da região.

Importância da Geografia no Poder Nacional *

ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA
Geógrafo do C.N.G.

Poder Nacional — conceituação — Para que se compreenda bem a importância da Geografia para o Poder Nacional é preciso que se entenda primeiramente, o que vem a ser o Poder Nacional.

O *Poder* é definido como a capacidade de produção de efeitos desejados, e para a realização dos mesmos é necessário dispor de poderio. O Poder de uma nação na obtenção dêsses efeitos desejados depende dos meios de que ela dispõe.

Assim o Poder Nacional é o instrumento por meio do qual o Estado procura assegurar a consecução e a manutenção dos seus objetivos.

No dizer de BERTRAND RUSSEL o Poder é um conceito fundamental nas ciências sociais, no mesmo pé de igualdade com a Energia, que constitui também conceito fundamental na Física [1].

O *Poder Nacional* é, portanto, o instrumento de ação de que se vale o Estado para realizar os seus fins num momento considerado. Quando caminhamos para uma política de violência, *Poder* significa, na realidade, a aptidão do poder *fazer a guerra*. E esta adquire outro sentido, quando é considerada, como fêz CARL VON CLAUSEWITZ, *"a continuação da Política por outros meios"* (VON KRIEGE — *Da Guerra*).

O *Poder Nacional*, no entanto, traduz-se também na aptidão de uma nação para realizar seus objetivos, mesmo quando não situados na escala máxima da violência, que é a guerra.

"Poder Nacional é a expressão integrada dos meios de tôda ordem (políticos, econômicos, psico-sociais e militares) de que dispõe, efetivamente, a nação, numa época considerada, para promover no âmbito interno e na esfera internacional, a conquista e manutenção de seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes" [2].

Por esta definição clara e precisa vemos que o Poder Nacional não é apenas a soma de todos os poderes do Estado, expressa na *soberania nacional*. Representa a integração de todos os meios de que dispõe a nação em determinado momento, para a consecução ou salvaguarda dos objetivos nacionais, caracterizando-se por sua inteireza. Há várias formas ou expressões do Poder Nacional:

— O Poder Político
— O Poder Econômico
— O Poder Psico-Social
— O Poder Militar

Nenhuma forma de Poder está subordinada a outra o que significa, em outros têrmos, não haver prevalência de um campo sôbre o outro. Como bem acentua BERTRAND RUSSEL, é comum considerar o Poder Econômico como a fonte de que derivam tôdas as outras classes de Poder, o que é um êrro pois, Poder Nacional é uma expressão integrada: "Tentar isolar qualquer uma das formas de Poder — e, de modo especial, em nossos dais, a forma econômica — tem sido, e ainda é, uma fonte de erros de grande importância prática [3].

O Poder Nacional tem caráter de relatividade, o que significa que o Poder de um Estado só pode ser entendido, quando comparado ao Poder de outro Estado, nesse caso, as análises conjunturais são da máxima importância para

---

* Conferência pronunciada no auditório do IBGE, por ocasião da I Semana de Geografia, no dia 27-5-63.

[1] BERTRAND RUSSEL *O Poder — Uma nova análise social* — (p. 4).

[2] Para maiores pormenores vide: Cel. EDUARDO DOMINGUES DE OLIVEIRA O Poder Nacional (Considerações gerais. Rio de Janeiro — 42 páginas — (p. 7).

[3] B. RUSSEL — obra citada (P. 5).

se compreender a existência do Estado Nacional. O isolamento absoluto é impossível, de modo que teòricamente a existência de vários Estados pressupõe a existência de esferas de interêsses diferentes. Daí haver autores que dizem não ter sentido o conceito de Poder de um Estado, a não ser considerado em relação ao Poder de outros Estados.

Quanto à *Estrutura do Poder Nacional,* é de natureza complexa, e se constitui pela reunião de um conjunto de estruturas particulares, como política, econômica, psico-social e militar. Em princípio cada estrutura deve obedecer a tipos mais ou menos homogêneos, isto é, a política é o reflexo da economia e do estado social, etc.

Sistematizando diremos que as considerações decorrentes da conceituação de Poder Nacional são:

1 — Meios de tôda ordem de que dispõe efetivamente a nação.

2 — Época considerada, o que significa que a nação pode, realmente, utilizar na época em que fôr necessário a sua aplicação, época esta que pode se situar, no momento atual ou num *futuro determinado*.

3 — Promoção da conquista e manutenção dos objetivos nacionais. Esta idéia vincula o Poder Nacional à *possibilidade efetiva de ação*.

Vejamos agora os elementos essenciais do Poder Nacional: A distinção dos *elementos essenciais do Poder Nacional* em *fundamentos* e *fatôres* é apenas uma tentativa de hierarquização para caracterizar os elementos que bàsicamente participam de sua composição (fundamentos) e os que particularmente nela influem ou a condicionam (fatôres).

Os fundamentos e fatôres de natureza geográfica, por exemplo, embora não constituam uma "expressão" do Poder, formam a sua base. Devemos, portanto, salientar sua marcante participação no apoio e condicionamento de qualquer das "expressões" ou "formas" de Poder. Participam, dêsse modo, como elementos essenciais do Poder Nacional, os quais se interpenetram e mùtuamente se condicionam.

Fundamentos do Poder Nacional — são os elementos essenciais sôbre os quais o Poder Nacional bàsicamente se estrutura, ou melhor, constituem a origem, a base, a fonte do Poder Nacional; apresentam, em geral, caráter de relativa permanência no tempo e no espaço.

Fatôres do Poder Nacional — são os elementos essenciais que repercutem sôbre o Poder, condicionando-o, valorizando-o ou depreciando-o; desta forma, definem, delimitam e determinam a estrutura do Poder Nacional.

A *avaliação do Poder* consiste precìpuamente na formulação de "juízos de valor", mas esta operação é muito complexa, pois, não pode ser realizada inteiramente através de processos preciosos de medição. Há vários fatôres subjetivos e, portanto, sujeitos em sua apreciação a imprecisões. A *avaliação do Poder* resulta sempre em um valor aproximado, e será sempre uma tarefa nova para cada oportunidade, tendo em vista o dinamismo das transformações impostas pelo homem. Os fatôres positivos e negativos do Poder Nacional ficam, portanto, no terreno das aproximações.

No Poder Nacional cumpre distinguir: *Poder* e *potencial* — o *Poder atual* indica sempre um Poder existente, ou seja, o *Poder em ato;* o *Potencial* significa um *Poder futuro,* ou seja, um *Poder em potência de ser.* O *Potencial* indica possibilidade de *Poder futuro,* e está condicionado aos fatôres tempo e espaço e aos fins a que se destinará o Poder, na época considerada.

O Poder Nacional, e da mesma forma o potencial tendo em vista sua condição de Poder futuro, é considerado como o instrumento destinado à execução das políticas de desenvolvimento e de segurança, e como tal tem necessidade de atender simultâneamente aos reclamos do desenvolvimento e da segurança nacional.

"Segurança nacional é o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psico-sociais e militares, um Estado pode proporcionar,

numa época determinada, à nação que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes" [4].

Isto significa, em outras palavras, a concretização dos interêsses e aspirações da nação brasileira cujos *objetivos nacionais* permanentes (ONP) podem ser sintetizados do seguinte modo:

1 — Integridade territorial
2 — Unidade nacional
3 — Valorização do homem
4 — Emancipação econômica
5 — Sistema democrático representativo. Govêrno republicano
6 — Independência e soberania
7 — Projeção internacional.

Através do estudo dos três elementos fundamentais do Poder Nacional: espaço, homem e recursos naturais, integrados nas regiões geográficas equacionam-se os ONP citados.

Dêste modo dedicaremos a segunda parte de nossa conferência ao estudo das regiões geográficas e sua importância para o Poder Nacional.

Podemos dizer que a Geografia trata das diferenças regionais, ou melhor, estuda os diferentes tipos de paisagens, levando em conta as relações entre os elementos inorgânicos. Estuda a organização, isto é, as relações entre os diferentes meios.

A paisagem representa a expressão de todos os fatos que ocorrem na superfície do planêta Terra, sendo definida a individualizada nas regiões.

As regiões, por sua vez, representam a convergência de uma série de fatos. A tentativa de isolamento de um só fato, com o estabelecimento de regiões naturais ou regiões humanas simples, significa uma dissecação da realidade da natureza expressa nas *regiões geográficas*.

O campo específico da Geografia é o imenso laboratório constituído pela natureza. Assim as *regiões geográficas* plenamente definidas, isto é, no seu todo, constituem a essência da moderna Geografia.

A Geografia Regional é o cerne da Geografia moderna. Todavia há certo dualismo metodológico entre Geografia Sistemática e Geografia Regional.

A expressão *região* tem sido considerada segundo várias facêtas, de acôrdo com o rigor científico de cada autor, tendo em vista o "excesso de verbalismo" existente na Geografia. Para fixar o conceito de região, os geógrafos são obrigados a se utilizarem dos princípios básicos da Geografia como: *localização* (onde?), *extensão* (até onde?) e *analogia* ou *conexão* (como?).

Há vários critérios para se classificar as regiões. Assim podemos falar em *regiões elementares* ou *primárias, regiões naturais* ou *fisiográficas, regiões humanas* e *regiões geográficas*.

As *regiões elementares* são as áreas da superfície do globo terrestre individualizadas por um elemento da paisagem: *região geomorfológica* — individualizada pelas formas de relêvo, *região climática* — individualizada por um tipo de clima, *região fitogeográfica* — pela vegetação, região ou *província geológica* — definida pela estrutura ou pela geocronologia, *regiões pedológicas,* pelo tipo de solo, *região ontropológica* individualizada pelo tipo étnico, *região lingüística, região econômica,* etc.

Na classificação das regiões podemos considerar vários elementos naturais ou vários elementos culturais para identificar respectivamente as *regiões naturais* ou fisiográficas e as *regiões culturais* [5]. Todavia, para o Poder Nacional, com os seus diversos campos, o que interessa realmente são as *regiões geográficas,* isto é, as áreas individualizadas pelo complexo de fatôres fisiográficos e culturais.

---

[4] Cel. EDUARDO DOMINGUES DE OLIVEIRA — Trabalho citado.

[5] Para maiores pormenores veja-se o trabalho do Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES intitulado: "Divisão Regional do Brasil" in *Revista Brasileira de Geografia,* ano III, nº 2, abril-junho de 1941, pp. 318/371. JORGE ZARUR faz um interessante estudo dêste tema no Cap. IV. ("A região geográfica") de sua tese de concurso para catedrático intitulada: *Precisão e aplicabilidade na Geografia* — (pp. 59/101).

Na caracterização das grandes regiões geográficas, os geógrafos utilizam, de modo generalizado, fatôres fisiográficos, como delimitadores, uma vez que êstes são mais estáveis, quando comparados aos fatôres culturais. Todavia encontram sérios problemas na escolha de critérios para delimitar uma região geográfica. Nos trechos limítrofes, tem-se comumente uma área de transição, pois na natureza os fenômenos não terminam sùbitamente. Isto significa dizer que os limites rígidos traçados numa carta, correspondem na realidade a faixas de transição.

Na análise dos fatôres fisiográficos, ou melhor, das *regiões fisiográficas* ou *naturais,* o Poder variará naturalmente na medida do maior ou menor volume dos recursos existentes, além de sua qualidade, diversificação e localização. *Nosso ponto de vista é que os analistas do Poder Nacional têm necessidade das sínteses geográficas e não dos elementos isolados.* A avaliação do Poder só pode ser feita quando se considera o complexo intrincado dos fatôres fisiográficos e as várias implicações com o grupo humano. Daí a vantagem dos dados fornecidos pela Geografia Regional sôbre a Geografia Sistemática ou tópica.

A pesquisa geográfica constitui um dos elementos básicos de ação nos diferentes campos do Poder Nacional — político, econômico, psico-social e militar. Os fundamentos geográficos favoráveis são requisitos essenciais para um grande Poder. Todavia, a capacidade criadora do homem consumindo mais tempo e recursos, em um país que não seja tão bem dotado quanto outro, também pode produzir um grande Poder.

Quais são os fundamentos e fatôres geográficos segundo a Geografia Sistemática, a que se referem os analistas do Poder Nacional?

Destacaríamos inicialmente o *espaço geográfico* (extensão, forma e posição); os *fatôres fisiográficos* como: estrutura geológica, formas de relêvo, clima, hidrografia, vegetação, fauna, solo e, finalmente, os *fatôres culturais.* A análise minuciosa de qualquer dêsses fatôres sem correlacionar dentro do "complexo regional", constitui assunto sistemático pertinente à Geologia, à Meteorologia, à Botânica, à Sociologia, etc. etc. Todavia se tentarmos correlacionar a influência dos fatôres *fisiográficos* na capacidade de povoamento de um país, na capacidade de produção, na circulação, ou ainda nos caminhos naturais de penetração e os obstáculos interpostos pela natureza, estaremos nos aproximando da Geografia [6].

Dentro de uma região geográfica podemos ter diferentes tipos de estruturas geológicas, diversas bacias hidrográficas, diferentes tipos de solos, cobertura vegetal, e conseqüentemente diferentes recursos naturais básicos e ainda de acôrdo com o grau de cultura do grupo humano, diferentes atividades econômicas — extrativismo vegetal, mineral, agricultura rotineira ou com técnica moderna, o mesmo ocorrendo com a criação de gado, indústrias, etc. Todos êstes dados fornecidos pela Geografia das regiões são de máximo interêsse para o Poder Nacional. Não se trata de fatos ou elementos isolados, mas correlacionados dentro das regiões.

Segundo nossa posição metodológica os fundamentos geográficos do Poder Nacional são as grandes regiões geográficas e os fatôres são os diferentes elementos caracterizadores dessas regiões. É difícil dar uma hierarquia geral para caracterizar as grandes regiões. No entanto, os elementos físicos como *clima* e *vegetação,* são os dois fatôres mais comumente invocados para a delimitação das regiões geográficas. Também o relêvo e a hidrografia podem ser considerados e mais subsidiàriamente os outros elementos componentes das paisagens. As unidades regionais máximas vão dar portanto, uma série de paisagens com recursos diversos. Por conseguinte, o *fator extensão* de um país é importante quando consideramos os diferentes recursos que nêle podem existir. Assim as diversificações regionais são também da maior importância para o Poder Nacional. Todavia, se houver desequilíbrios sócio-econômicos muito grandes entre as regiões geográficas de um país, a tendência à fragmentação da unidade política será grande.

---

[6] Para maiores minúcias, ver em *Paisagens do Brasil* de nossa autoria, a primeira parte do volume que intitulamos: "O meio físico e suas repercussões na paisagem cultural". (Pp. 3/94).

Cabe à política governamental organizar planos para superar os desequilíbrios regionais, a fim de manter coeso o poder central.

A diversificação regional pode e deve atuar como um fator de integração nacional. Isto significa em outros têrmos, o fornecimento de recursos mais variados pelas diversas regiões, cujo somatório originará elementos favoráveis à coesão nacional pela complementação das economias regionais.

A estrutura do Poder Nacional é complexa e resulta da reunião de várias estruturas particulares. No complexo campo do exercício do Poder, no tocante ao emprêgo da política para a consecução ou manutenção dos objetivos nacionais a Geografia representa papel altamente significativo e algumas vêzes decisivo. Poderíamos aqui invocar o importante fundamento geográfico do Poder Nacional — extensão territorial das regiões geográficas.

Entretanto grandes áreas sem povoamento ou sem organização efetiva de ocupação ou, ainda, sem o estabelecimento de um plano diretor de aproveitamento dos recursos naturais, significam obstáculos a serem vencidos pelo Poder Nacional. Como exemplo citaremos o caso concreto da Amazônia, que já foi motivo de cobiça internacional e constitui por isso mesmo até hoje assunto do mais alto interêsse para os analistas do Poder Nacional.

Visando a solucionar o problema da Amazônia coube ao Estado acionar a política de valorização da referida área, através da criação da SPVEA que teve como finalidade precípua fazer com que esta grande região possa representar uma fonte geradora de poder.

Os planejamentos que visam a esta valorização devem ser feitos no entanto atendendo à diversificação regional, pois, na região há uma série de problemas comuns e que devem ser resolvidos no conjunto.

A extensão e a posição geográfica de um território vão caracterizar as grandes regiões, e, são as coordenadas do Poder Nacional. Isto implica, naturalmente, numa definição da *forma dêsse território* e conseqüentemente das suas *fronteiras*. Estas são no dizer de Jacques Ancel "isóbaras políticas", pois, devido a pressões de fora para dentro e de dentro para fora, segundo a capacidade de sua resistência, dão o contôrno do território na época considerada.

A êstes dois fatôres geográficos acrescenta-se a noção, do *conteúdo*, isto é, dos *recursos naturais* existentes nas grande regiões. Focalizaremos a seguir êstes recursos naturais, sua utilização pelo homem e o Poder Nacional.

Estudando os fundamentos e fatôres geográficos do Poder Nacional merece atenção especial o exame dos recursos naturais, pois, de sua conveniente utilização pelo homem, nas diversas regiões, depende o fortalecimento do Poder Nacional.

Os recursos naturais constituem fato de alta significação no conteúdo físico do território de um país, sendo um importante fator do Poder Nacional a ser considerado no espaço geográfico das diferentes regiões. Representam o suporte físico do poder de um país. Todavia, é o elemento humano que transforma esta riqueza potencial em fonte de Poder[7].

No campo político, os recursos naturais representam capacidade e poderio, porém, para que se possa processar sua transformação em poder utilizável são necessárias condições administrativas de uso e posse da propriedade devidamente regulados, sem o que pela indevida utilização dos mesmos podem tornar-se inoperantes e até com caracteres depreciativos.

No campo econômico os recursos naturais constituem a base de tôda a economia. No campo psico-social devemos salientar que é ainda da possibilidade de um melhor uso dos recursos naturais básicos que o povo terá melhoria do seu bem estar.

---

[7] MIGUEL ALVES DE LIMA acentuou que: "O desenvolvimento industrial e agrícola se fundamenta em recursos retirados da terra e a população do globo tem enorme necessidade de encontrar recursos que possam alimentar suas necessidades crescentes; minérios, combustíveis, alimentos devem ser produzidos para atender a essas exigências e o inventário dessas riquezas é condição precípua para a avaliação da medida em que cada país delas se pode suprir" (In: *O Poder Nacional: seus fundamentos geográficos* (1957. (P. 19).

A boa utilização dos recursos naturais constitui um elemento basilar da política nacional.

No estudo dos recursos naturais devemos considerar os bens fornecidos pela natureza, a tecnologia utilizada e também a população que deve ser sustentada. As relações entre êsses diversos fatôres e as múltiplas combinações que afetam a capacidade de manter e de elevar os padrões de vida, interessam particularmente aos analistas do Poder Nacional.

A Geografia é justamente a ciência que estuda estas relações existentes entre os sêres vivos — vegetais, animais e especialmente o homem, com o mundo inorgânico. É por isto que insistimos, ser a Geografia uma das ciências de maior importância para os analistas do Poder Nacional.

Dêsse modo podemos afirmar, que *da boa harmonia existente entre os recursos naturais básicos e os métodos empregados pelo grupo humano em seu aproveitamento, dependerá, em grande parte os destinos da própria sobrevivência da humanidade*[8].

A população do globo é hoje superior a três bilhões de habitantes, enquanto em 1940 era apenas de dois bilhões. Atualmente a população do globo cresce, por ano, em mais de 48 milhões[9]. Calcula-se que o efetivo populacional segundo o mesmo ritmo de crescimento verificado nos nossos dias será de seis bilhões no ano 2 000, portanto daqui há apenas 40 anos.

A "explosão demográfica" do ano 2 000 tem sido assinalada pelos especialistas em demografia, e não tem sido considerada com a devida cautela, tendo em vista divagações científicas de caráter especulativo e doutrinário, fugindo no entanto, à realidade vivida pelas populações hodiernas. Para fornecer alimentos a tôda a população atual num padrão de vida considerado pelas Nações Unidas apenas como mínimo condizente com a espécie humana, seria necessário aumentar a produção mundial nas seguintes proporções: cereais — 50%, carnes, 90%, leite e derivados 125%, óleos vegetais 125%, frutos e legumes, 300%. Isto para os atuais 3 bilhões de sêres humanos. Como será possível a vida da população daqui a 40 anos se tivermos um efetivo de 6 bilhões, por conseguinte o dôbro do atual?

Êste é o fato dramático e mais importante com que o homem, hoje, se defronta. Acreditamos ser êle muito mais importante que qualquer questão de soberania do Estado, predominância de blocos de nações e doutrinas políticas. Veja-se presentemente a situação da fome no sudeste asiático e mesmo na população rural do Nordeste brasileiro, e em caráter menos agudo, por todo o interior do país.

Se falharmos na consecução dêste objetivo primordial, qual seja a produção de alimentos, o mundo soçobrará em anarquia, miséria e fome em proporções nem sequer imaginadas.

Terá a Terra suficientes recursos para elevar o padrão de vida de tôda a sua população, àquele padrão mínimo referido pelas Nações Unidas e, mantê-lo à medida que esta população aumentar? Uma resposta adequada a esta pergunta é de fundamental importância para os analistas do Poder Nacional. No Brasil, teremos recursos para atender ao enorme crescimento de nossa população, elevando o seu padrão de vida?

Quem responderá a esta questão?

Quem fornecerá os fatos básicos para formulação de uma resposta adequada?

Considerando a gravidade da situação reinante nos nossos dias, tendente a agravar-se em função do crescimento demográfico do globo e da dilapidação dos recursos naturais básicos é que nos propusemos a esboçar êste problema com a metodologia geográfica.

---

[8] O saudoso professor JORGE ZARUR nos trabalhos intitulados: "Geografia: ciência moderna ao serviço do homem" in: *Revista Brasileira de Geografia*", ano VI, n.º 3 e mais recentemente na tese intitulada *Precisão e aplicabilidade na Geografia,* 153 páginas. Rio de Janeiro, 1955, salientou a posição da moderna Geografia aplicada ao bem-estar da humanidade.

[9] Nações Unidas *O Mundo em números,* p. 7.

Nosso objetivo primordial, portanto, é pôr em foco a posição da Geografia no que diz respeito aos recursos naturais [10], pois, antes de pensarmos num planejamento adequado é preciso que tenhamos um conhecimento prévio qualitativo e quantitativo dos mesmos. Isto implica, de início numa localização dos recursos dentro da região [11] e, tal missão deverá ser realizada através do trabalho de descrição e de interpretação, feito pelo geógrafo.

No caso brasileiro é preciso acentuar que várias áreas ainda estão pràticamente desconhecidas, tal a raridade de trabalhos científicos sôbre as mesmas. Como exemplo, poderíamos citar a zona setentrional do estado de Mato Grosso, o sul do estado do Amazonas e Pará, leste do Pará, o este do Maranhão, o trecho da zona fronteiriça Goiás, Bahia, etc.

Investigando o meio com critério racional e caráter científico, a Geografia fornece ao homem conhecimentos que lhe facilitam o aproveitamento dos recursos da natureza com maior eficiência e por conseguinte maior proveito. Só a Geografia é capaz de fornecer uma visão global das áreas sujeitas a planejamentos regionais e estas informações são de capital importância para a mobilização dos recursos de uma região, em Poder.

Nosso ponto de vista como geógrafo é que o uso desregrado dos recursos naturais, sem observância do conservacionismo, representa uma grande ameaça para o bem-estar de todos os povos. Analisando-se a situação da conjuntura mundial dos recursos naturais básicos, em face da tecnologia empregada presentemente, e o acelerado crescimento demográfico do mundo moderno, pode-se dizer que a própria sobrevivência da humanidade estará em perigo se a filosofia conservacionista da natureza não fôr incrementada entre todos os habitantes da Terra [12]. A harmonia de relações entre: homem e meio, com tecnologia avançada, significará abundância de recursos para todos [13].

Estudando os recursos naturais devemos considerar também o potencial humano. Seu valor está ligado ao grau de cultura técnico-científica, a fim de haver harmonia dentro das condições fornecidas pela natureza [14]. Devemos todavia salientar que os grupos humanos devem ser considerados dinâmicamente como

---

[10] A. J. SAMPAIO, no seu livro *Phytogeographia do Brasil,* de 1932, no capítulo intitulado "Patrimônio florístico do Brasil" trata especificamente da proteção à natureza, salientando-se, que a matéria versada ia ser orientada segundo os programas universitários de vários países europeus, onde existia uma cadeira especial de proteção à natureza, e que augurava para breve a mesma iniciativa do nosso país, dizia: "A proteção à natureza, à luz da Geografia Humana, é no mínimo uma verdadeira *profilaxia da inanição e de moléstia de carência* no *habitat* rural, como focalizada no Congresso de Paris — 1923, profilaxia tão importante quanto a de *infecções* e *infestações...*" (P. 12).

[11] L. DUDLEY STAMP nas conclusões finais de seu discurso de abertura do XVIII Congresso Intrnacional de Geografia enfocou a atitude do geógrafo, e sua importante missão no mundo contemporâneo, tendo em vista o crescimento demográfico e as práticas empregadas pelos grupos humanos nos diferentes meios. Dizia êle: "Observando-se a crescente pressão exercida pela população sôbre os recursos terrestres, torna-se inevitável dirigir nossa preocupação para a conservação e o planejamento a fim de conservar os recursos que nos foram dados pela natureza e planejar a utilização mais eficiente dos mesmos, para que no futuro a espécie humana se veja beneficiada.

Nem todos os planejamentos devem partir da posição atual. A terra não é uma fôlha de papel em branco no quadro de um escritório. Em tôdas as partes ela mostra uma norma extremamente complexa de utilização, de não utilização, de má utilização, que são o resultado de uma ação conjunta de diversos fatôres físicos e da contínua ocupação humana". (O levantamento dos recursos terrestres" in: *Boletim Geográfico,* n.º 134 (P. 494).

[12] Veja-se o artigo de PIERRE MONBEIGS "O Homem e a Terra" (Problemas de população no Brasil de após-guerra) In: *Boletim Geográfico,* ano I, n.º 10, pp. 25/29, onde o autor destacou uma série de problemas e as possíveis soluções.

[13] "A conservação dos recursos naturais visa à defesa e à exploração dos meios da natureza, sem romper seu equilíbrio, tendo por base as explorações ecològicamente adaptadas" (ALTIR A. M. CORRÊA "A utilização das terras deve ter um planejamento técnico" in: *Agronomia,* vol. 18, n.º 5, p. 33). Esta posição de harmonia na extração dos recursos naturais básicos só é atingida, quando se usa técnica aperfeiçoada. O empirismo tem como característica a degradação ou destruição dos recursos com o mínimo de proveito para o grupo humano.

A ciência e a tecnologia devem ser consideradas como da máxima importância pelos técnicos em recursos naturais básicos. Nas países subdesenvolvidos a ciência e a tecnologia têm valor inestimável para o desenvolvimento. A *ciência dá o conhecimento e a tecnologia vai dar a sua aplicação.*

[14] DIZ W. DUARTE DE BARROS que "o mais poderoso recurso natural é a inteligência humana. Por êste gigantesco recurso, real dom da Divindade, é possível criar, melhorar, deduzir, piorar, fomentar, aniquilar e anular as variadas formas e a constituição dos recursos naturais" ("A conservação dos recursos naturais e o município" in: "Clamor dos municípios", *Anais do IV Congresso Nacional de Municípios* — 1957 — (P. 185).

grupos de fôrças variáveis, agindo geralmente de modo antagônico contra o equilíbrio impôsto pela natureza [15].

A ação desregrada do grupo humano numa região, por conseguinte, numa paisagem, causa perturbações na circulação das águas, no desaparecimento da flora e fauna primitivas, e em muitos outros aspectos e a dilapidação dos recursos será tanto maior, quanto menor fôr a tecnologia empregada na obtenção dos mesmos.

Todavia, devemos acentuar que *não se pode pensar em conservação dos recursos naturais básicos num país, onde a educação se restrinja a uma pequena elite. É preciso que o povo seja esclarecido e orientado no sentido de não dilapidar os bens fornecidos pela natureza.*

Conservar, não significa *guardar,* insistimos, mas utilizar devidamente *os bens fornecidos pela natureza.* Felizmente, já se pode falar na existência de u'a mentalidade conservacionista nos países de nível cultural avançado, e na cogitação da mesma nos países menos desenvolvidos.

Pelo que expusemos pode-se afirmar que a conservação dos recursos naturais constitui tema de âmbito mundial, com implicações na própria paz universal, pois, a luta pela sobrevivência da humanidade tem suas raízes longínquas na boa ou má utilização dos recursos da natureza.

A conservação dos recursos naturais vai propiciar ao Poder Nacional um fortalecimento decorrente da transformação das riquezas, em estado potencial em Poder. São os recursos naturais básicos os fundamentos econômicos de tôdas as regiões, e os primeiros a serem explotados. Daí sua grande importância para os analistas do Poder Nacional.

Do exposto concluímos:

1 — As *análises* são indispensáveis para as *sínteses regionais,* e a Geografia ciência das sínteses interessa particularmente à política governamental tendo em vista os elementos globais que fornece para os administradores. Não se pode pensar em planejamentos regionais, sem prèviamente ter-se feito um levantamento geográfico da área.

2 — As *grandes regiões geográficas* constituídas pelas *regiões fisiográficas* ou *naturais* e as *regiões humanas* ou *culturais* são os fundamentos do Poder Nacional, enquanto os fatôres são os fenômenos singulares — físicos, bióticos e humanos identificadores das regiões primárias.

3 — O *espaço geográfico,* a *população* e os *recursos naturais* constituem sintèticamente os elementos fundamentais das regiões geográficas cuja análise feita pelos regionalistas fornece importantes dados para a consecução e a manutenção de seus interêsses e objetivos nacionais.

4 — Os fundamentos e os fatôres que caracterizam as diferentes regiões geográficas constituem como vimos base para o entendimento das diversificações regionais de um país. A atenuação e eliminação dêsses desequilíbrios regionais é da máxima importância para o Poder Nacional.

5 — Os recursos naturais básicos das diferentes regiões geográficas, constituem o substrato econômico, das referidas áreas, sendo importante o grau de cultura do grupo humano que vai aproveitar dos mesmos. A boa ou má utilização dêstes recursos vai ter influência na própria segurança nacional.

6 — A conservação dos recursos naturais básicos deve ser uma das metas dos analistas do Poder Nacional. Povo faminto é prêsa fácil da revolução. Deve-se procurar organizar o espaço geográfico, de modo que a produção de bens alimentares não venha a sofrer quedas contínuas, com o vertiginoso crescimento demográfico do mundo.

---

[15] E. Felds no artigo intitulado "Geomorfologia Antropogenética" diz: "As ações mediatas ou indiretas do homem são hoje muito mais fortes que as influências geomorfológicas diretas. Elas se produzem em conseqüência de o homem operar intervenções no revestimento vegetal da terra. São tanto mais importantes que ganham ràpidamente em fôrça pela lei do auto-reforçamento" In: *Boletim Geográfico,* ano XVI, n.º 144 — (P. 355).

A Fitogeografia do Brasil: Características, Problemas e Perspectivas

DÁRDANO DE A. LIMA

A grande extensão territorial do Brasil (cêrca de 8 500 00 quilômetros quadrados), que se dilata entre os paralelos 5° 16' de latitude N e 33° 45' da latitude S, e os meridianos de 34° 45' e 73° 59' de longitude W. Greenwich, apresenta climas que variam entre *Af*, no NW amazônico, ao *Cfb*, em trechos de Santa Catarina; formações geológicas as mais variadas; um relêvo notadamente pouco acentuado, onde se excluem os maciços da Mantiqueira e serra do Mar; com três principais bacias hidrográficas: amazônica, atlântica e do Paraná-Uruguai. Nessas condições suas vegetação é multiforme.

Uma visão de conjunto demonstra a predominância dos campos ou seja vegetação herbáceo-arbustiva, mais ou menos densa, espinhosa ou não, perene ou caducifólia, em grandes áreas contínuas ou isoladas. Não obstante, inclui, também, o Brasil enormes áreas florestais como a hiléia amazônica — a maior concentração florestal do mundo, e as "florestas orientais brasileiras", próximo à costa, estendendo-se do Rio Grande do Norte até Santa Catarina, com variável profundidade para oeste.

Observação mais pormenorizada vai demonstrar a existência de subárias nesses dois grandes tipos de vegetação ou mesmo a presença de outros tipos, com área mais restrita. Assim, na Amazônia, dependendo principalmente de maior ou menor pluviosidade, variações edáficas físicas e químicas, presença temporária ou permanente de água de inundação, ocorrem áreas mais ou menos exuberantes da floresta, campos cerrados ilhados na mata (Monte Alegre, Almerim, Santarém ou Humaitá), campos de gramíneas do Rio Branco, "caatingas" subarbóreas do rio Negro, florestas inundadas — "igapó", — "de várzea" e de "terra-firme", todos de caracterização possível e de composição definida.

No Meio-Norte, na sua área de contacto entre a hiléia e os cerrados, caatingas e campos do Nordeste, a eliminação da floresta, originàriamente rica em palmeiras do gênero *Orbignya*, permitiu a proliferação, em número cada vez maior, dessas palmáceas, modificando a fisionomia e a economia da região.

Os rios que, no Nordeste, correm para a costa setentrional, tendo em seus baixos cursos, várzeas mais ou menos amplas de solo aluvional pesado, dão lugar à instalação de verdadeiras florestas-galerias da *Copernicia cerifera* a que geralmente se asociam *Licania rigida*, e *Geoffraea spinosa*.

O escudo central do Nordeste Oriental apresenta como tipo principal de vegetação a caatinga. Esta se caracteriza, em linhas muito gerais, por árvores e arbustos caducifólios, dos quais muitos espinhosos, a que se intercalam, irregularmente, espécies várias de cactáceas e bromeliáceas.

Se, igualmente, fôr feita observação cuidadosa da caatinga, chega-se à conclusão da sua acentuada variabilidade.

Ora arbórea, multi ou pauciespecífica, ora arbustiva densa ou esparsa. Algumas vêzes em solo raso, rochoso; outras vêzes em solo profundo, silicoso ou argiloso, não fugindo, mesmo, dos solos rasos com substrato calcário compacto. Essas variações, quando bem acentuadas, recebem denominações próprias na terminologia popular. Entre essas, como exemplo, podem ser citadas: sertão, agreste, seridó, cariri, tabuleiro, catanduva. O valor sistemático dessas denominações é discutível. Não devem, entretanto, ser desprezadas, vindo a servir de lastro ou roteiro auxiliar para definitivos estudos da caatinga.

A floresta que se instalou nas encostas voltadas para leste, do maciço brasileiro e que em muitos casos o galgou, penetrando mais ou menos profundamente para oeste ou alargando-se para leste até proximidades da linha litorânea, também não é uniforme. Cambia do verde escuro das árvores perenifólias, ricas em epífitas e lianas, ao verde mais claro das formações subcaducifólias, de árvores delgadas, em sua maioria com fôlhas e folíolos de pequenas dimensões. O principal fator dessa diferenciação é o regime das chuvas nas áreas diversificadas.

No planalto central brasileiro, como referido, predominam os campos. Recebem o nome genérico de cerrados. Comportam subdivisões, cujos critérios seriam principalmente o porte, a densidade em espécies arbóreas e a maior ou menor continuidade do estrato herbáceo-arbustivo. Salientam-se como tipos mais definidos o cerrado (pròpriamente) e o cerradão, caso êste em que as árvores podem atingir de 8-10 metros e cujas copas, embora permitindo bastante penetração pela luz, chegam a se tocar, com freqüência. O cerrado pode reduzir-se gradualmente de porte e de freqüência de espécies lenhosas, até verdadeiros campos herbáceos.

Nos planaltos dos estados sulinos de Paraná, Santa Catarina e algumas áreas do Rio Grande do Sul, novamente ocorrem florestas e campos, com dominância ora de um tipo ora do outro, ou interpenetrações dos dois.

As áreas exclusivamente florestais podem ser de latifoliadas (mais a norte e oeste) ou mistas (para o sul e sueste).

Constitui elemento de maior realce na floresta mista a *Araucaria angustifolia* — o pinheiro-do-paraná.

Os campos do Sul do Brasil são pradarias com predominância de gramíneas (*Aristida pallens* e outras) associados, freqüentemente, ao *Eryngium* sp., ciperáceas várias e *Pterdium aquilinum*. Tanto nos cerrados do Brasil Central quanto nas pradarias (pampas) do Sul podem ocorrer matas ciliares nas ravinas e vales de rios.

Essas noções gerais da vegetação do Brasil têm sido referidas em trabalhos diversos. Muitos dêles de cronistas e viajantes do passado, outros de viajantes e botânicos de épocas recentes. Poucos são, em verdade, os estudos fitogeográficos em bases científicas apresentados sôbre o Brasil.

MARTIUS (1840-1869), no 1.º volume da *Flora Brasiliensis*, fixa vários aspectos da vegetação brasileira e os descreve. Sua divisão do Brasil em províncias: Napaeae, Dryades, Oreades, Hamadryades e Naiades, por ser muito geral, não corresponde, nos pormenores, à distribuição dos tipos de vegetação brasileiros. Autores, como WARMING (1925) e SCHIMPER (1935), estudam algumas áreas de vegetação do Brasil. São boas descrições, correlacionadas com as condições ambientes. É de lastimar, por fugir mesmo à natureza das obras, a falta de uma análise de tôda a vegetação do país.

Esta foi tentada por SAMPAIO (1945). Conseguiu dar uma visão mais minuciosa da fitogeografia brasileira, faltando-lhe entretanto, um método mais científico.

Depois de percorrer por vários anos o interior brasileiro, LUETZELBURG publicou, em sua obra *Estudos Botânicos do Nordeste* (1923), a descrição de suas viagens e deu um esquema de classificação fitogeográfica para o Nordeste. Usou apenas a terminologia popular e não deu a caracterização dessas formações.

Mais recentemente, iniciado uma nova etapa nos estudos fitogeográficos do Brasil, surgiram vários trabalhos, em que determinadas áreas do território do Brasil são analisadas fitogeogràficamente, com maior precisão científica, buscando-se, em alguns casos, estabelecer uma sistemática conveniente.

Entre os trabalhos dessa segunda etapa da fitogeografia brasileira podem ser referidos os de VELOSO (1946, 1946a, 1946b, 1947), onde estuda com porme-

nores áreas da Bahia e Mato Grosso; VASCONCELOS SOBRINHO (1949) e A. LIMA (1957) que se detêm no estudo da vegetação de Pernambuco; KUHLMANN (1954) que analisa uma área do Brasil Central; DUCKE e BLACK (1954) que retratam a paisagem fitogeográfica da Amazônia e XAVIER (inédito) que se deteve na caracterização da vegetação do estado da Paraíba. Está se chegando a uma terceira etapa, nos estudos da vegetação brasileira, onde os fitogeógrafos vêm utilizando métodos mais precisos como o da interpretação da fotografia aérea e outras facilidades técnicas.

Considerando, agora, os resultados a que já chegaram os fitogeógrafos sôbre o quadro geral da vegetação do Brasil, verifica-se que êsse ainda não está claro e, para isso, contribuem vários problemas.

Inicialmente, pode-se dizer que duas tendências estão sempre presentes nos estudos fitogeográficos.

O que deve ser mapeado: a vegetação atual, tal qual se apresenta ou a vegetação que existiu ou poderia existir na área estudada? É claro que o ideal seria o mapeamento dos dois aspectos. Entretanto, num país de tão grande área como o Brasil, onde a vegetação em certos trechos já foi há muito eliminada, antes mesmo de ser estudada, o mapeamento da vegetação original é muito difícil quando não impossível. Igualmente, não tem havido, entre quantos estudaram a vegetação do Brasil, uma unidade de métodos e de sistematização. Os resultados nem sempre podem ser comparados e ajustados entre si.

Outro problema sério é o do difícil ou mesmo impossível acesso a certas subáreas florestais do país. Podem essas subáreas ser sobrevoadas, tendo-se então uma idéia geral da vegetação. Mas, enquanto não se fôr ao terreno, comprovar as conclusões da vista aérea e determinar os elementos característicos das formações, o trabalho estará incompleto.

A fitogeografia ressente-se, também, da falta de dados climáticos e edáficos de grandes áreas do interior do Brasil. Podem-se fazer levantamentos florísticos, mas enquanto não se correlacionar a presença dessas espécies com os fatôres do meio, não se fará trabalho fitogeográfico.

Atualmente, com o progresso da fotografia aérea, com a abertura, em número sempre crescente, de estradas e rotas aéreas cruzando todo o país, com uma acentuada tendência para a estabilização de métodos de trabalho e sistematização dos resultados, é possível pensar-se, para breve, no levantamento definitivo da carta fitogeográfica do Brasil.

Já se conta com uma boa carta fitogeográfica do Paraná, de autoria de MAACK e bem orientado está o Conselho Nacional de Geografia mandando imprimir uma edição provisória da carta fitogeográfica do Brasil, ponto de partida indispensável para orientação de quaisquer trabalhos em andamento ou a serem empreendidos.

BIBLIOGRAFIA

A. LIMA, Dárdano de — 1957 — *Estudos Fitogeográficos de Pernambuco*. Inst. Pesq. Agron. Nova Ser. Publ. n.º 2. Recife.

DUCKE, A. e Black, G. A. — 1954 — "Notas sôbre a Fitogeografia da Amazônia Brasileira". *Bol. Tecn.* Ins. Agr. Norte. 29. Belém.

KUHLMANN, Edgar — 1954 — "A vegetação de Mato Grosso, seus reflexos na economia do Estado" — in *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVI, n.º 1 — IBGE — CNG — Rio de Janeiro.

LUETZELBURG, Phillip von — 1923 — *Estudos Botânicos do Nordeste* — Insp. Fed. Obr. Cont. Sêcas — Publ. 57.

MARTIUS, C. F. Ph. de — 1840-1869 — *Flora Brasiliensis* — Munique.

SAMPAIO, A. J. — 1945 — *Fitogeografia do Brasil* — 3.ª ed. — Col. Brasiliana. Série 5.ª vol. 35 — Cia. Ed. Nacional São Paulo.

VASCONCELOS SOBRINHO, J. de — 1949 — *As Regiões Naturais de Pernambuco, o Meio e a Civilização*. Publ. n.º 2 — Inst. Pesq. Agron. Recife.

VELOSO, Henrique P. — 1946 — "A Vegetação do Município de Ilhéus, Estado da Bahia". *Mem. Inst. Oswaldo Cruz*, 44 (1).

——— 1946a — Id. 44 (2): 221-293.

——— 1946b — Id. 44 (2): 323-341.

——— 1947 — Considerações gerais.

Foto CNG — Tibor Jablonsky — 1960

RELÊVO CÁRSTICO, EM LAGOA SANTA

RELÊVO CÁRSTICO, EM LAGOA SANTA

Ao norte de Belo Horizonte, distando dessa capital apenas 42 km, Lagoa Santa constitui um centro mineiro de grande atração científica e turística.

A paisagem compõe-se de lagoas limitadas por colinas de coloração cinza-azulada, assentadas em solo argiloso vermelho e que se acham dispostas em anfiteatro com suave inclinação para o rio das Velhas.

É um trecho onde os terrenos calcários da série Bambuí (Siluriano) são submetidos a clima chuvoso, facilitando, assim, os processos de decomposição química que dá lugar a um típico relêvo cárstico.

O aspecto exterior dessas elevações — denominadas lapiés, *lápias ou lapas — é escarpado, como se percebe na foto. Através dêsses paredões, a dissolução prossegue: multiplicidade de sulcos separados por dorsos arredondados cortados por furos e fendas através dos quais a rocha é atacada pelas águas de escoamento. E, não raro, diáclases testemunham os deslocamentos tectônicos.*

No interior, entretanto a complexidade é evidente — galerias em ziguezague, degraus, sumidouros, corredores interrompidos repentinamente, pelo efeito das fraturas... e, entre as fendas a água se infiltra provocando o aparecimento de lençóis subterrâneos.

Nas cavidades dos tetos e paredes, o carbonato de cálcio se concentra sob formas curiosas que lembram "pingos ou pingentes", conhecidos pela denominação de "estalactites"; no solo, as águas provocam o desenvolvimento de formas ascendentes — as "estalagmites"

De modo geral êsse conjunto topográfico sofreu rebaixamento pela decomposição química, demonstrando com isto que a parte lacustre correspondia a uma antiga dolina e as lápias a um nível mais elevado do que o atual.

Lagoa Santa é hoje um centro arqueológico muito interessante, pois que as pesquisas efetuadas pelo cientista dinamarquês Dr. Peter Wilhelm Lund, nessas cavernas, atestaram que tanto o material lítico quanto as ossadas pertencem a uma raça pré-colombiana. Êsses fatos assinalados, mormente na Lapa do Sumidouro, conduziam o arqueólogo a aceitar a existência de agrupamentos humanos, nessa região, como os mais antigos da América. (Comentário de CELESTE RODRIGUES MAIO)

Foto CNG — Tibor Jablonsky — 1960

VINHEDOS DE CAXIAS DO SUL

VINHEDOS DE CAXIAS DO SUL

No nordeste do Rio Grande do Sul está localizada a grande área vitícola do país, destacando-se entre os municípios produtores, o de Caxias do Sul, onde os parreirais, em geral, localizados nas encostas dos morros, próximo à moradia, constituem o traço dominante da paisagem.

Aos colonos italianos deve-se a introdução da atividade vinícola com seu duplo aspecto — agrícola e industrial; sendo o cultivo da uva realizado pelo pequeno agricultor e pelas grandes emprêsas industrializadoras. A variedade americana "Isabel" constitui a base da viticultura gaúcha, havendo o predomínio da fabricação do vinho tinto.

Caxias do Sul o grande centro viti-vinícola, açambarca na industrialização do vinho as uvas produzidas no município, mas também, as das áreas vizinhas, e a expansão dessa atividade é comprovada pelo grande número de cantinas aí existentes.

A "Festa da Uva", reúne todos os municípios vinícolas gaúchos, para a tradicional "Parada da Vindima", o grande acontecimento festivo do início da colheita da uva, que se realiza anualmente, no último domingo de fevereiro, em Caxias do Sul. (Comentário de DELNIDA MARTINEZ CATALDO)

Nôvo Presidente do IBGE

Por ato do senhor presidente da República, datado de 1.º de outubro do corrente ano, foi nomeado presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Prof. Roberto Bandeira Accioli, catedrático de Geografia do Colégio Pedro II.

Substitui o nôvo presidente do IBGE, o Dr. J. J. Sá Freire Alvim, que há quase dois anos vinha dirigindo os destinos dêsse órgão da administração pública do país.

Por ocasião da transmissão do cargo, o Dr. Sá Freire Alvim fêz uma espécie de prestação de contas de sua administração dizendo que: "ao assumir, há pouco menos de dois anos, por honrosa convocação do eminente presidente João Goulart a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, declarei que o fazia com espírito de humildade, cônscio das responsabilidades que me impunham, mais que tudo, as próprias tradições desta Casa e a função que ela desempenha na vida da nação. E foi com espírito de humildade que a exerci, dando de mim o que pude, esforçando-me por assegurar às suas atividades o ritmo, vigor e eficiência necessários, empenhando-me por que nada lhe faltasse e para que fôssem maiores a sua projeção e prestígio.

Aqui cheguei, à admirável oficina montada pelo grande presidente Getúlio Vargas, sob a inspiração de Teixeira de Freitas e com a colaboração de José Carlos de Macedo Soares, aqui cheguei conhecendo e admirando a obra que aqui se realizava. No curso de minha vida pública tivera inúmeras oportunidades de observar o alcance e significado da obra do IBGE, nos diferentes campos em que ela se desdobra. Sempre me impressionou a qualidade do trabalho aqui realizado pelos estatísticos e geógrafos, com inexcedível correção, segurança e entusiasmo.

Por isso, não tive surprêsas ao ver, do pôsto de comando, como funciona a máquina ibgeana, a serviço do Brasil. Os técnicos, fazendo planos de pesquisas, coletando, sistematizando, divulgando números, realizando levantamentos geográficos, preparando mapas, deram-me demonstrações constantes, não só de sua competência, senão também de seu amor à Casa, vale dizer, de seu amor ao país. Disso quero dar público testemunho, como prova de meu reconhecimento pela colaboração que me prestaram, cada qual no seu campo de ação, precisos e leais. Reconhecimento que estendo a todos os servidores do Instituto, de todos os escalões burocráticos, homens de direção e comandados — todos por igual merecedores de estímulo e respeito pelo senso do dever com que executam suas tarefas e cumprem suas missões".

Recuperação do IBGE

"Encontrei o IBGE numa fase ainda difícil de recomposição, quando se fazia necessário um esfôrço decidido e pertinaz de recuperação financeira.

Impôs-se naturalmente a manutenção de um rigoroso regime de poupança para que não se agravasse o estado de debilidade orçamentária, decorrente de dívidas a saldar e de compromissos que as próprias contingências do trabalho e mesmo disposições legais e até judiciais iam acrescendo. Houve mister uma política vigilante e inalterável de contenção de gastos, mesmo quando isso parecia afetar o desenvolvimento das atividades do sistema estatístico-geográfico para que se alcançasse a condição de equilíbrio, suficiência e estabilidade, conforme a pauta de rígidos princípios de morali-

dade administrativa que fiz inflexìvelmente observar.

A cobertura financeira de que carecia o Instituto, para levar a cabo suas múltiplas e crescentes tarefas, no campo censitário, no desdobramento de seus levantamentos estatísticos e pesquisas geográficas permanentes, fêz-se à custa de enormes esforços, em decorrência, como ninguém ignora, da situação do erário nacional, visto que não podia a União liberar as verbas que nos eram destinadas senão mediante a adoção de um esquema, na medida de suas possibilidades. Por outro lado, a arrecadação da Quota de Estatística não alcançou o volume que se poderia prever, em virtude da inopinada denúncia dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, ocorrida em alguns pontos do país.

Enquanto escasseavam os recursos, ao Instituto, a nação exigia, sob a pressão de suas naturais necessidades de desenvolvimento, maiores responsabilidades na execução de novas pesquisas do mais variado teor, indispensáveis ao planejamento da vida econômico-social do país. Com o seu campo de ação cobrindo todo o território nacional, o IBGE teve de acelerar seu ritmo de trabalho, projetar, realizar levantamentos expeditos quando não eram favoráveis as perspectivas de nosso Deve-e-Haver.

Tudo, entretanto, foi feito, a tempo e a hora, mesmo nessas condições desfavoráveis. Posso anunciar que se encontra agora normalizada a vida financeira da entidade, graças à coordenação, com seguro contrôle, das suas atividades-meio.

É assim que se conseguiu liquidar faturas de fornecimentos com inteira normalidade. Está em dia o pagamento do funcionalismo. Já em estudo um esquema para a liquidação dos compromissos decorrentes de enquadramentos, de ajustes das funções gratificadas e de situações criadas por fôrça de mandados de segurança, mediante a obtenção dos recursos necessários. Vale acentuar, ainda, que vêm sendo pontualmente recolhidas às entidades a que se destinam as consignações feitas em fôlha de pagamento dos servidores".

Serviço Nacional de Recenseamento

"O maior interêsse foi dispensado aos trabalhos de arremate do recenseamento geral de 1960. Um dos mais prementes problemas com que nos defrontamos teve solução: o pagamento dos agentes recenseadores, dívida de elevado alcance, cuja liquidação não poderia ser retardada, sob pena de perda de substância do prestígio da entidade. Com a política de contenção de despesas, o Serviço Nacional de Recenseamento pôde manter em trabalho cêrca de 1 000 empregados regidos pela legislação trabalhista, para execução de serviços de natureza temporária, aos quais, aliás, foi paga a gratificação de Natal estabelecida na legislação própria.

Foi adquirido e instalado o computador USS/80, destinado a complementar o UNIVAC 1 105 e a assegurar assim, a êsse equipamento eletrônico, o mais alto grau de eficiência no processamento de dados. Devo dizer que a aquisição, do ponto de vista financeiro, foi vantajosa, visto ter sido aproveitada parcela que a emprêsa fornecedora comunicou ter figurado em excesso na operação inicial realizada em 1960, devendo a parte restante ser distribuída em três anos.

Já foi concluída a divulgação sistemática dos resultados preliminares do censo demográfico e do censo agrícola, para todo o país, tendo sido iniciada a difusão dos resultados definitivos do censo agrícola e concluída a dos aspectos gerais do censo industrial. Intensificaram-se os trabalhos de apuração dos dados censitários pormenorizados, segundo a escala de prioridades prèviamente fixada.

O Serviço Nacional de Recenseamento passou a ralizar, mediante convênios ou contratos especiais, sem prejuízo de suas tarefas específicas, serviços para outras entidades, entre êles um cadastro dos cafeicultores do país, já entregue ao Instituto Brasileiro do Café.

O material censitário que êsse órgão divulgou constitui hoje documentação indispensável a quem quer que deseje tomar contacto, objetivamente, com a realidade brasileira, em seus mais íntimos aspectos".

Na Ala de Estatística

"Todos os levantamentos de natureza periódica foram objeto de exame e revisão constantes, com objetivo de renovação de normas e rotinas com base na experiência e em vista da demanda de dados mais completos e atualizados. O próprio esquema fundamental dos assuntos da estatística brasileira foi reformulado, em têrmos de conexão com as exigências da moderna técnica de pesquisa econômico-social. Deu-se mais intenso ritmo à coleta e apuração dos diferentes inquéritos regulares, particularmente os inquéritos econômicos, destinados a fornecer elementos para o cálculo de índices de conjuntura, tendo sido lançado ainda um inquérito complementar, concernente aos novos estabelecimentos industriais.

Procedeu-se à elaboração das estatísticas de salário na indústria e no comércio atacadista, das estatísticas da produção industrial, das estatísticas de preços de gêneros alimentícios e artigos de vestuário, nos comércios varejista e atacadista; foi estudado o aproveitamento dos documentos da chamada lei dos dois terços para elaboração de estatísticas de mão-de-obra e fôrça de trabalho, bem como a realização de um censo automobilístico; encaminhadas providências para a organização das estatísticas da indústria da construção, da indústria da energia elétrica e dos transportes; intensificaram-se os trabalhos relativos às estatísticas do comércio por vias internas; divulgaram-se normalmente os dados mensais dos preços ocorrentes no comércio varejista e atacadista do país, acrescidos com a apresentação de índices sintéticos regionais e nacionais; realizou-se um levantamento especial sôbre a atualidade econômica, financeira, social e cultural de todos os municípios, para fins de documentação e de prestação de informações aos consulentes, em número cada vez maior; manteve-se atualizado o cadastro da divisão territorial do país, com os elementos indispensáveis à caracterização de cada unidade municipal e mesmo das localidades que a integram.

No que respeita à difusão de dados estatísticos, devo ressaltar a regularidade das publicações técnicas periódicas — o "Anuário Estatístico do Brasil", a "Revista Brasileira de Estatística", a "Revista Brasileira dos Municípios", o "Boletim Estatístico", — bem como o lançamento de outras, do maior interêsse, como "Contribuições para o Estudo da Demografia do Brasil". Foram lançadas dezenas de monografias municipais e volumes de "Flagrantes Brasileiros", além de, em tiragens mimeográficas, análises de fenômenos demográficos e econômicos. Foram feitas edições em inglês, francês e espanhol, para o estrangeiro, de um folheto ilustrado, "Brasil, Presente e Futuro", que visa à vulgarização de elementos informativos sintéticos sôbre o país. Foram ainda distribuídos à imprensa, além das habituais notícias de caráter informativo, breves comentários sôbre temas brasileiros atuais, baseados nos dados numéricos coletados pelo sistema estatístico brasileiro. Saiu o livro "Relações Públicas e Relações Humanas", do Prof. Celso de Magalhães, simultâneamente com a quinta edição de "Técnica da Chefia e do Comando", do mesmo autor.

Aos organismos internacionais, com que mantém regular intercâmbio, o CNE encaminhou, preenchidos, todos os questionários que lhe foram submetidos, como ponto focal nacional.

Realizou-se concurso para provimento de cargos de agentes de Estatística e organizaram-se as bases para vários outros concursos, por intermédio do DASP. No tocante a pessoal, cumpre acentuar que foram tomadas tôdas as providências decorrentes da implantação do Plano de Classificação de Cargos, inclusive quanto aos reajustamentos previstos e ao enquadramento de determinadas classes de servidores e à classificação de funções gratificadas.

Procedeu-se ao estudo de um plano de reequipamento das Inspetorias Regionais e das Agências de Estatística: foram assim adquiridos carros para os serviços de coleta e distribuídas máquinas de escrever, afora o material de consumo indispensável.

O CNE participou de reuniões internacionais: do Seminário Latino-Americano sôbre a Estatística e Programas de Habitações, em Copenhague, e da Conferência Interamericana de Estatística, em Washington".

Atividades do CNG

"O Conselho Nacional de Geografia deu considerável impulso às suas atividades, realizando pesquisas de campo, organizando excursões de caráter científico, recolhendo elementos para a elaboração de monografias especiais, preparando e imprimindo mapas — entre êles, em nova tiragem, o mapa político e físico do Brasil na escala de 1:500 000, quatro mapas temáticos na mesma escala e diversos mapas estaduais. Foram elaboradas as oito primeiras fôlhas de uma carta geomorfológica.

Para assegurar a expansão desejada de sua atuação técnica e cultural, o CNG assinou diversos convênios de excepcional alcance: o convênio com o Ponto IV, que lhe possibilitou a aquisição de moderno equipamento de alto custo e notável rendimento, bem como a realização de um curso de aperfeiçoamento de cartógrafo e de treinamento de aerofotogrametrista, convênio êsse que estabelece melhores condições para o trabalho de mapeamento do país; o convênio com a Geofoto S.A., a Propec e a Cruzeiro do Sul S.A., mediante o qual será feito o levantamento aerofotogramétrico da Chapada Diamantina (Bahia) e do estado do Rio de Janeiro, para, entre outros fins, localização de minas e materiais não ferrosos de real importância para a indústria básica e a economia nacional; o convênio com a Marinha Brasileira, através da Diretoria-Geral de Hidrografia e Navegação por fôrça do qual o CNG equipará o navio hidrográfico "Almirante Saldanha" com moderno laboratório, destinado a estudos específicos de geologia submarina, ficando assegurado ao Conselho o direito de participação das viagens de natureza científica do referido navio; o convênio com o Banco do Nordeste para a elaboração de monografias sôbre aspectos físicos, econômicos e geológicos daquela área do país.

Realizaram-se vários estudos especiais, salientando-se os referentes à geografia urbana e à geografia agrária do Nordeste, às bases geográficas de abastecimento de Brasília e às sete cidades brasileiras representativas, no que se refere à população urbana. Tiveram prosseguimento os trabalhos de campo na zona central do estado de São Paulo, visando ao preparo de monografia sôbre a geografia regional das indústrias.

O CNG participou de congressos e seminários, entre os quais o I Congresso Brasileiro de Cartografia, em Salvador, e a Conferência Técnica Internacional sôbre a Carta do Mundo ao Milionésimo, de Bonn. Foram promovidos cursos de férias para professôres de geografia de nível secundário e, também, de informações geográficas, com a participação de professôres de todos os estados. Quando das comemorações do ano do jubileu do Conselho, em 1962, foi levada a efeito, no aeroporto Santos Dumont, uma exposição que ofereceu visão panorâmica da atuação técnica e científica dessa ala do IBGE. Além disso, houve a participação do CNG nas Feiras de Livros empreendidas nesta cidade. E sob os seus auspícios eminentes mestres estrangeiros proferiram conferências entre nós.

Amplo foi o programa executado no campo da difusão cultural. Saíram regularmente as publicações periódicas — a "Revista Brasileira de Geografia", e o "Boletim Geográfico". Foram editados dois volumes da "Geografia do Brasil" e o de "Aspectos da Geografia Carioca", coletâneas de estudos de vários autores, bem como a "Geografia Humana, Política e Econômica do Brasil" do prof. Delgado de Carvalho, tendo sido reeditados "Tipos e Aspectos do

Brasil" e "Paisagens do Brasil". Em preparo os últimos volumes da "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", a reedição do "Atlas do Brasil" em formato pequeno, o "Vocabulário de Normas Geográficas Estrangeiras" e um volume sôbre a evolução política da África".

Serviço Gráfico do IBGE

"O Serviço Gráfico do IBGE, que opera em regime industrial, na forma da lei, apresenta um painel expressivo de expansão de suas atividades, com resultados positivos, não obstante as dificuldades impostas à indústria gráfica. Em 1961 encerrou-se o balanço com um *deficit* superior a Cr$ 25 800 000,00; em 1962, com *superavit* de Cr$ 1 159 514,00; e no primeiro semestre dêste ano registrou-se um saldo de nada menos de Cr$ 3 422 231,20. Isto é tanto mais representativo quando se verifica num momento em que se eleva o custo da mão-de-obra. Evidente que houve mister se adotasse uma linha administrativa rigorosa, promovendo-se a indispensável redução do pessoal, cujo quadro atualmente não passa de 447 empregados (eram 756 no início de 1961).

Mediante convênios firmados com o IAPI e o SESI, passamos a liquidar, regularmente, em parcelas mensais, os débitos contraídos em administração anterior — débitos êsses que atingiram, incluídos os juros de mora e multas, o montante de Cr$ 37 545 597,90 (Cr$ 35 028 654,60 de descontos não recolhidos ao IAPI e Cr$ 2 516 943,30 de contribuições não recolhidas ao SESI).

Procedeu-se ao reequipamento das oficinas gráficas, com a aquisição, em condições excepcionais, de duas máquinas "off-set" e de duas modernas guilhotinas, bem como de dois geradores que, nesta fase de racionamento de energia elétrica, possibilitaram ao Serviço Gráfico a continuidade indispensável de suas atividades. Houve por isso uma elevação sensível de sua capacidade de produção, ao mesmo tempo que a melhoria da qualidade dessa produção, tornando-se possível a execução de encomendas de grande porte.

No campo da assistência social, é de registrar a instalação de um serviço de reembolsável — um mercadinho —, que visou a beneficiar a população operária local. Foram mantidos, com melhorias, um serviço médico e dentário, gratuito para os empregados e suas famílias, e um restaurante para fornecimento de refeições a baixo preço, bem como a Escola Nossa Senhora dos Humildes, que funciona em cooperação com o govêrno estadual e que assegura prioridade de matrícula aos filhos dos operários. Foi consideràvelmente ampliada a Escola de Artes Gráficas, que visa a uma preparação de futuros quadros profissionais, em proveito não apenas do próprio Serviço Gráfico, mas da indústria gráfica brasileira. Equipada com máquinas e instrumentos de trabalho que já não ofereciam rendimento econômico, mas que servem bem à aprendizagem do ofício de artes gráficas, contando com um corpo discente constituído de 50 alunos e um quadro de 6 professôres — 4 instrutores técnicos e 2 incumbidos da formação intelectual básica —, essa Escola, mais dia menos dia, virá a transformar-se em Ginásio Industrial, como era de nosso propósito, já havendo entendimentos com o SENAI, com êsse objetivo".

Escola Nacional de Estatística

"A Escola Nacional de Ciências Estatísticas, fundada pelo IBGE, há dez anos, desenvolveu, sem quebra de continuidade, as suas atividades universitárias de nível técnico-científico. Tem atualmente matriculados 453 estudantes, em diferentes cursos e séries.

Quero ressaltar, por ser de justiça, o papel relevante que a Escola representa na formação de novos quadros para a estatística brasileira, preparando intelectualmente os jovens para a carreira que os espera.

Posso ainda anunciar que, dentro em breve, terá início a construção de

sede própria, sob regime de administração, para a Escola, cujo patrimônio material será assim consideràvelmente enriquecido".

* * *

"Sr. Prof. Roberto Accioli:

Eis aí, em têrmos de síntese, um balanço do que pude fazer, com os recursos de que dispus e na medida de minha capacidade e experiência, visando a manter e vivificar a legenda do IBGE.

Se não fiz muito, nem tudo o que desejava, fiz o possível. Para isso contei com a assistência de colaboradores de primeira ordem, autênticos valores que aqui mesmo recrutei; com a cooperação dos órgãos que compõem os sistemas deliberativos e executivos do Instituto; com a ajuda das altas autoridades do país; com o estímulo da opinião pública — todos bem informados das responsabilidades desta Casa, no que respeita à organização nacional. Merecem, todos, o meu reconhecimento.

Mas aqui cabe uma observação, já em outras oportunidades feita e cuja repetição não constitui impertinência, pela sua importância: é que se impõe uma reformulação do sistema estatístico-geográfico, mediante um trabalho ponderado mas corajoso. Observatório das realidades nacionais, centro de pesquisas e averiguações de cunho científico, o IBGE necessita hoje de uma revisão de estrutura e de funcionamento. O país, num vigoroso impulso de desenvolvimento, está a exigir, com intensidade crescente, as medidas exatas de suas condições econômicas e sócio-culturais. Fazem-se imprescindíveis números abundantes, corretos e atualizados, mapas precisos e investigações geográficas conforme à tecnologia moderna para que se possa bem visualizar a *fascies* nacional, nos seus diferentes planos e variados ângulos. Se não fôr assim, num momento como o que vivemos, correremos o risco de nos fiar em conjecturas, assentadas em areia fôfa, senão no ar.

O IBGE precisa modernizar o seu instrumental e colocar-se à altura das exigências do tempo e do meio — pensamento que, estou certo, estêve sempre presente ao espírito dos que o criaram e o animaram com a chama de sua clarividência e do seu patriotismo.

Ainda em meados do ano passado, foi o IBGE convocado para a execução de um balanço da estatística brasileira e de um plano de adaptação às necessidades imediatas do planejamento econômico, tendo sido criado pelo govêrno federal um Grupo de Trabalho, na Comissão Nacional de Planejamento, para examinar, em extensão e profundidade, os planos dos levantamentos estatísticos, com vistas à sua ampliação e atualização. Êsse Grupo de Trabalho cumpriu a sua missão, indicando, após longos e pacientes estudos, os pontos básicos e as linhas fundamentais para uma recomposição do sistema estatístico-geográfico. Em face das conclusões firmadas, aqui organizei outro Grupo de Trabalho, com técnicos experimentados e a par dos problemas em foco, para delinear o esquema da reforma que se pode considerar necessária. Empreendimento de tal envergadura não pode, é evidente, ser levado a efeito com espírito de improviso nem às pressas: há de amadurecer naturalmente, à medida que se forma a consciência de sua exeqüibilidade.

Ninguém melhor que V. Exa. para levar a bom têrmo a obra imprescindível de reorganização do sistema estatístico e geográfico, que, como vimos, se impõe. Feliz, sob todos os aspectos, a escolha do seu nome ilustre para tão alevantada missão.

Deixo, pois, eminente amigo, Prof. Roberto Accioli, em suas experimentadas mãos, com o alto comando do IBGE, não só as gloriosas tradições de seu passado, as esperanças melhores de seu futuro".

Em seguida usou da palavra o professor Roberto Accioli, cujo discurso transcrevemos a seguir:

"A minha presença nesta Instituição decorre, sob certo aspecto, da afinidade existente entre as suas elevadas finalidades e a especialização que caracteriza a nossa atividade docente.

Alto teor educativo inspira a orientação dêste Instituto em que sobressai o particular estudo do meio ambiente em que vivemos, a par do registro espe-

cífico dos dados necessários ao desenvolvimento de nosso grupo social.

Ao gênio criador de Getúlio Vargas deve o IBGE a sua existência, reunindo, em 1938, sob a mesma égide, o Instituto Nacional de Estatística de 1934 — e o Conselho Brasileiro de Geografia de 1937.

O empenho do presidente Vargas pelo IBGE foi de tal modo expressivo que pessoalmente empossou seu primeiro presidente, o embaixador Macedo Soares, seu ministro do Exterior, na época, e afirmando que ao Instituto "lhe dera a sua casa e o seu ministro" pois para sua instalação inicial fôra assegurado o próprio Palácio do Catete.

Sua permanente preocupação logo se fêz sentir, retomando a prática interrompida desde 1920, regulando, através do decreto-lei 237, o recenseamento de 1940.

A êle também foi devida pelo decreto-lei 311 de 1938 — A consagradora lei geográfica brasileira que sistematizou o processo de evolução da divisão territorial do país.

O IBGE, de condição *sui generis*, tem sido considerado como autarquia: criação do Estado para exercer funções próprias do Estado.

De como se tem havido atesta-o, sobremaneira, a extraordinária operosidade em correspondência com sua condição administrativa que tem atuação na esfera federal, estadual e municipal por via de convênio entre as três órbitas do poder público.

Geografia e Estatística se unem neste órgão para poder propiciar ao administrador os fatos concretos para a avaliação dos resultados da ação do govêrno e para a planificação da mesma através de processos adequados.

O conhecimento melhor e mais sistematizado do território pátrio reunindo e coordenando esforços de instituições oficiais e particulares é contribuição de primeira ordem para o desenvolvimento econômico a que se juntam a investigação e avaliação numérica dos fatos sociais, conduzindo à mensuração da grandeza dos nossos problemas e possibilidades.

Fixando em publicações especializadas e mapas comparáveis aos produzidos nos melhores centros de cultura o Serviço Gráfico, o mais completo da América Latina, realiza labor quantitativo e qualitativo dos mais relevantes.

Centro de processamento de dados de tôda espécie e abrangendo assim também os referentes às pesquisas científicas, tão imperativas no mundo atual, possui, adquirida em 1960, máquina calculadora — o Cérebro Eletrônico — recentemente completado com a aparelhagem que lhe dá plena capacidade fazendo-o rivalizar com os melhores do mundo.

Nos congressos nacionais e internacionais lança-se o IBGE numa demonstração de alta valia dos seus técnicos, a ostentarem o galardão meritório dos problemas a êles afetos.

O estatístico, o geógrafo, o engenheiro, o cartógrafo, o aerofotogrametrista são, entre outros, os elaboradores básicos dos trabalhos do Instituto que tem no agente de Estatística, às vêzes instalado na solidão do município distante, o propulsor inicial dos elementos fundamentais a caracterizar êste organismo nacional.

Para a formação de especialistas de vários graus, tanto para as necessidades próprias desta Casa, como do país de um modo geral, se apresenta a Escola Nacional de Ciências Estatísticas que vem efetivando obra em correspondência com o alto teor de seus integrantes.

Os servidores de tôdas as categorias são, em seu conjunto, dignos do aprêço a que fazem jus a sua permanente dedicação e espírito associativo, para cada vez maior exaltação do Instituto, reunidos no seu grêmio "O Clube dos Ibgeanos".

Os órgãos colegiados federais, em que cumpre ressaltar a eminência de seus membros representativos dos Ministérios civis e militares, garantem o sentido de unidade nacional em que se inspira o trabalho pertinente ao IBGE e de que constituem também expressiva manifestação as Assembléias Gerais.

Como realidade democrática assinalemos o reconhecimento devido aos seus primeiros propugnadores, Teixeira de Freitas e Juarez Távora, e ao mérito de seus presidentes, cujos nomes enunciamos: Embaixador José Carlos Macedo Soares, general Djalma Poli Coe-

lho, desembargador Florêncio de Abreu, jornalista Elmano Cardim, professor Jurandyr Pires Ferreira, Rafael Xavier e Sá Freire Alvim.

Na diversidade de suas atividades peculiares se apresenta, na aparente diferenciação, o entendimento que vem presidindo a complexidade das tarefas inerentes a esta Casa.

Como brasileiros que somos, não podíamos ignorar a estrutura dêste órgão que tanto vem contribuindo para a grandeza nacional.

Catedrático, que somos do Colégio Pedro II, onde eventualmente nos encontramos na sua direção, quero recordar a participação, entre tantas outras figuras do estabelecimento padrão, das personalidades de Fernando Antônio Raja Gabaglia e Delgado de Carvalho na obra renovadora nacional empreendida pelo IBGE.

E agora mesmo recebendo das mãos de Sá Freire Alvim, tão destacado pelas suas diversas administrações, a Presidência do IBGE, desejo ressaltar a sua antiga condição de bacharel do centenário Colégio Pedro II.

Honrado pela confiança do eminente presidente João Goulart a quem me ligam laços da mais sincera admiração e real amizade, quero nesta hora conclamar todos a unirmo-nos decididamente no propósito de servirmos, sem medir esforços, ao IBGE, pois assim procedendo, servimos ao Brasil, e numa hora, em que a nossa pátria, graças ao atual govêrno se projeta tão dignamente no conceito nacional e internacional. (L)

Concurso de Monografias Geográficas para 1964

Instruções e Regulamento

Visando a estimular o desenvolvimento dos estudos geográficos no país, a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, de acôrdo com a resolução n.º 568, de 7 de junho de 1962, instituiu a Semana da Geografia, que se iniciará, anualmente, no dia 23 de maio, encerrando-se a 29 de maio — Dia do Geógrafo.

Fazendo parte das comemorações da II Semana da Geografia, a realizar-se em 1964, foi estabelecido o Concurso de Monografias Geográficas, que obedece às seguintes instruções:

1 — PARTICIPANTES

a — Poderão participar do Concurso todos os estudiosos da Geografia.

b — É particularmente recomendada a participação dos alunos do curso de Geografia das Faculdades de Filosofia, assim como de professôres de Geografia em qualquer nível de ensino.

c — Os funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística poderão participar do Concurso, desde que os trabalhos apresentados não constem dos planos de trabalhos do Instituto, particularmente do Conselho Nacional de Geografia e dos Diretórios Regionais a critério da Comissão Julgadora, com recurso ao secretário-geral.

2 — CALENDÁRIO

a — O lançamento do Concurso de Monografias foi feito no dia 29 de maio de 1963, por ocasião do encerramento da I Semana de Geografia, realizada entre 23 e 29 de maio de 1963.

b — O recebimento dos trabalhos, pela Secretaria-Geral, bem como pelos Diretórios Regionais dos estados, territórios e Distrito Federal, será até o dia 30 de março de 1964.

3 — TEMA

Livre, obedecendo às seguintes condições:

a — Serem inéditas;

b — terem desenvolvimento caracterìsticamente geográfico, sendo toleradas, *apenas ilustrativamente,* referências de caráter histórico, sociológico, etnográfico ou relativo a outras ciências e da Geografia;

c — serem devidamente documentadas com referência bibliográfica e às demais fontes de pesquisa;

d — serem, de preferência, ilustradas com fotografias, mapas, gráficos e esquemas;

e — terem, no mínimo, 50 páginas tamanho ofício, dactilografadas em espaço 2.

4 — INSCRIÇÕES

A inscrição ao Concurso será feita automàticamente com o recebimento da monografia, dentro das condições estabelecidas abaixo:

a — O trabalho será enviado em envelope fechado, sem qualquer timbre ou sinal característico;

b — o texto deverá ser apresentado em quatro vias, sendo exigido que apenas o original seja acompanhado de ilustrações;

c — juntamente com a monografia encontrar-se-á outro envelope, tamanho 1/3 de ofício também branco, sem qualquer timbre ou sinal característico, onde estará subscrito o pseudônimo do autor;

d — dentro dêste envelope estarão encerrados os dados individuais e identificadores do autor, a saber: o nome completo; o pseudônimo; cursos e títulos que possui; cargos e funções que desempenha; trabalhos que já tenha publicado, e outras referências ou informações que o autor julgar de interêsse prestar;

e — o autor assinará seu pseudônimo no canto superior direito de tôdas as páginas da monografia e no verso das ilustrações;

f — será desclassificado o trabalho cujo autor denunciar-se, intencionalmente ou não, inclusive por qualquer referência contida no texto;

g — guardar-se-á rigoroso sigilo em tôrno da identidade dos concorrentes cujos trabalhos não sejam aceitos;

h — os trabalhos apresentados serão julgados por uma comissão de 5 membros, designados pelo secretário-geral, escolhidos entre os geógrafos do Conselho Nacional de Geografia, que selecionarão os vencedores para o fim principal de recebimento de prêmios;

i — os trabalhos serão julgados pela comissão, segundo o critério estabelecido pelo seu presidente;

j — o julgamento definitivo dos trabalhos é irrecorrível e será oficialmente publicado no dia 23 de maio de 1964, início da Semana da Geografia.

5 — PRÊMIOS AOS VENCEDORES

Serão concedidos aos autores dos cinco melhores trabalhos classificados os prêmios estipulados por resolução do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, a saber:

a — 1.º lugar: Cr$ 100 000,00; 2.º lugar: 50 000,00; 3.º lugar: Cr$ 25 000,00; 4.º lugar: Álbum da Carta do Brasil ao Milionésimo; 5.º lugar: Seleção de publicações do Conselho Nacional de Geografia.

b — A entrega dos prêmios será realizada em sessão solene, no dia 29 de maio de 1964, na sede do Conselho Nacional de Geografia.

c — Além dos prêmios a Comissão Julgadora poderá conferir Menção Honrosa a quantos trabalhos julgar merecedores.

d — Os trabalhos premiados passarão a ser propriedade do Conselho Nacional de Geografia que, após a entrega dos prêmios, dêles fará o uso conveniente, inclusive publicá-los, mencionando o nome do autor e fazendo referência ao Concurso.

e — Para efeito de publicação em seus periódicos o Conselho Nacional de Geografia reserva-se o direito de apreciar as monografias selecionadas.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1956. — (a) *Lúcio de Castro Soares*, Diretor da Divisão Cultural. — Aprovado: (a) *Waldir da Costa Godolphim*, Secretário-Geral.

Divisão Regional do Brasil

I — QUADRO-RESUMO DOS TOTAIS DE ZONAS FISIOGRÁFICAS E DE MUNICÍPIOS, POR UNIDADES FEDERADAS E REGIÕES

Situação vigente em 30-4-1963

UNIDADES FEDERADAS E REGIÕES	Número de zonas	Número de municípios
NORTE		
Rondônia	1	2
Acre	2	7
Amazonas	7	167
Roraima	2	2
Pará	12	82
Amapá	3	5
NORDESTE		
Maranhão	13	122
Piauí	8	102
Ceará	12	148
Rio Grande do Norte	7	130
Paraíba	9	149
Pernambuco	9	121
Alagoas	6	93
LESTE		
Sergipe	5	63
Bahia	16	338
Minas Gerais	15	718
Espírito Santo	6	42
Rio de Janeiro	10	62
Guanabara	1	1
SUL		
São Paulo	33	505
Paraná	11	243
Santa Catarina	9	173
Rio Grande do Sul	11	158
CENTRO-OESTE		
Mato Grosso	9	64
Goiás	10	179
Distrito Federal	1	1
NORTE	27	265
NORDESTE*	64	865
LESTE	53	1 224
SUL	64	1 079
CENTRO-OESTE	20	244
BRASIL	**228**	**3 677**

*) Não computado o território de Fernando de Noronha.

II — AGRUPAMENTO DOS MUNICÍPIOS POR ZONAS FISIOGRÁFICAS

Situação vigente em abril de 1963

Zonas fisiográficas e municípios

RONDÔNIA

1 — *Zona do Alto Madeira*

1. Guajará-Mirim
2. Pôrto Velho

ACRE

1 — *Zona do Alto Purus*

1. Brasiléia
2. Rio Branco
3. Sena Madureira
4. Xapuri

Zonas fisiográficas e municípios

2 — *Zona do Alto Juruá*

1. Cruzeiro do Sul
2. Feijó
3. Tarauacá

AMAZONAS

1 — *Zona do Médio Amazonas*

1. Amatari
2. Apoquitaua
3. Barreirinha
4. Boa Vista do Ramos

Zonas fisiográficas e municípios

5. Cametá dos Ramos
6. Castanho
7. Cinco Ilhas
8. Itaborari
9. Itaquatiara
10. Itapeçu
11. Itapiranga
12. Lindóia do Norte
13. Maués
14. Mundurucus
15. Nhamundá
16. Nova Olinda do Norte
17. Osório Fonseca
18. Paraconi
19. Parintins
20. Pedras
21. São Sebastião
22. Silves
23. Tabocal
24. Urucará
25. Urucurituba

2 — *Zona do Rio Negro*

1. Acajatuba
2. Airão
3. Apapóris
4. Apuaú
5. Barcelos
6. Bela Vista
7. Carabinani
8. Careiro
9. Carvoeiro
10. Curari
11. Demeni
12. Eva
13. Iauaretê
14. Içana
15. Ilha Grande
15. Iranduba
17. Janauacá
18. Janauari
19. Jufaris
20. Juma
21. Mamori
22. Manaquiri
23. Manaus
24. Marabitanas
25. Marié
26. Padauari
27. Pari-Cachoeira
28. Presidente João Goulart
29. Puraquequara
30. Purupuru
31. Tapuruquara

Zonas fisiográficas e municípios

32. Taracuá
33. Tarumã
34. Terra Nova
35. Uaupés

3 — *Zona do Solimões-Tefé*

1. Aiapuá
2. Ajaratuba
3. Alvarães
4. Anamã
5. Anori
6. Badajoz
7. Beruri
8. Bom Jardim
9. Caapiranga
10. Camará
11. Campinas do Norte
12. Carapanatuba
13. Catuá
14. Coari
15. Codajás
16. Japurá
17. Jari
18. Jutica
19. Manacapuru
20. Maraã
21. Macejana do Norte
22. Piorini
23. Tapiira
24. Tefé
25. Trocari
26. Tuiué
27. Uarini
28. Vila Bittencourt
29. Vila Rica

4 — *Zona do Rio Purus*

1. Abufari
2. Açaituba
3. Arapixi
4. Arimã
5. Bôca do Acre
6. Bôca do Iaco
7. Canutama
8. Capacini
9. Iutanahã
10. Lábrea
11. Maripuá
12. Pouini
13. Sepatini
14. Tapauá
15. Teuini

Zonas fisiográficas e municípios

5 — *Zona do Rio Juruá*

1. Aquidabã
2. Caioá
3. Canamari
4. Carauari
5. Concórdia
6. Curupaiti
7. Eirunepé
8. Envira
9. Guajará
10. Ipixuna
11. Itamarati
12. Juruá
13. Mineruá
14. Pôrto Sérgio
15. Tamaniquá

6 — *Zona do Solimões-Javari*

1. Acaratuba
2. Aiapuá
3. Amaturá
4. Anarucu
5. Araçari
6. Aramaçá
7. Arumanduba
8. Atalaia do Norte
9. Auati-Paraná
10. Barreira Branca
11. Batalha
12. Benjamim Constant
13. Copatana
14. Curuçá
15. Esperança
16. Estirão
17. Fonte Boa
18. Içapó
19. Ipiranga
20. Jaquirana
21. Javari
22. Jutaí
23. Marco
24. Santa Rita do Weil
25. Santo Antônio do Içá
26. São Francisco do Tonantins
27. São Paulo de Olivença
28. Tauari
29. Tonantins

7 — *Zona do Rio Madeira*

1. Autazes
2. Autazmirim
3. Axini
4. Borba

Zonas fisiográficas e municípios

5. Canunã
6. Capanazinho
7. Humaitá
8. Jacaré
9. Manicoré
10. Marimari
11. Marmelos
12. Miriti
13. Natal do Norte
14. Nôvo Aripuanã
15. Pliniópolis
16. Prainha
17. Rosarinho
18. São Manuel da Barra
19. Tupana

RORAIMA

1 — *Zona do Alto Rio Branco*

1. Boa Vista

2 — *Zona de Catrimani*

1. Caracaraí

PARÁ

1 — *Zona de Marajó e Ilhas*

1. Afuá
2. Anajás
3. Breves
4. Cachoeira do Arari
5. Chaves
6. Curralinho
7. Gurupá
8. Muaná
9. Ponta de Pedras
10. Salvaterra
11. Santa Cruz do Arari
12. São Sebastião da Boa Vista
13. Soure

2 — *Zona do Salgado*

1. Colares
2. Curuçá
3. Magalhães Barata
4. Maracanã
5. Marapanim
6. Salinópolis
7. Santarém Nôvo
8. Santo Antônio do Tauá
9. São Caetano de Odivelas
10. Vigia

Zonas fisiográficas e municípios

3 — *Zona Bragantina*

1. Anadindeua
2. Augusto Correia
3. Belém
4. Benevides
5. Bragança
6. Capanema
7. Castanhal
8. Igarapé-Açu
9. Inhangapi
10. Nova Timboteua
11. Peixe-Boi
12. Primavera
13. Santa Isabel do Pará
14. Santa Maria do Pará
15. São Francisco do Pará

4 — *Zona Guajarina*

1. Abaeté do Tocantins
2. Acará
3. Barcarena
4. Bonito
5. Bujaru
6. Capitão Poço
7. Igarapé-Miri
8. Irituia
9. Moju
10. Ourém
11. São Domingos do Capim
12. São Miguel do Guamá
13. Tomé-Açu

5 — *Zona Tocantina*

1. Baião
2. Cametá
3. Limoeiro do Ajuru
4. Mocajuba
5. Tucuruí

6 — *Zona do Jacundá-Pacajá*

1. Araticu
2. Bagre
3. Melgaço
4. Portel

7 — *Zona do Gurupi*

1. Viseu

8 — *Zona do Baixo Amazonas*

1. Alenquer
2. Almerim

Zonas fisiográficas e municípios

3. Aveiro
4. Faro
5. Juruti
6. Monte Alegre
7. Óbidos
8. Oriximiná
9. Pôrto de Mós
10. Prainha
11. Santarém
12. Senador José Porfírio

9 — *Zona de Itacaiunas*

1. Itupiranga
2. Jacundá
3. Marabá
4. São João do Araguaia

10 — *Zona do Rio Xingu*

1. Altamira
2. São Félix do Xingu

11 — *Zona do Planalto*

1. Conceição do Araguaia
2. Santana do Araguaia

12 — *Zona do Tapajós*

1. Itaituba

AMAPÁ

1 — *Zona do Mazagão*

1. Mazagão

2 — *Zona de Amapá-Macapá*

1. Amapá
2. Calçoene
3. Macapá

3 — *Zona do Oiapoque*

1. Oiapoque

MARANHÃO

1 — *Zona do Litoral Norte*

1. Alcântara
2. Bacuri
3. Bequimão
4. Cururupu
5. Guimarães
6. Marinzal

Zonas fisiográficas e municípios

7. Paço do Lumiar
8. Ribamar
9. São Luís

2 — *Zona da Baixada*

1. Anajatuba
2. Cajapió
3. Cajari
4. Matinha
5. Palmeirândia
6. Penalva
7. Parimirim
8. Pinheiro
9. Rosário
10. Santa Helena
11. Santa Rita
12. São Bento
13. São João Batista
14. São Vicente Ferrer
15. Viana

3 — *Zona do Baixo Mearim*

1. Altamira do Maranhão
2. Arari
3. Bacabal
4. Igarapé Grande
5. Ipixuna
6. Lago da Pedra
7. Lago do Junco
8. Lago Verde
9. Lima Campos
10. Ôlho d'Água das Cunhãs
11. Pedreiras
12. Pio XII
13. Poção de Pedras
14. Santo Antônio dos Lopes
15. São Mateus do Maranhão
16. Vitória do Mearim
17. Vitorino Freire

4 — *Zona do Gurupi*

1. Cândido Mendes
2. Carutapera
3. Luís Domingues
4. Turiaçu

5 — *Zona do Pindaré*

1. Monção
2. Pindaré-Mirim
3. Santa Luzia

6 — *Zona do Tocantins*

1. Imperatriz
2. João Lisboa
3. Montes Altos

Zonas fisiográficas e municípios

7 — *Zona do Litoral Nordeste*

1. Araioses
2. Axixá
3. Barreirinhas
4. Humberto de Campos
5. Icatu
6. Morros
7. Primeira Cruz
8. Tutóia

8 — *Zona do Baixo Parnaíba*

1. Afonso Cunha
2. Brejo
3. Buriti
4. Chapadinha
5. Coelho Neto
6. Duque Bacelar
7. Magalhães de Almeida
8. Mata Roma
9. Santa Quitéria do Maranhão
10. São Bernardo
11. Urbano Santos

9 — *Zona do Médio Parnaíba*

1. Barão de Grajaú
2. Matões
3. Parnarama
4. São Francisco do Maranhão
5. São João dos Patos
6. Timom

10 — *Zona de Itapicuru*

1. Aldeias Altas
2. Buriti Bravo
3. Cantanhede
4. Caxias
5. Codó
6. Colinas
7. Coroatá
8. Dom Pedro
9. Fortuna
10. Gonçalves Dias
11. Governador Archer
12. Governador Eugênio de Barros
13. Graça Aranha
14. Itapicurumirim
15. Nina Rodrigues
16. Passagem Franca
17. Pirapemas
18. São Benedito do Rio Prêto
19. São Domingos do Maranhão
20. Timbiras
21. Vargem Grande

Zonas fisiográficas e municípios

11 — *Zona de Carolina*

1. Carolina
2. Pôrto Franco

12 — *Zona do Alto Parnaíba*

1. Alto Parnaíba
2. Balsas
3. Benedito Leite
4. Fortaleza dos Nogueiras
5. Loreto
6. Nova Iorque
7. Paraibano
8. Pastos Bons
9. Riachão
10. Sambaíba
11. São Félix de Balsas
12. São Raimundo das Mangabeiras
13. Tasso Fragoso

13 — *Zona do Alto Mearim*

1. Amarante do Maranhão
2. Barra do Corda
3. Esperantinópolis
4. Grajaú
5. Joselândia
6. Mirador
7. Presidente Dutra
8. Sítio Nôvo
9. Sucupira do Norte
10. Tuntum

PIAUÍ

1 — *Zona do Alto Parnaíba*

1. Bertolínia
2. Bom Jesus
3. Cristino Castro
4. Eliseu Martins
5. Guadalupe
6. Jerumenha
7. Landri Sales
8. Marcos Parente
9. Palmeira do Piauí
10. Redenção do Gurgeia
11. Ribeiro Gonçalves
12. Santa Filomena
13. Santa Luz
14. Uruçuí

2 — *Zona do Planalto*

1. Avelino Lopes
2. Barreiras do Piauí

Zonas fisiográficas e municípios

3. Corrente
4. Cristalândia do Piauí
5. Curimatá
6. Gilbués
7. Monte Alegre do Piauí
8. Parnaguá

3 — *Zona do Litoral*

1. Bom Princípio do Piauí
2. Buriti dos Lopes
3. Joaquim Pires
4. Luís Correia
5. Morros da Mariana
6. Parnaíba

4 — *Zona do Sertão*

1. Anísio de Abreu
2. Bom Jardim do Piauí
3. Bonfim do Piauí
4. Canto do Buriti
5. Caracol
6. Conceição do Canindé
7. Coronel José Dias
8. Curral Nôvo
9. Francisco Santos
10. Fronteiras
11. Ipiranga do Piauí
12. Itainópolis
13. Jaicós
14. Monsenhor Hipólito
15. Oeiras
15. Pais Landim
17. Paulistana
18. Picos
19. Pio IX
20. Santa Cruz do Piauí
21. São Brás
22. São Francisco do Piauí
23. São João do Piauí
24. São José do Peixe
25. São Julião
26. São Raimundo Nonato
27. Simões
28. Simplício Mendes
29. Socorro do Piauí

5 — *Zona da Ibiapaba*

1. Aroazes
2. Castelo do Piauí
3. Cocal
4. Elesbão Veloso
5. Franciscópolis
6. Inhuma

Zonas fisiográficas e municípios

7. Nôvo Oriente do Piauí
8. Ôlho d'Água Grande
9. Pedro II
10. Pimenteiras
11. Piracuruca
12. Prata do Piauí
13. São Félix do Piauí
14. São Miguel do Tapuio
15. Valença do Piauí
16. Várzea Grande

6 — *Zona Carnaubeira*

1. Alto Longá
2. Barras
3. Batalha
4. Campo Maior
5. Capitão de Campos
6. Piripiri

7 — *Zona do Baixo Parnaíba*

1. Esperantina
2. Luzilândia
3. Matias Olímpio
4. Miguel Alves
5. Nossa Senhora dos Remédios
6. Pôrto

8 — *Zona do Médio Parnaíba*

1. Agricolândia
2. Água Branca
3. Altos
4. Amarante
5. Angical do Piauí
6. Barro Duro
7. Beneditinos
8. Floriano
9. Itaueira
10. José de Freitas
11. Nazaré do Piauí
12. Palmeirais
13. Regeneração
14. Rio Grande do Piauí
15. São Pedro do Piauí
16. Teresina
17. União

CEARÁ

1 — *Zona do Litoral*

1. Acaraú
2. Aquirás
3. Aracati
4. Beberibe

Zonas fisiográficas e municípios

5. Bela Cruz
6. Camocim
7. Cascavel
8. Caucaia
9. Chaval
10. Fortaleza
11. Granja
12. Icapuí
13. Itapipoca
14. Marco
15. Martinópole
16. Morrinhos
17. Pacajus
18. Paracuru
19. Santana do Acaraú
20. São Gonçalo do Amarante
21. São Luís do Curu
22. Trairi
23. Uruburetama
24. Uruoca

2 — *Zona do Sertão Central*

1. Boa Viagem
2. Xoró
3. Itatira
4. Milhã
5. Mombaça
6. Pedra Branca
7. Piquet Carneiro
8. Quixadá
9. Quixeramobim
10. Senador Pompeu
11. Solonópole

3 — *Zona do Sertão Centro-Oeste*

1. Alcântaras
2. Apuiarés
3. Batoque
4. Canindé
5. Caridade
6. Cariré
7. Coreaú
8. Frecheirinha
9. General Sampaio
10. Groaíras
11. Irauçuba
12. Itapajé
13. Macaraú
14. Massapê
15. Meruoca
16. Monsenhor Tabosa
17. Moraújo
18. Novas Ruças
19. Paramoti

Zonas fisiográficas e municípios

20. Pentecoste
21. Reriutaba
22. Santa Quitéria
23. Senador Sá
24. Sobral
25. Tamboril

4 — *Zona do Sertão do Sudoeste*

1. Aiuba
2. Antonina do Norte
3. Arneirós
4. Catarina
5. Cococi
6. Crateús
7. Independência
8. Nôvo Oriente
9. Parambu
10. Saboeiro
11. Tauá

5 — *Zona do Sertão do Baixo Jaguaribe*

1. Alto Santo
2. Itaiçaba
3. Jaguaruana
4. Limoeiro do Norte
5. Morada Nova
6. Palhano
7. Quixeré
8. Ruças
9. São João do Jaguaribe
10. Tabuleiro do Norte

6 — *Zona do Sertão do Médio Jaguaribe*

1. Jaguaretama
2. Jaguaribara
3. Jaguaribe

7 — *Zona do Sertão do Salgado e Alto Jaguaribe*

1. Acopiara
2. Altaneira
3. Açaré
4. Aurora
5. Baixio
6. Cariús
7. Cedro
8. Farias Brito
9. Icó
10. Iguatu
11. Ipaumirim
12. Jucás

Zonas fisiográficas e municípios

13. Lavras da Mangabeira
14. Orós
15. Umari
16. Várzea Alegre

8 — *Zona do Araripe*

1. Araripe
2. Campos Sales
3. Nova Olinda
4. Potenji
5. Santana do Cariri

9 — *Zona do Baturité*

1. Aracoiaba
2. Aratuba
3. Baturité
4. Capistrano
5. Guaiúba
6. Guaramiranga
7. Itapiúna
8. Maracanaú
9. Maranguape
10. Mulungu
11. Pacatuba
12. Pacoti
13. Palmácea
14. Redenção

10 — *Zona da Ibiapaba*

1. Carnaubal
2. Guaraciaba do Norte
3. Ibiapina
4. Ipu
5. Ipueiras
6. Mocambo
7. Pacujá
8. Poranga
9. São Benedito
10. Tianguá
11. Ubajara
12. Viçosa do Ceará

11 — *Zona de Pereiro*

1. Iracema
2. Pereiro

12 — *Zona do Cariri*

1. Abaiara
2. Barbalha
3. Barro
4. Brejo Santo
5. Cariaçu

Zonas fisiográficas e municípios

6. Crato
7. Granjeiro
8. Jardim
9. Jati
10. Juàzeiro do Norte
11. Mauriti
12. Milagres
13. Missão Velha
14. Penaforte
15. Porteiras

RIO GRANDE DO NORTE

1 — *Zona Salineira ou Litoral e Salinas*

1. Açu
2. Alto do Rodrigues
3. Areia Branca
4. Carnaubais
5. Galinhos
6. Grossos
7. Guamaré
8. João Câmara
9. Macau
10. Paràzinho
11. Pedra Grande
12. Pendências
13. São Bento do Norte

2 — *Zona do Litoral*

1. Arez
2. Baía Formosa
3. Bom Jesus
4. Caiada
5. Canguaretama
6. Ceará-Mirim
7. Espírito Santo
8. Estremoz
9. Goianinha
10. Januário Cicco
11. Lagoa Salgada
12. Macaíba
13. Maxaranguape
14. Monte Alegre
15. Natal
16. Nísia Floresta
17. Parnamirim
18. Pureza
19. São Gonçalo do Amarante
20. São José do Mipibu
21. Serra Caiada
22. Timbau do Sul
23. Touros
24. Várzea
25. Vera Cruz

Zonas fisiográficas e municípios

3 — *Zona do Agreste*

1. Barcelona
2. Barreto
3. Brejinho
4. Campo Redondo
5. Coronel Ezequiel
6. Jaçanã
7. Japi
8. Lagoa d'Anta
9. Lagoa de Pedras
10. Lagoa dos Velhos
11. Lajes Pintadas
12. Montanhas
13. Monte das Gameleiras
14. Nova Cruz
15. Passa e Fica
16. Pedro Velho
17. Rui Barbosa
18. Santa Cruz
19. Santo Antônio
20. São Bento do Trairi
21. São José do Campestre
22. São Paulo do Potenji
23. São Pedro
24. São Tomé
25. Serra de São Bento
26. Sítio Nôvo
27. Taipu
28. Tangará

4 — *Zona Centro Norte*

1. Afonso Bezerra
2. Angicos
3. Caiçara do Rio do Vento
4. Ipauguaçu
5. Jardim de Angicos
6. Lajes
7. Pedra Preta
8. Pedro Avelino
9. Santana dos Matos
10. São Rafael

5 — *Zona do Seridó*

1. Acari
2. Caicó
3. Carnaúba dos Dantas
4. Cêrro Corá
5. Cruzeta
6. Currais Novos
7. Equador
8. Florânia
9. Jardim de Piranhas
10. Jardim do Seridó

Zonas fisiográficas e municípios

11. Jucurutu
12. Lagoa Nova
13. Ouro Branco
14. Parelhas
15. Santana
16. São Fernando
17. São João do Sabuji
18. São José do Seridó
19. São Vicente
20. Serra Negra do Norte
21. Timbaúba dos Batistas

6 — *Zona da Chapada do Apodi*

1. Apodi
2. Augusto Severo
3. Baraúna
4. Caraúbas
5. Filipe Guerra
6. Governador Dix-Sept Rosado
7. Itaú
8. Janduís
9. Moçoró
10. Paraú
11. Upanema

7 — *Zona Serrana*

1. Alexandria
2. Almino Afonso
3. Antônio Martins
4. Doutor Severiano
5. Encanto
6. Francisco Dantas
7. José da Penha
8. Junco
9. Luís Gomes
10. Marcelino Vieira
11. Martins
12. Ôlho d'Água dos Borges
13. Paraná
14. Patu
15. Pau dos Ferros
16. Portalegre
17. Riacho da Cruz
18. Riacho de Santana
19. Rodolfo Fernandes
20. São Miguel
21. Tenente Ananias
22. Umarizal

PARAÍBA

1 — *Zona do Litoral e Mata*

1. Alhandra
2. Baía da Traição

Zonas fisiográficas e municípios

3. Bayeux
4. Cabedelo
5. Cruz do Espírito Santo
6. Itapororoca
7. Jacaraú
8. João Pessoa
9. Lucena
10. Mamanguape
11. Pedras de Fogo
12. Pitimbu
13. Rio Tinto
14. Santa Rita

2 — *Zona do Agreste e Caatinga Litorânea*

1. Alagoa Grande
2. Alagoinha
3. Araçaji
4. Aroeiras
5. Belém
6. Caiçara
7. Cuiteji
8. Duas Estradas
9. Guarabira
10. Gurinhém
11. Ingá
12. Itabaiana
13. Itatuba
14. Juarez Távora
15. Juripiranga
16. Lagoa de Dentro
17. Mari
18. Mojeiro
19. Mulungu
20. Natuba
21. Pilar
22. Pirpirituba
23. Salgado de São Félix
24. São Miguel de Taipu
25. Sapé
26. Serra da Raiz
27. Serra Redonda
28. Umbuzeiro

3 — *Zona do Seridó*

1. Junco do Seridó
2. Santa Luzia
3. São José do Sabuji
4. São Mamede
5. Várzea

4 — *Zona do Brejo*

1. Alagoa Nova
2. Arara

Zonas fisiográficas e municípios

3. Areia
4. Areial
5. Bananeiras
6. Borborema
7. Dona Inês
8. Esperança
9. Pilões
10. Remígio
11. São Sebastião de Lagoa de Roça
12. Serraria
13. Solânea

5 — *Zona da Borborema Oriental*

1. Araruna
2. Barra de Santa Rosa
3. Cacimba de Dentro
4. Campina Grande
5. Cuité
6. Fagundes
7. Nova Floresta
8. Pocinhos
9. Puxinanã
10. Queimadas
11. Tacima

6 — *Zona da Borborema Central*

1. Barra de São Miguel
2. Boqueirão
3. Cabaceiras
4. Camalaú
5. Congo
6. Cubati
7. Frei Martinho
8. Gurjão
9. Juàzeirinho
10. Livramento
11. Monteiro
12. Olivedos
13. Ouro Velho
14. Pedra Lavrada
15. Picuí
16. Prata
17. São João do Cariri
18. São João do Tigre
19. São José dos Cordeiros
20. São Sebastião do Umbuzeiro
21. Seridó
22. Serra Branca
23. Soledade
24. Sumé
25. Taperoá

Zonas fisiográficas e municípios

7 — *Zona do Sertão Alto*

1. Água Branca
2. Destêrro
3. Juru
4. Mãe d'Água
5. Manaíra
6. Princesa Isabel
7. Tavares
8. Teixeira

8 — *Zona do Sertão do Piranhas*

1. Aguiar
2. Belém do Brejo da Cruz
3. Boqueirão dos Cochos
4. Brejo do Cruz
5. Cacimba de Areia
6. Catingueira
7. Catolé do Rocha
8. Condado
9. Curemas
10. Jericó
11. Lagoa
12. Malta
13. Nazarèzinho
14. Nova Olinda
15. Ôlho d'Água
16. Passagem
17. Patos
18. Paulista
19. Piancó
20. Pombal
21. Riacho dos Cavalos
22. Salgadinho
23. Santa Cruz
24. Santana dos Garrotes
25. Santa Teresinha
26. São Bento
27. São José da Lagoa Tapada
28. São José de Espinharas
29. Sousa

9 — *Zona do Sertão do Oeste*

1. Antenor Navarro
2. Boaventura
3. Bonito de Santa Fé
4. Cachoeira dos Índios
5. Cajàzeiras
6. Carrapateira
7. Conceição
8. Diamante
9. Ibiara
10. Itaporanga
11. Monte Horebe

Zonas fisiográficas e municípios

12. Santa Helena
13. São José de Piranhas
14. Serra Grande
15. Triunfo
16. Uiraúna

PERNAMBUCO

1 — *Zona do Litoral e Mata*

1. Água Preta
2. Aliança
3. Amaraji
4. Barra de Guabiraba
5. Barreiros
6. Belém de Maria
7. Bonito
8. Cabo
9. Carpina
10. Catende
11. Condado
12. Côrtes
13. Escada
14. Gameleira
15. Goiana
16. Igaraçu
17. Ipojuca
18. Itamaracá
19. Jaboatão
20. Joaquim Nabuco
21. Macaparana
22. Maraial
23. Moreno
24. Nazaré da Mata
25. Olinda
26. Palmares
27. Paudalho
28. Paulista
29. Quipapá
30. Recife
31. Ribeirão
32. Rio Formoso
33. São José da Coroa Grande
34. São Lourenço da Mata
35. São Vicente Ferrer
36. Sirinhaém
37. També
38. Timbaúba
39. Vicência
40. Vitória de Santo Antão

2 — *Zona do Agreste*

1. Agrestina
2. Alagoinha
3. Altinho

Zonas fisiográficas e municípios

4. Angelim
5. Belo Jardim
6. Bezerros
7. Bom Conselho
8. Bom Jardim
9. Brejão
10. Brejo da Madre de Deus
11. Cachoeirinha
12. Camocim de São Félix
13. Canhotinho
14. Caruaru
15. Correntes
16. Cupira
17. Garanhuns
18. Glória do Goitá
19. Gravatá
20. Jataúba
21. João Alfredo
22. Jupi
23. Jurema
24. Lagoa do Ouro
25. Lagoa dos Gatos
26. Lajedo
27. Limoeiro
28. Orobó
29. Palmeirinha
30. Panelas
31. Pesqueira
32. Poção
33. Riacho das Almas
34. Sanharó
35. Santa Cruz do Capibaribe
36. São Bento do Una
37. São Caetano
38. São João
39. São Joaquim do Monte
40. Surubim
41. Taquaritinga do Norte
42. Toritama
43. Vertentes

3 — *Zona do Sertão do Moxotó*

1. Águas Belas
2. Buíque
3. Inajá
4. Itaíba
5. Pedra
6. Venturosa

4 — *Zona do Triunfo*

1. Triunfo

Zonas fisiográficas e municípios

5 — *Zona do Sertão Alto ou do Alto Pajeú*

1. Afogados da Ingàzeira
2. Carnaíba
3. Flôres
4. Itapetim
5. São José do Egito
6. Serra Talhada
7. Tabira
8. Tuparetama

6 — *Zona do Sertão do Alto Moxotó*

1. Arcoverde
2. Betânia
3. Custódia
4. Sertânia

7 — *Zona do Araripe*

1. Araripina
2. Bocodó
3. Exu
4. Ipubi
5. Ouricuri
6. Serrita

8 — *Zona do Sertão Central*

1. Mirandiba
2. Parnamirim
3. Salgueiro
4. São José do Belmonte
5. Terra Nova
6. Verdejante

9 — *Zona do Sertão do São Francisco*

1. Belém de São Francisco
2. Cabrobó
3. Floresta
4. Petrolândia
5. Petrolina
6. Santa Maria da Boa Vista
7. Tacaratu

ALAGOAS

1 — *Zona do Litoral*

1. Barra de Santo Antônio
2. Bôca da Mata
3. Campo Alegre
4. Coqueiro Sêco
5. Cururipe
6. Feliz Deserto

Zonas fisiográficas e municípios

7. Flecheiras
8. Japaritinga
9. Joaquim Gomes
10. Maceió
11. Maragoji
12. Marechal Deodoro
13. Matriz de Camarajibe
14. Messias
15. Passo de Camarajibe
16. Piaçabuçu
17. Pilar
18. Pôrto de Pedras
19. Rio Largo
20. Santa Luzia do Norte
21. São Luís do Quitunde
22. São Miguel dos Campos
23. São Miguel dos Milagres
24. Satuba

2 — *Zona da Mata*

1. Atalaia
2. Branquinha
3. Cajueiro
4. Capela
5. Chã Preta
6. Colônia Leopoldina
7. Ibateguara
8. Jacuípe
9. Jundiá
10. Murici
11. Nôvo Lino
12. Paulo Jacinto
13. Pindoba
14. Pôrto Calvo
15. Quebrangulo
16. Santana do Mundaú
17. São José da Laje
18. União dos Palmares
19. Viçosa

3 — *Zona do Baixo São Francisco*

1. Igreja Nova
2. Penedo
3. Pôrto Real do Colégio
4. São Sebastião

4 — *Zona do Sertão do São Francisco*

1. Batalha
2. Belo Monte
3. Campo Grande
4. Feira Grande
5. Jirau do Ponciano
6. Jacaré dos Homens

Zonas fisiográficas e municípios

7. Jaramataia
8. Monteirópolis
9. Ôlho d'Água do Casado
10. Ôlho d'Água Grande
11. Palestina
12. Pão de Açúcar
13. Piranhas
14. São Brás
15. São José da Tapera
16. Traipu

5 — *Zona Sertaneja*

1. Anadia
2. Arapiraca
3. Belém
4. Cacimbinhas
5. Carneiros
6. Craíba
7. Dois Riachos
8. Igaci
9. Junqueiro
10. Lagoa da Canoa
11. Limoeiro de Anadia
12. Major Isidoro
13. Maravilha
14. Marimbondo
15. Mar Vermelho
16. Minador do Negrão
17. Olivença
18. Ôlho d'Água das Flôres
19. Ouro Branco
20. Palmeira dos Índios
21. Poço das Trincheiras
22. Santana do Ipanema
23. São Marcos
24. Tanque d'Arca
24. Taquarana

6 — *Zona Serrana*

1. Água Branca
2. Canapi
3. Delmiro Gouveia
4. Inhapi
5. Mata Grande

SERGIPE

1 — *Zona do Litoral*

1. Aracaju
2. Arauá
3. Barra dos Coqueiros
4. Brejo Grande
5. Buquim

Zonas fisiográficas e municípios

6. Cristinápolis
7. Estância
8. Ilha das Flôres
9. Indiaroba
10. Itaporanga d'Ajuda
11. Japaratuba
12. Japoatã
13. Nossa Senhora do Socorro
14. Pacatuba
15. Pedrinhas
16. Salgado
17. Santa Luzia do Itanhi
18. Santo Amaro das Brotas
19. São Cristóvão
20. Umbaúba

2 — *Zona Central*

1. Capela
2. Carmópolis
3. Divina Pastôra
4. Itabaiana
5. Laranjeiras
6. Malhada dos Bois
7. Malhador
8. Maruim
9. Moita Bonita
10. Muriboca
11. Riachuelo
12. Rosário do Catete
13. Santa Rosa de Lima
14. Siriri

3 — *Zona do Baixo São Francisco*

1. Amparo de São Francisco
2. Cedro de São João
3. Neópolis
4. Propriá

4 — *Zona do Sertão do São Francisco*

1. Aquidabã
2. Canhoba
3. Canindé de São Francisco
4. Gararu
5. Gracho Cardoso
6. Itabi
7. Poço Redondo
8. Pôrto da Fôlha

5 — *Zona do Oeste*

1. Campo do Brito
2. Carira
3. Cumbe

Zonas fisiográficas e municípios

4. Frei Paulo
5. Itabaianinha
6. Lagarto
7. Macambira
8. Monte Alegre de Sergipe
9. Nossa Senhora da Glória
10. Nossa Senhora das Dores
11. Pinhão
12. Poço Verde
13. Riachão do Dantas
14. Ribeirópolis
15. Simão Dias
16. Tobias Barreto
17. Tomar do Jeru

BAHIA

1 — *Zona do Litoral Norte*

1. Acajutiba
2. Alagoinha
3. Aporá
4. Aramari
5. Cardeal da Silva
6. Conde
7. Entrerrios
8. Esplanada
9. Inhambupe
10. Jandaíra
11. Rio Real
12. Sátiro Dias

2 — *Zona do Recôncavo*

1. Amélia Rodrigues
2. Antônio Cardoso
3. Aratuípe
4. Cachoeira
5. Camaçari
6. Candeias
7. Catu
8. Conceição de Jacuípe
9. Conceição da Feira
10. Conceição do Almeida
11. Cruz das Almas
12. Dom Macedo Costa
13. Governador Mangabeira
14. Itanagra
15. Itaparica
16. Jaguaripe
17. Lauro de Freitas
18. Maragojipe
19. Mata de São João
20. Muniz Ferreira
21. Muritiba
22. Nazaré

Zonas fisiográficas e municípios

23. Pojuca
24. Salinas da Margarida
25. Salvador
26. Santo Amaro
27. Santo Antônio de Jesus
28. São Félix
29. São Filipe
30. São Francisco do Conde
31. São Gonçalo dos Campos
32. São Roque do Paraguaçu
33. São Sebastião do Pacé
34. Sapeaçu
35. Simões Filho
36. Teodoro Sampaio
37. Terra Nova
38. Vera Cruz

3 — *Zona Cacaueira*

1. Almodina
2. Aurelino Leal
3. Barra do Rocha
4. Barro Prêto
5. Belmonte
6. Buararema
7. Cairu
8. Camacã
9. Camamu
10. Canavieiras
11. Coaraci
12. Firmino Alves
13. Floresta Azul
14. Gandu
15. Gangoji
16. Ibicaraí
17. Ibirapitanga
18. Ibirataia
19. Ilhéus
20. Ipiaú
21. Itabuna
22. Itacaré
23. Itajimirim
24. Itaju do Colônia
25. Itajuípe
26. Itamari
27. Itapé
28. Itapebi
29. Itapitanga
30. Itororó
31. Ituberá
32. Maraú
33. Mascote
34. Nilo Peçanha
35. Pau-Brasil
36. Potiraguá

Zonas fisiográficas e municípios

37. Santa Cruz da Vitória
38. Taperoá
39. Teolândia
40. Ubaitaba
41. Ubatã
42. Una
43. Uruçuca
44. Valença
45. Wenceslau Guimarães

4 — *Zona Extremo Sul*

1. Alcobaça
2. Caravelas
3. Guaratinga
4. Ibirapuã
5. Itamaraju
6. Itanhém
7. Lajedão
8. Medeiros Neto
9. Mucuri
10. Nova Viçosa
11. Pôrto Seguro
12. Prado
13. Santa Cruz Cabrália

5 — *Zona Nordeste*

1. Antas
2. Araci
3. Biritinga
4. Cansanção
5. Cícero Dantas
6. Cipó
7. Conceição do Coité
8. Coronel João Sá
9. Crisópolis
10. Euclides da Cunha
11. Itapicuru
12. Itiúba
13. Jeremoabo
14. Lamarão
15. Monte Santo
16. Nova Soure
17. Olindina
18. Paripiranga
19. Pedro Alexandre
20. Queimadas
21. Quijingue
22. Retirolândia
23. Ribeira do Amparo
24. Ribeira do Pombal
25. Santa Brígida
26. Santaluz
27. Serrinha

Zonas fisiográficas e municípios

28. Teofilândia
29. Tucano
30. Uauá
31. Valente

6 — *Zona de Feira de Santana*

1. Água Fria
2. Anguera
3. Candeal
4. Castro Alves
5. Coração de Maria
6. Elísio Medrado
7. Feira de Santana
8. Iaçu
9. Ichu
10. Ipecaetá
11. Ipirá
12. Irará
13. Ouricangas
14. Pedrão
15. Riachão do Jacuípe
16. Santa Bárbara
17. Santanópolis
18. Santa Teresinha
19. Santo Estêvão
20. Serra Preta
21. Tanquinho

7 — *Zona do Senhor do Bonfim*

1. Antônio Gonçalves
2. Caldeirão Grande
3. Campo Formoso
4. Jaguarari
5. Mirangaba
6. Pindobaçu
7. Saúde
8. Senhor do Bonfim

8 — *Zona da Encosta da Chapada Diamantina*

1. Baixa Grande
2. Boa Vista do Tupim
3. Caém
4. Ibiquera
5. Itaberaba
6. Jacobina
7. Lajedinho
8. Macajuba
9. Mairi
10. Miguel Calmon
11. Mundo Nôvo
12. Piritiba
13. Rui Barbosa

Zonas fisiográficas e municípios

14. Serrolândia
15. Tapiramutá
16. Várzea do Poço

9 — *Zona de Jequié*

1. Aiquara
2. Amargosa
3. Brejões
4. Cravolândia
5. Irajuba
6. Itaji
7. Itaquara
8. Itiruçu
9. Jaguaquara
10. Jequié
11. Jiquiriçá
12. Jitaúna
13. Lafayete Coutinho
14. Laje
15. Maracás
16. Marcionílio Sousa
17. Milagres
18. Mutuipe
19. Nova Itarana
20. Planaltino
21. Santa Inês
22. São Miguel das Matas
23. Ubaíra

10 — *Zona de Conquista*

1. Anajé
2. Barra do Choça
3. Belo Campo
4. Boa Nova
5. Caatiba
6. Cândido Sales
7. Dário Meira
8. Encruzilhada
9. Ibicuí
10. Iguaí
11. Itajibá
12. Itambé
13. Itapetinga
14. Itarantim
15. Macarani
16. Maiquinique
17. Manuel Vitorino
18. Nova Canaã
19. Planalto
20. Poções
21. Vitória da Conquista

Zonas fisiográficas e municípios

11 — *Zona da Chapada Diamantina*

1. Abaíra
2. Andaraí
3. Barra da Estiva
4. Barra do Mendes
5. Boninal
6. Brotas de Macaúbas
7. Cafarnaum
8. Canarana
9. Gentio do Ouro
10. Contendas do Sincorá
11. Ibicoara
12. Ibipeba
13. Ibipitinga
14. Ibitiara
15. Ibititá
16. Ipupiara
17. Iramaia
18. Iraquara
19. Irecê
20. Itaetê
21. Ituaçu
22. Juciape
23. Lençóis
24. Morpará
25. Morro do Chapéu
26. Mucugê
27. Palmeiras
28. Piatã
29. Rio de Contas
30. Seabra
31. Souto Soares
32. Tanhaçu
33. Ubiraitá
34. Utinga
35. Wagner

12 — *Zona da Serra Geral*

1. Água Quente
2. Aracatu
3. Boquira
4. Botuporã
5. Brumado
6. Caculé
7. Caitité
8. Candiba
9. Candeúba
10. Cordeiros
11. Dom Basílio
12. Guanambi
13. Ibiaçucê
14. Igaporã
15. Jacaraci

Zonas fisiográficas e municípios

16. Licínio de Almeida
17. Livramento do Brumado
18. Macaúbas
19. Malhada de Pedras
20. Mortugaba
21. Oliveira dos Brejinhos
22. Paramirim
23. Pindaí
24. Piripá
25. Presidente Jânio Quadros
26. Rio do Antônio
27. Rio do Pires
28. Tremedal
29. Urandi

13 — *Zona do Sertão do São Francisco*

1. Abaré
2. Xorroxó
3. Curaçá
4. Glória
5. Macururé
6. Paulo Afonso
7. Rodelas

14 — *Zona do Baixo Médio São Francisco*

1. Barra
2. Campo Alegre de Lourdes
3. Casa Nova
4. Central
5. Ibotirama
6. Juàzeiro
7. Juçara
8. Paratinga
9. Pilão Arcado
10. Presidente Dutra
11. Remanso
12. Sento Sé
13. Uibaí
14. Xiquexique

15 — *Zona do Médio São Francisco*

1. Bom Jesus da Lapa
2. Canápolis
3. Carinhanha
4. Côcos
5. Coribe
6. Malhada
7. Palmas de Monte Alto
8. Riacho de Santana
9. Santana
10. Santa Maria da Vitória
11. Sebastião Laranjeiras
12. Serra Dourada

Zonas fisiográficas e municípios

16 — *Zona de Barreiras*

1. Angical
2. Baianópolis
3. Barreiras
4. Brejolândia
5. Catolândia
6. Correntina
7. Cotejipe
8. Cristópolis
9. Formosa do Rio Prêto
10. Ibipetuba
11. Riachão das Neves
12. São Desidério
13. Tabocas de Brejo Velho

MINAS GERAIS

1 — *Zona do Médio Jequitinhonha*

1. Almenara
2. André Fernandes
3. Araçuaí
4. Bandeira
5. Caraí
6. Comercinho
7. Coronel Murta
8. Felisburgo
9. Itaipé
10. Itaobim
11. Itinga
12. Jacinto
13. Jequitinhonha
14. Juaíma
15. Jordânia
16. Medina
17. Nôvo Cruzeiro
18. Padre Paraíso
19. Pedra Azul
20. Rio do Prado
21. Rubim
22. Salto da Divisa
23. Santa Maria do Salto
24. Santo Antônio do Jacinto
25. Virgem da Lapa

2 — *Zona do Mucuri*

1. Águas Formosas
2. Ataléia (Litígio MG-ES)
3. Bertópolis
4. Campanário
5. Carlos Chagas
6. Frei Gaspar
7. Frei Inocêncio
8. Itambacuri

Zonas fisiográficas e municípios

9. Ladainha
10. Machacális
11. Malacacheta
12. Nanuque (Litígio MG-ES)
13. Nova Módica
14. Ouro Verde de Minas (Litígio MG-ES)
15. Pampã
16. Pavão
17. Pescador
18. Poté
19. São José do Divino
20. Serra dos Aimorés
21. Teófilo Ottoni
22. Umburatiba

3 — *Zona do Rio Doce*

1. Açucena
2. Água Boa
3. Aimorés
4. Alpercata
5. Alvarenga
6. Antônio Dias
7. Belo Oriente
8. Bom Jesus do Galho
9. Braúnas
10. Caratinga
11. Carmésia
12. Central de Minas (Litígio MG-ES)
13. Coluna
14. Conceição de Ipanema
15. Conselheiro Pena
16. Coroaci
17. Coronel Fabriciano
18. Córrego Nôvo
19. Dionísio
20. Divino das Laranjeiras
21. Divinolândia de Minas
22. Dom Cavati
23. Dom Joaquim
24. Dores de Guanhães
25. Engenheiro Caldas
26. Fernando Tourinho
27. Ferros
28. Galiléia
29. Gonzaga
30. Governador Valadares
31. Guanhães
32. Iapu
33. Inhapim
34. Ipanema
35. Itabira

Zonas fisiográficas e municípios

36. Itabirinha de Mantena (Litígio MG-ES)
37. Itambé do Mato Dentro
38. Itanhomi
39. Itueta
40. Jaguaraçu
41. Joanésia
42. Mantena (Litígio MG-ES)
43. Marilac
44. Marliéria
45. Materlândia
46. Mendes Pimentel (Litígio MG-ES)
47. Mesquita
48. Mutum
49. Nacip Raydan
50. Nova Era
51. Pensabém
52. Paulistas
53. Peçanha
54. Pocrane
55. Resplendor
56. Rio Vermelho
57. Sabinópolis
58. Santa Ifigênia de Minas
59. Santa Maria de Itabira
60. Santa Maria do Suaçuí
61. Santa Rita do Itueto
62. São Domingos do Prata
63. São Geraldo da Piedade
64. São João do Oriente
65. São João Evangelista
66. São José de Safira
67. São José do Goiabal
68. São José do Jacuri
69. São Pedro do Suaçuí
70. São Sebastião do Maranhão
71. Sardoá
72. Senhora do Pôrto
73. Sobrália
74. Turumirim
75. Tumiritinga
76. Vila Matias
77. Virginópolis
78. Virgolândia

4 — *Zona da Mata*

1. Abre Campo
2. Além Paraíba
3. Alto Rio Doce
4. Amparo da Serra
5. Antônio Prado de Minas
6. Aracitaba
7. Araponga

Zonas fisiográficas e municípios

8. Argirita
9. Astolfo Dutra
10. Barão do Monte Alto
11. Barra Longa
12. Belmiro Braga
13. Bias Fortes
14. Bicas
15. Brás Pires
16. Caiana
17. Cajuri
18. Canaã
19. Caparaó
20. Caputira
21. Carangola
22. Cataguases
23. Chácara
24. Chalé
25. Chiador
26. Cipotânea
27. Coimbra
28. Coronel Pacheco
29. Descoberto
30. Divinésia
31. Divino
32. Dom Silvério
33. Dona Eusébia
34. Dores do Turvo
35. Ervália
36. Espera Feliz
37. Estrêla d'Alva
38. Eugenópolis
39. Ewbank da Câmara
40. Faria Lemos
41. Guaraciaba
42. Guarani
43. Guarará
44. Guidoval
45. Guiricema
46. Itamarati de Minas
47. Jequeri
48. Juiz de Fora
49. Lajinha
50. Lamim
51. Laranjal
52. Leopoldina
53. Lima Duarte
54. Manhuaçu
55. Manhumirim
56. Mar de Espanha
57. Maripá de Minas
58. Matias Barbosa
59. Matipó
60. Mercês
61. Miradouro
62. Miraí

Zonas fisiográficas e municípios

63. Muriaé
64. Olaria
65. Oliveira Fortes
66. Paiva
67. Palma
68. Patrocínio do Muriaé
69. Paula Cândido
70. Pedra do Anta
71. Pedra Dourada
72. Pedro Teixeira
73. Pequeri
74. Piau
75. Piedade da Ponte Nova
76. Piranga
77. Pirapetinga
78. Piraúba
79. Ponte Nova
80. Pôrto Firme
81. Presidente Bernardes
82. Presidente Soares
83. Raul Soares
84. Recreio
85. Rio Casca
86. Rio Doce
87. Rio Espera
88. Rio Nôvo
89. Rio Pomba
90. Rio Prêto
91. Rochedo de Minas
92. Rodeiro
93. Santa Cruz do Escalvado
94. Santa Margarida
95. Santana de Cataguases
96. Santana do Deserto
97. Santana do Garabéu
98. Santana do Manhuaçu
99. Santa Rita do Ibitipoca
100. Santo Antônio do Aventureiro
101. Santo Antônio do Grama
102. Santos Dumont
103. São Francisco do Glória
104. São Geraldo
105. São João Nepomuceno
106. São José do Mantimento
107. São Miguel do Anta
108. São Pedro dos Ferros
109. Senador Côrtes
110. Senador Firmino
111. Senhora de Oliveira
112. Sericita
113. Silverânia
114. Simão Pereira
115. Simonésia
116. Tabuleiro
117. Teixeiras

Zonas fisiográficas e municípios

118. Tocantins
119. Tombos
120. Ubá
121. Urucânia
122. Viçosa
123. Vieiras
124. Visconde do Rio Branco
125. Volta Grande

5 — *Zona de Itacambira*

1. Águas Vermelhas
2. Botumirim
3. Cristália
4. Espinosa
5. Grão Mogol
6. Itacambira
7. Mato Verde
8. Monte Azul
9. Porteirinha
10. Riacho dos Machados
11. Rio Pardo de Minas
12. Rubelita
13. Salinas
14. São João do Paraíso
15. Taiobeiras

6 — *Zona do Alto Jequitinhonha*

1. Alvorada de Minas
2. Berilo
3. Capelinha
4. Carbonita
5. Chapada do Norte
6. Couto de Magalhães de Minas
7. Datas
8. Diamantina
9. Felício dos Santos
10. Felisberto Caldeira
11. Francisco Badaró
12. Gouveia
13. Itamarandiba
14. Minas Novas
15. Monjolos
16. Presidente Kubitschek
17. Santo Antônio do Itambé
18. Senador Modestino Gonçalves
19. Serra Azul de Minas
20. Sêrro
21. Turmalina
22. Turvolândia

7 — *Zona Metalúrgica*

1. Acaiaca
2. Alvinópolis

Zonas fisiográficas e municípios

3. Araçaí
4. Baldim
5. Barão de Cocais
6. Belo Horizonte
7. Belo Vale
8. Betim
9. Bom Jesus do Amparo
10. Bonfim
11. Brumadinho
12. Cachoeira dos Macacos
13. Caetanópolis
14. Coeté
15. Capim Branco
16. Carmo do Cajuru
17. Catas Altas da Noruega
18. Conceição do Mato Dentro
19. Congonhas
20. Congonhas do Norte
21. Conselheiro Lafaiete
22. Contagem
23. Cordisburgo
24. Cristiano Ottoni
25. Crucilândia
26. Diogo de Vasconcelos
27. Divinópolis
28. Esmeraldas
29. Florestal
30. Fortuna de Minas
31. Funilândia
32. Ibirité
33. Igarapé
34. Igaratinga
35. Inhaúma
36. Itabirito
37. Itatiaiuçu
38. Itaúna
39. Itaverava
40. Jabuticatubas
41. Jequitibá
42. José de Melo
43. Lagoa Santa
44. Mariana
45. Mateus Leme
46. Matozinhos
47. Moeda
48. Morro do Pilar
49. Nova Lima
50. Ouro Branco
51. Ouro Prêto
52. Pará de Minas
53. Paraopeba
54. Pedro Leopoldo
55. Piedade dos Gerais
56. Prudente de Morais

Zonas fisiográficas e municípios

57. Queluzita
58. Raposos
59. Ribeirão das Neves
60. Rio Acima
61. Rio Manso
62. Rio Piracicaba
63. Sabará
64. Santa Bárbara
65. Santa Luzia
66. Santana de Pirapama
67. Santana do Riacho
68. Santana dos Montes
69. Santo Antônio do Rio Abaixo
70. São Gonçalo do Pará
71. São Gonçalo do Rio Abaixo
72. São José da Varginha
73. São Sebastião do Rio Prêto
74. Sete Lagoas
75. Taquaraçu de Minas
76. Vespasiano

8 — *Zona dos Campos das Vertentes*

1. Aguanil
2. Antônio Carlos
3. Barbacena
4. Barroso
5. Bom Sucesso
6. Camacho
7. Campo Belo
8. Cana Verde
9. Candeias
10. Capela Nova
11. Caranaíba
12. Carandaí
13. Carmópolis de Minas
14. Casa Grande
15. Cassiterita
16. Cláudio
17. Coronel Xavier Chaves
18. Cristais
19. Destêrro de Entrerrios
20. Destêrro do Melo
21. Dores do Campo
22. Entrerrios de Minas
23. Formiga
24. Ibertioga
25. Ibituruna
26. Itaguara
27. Itapecerica
28. Jeceaba
29. Lagoa Dourada
30. Nazareno
31. Oliveira
32. Passatempo

Zonas fisiográficas e municípios

33. Pedra do Indaiá
34. Perdões
35. Piracema
36. Prados
37. Presidente Venceslau Brás
38. Resende Costa
39. Ressaquinha
40. Ribeirão Vermelho
41. Ritápolis
42. Santa Bárbara do Tugúrio
43. Santana do Jacaré
44. Santo Antônio do Amparo
45. São Brás do Suaçuí
46. São João d'El Rei
47. São Sebastião do Oeste
48. São Tiago
49. Senhora dos Remédios
50. Tiradentes

9 — *Zona Sul*

1. Aiuruoca
2. Alagoa
3. Albertina
4. Alfenas
5. Alpinópolis
6. Alterosa
7. Andradas
8. Andrelândia
9. Arantina
10. Areado
11. Arceburgo
12. Baependi
13. Bandeira do Sul
14. Bicas do Meio
15. Boa Esperança
16. Bocaina de Minas
17. Bom Jardim de Minas
18. Bom Jesus da Penha
19. Bom Repouso
20. Borda da Mata
21. Botelhos
22. Brasópolis
23. Bueno Brandão
24. Cabo Verde
25. Cachoeira de Minas
26. Caldas
27. Camanducaia
28. Cambuí
29. Cambuquira
30. Campanha
31. Campestre
32. Campo do Meio
33. Campos Gerais
34. Capetinga

Zonas fisiográficas e municípios

35. Capitólio
36. Careaçu
37. Carmo da Cachoeira
38. Cardo de Minas
39. Carmo do Rio Claro
40. Carrancas
41. Carvalhópolis
42. Carvalhos
43. Cássia
44. Caxambu
45. Claraval
46. Conceição da Aparecida
47. Conceição das Pedras
48. Conceição do Rio Verde
49. Conceição dos Ouros
50. Congonhal
51. Consolação
52. Coqueiral
53. Cordislândia
54. Córrego do Bom Jesus
55. Cristina
56. Cruzília
57. Delfim Moreira
58. Delfinópolis
59. Divisa Nova
60. Dom Viçoso
61. Elói Mendes
62. Espírito Santo do Dourado
63. Estiva
64. Estrema
65. Fama
66. Fortaleza de Minas
67. Gonçalves
68. Guapé
69. Guaranésia
70. Guaxupé
71. Heliodora
72. Ibiraci
73. Ibitiura de Minas
74. Ijaci
75. Ilicínia
76. Inconfidentes
77. Ingaí
78. Ipuiuna
79. Itajubá
80. Itamoji
81. Itamonte
82. Itanhandu
83. Itapeva
84. Itumirim
85. Itutinga
86. Jacuí
87. Jacutinga
88. Jesuânia
89. Juruaia

Zonas fisiográficas e municípios

90. Lambari
91. Lavras
92. Liberdade
93. Luminárias
94. Machado
95. Madre de Deus de Minas
96. Maria da Fé
97. Marmelópolis
98. Minduri
99. Monsenhor Paulo
100. Monte Belo
101. Monte Santo de Minas
102. Monte Sião
103. Munhoz
104. Muzambinho
105. Natércia
106. Nepomuceno
107. Nova Resende
108. Olímpio Noronha
109. Ouro Fino
110. Paraguaçu
111. Paraisópolis
112. Passa-Quatro
113. Passa-Vinte
114. Passos
115. Pedralva
116. Piedade do Rio Grande
117. Piranguçu
118. Piranguinho
119. Poço Fundo
120. Poços de Caldas
121. Pouso Alegre
122. Pouso Alto
123. Pratápolis
124. Santana da Vargem
125. Santa Rita de Caldas
126. Santa Rita de Jacutinga
127. Santa Rita do Sapucaí
128. São Bento Abade
129. São Gonçalo do Sapucaí
130. São João Batista do Glória
131. São João da Mata
132. São José do Alegre
133. São Lourenço
134. São Pedro da União
143. São Sebastião da Bela Vista
136. São Sebastião do Paraíso
137. São Sebastião do Rio Verde
138. São Tomás de Aquino
139. São Tomé das Letras
140. São Vicente de Minas
141. Sapucaí-Mirim
142. Senador José Bento
143. Seritinga
144. Serrania

Zonas fisiográficas e municípios

145. Serranos
146. Silvianópolis
147. Soledade de Minas
148. Toledo
149. Três Corações
150. Três Pontas
151. Varginha
152. Virgínia

10 — *Zona do Alto Médio São Francisco*

1. Arinos
2. Buritizeiro
3. Brasília de Minas
4. Formoso
5. Itacarambi
6. Januária
7. Manga
8. Montalvânia
9. Pirapora
10. Santa Fé de Minas
11. São Francisco
12. São Romão
13. Ubaí
14. Várzea da Palma

11 — *Zona de Montes Claros*

1. Bocaiuva
2. Burarama de Minas
3. Claro dos Poções
4. Coração de Jesus
5. Engenheiro Navarro
6. Francisco Dumont
7. Francisco Sá
8. Ibiaí
9. Janaúba
10. Jequitaí
11. Juramento
12. Lagoa dos Patos
13. Mirabela
14. Montes Claros
15. São João da Ponte
16. Varzelândia

12 — *Zona do Alto São Francisco*

1. Abaeté
2. Araújos
3. Arcos
4. Augusto de Lima
5. Bambuí
6. Barreiro Grande
7. Biquinhas
8. Bom Despacho
9. Buenópolis

Zonas fisiográficas e municípios

10. Cedro do Abaeté
11. Conceição do Pará
12. Corinto
13. Córrego d'Anta
14. Curvelo
15. Dores do Indaiá
16. Doresópolis
17. Estrêla do Indaiá
18. Felixlândia
19. Iguatama
20. Inimutaba
21. Japaraíba
22. Joaquim Felício
23. Lagoa da Prata
24. Lassance
25. Leandro Ferreira
26. Luz
27. Maravilhas
28. Martinho Campo
29. Matutina
30. Medeiros
31. Moema
32. Morada Nova de Minas
33. Morro da Garça
34. Nova Serrana
35. Onça de Pitangui
36. Paineiras
37. Pains
38. Papagaios
39. Pequi
40. Perdigão
41. Pimenta
42. Pitangui
43. Piuí
44. Pompéu
45. Presidente Juscelino
46. Quartel Geral
47. Ribeirão Vermelho
48. Santa Rosa da Serra
49. Santo Antônio do Monte
50. Santo Hipólito
51. São Gonçalo do Abaeté
52. São Gotardo
53. São Roque de Minas
54. Serra da Saudade
55. Tapiraí
56. Tiros
57. Vargem Bonita

13 — *Zona do Paracatu*

1. Bonfinópolis de Minas
2. Buritis
3. Guarda-Mor
4. João Pinheiro

Zonas fisiográficas e municípios

5. Lagamar
6. Paracatu
7. Presidente Olegário
8. Unaí
9. Vazante

14 — *Zona do Alto Paranaíba*

1. Abadia dos Dourados
2. Arapuá
3. Araxá
4. Campos Altos
5. Carmo do Paranaíba
6. Cascalho Rico
7. Coromandel
8. Cruzeiro da Fortaleza
9. Douradoquara
10. Estrêla do Sul
11. Grupiara
12. Guimarânia
13. Ibiá
14. Indianópolis
15. Iraí de Minas
16. Lagoa Formosa
17. Monte Carmelo
18. Nova Ponte
19. Patos de Minas
20. Patrocínio
21. Pedrinópolis
22. Perdizes
23. Pratinha
24. Rio Paranaíba
25. Romaria
26. Sacramento
27. Santa Juliana
28. Serra do Salitre
29. Tapira

15 — *Zona do Triângulo*

1. Água Comprida
2. Araguari
3. Cachoeira Dourada
4. Campina Verde
5. Campo Florido
6. Canápolis
7. Capinópolis
8. Centralina
9. Comendador Gomes
10. Conceição das Alagoas
11. Conquista
12. Fronteira
13. Frutal
14. Gurinhatã
15. Ipiaçu

Zonas fisiográficas e municípios

16. Itapajipe
17. Ituiutaba
18. Iturama
19. Monte Alegre de Minas
20. Pirajuba
21. Planura
22. Prata
23. Santa Vitória
24. São Francisco de Sales
25. Tupaciguara
26. Uberaba
27. Uberlândia
28. Veríssimo

ESPÍRITO SANTO

1 — *Zona Norte*

1. Barra de São Francisco (Litígio ES-MG)
2. Conceição da Barra (Litígio ES-MG)
3. Ecoporanga (Litígio ES-MG)
4. Mantenópolis (Litígio ES-MG)
5. Mucurici (Litígio ES-MG)
6. Nova Venécia (Litígio ES-MG)
7. São Mateus (Litígio ES-MG)

2 — *Zona do Baixo Rio Doce*

1. Colatina (Litígio ES-MG)
2. Linhares
3. Pancas (Litígio ES-MG)
4. São Gabriel da Palha

3 — *Zona de Vitória*

1. Aracruz
2. Cariacica
3. Fundão
4. Guarapari
5. Ibiraçu
6. Serra
7. Viana
8. Vila Velha
9. Vitória

4 — *Zona de Itapemirim*

1. Anchieta
2. Iconha
3. Itapemirim
4. Rio Nôvo do Sul

Zonas fisiográficas e municípios

5 — *Zona Serrana do Centro*

1. Afonso Cláudio
2. Baixo Guandu
3. Domingos Martins
4. Itaguaçu
5. Santa Leopoldina
6. Santa Teresa

6 — *Zona Serrana do Sul*

1. Alegre
2. Alfredo Chaves
3. Apiacá
4. Cachoeiro do Itapemirim
5. Castelo
6. Guaçuí
7. Iúna
8. Jerônimo Monteiro
9. Mimoso do Sul
10. Muniz Freire
11. Muqui
12. São José do Calçado

RIO DE JANEIRO

1 — *Zona da Baixada de Goitacases*

1. Campos
2. Conceição de Macabu
3. Macaé
4. São João da Barra

2 — *Zona da Baixada do Rio São João*

1. Casimiro de Abreu
2. Silva Jardim

3 — *Zona da Baixada de Araruama*

1. Araruama
2. Cabo Frio
3. Maricá
4. São Pedro da Aldeia
5. Saquarema

4 — *Zona da Baixada da Guanabara*

1. Cachoeiras de Macacu
2. Duque de Caxias
3. Itaboraí
4. Majé
5. Nilópolis
6. Niterói
7. Rio Bonito
8. São Gonçalo
9. São João de Meriti

Zonas fisiográficas e municípios

5 — *Zona da Baixada do Rio Guandu*

1. Itaguaí
2. Nova Iguaçu
3. Paracambi

6 — *Zona do Litoral da Baía da Ilha Grande*

1. Angra dos Reis
2. Mangaratiba
3. Parati

7 — *Zona de Muriaé*

1. Bom Jesus do Itabapoana
2. Cambuci
3. Itaperuna
4. Laje do Muriaé
5. Miracema
6. Natividade do Carangola
7. Porciúncula
8. Santo Antônio de Pádua

8 — *Zona de Cantagalo*

1. Cantagalo
2. Carmo
3. Cordeiro
4. Duas Barras
5. Itaocara
6. Santa Maria Madalena
7. São Fidélis
8. São Sebastião do Alto
9. Sapucaia
10. Sumidouro
11. Trajano de Morais

9 — *Zona do Alto da Serra*

1. Bom Jardim
2. Nova Friburgo
3. Petrópolis
4. Teresópolis

10 — *Zona de Resende*

1. Barra do Piraí
2. Barra Mansa
3. Mendes
4. Miguel Pereira
5. Paraíba do Sul
6. Piraí
7. Resende
8. Rio Claro
9. Rio das Flôres
10. Três Rios

Zonas fisiográficas e municípios

11. Valença
12. Vassouras
13. Volta Redonda

GUANABARA

1 — *Zona da Baixada Carioca*

1. Rio de Janeiro

SÃO PAULO

1 — *Zona do Litoral de São Sebastião*

1. Caraguatatuba
2. Ilha Bela
3. São Sebastião
4. Ubatuba

2 — *Zona do Médio Paraíba*

1. Aparecida
2. Areias
3. Arujá
4. Bananal
5. Caçapava
6. Cachoeira Paulista
7. Cruzeiro
8. Guararema
9. Guaratinguetá
10. Igaratá
11. Jacareí
12. Lavrinhas
13. Lorena
14. Monteiro Lobato
15. Pindamonhangaba
16. Piquête
17. Queluz
18. Roseira
19. Santa Isabel
20. São José do Barreiro
21. São José dos Campos
22. Silveiras
23. Taubaté
24. Tremembé

3 — *Zona do Alto Paraíba*

1. Cunha
2. Jambeiro
3. Lagoinha
4. Natividade da Serra
5. Paraibuna
6. Redenção da Serra
7. Santa Branca
8. São Luís do Paraitinga

Zonas fisiográficas e municípios

4 — *Zona da Mantiqueira*

1. Campos do Jordão
2. São Bento do Sapucaí
3. Santo Antônio do Pinhal

5 — *Zona do Litoral de Santos*

1. Cubatão
2. Guarujá
3. Itanhaém
4. Mongaguá
5. Peruíbe
6. Santos
7. São Vicente

6 — *Zona da Baixada do Ribeira*

1. Cananéia
2. Eldorado
3. Iguape
4. Itariri
5. Jacupiranga
6. Juquiá
7. Miracatu
8. Mariqueraçu
9. Pedro de Toledo
10. Registro
11. Sete Barras

7 — *Zona de São José do Rio Pardo*

1. Águas da Prata
2. Caconde
3. Divinolândia
4. Mococa
5. Pinhal
6. Santo Antônio do Jardim
7. São João da Boa Vista
8. São José do Rio Pardo
9. São Sebastião da Grama
10. Tapiratiba
11. Vargem Grande do Sul

8 — *Zona de Bragança*

1. Águas de Lindóia
2. Amparo
3. Atibaia
4. Bom Jesus dos Perdões
5. Bragança Paulista
6. Itapira
7. Itatiba
8. Jarinu
9. Joanópolis
10. Monte Alegre do Sul
11. Nazaré Paulista

Zonas fisiográficas e municípios

12. Pedreira
13. Piracaia
14. Serra Negra
15. Socorro

9 — *Zona de São Paulo*

1. Araçoiaba da Serra
2. Barueri
3. Boituva
4. Cabreúva
5. Caieiras
6. Cajamar
7. Campinas
8. Cotia
9. Diadema
10. Elias Fausto
11. Ferraz de Vasconcelos
12. Franco da Rocha
13. Guarulhos
14. Indaiatuba
15. Itapevi
16. Itaquaquecetuba
17. Itu
18. Jundiaí
19. Mairinque
20. Mairiporã
21. Mauá
22. Moji das Cruzes
23. Monte Mor
24. Osasco
25. Pirapora do Bom Jesus
26. Poá
27. Pôrto Feliz
28. Ribeirão Pires
29. Salesópolis
30. Salto
31. Salto de Pirapora
32. Santana de Parnaíba
33. Santo André
34. São Bernardo do Campo
35. São Caetano do Sul
36. São Paulo
37. São Roque
38. Sorocaba
39. Sumaré
40. Susano
41. Valinhos
42. Vinhedo

10 — *Zona do Paranapiacaba*

1. Capão Bonito
2. Embu
3. Guapiara
4. Ibiúna

Zonas fisiográficas e municípios

5. Itapecerica da Serra
6. Piedade
7. Pilar do Sul
8. Ribeirão Branco
9. São Miguel Arcanjo
10. Taboão da Serra
11. Tapiraí

11 — *Zona do Alto Ribeira*

1. Apiaí
2. Iporanga
3. Ribeira

12 — *Zona de Piraçununga*

1. Aguaí
2. Artur Nogueira
3. Casa Branca
4. Conchal
5. Descalvado
6. Itobi
7. Jaguariúna
8. Leme
9. Mojiguaçu
10. Mojimirim
11. Piraçununga
12. Pôrto Ferreira
13. Santa Cruz da Conceição
14. Santa Cruz das Palmeiras
15. Santo Antônio de Posse
16. Tambaú

13 — *Zona de Rio Claro*

1. Americana
2. Analândia
3. Araras
4. Cordeirópolis
5. Corumbataí
6. Cosmópolis
7. Iracemápolis
8. Itirapina
9. Limeira
10. Nova Odessa
11. Rio Claro
12. Santa Gertrudes

14 — *Zona de Piracicaba*

1. Águas de São Pedro
2. Anhembi
3. Bofete
4. Capivari
5. Cerquilho
6. Charqueada

Zonas fisiográficas e municípios

7. Conchas
8. Laranjal Paulista
9. Pereiras
10. Piracicaba
11. Porangaba
12. Rafard
13. Rio das Pedras
14. Santa Bárbara d'Oeste
15. Santa Maria da Serra
16. São Pedro
17. Tietê

15 — *Zona dos Campos Gerais*

1. Angatuba
2. Buri
3. Cesário Lange
4. Guareí
5. Itaberá
6. Itaí
7. Itapetininga
8. Itapeva
9. Itararé
10. Paranapanema
11. Sarapuí
12. Tatuí

16 — *Zona de Itaporanga*

1. Fartura
2. Itaporanga
3. Ribeirão Vermelho do Sul
4. Taquarituba
5. Taguaí

17 — *Zona de Franca*

1. Buritizal
2. Franca
3. Guapuã
4. Guará
5. Igarapava
6. Itirapuã
7. Ituverava
8. Patrocínio Paulista
9. Pedregulho
10. Rifaina
11. São José da Bela Vista

18 — *Zona de Ribeirão Prêto*

1. Altinópolis
2. Barrinha
3. Batatais
4. Brodósqui
5. Cajuru

Zonas fisiográficas e municípios

6. Cássia dos Coqueiros
7. Cravinhos
8. Ipuã
9. Jardinópolis
10. Luís Antônio
11. Nuporanga
12. Orlândia
13. Ribeirão Prêto
14. Sales Oliveira
15. Santa Rita do Passa-Quatro
16. Santa Rosa de Viterbo
17. Santo Antônio da Alegria
18. São Joaquim da Barra
19. São Simão
20. Serra Azul
21. Serrana
22. Sertãozinho

19 — *Zona de Araraquara*

1. Araraquara
2. Cândido Rodrigues
3. Guariba
4. Jabuticabal
5. Matão
6. Monte Alto
7. Pradópolis
8. Rincão
9. Santa Lúcia
10. Taiaçu
11. Taiúva
12. Taquaritinga
13. Vista Alegre do Alto

20 — *Zona de São Carlos e Jaú*

1. Barra Bonita
2. Boracéia
3. Brotas
4. Dois Córregos
5. Dourado
6. Ibaté
7. Igaraçu do Tietê
8. Itapuí
9. Jaú
10. Macatuba
11. Mineiros do Tietê
12. Pederneiras
13. Ribeirão Bonito
14. São Carlos
15. Torrinha

21 — *Zona de Botucatu*

1. Agudos
2. Areópolis

Zonas fisiográficas e municípios

3. Avaré
4. Botucatu
5. Cerqueira César
6. Itatinga
7. Lençóis Paulista
8. Pardinho
9. Santa Bárbara do Rio Pardo
10. São Manuel

22 — *Zona de Piraju*

1. Bernardino de Campos
2. Xavantes
3. Ipauçu
4. Manduri
5. Óleo
6. Piraju
7. Sarutaiá
8. Timburi

23 — *Zona de Barretos*

1. Altair
2. Barretos
3. Bebedouro
4. Cajobi
5. Colina
6. Colômbia
7. Guaíra
8. Guaraci
9. Icém
10. Jaborandi
11. Miguelópolis
12. Monte Azul Paulista
13. Morro Agudo
14. Nova Granada
15. Olímpia
16. Palestina
17. Paraíso
18. Paulo de Faria
19. Piranji
20. Pitangueiras
21. Pontal
22. Riolândia
23. Severínia
24. Terra Roxa
25. Viradouro

24 — *Zona do Rio Prêto*

1. Adolfo
2. Álvares Florence
3. Américo de Campos
4. Auriflama
5. Bálsamo
6. Borboleta

Zonas fisiográficas e municípios

7. Buritama
8. Cardoso
9. Cedral
10. Cosmorama
11. Floreal
12. Gastão Vidigal
13. General Salgado
14. Guapiaçu
15. Jaci
16. José Bonifácio
17. Macaubal
18. Magda
19. Mendonça
20. Mirassol
21. Mirassolândia
22. Monte Aprazível
23. Neves Paulista
24. Nhandeara
25. Nipoã
26. Nova Aliança
27. Planalto
28. Poloni
29. Potirendaba
30. São José do Rio Prêto
31. Tanabi
32. Turiúba
33. Valentim Gentil
34. Votuporanga

25 — *Zona de Catanduva*

1. Ariranha
2. Bariri
3. Boa Esperança do Sul
4. Bocaina
5. Borborema
6. Catanduva
7. Catiguá
8. Fernando Prestes
9. Ibirá
10. Ibitinga
11. Irapuã
12. Itajobi
13. Itaju
14. Itápolis
15. Nova Europa
16. Nôvo Horizonte
17. Pindorama
18. Sales
19. Santa Adélia
20. Tabapuã
21. Tabatinga
22. Uchoa
23. Urupês

Zonas fisiográficas e municípios

26 — *Zona de Bauru*

1. Alto Alegre
2. Arcalva
3. Avaí
4. Avanhandava
5. Balbinos
6. Barbosa
7. Bauru
8. Cabrália Paulista
9. Cafelândia
10. Duartina
11. Guaiçara
12. Guarantã
13. Iacanga
14. Lins
15. Lucianópolis
16. Penápolis
17. Pirajuí
18. Piratininga
19. Pongaí
20. Presidente Alves
21. Promissão
22. Reginópolis
23. Sabino
24. Uru

27 — *Zona de Araçatuba*

1. Araçatuba
2. Bento de Abreu
3. Bilac
4. Birigui
5. Braúna
6. Clementina
7. Coroados
8. Gabriel Monteiro
9. Glicério
10. Guaraçaí
11. Guararapes
12. Lavínia
13. Luisiânia
14. Mirandópolis
15. Piacatu
16. Rubiácea
17. Santópolis do Aguapeí
18. Valparaíso

28 — *Zona de Marília*

1. Adamantina
2. Álvaro de Carvalho
3. Alvinlândia
4. Bastos
5. Flora Rica
6. Flórida Paulista

Zonas fisiográficas e municípios

7. Gália
8. Garça
9. Getulina
10. Guaimbê
11. Herculândia
12. Iacri
13. Inúbia Paulista
14. Irapuru
15. Júlio Mesquita
16. Junqueirópolis
17. Lucélia
18. Lupércio
19. Mariápolis
20. Marília
21. Ocauçu
22. Oriente
23. Osvaldo Cruz
24. Pacaembu
25. Parapuã
26. Pompéia
27. Quintana
28. Rinópolis
29. Sagres
30. Salmourão
31. Tupã
32. Vera Cruz

29 — *Zona de Assis*

1. Assis
2. Campos Novos Paulista
3. Cândido Mota
4. Exaporã
5. Florínea
6. Ibirarema
7. Iepê
8. João Ramalho
9. Lutécia
10. Maracaí
11. Oscar Bressane
12. Ourinhos
13. Palmital
14. Paraguaçu Paulista
15. Platina
16. Quatá
17. Rancharia
18. Salto Grande
19. Santa Cruz do Rio Pardo
20. São Pedro do Turvo
21. Ubirajara

30 — *Zona de Presidente Prudente*

1. Alfredo Marcondes
2. Álvares Machado
3. Anhumas

Zonas fisiográficas e municípios

4. Caiabu
5. Indiana
6. Martinópolis
7. Mirante do Paranapanema
8. Piquerobi
9. Pirapòzinho
10. Presidente Bernardes
11. Presidente Prudente
12. Regente Feijó
13. Sandovalina
14. Santo Anastácio
15. Santo Expedito
16. Taciba
17. Tarabaí

31 — *Zona de Pereira Barreto*

1. Dolcinópolis
2. Estrêla d'Oeste
3. Fernandópolis
4. Guarani d'Oeste
5. Indiaporã
6. Jales
7. Meridiano
8. Palmeira d'Oeste
9. Pereira Barreto
10. Populina
11. Santa Fé do Sul
12. Santa Albertina
13. Sud Menucci
14. Três Fronteiras
15. Urânia

32 — *Zona de Andradina*

1. Andradina
2. Castilho
3. Dracena
4. Monte Castelo
5. Murutinga do Sul
6. Nova Guataporanga
7. Ouro Verde
8. Panorama
9. Paulicéia
10. Santa Mercedes
11. São João do Pau d'Alho
12. Tupi Paulista

33 — *Zona de Presidente Venceslau*

1. Caiuá
2. Marabá
3. Presidente Epitácio
4. Presidente Venceslau

Zonas fisiográficas e municípios

PARANÁ

1 — *Zona do Litoral*

1. Antonina
2. Guaraqueçaba
3. Guaratuba
4. Morretes
5. Paranaguá

2 — *Zona do Alto Ribeira*

1. Adrianópolis
2. Bocaiuva do Sul
3. Cêrro Azul
4. Rio Branco do Sul

3 — *Zona de Castro*

1. Castro
1. Piraí do Sul

4 — *Zona de Curitiba*

1. Agudos do Sul
2. Almirante Tamandaré
3. Araucária
4. Balsa Nova
5. Campina Grande do Sul
6. Campo do Tenente
7. Campo Largo
8. Colombo
9. Curitiba
10. Mandirituba
11. Pien
12. Piraquara
13. Quatro Barras
14. Rio Negro
15. São José dos Pinhais
16. Tijucas do Sul

5 — *Zona dos Campos Gerais*

1. Antônio Olinto
2. Arapoti
3. Contenda
4. Jaguariaíva
5. Lapa
6. Palmeira
7. Ponta Grossa
8. Pôrto Amazonas
9. Quitandinha
10. Sengés
11. Tibaji

Zonas fisiográficas e municípios

6 — *Zona de Tomasina*

1. Abatiá
2. Carlópolis
3. Conselheiro Mayrinck
4. Curiúva
5. Ibati
6. Jabuti
7. Japira
8. Joaquim Távora
9. Jundiaí do Sul
10. Pinhalão
11. Quatiguá
12. Ribeirão do Pinhal
13. Salto do Itararé
14. Santana do Itararé
15. São José da Boa Vista
16. Sapopema
17. Siqueira Campos
18. Tomasina
19. Venceslau Brás

7 — *Zona do Alto Ivaí*

1. Cândido de Abreu
2. Imbituva
3. Ipiranga
4. Ivaí
5. Urtigueira
6. Prudentópolis
7. Reserva

8 — *Zona de Irati*

1. Cruz Machado
2. Irati
3. Mallet
4. Paulo Frontin
5. Rebouças
6. Rio Azul
7. São João do Triunfo
8. São Mateus do Sul
9. Teixeira Soares
10. União da Vitória

9 — *Zona do Oeste*

1. Alto Paraná
2. Alto Piquiri
3. Amaporã
4. Ampère
5. Araruna
6. Atalaia
7. Barbosa Ferraz
8. Barração
9. Campina da Lagoa

Zonas fisiográficas e municípios

10. Campo Mourão
11. Capanema
12. Cascavel
13. Catanduvas
14. Chopinzinho
15. Cianorte
16. Cidade Gaúcha
17. Clevelândia
18. Corbélia
19. Coronel Vivida
20. Cavaleiro do Oeste
21. Cruzeiro do Sul
22. Dois Vizinhos
23. Engenheiro Beltrão
24. Fênix
25. Floraí
26. Floresta
27. Formosa
28. Foz do Iguaçu
29. Francisco Beltrão
30. Goio-Erê
31. Guaíra
32. Guairacá
33. Guaporema
34. Guaraniaçu
35. Icaraíma
36. Inajá
37. Iporã
38. Iretama
39. Itambé
40. Itaúna do Sul
41. Ivaiporã
42. Ivatuva
43. Janiópolis
44. Juçara
45. Laranjeiras do Sul
46. Loanda
47. Mamborê
48. Mandaguaçu
49. Mandaguari
50. Mangueirinha
51. Manuel Ribas
52. Marechal Cândido Rondon
53. Maria Helena
54. Marialva
55. Maringá
56. Mariópolis
57. Marmeleiro
58. Matelândia
59. Medianeira
60. Mirador
61. Moreira Sales
62. Nova Aliança do Ivaí
63. Nova Esperança
64. Nova Londrina

Zonas fisiográficas e municípios

65. Orizona
66. Paiçandu
67. Palmital
68. Palotina
69. Paraíso do Norte
70. Paranacity
71. Paranavaí
72. Pato Branco
73. Peabiru
74. Pérola do Oeste
75. Pitanga
76. Planaltina do Paraná
77. Querência do Norte
78. Renascença
79. Roncador
80. Rondon
81. Santa Cruz do Monte Castelo
82. Santa Isabel do Ivaí
83. Santo Antônio
84. São Carlos do Ivaí
85. São João
86. São João do Caiuá
87. São Jorge
88. São Miguel do Iguaçu
89. São Pedro do Ivaí
90. Tamboara
91. Terra Boa
92. Terra Rica
93. Terra Roxa
94. Toledo
95. Tuneiras do Oeste
96. Ubiratã
97. Umuarama
98. Uniflor
99. Vitorino
100. Xambrê

10 — *Zona do Norte*

1. Alvorada do Sul
2. Amoreira
3. Andirá
4. Apucarana
5. Arapongas
6. Araruva
7. Açaí
8. Astorga
9. Bandeirantes
10. Bela Vista do Paraíso
11. Bom Sucesso
12. Barrazópolis
13. Cafeara
14. Califórnia
15. Cambará
16. Cambé

Zonas fisiográficas e municípios

17. Cambira
18. Centenário do Sul
19. Colorado
20. Congonhinhas
21. Cornélio Procópio
22. Faxinal
23. Florestópolis
24. Flórida
25. Guaraci
26. Ibiporã
27. Iguaraçu
28. Itaguajé
29. Itambaracá
30. Jacarèzinho
31. Jaguapitã
32. Jandaia do Sul
33. Jataìzinho
34. Kaloré
35. Leópolis
36. Lobato
37. Londrina
38. Lupionópolis
39. Marumbi
40. Mirasselva
41. Munhoz de Melo
42. Nossa Senhora das Graças
43. Nova América da Colina
44. Nova Fátima
45. Porecatu
46. Primeiro de Maio
47. Rancho Alegre
48. Ribeirão Claro
49. Rolândia
50. Sabáudia
51. Santa Amélia
52. Santa Cecília do Pavão
53. Santa Fé
54. Santa Mariana
55. Santo Antônio da Platina
56. Santo Antônio do Pari
57. Santo Inácio
58. São Jerônimo da Serra
59. Sertaneja
60. Sertanópolis
61. Uraí

11 — *Zona dos Campos do Oeste*

1. Bituruna
2. General Carneiro
3. Guarapuava
4. Inácio Martins
5. Palmas

Zonas fisiográficas e municípios

SANTA CATARINA

1 — *Zona do Litoral de São Francisco*

1. Araquari
2. Barra Velha
3. Corupá
4. Guaramirim
5. Jaraguá do Sul
6. Joinville
7. Maçaranduba
8. São Francisco do Sul

2 — *Zona da Bacia do Itajaí*

1. Agrolândia
2. Ascurra
3. Benedito Nôvo
4. Blumenau
5. Botuverá
6. Brusque
7. Camboriú
8. Dona Emma
9. Gaspar
10. Guabiruba
11. Ibirama
12. Ilhota
13. Imbuia
14. Indaial
15. Itajaí
16. Ituporanga
17. Laurentino
18. Lontras
19. Luís Alves
20. Navegantes
21. Penha
22. Petrolândia
23. Pomerode
24. Pouso Redondo
25. Presidente Getúlio
26. Presidente Nereu
27. Rio do Campo
28. Rio d'Oeste
29. Rio dos Cedros
30. Rio do Sul
31. Rodeio
32. Salete
33. Taió
34. Timbó
35. Trombudo Central
36. Vidal Ramos
37. Witmarsum

3 — *Zona de Florianópolis*

1. Águas Mornas
2. Angelina

Zonas fisiográficas e municípios

3. Anitápolis
4. Biguaçu
5. Canelinha
6. Florianópolis
7. Garopaba
8. Itapema
9. Leoberto Leal
10. Major Gercino
11. Nova Trento
12. Palhoça
13. Paulo Lopes
14. Pôrto Belo
15. Rancho Queimado
16. Santo Amaro da Imperatriz
17. São Bonifácio
18. São João Batista
19. São José
20. Tijucas

4 — *Zona de Laguna*

1. Araranguá
2. Armazém
3. Braço do Norte
4. Criciúma
5. Grão-Pará
6. Gravatal
7. Içara
8. Imaruí
9. Imbituba
10. Jacinto Machado
11. Jaguaruna
12. Laguna
13. Lauro Müller
14. Meleiro
15. Morro da Fumaça
16. Nova Veneza
17. Orleães
18. Pedras Grandes
19. Praia Grande
20. Rio Fortuna
21. Santa Rosa de Lima
22. São João do Sul
23. São Ludgero
24. São Martinho
25. Siderópolis
26. Sombrio
27. Treze de Maio
28. Tubarão
29. Turvo
30. Uruçanga

5 — *Zona do Alto Rio Negro*

1. Campo Alegre
2. São Bento do Sul

Zonas fisiográficas e municípios

6 — *Zona de Canoinhas*

1. Canoinhas
2. Irineópolis
3. Itaiópolis
4. Mafra
5. Major Vieira
6. Matos Costa
7. Monte Castelo
8. Papanduva
9. Pôrto União
10. Rio Negrinho
11. Três Barras

7 — *Zona do Rio do Peixe*

1. Água Doce
2. Arroio Trinta
3. Caçador
4. Capinzal
5. Catanduvas
6. Concórdia
7. Erval d'Oeste
8. Ibicaré
9. Ipumirim
10. Itá
11. Juaçaba
12. Marari
13. Ouro
14. Pinheiro Prêto
15. Piratuba
16. Ponte Serrada
17. Rio das Antas
18. Salto Veloso
19. Seara
20. Tangará
21. Treze Tílias
22. Videira

8 — *Zona de Oeste*

1. Abelardo Luz
2. Águas de Xapecó
3. Anchieta
4. Campo Erê
5. Caxambu do Sul
6. Xapecó
7. Coronel Freitas
8. Cunha Porã
9. Descanso
10. Dionísio Cerqueira
11. Faxinal dos Guedes
12. Galvão
13. Guaraciaba
14. Guarujá do Sul
15. Itapiranga

Zonas fisiográficas e municípios

16. Maravilha
17. Modêlo
18. Mondaí
19. Palma Sola
20. Palmitos
21. Pinhalzinho
22. Quilombo
23. São Carlos
24. São Domingos
25. São José do Cedro
26. São Lourenço d'Oeste
27. São Miguel d'Oeste
28. Saudades
29. Xanxerê
30. Xaxim

9 — *Zona dos Campos de Lajes*

1. Alfredo Wagner
2. Anita Garibáldi
3. Bom Retiro
4. Campo Belo do Sul
5. Campos Novos
6. Curitibanos
7. Fraiburgo
8. Lajes
9. Lebon Régis
10. Santa Cecília
11. São Joaquim
12. São José do Cerrito
13. Urubici

RIO GRANDE DO SUL

1 — *Zona do Litoral*

1. Osório
2. Rio Grande
3. Santa Vitória do Palmar
4. São José do Norte
5. Tôrres
6. Tramandaí

2 — *Zona da Depressão Central*

1. Agudo
2. Barra do Ribeiro
3. Bom Retiro do Sul
4. Cacequi
5. Cachoeira do Sul
6. Canoas
7. Esteio
8. Faxinal do Soturno
9. General Câmara
10. General Vargas
11. Gravataí

Zonas fisiográficas e municípios

12. Guaíba
13. Pôrto Alegre
14. Restinga Sêca
15. Rio Pardo
16. Santa Maria
17. São Jerônimo
18. São Pedro do Sul
19. São Sepé
20. Taquari
21. Triunfo
22. Viamão

3 — *Zona das Missões*

1. Catuípe
2. Cêrro Largo
3. Guarani das Missões
4. Itaqui
5. Jaguari
6. Santiago
7. Santo Ângelo
8. São Borja
9. São Francisco de Assis
10. São Luís Gonzaga

4 — *Zona da Chapada*

1. Alegrete
2. Bajé
3. Dom Pedrito
4. Quaraí
5. Rosário do Sul
6. Santana do Livramento
7. São Gabriel
8. Uruguaiana

5 — *Zona da Serra do Sudeste*

1. Caçapava do Sul
2. Canguçu
3. Encruzilhada do Sul
4. Erval
5. Lavras do Sul
6. Pinheiro Machado
7. Piratini

6 — *Zona da Encosta do Sudeste*

1. Arroio
2. Camaquã
3. Jaguarão
4. Pedro Osório
5. Pelotas
6. São Lourenço do Sul
7. Tapes

Zonas fisiográficas e municípios

7 — *Zona do Alto Uruguai*

1. Aratiba
2. Campinas do Sul
3. Campo Nôvo
4. Chapada
5. Constantina
6. Criciumal
7. Erexim
8. Erval Grande
9. Frederico Westphalen
10. Gaurama
11. Getúlio Vargas
12. Horizontina
13. Humaitá
14. Iraí
15. Jiruá
16. Marcelino Ramos
17. Maximiliano de Almeida
18. Nonoai
19. Palmeira das Missões
20. Pôrto Lucena
21. Santa Rosa
22. Santo Augusto
23. Santo Cristo
24. São Valentim
25. Sarandi
26. Seberi
27. Tenente Portela
28. Tucunduva
29. Tuparendi
30. Três de Maio
31. Três Passos
32. Viadutos

8 — *Zona dos Campos de Cima da Serra*

1. Bom Jesus
2. Lagoa Vermelha
3. Machadinho
4. Paim Filho
5. Sananduva
6. São Francisco de Paula
7. São José do Ouro
8. Vacaria

9 — *Zona do Planalto Médio*

1. Caràzinho
2. Colorado
3. Cruz Alta
4. Espumoso
5. Ibirubá
6. Ijuí
7. Júlio de Castilhos

Zonas fisiográficas e municípios

8. Marau
9. Não-me-Toque
10. Nova Palma
11. Panambi
12. Passo Fundo
13. Santa Bárbara do Sul
14. Soledade
15. Tapejara
16. Tapera
17. Tupanciretã

10 — *Zona da Encosta Inferior do Nordeste*

1. Arroio do Meio
2. Àrvorezinha
3. Campo Bom
4. Candelária
5. Canela
6. Dois Irmãos
7. Encantado
8. Estância Velha
9. Estrêla
10. Feliz
11. Gramado
12. Lajeado
13. Montenegro
14. Nova Petrópolis
15. Nôvo Hamburgo
16. Roca Sales
17. Rolante
18. Santa Cruz do Sul
19. Santo Antônio
20. São Leopoldo
21. São Sebastião do Caí
22. Sapiranga
23. Sapucaia
24. Sobradinho
25. Taquara
26. Três Coroas
27. Venâncio Aires
28. Vera Cruz

11 — *Zona da Encosta Superior do Nordeste*

1. Antônio Prado
2. Bento Gonçalves
3. Carlos Barbosa
4. Casca
5. Caxias do Sul
6. Farroupilha
7. Flôres da Cunha
8. Garibáldi
9. Guaporé
10. Muçum

Zonas fisiográficas e municípios

11. Nova Prata
12. Serafina Correia
13. Veranópolis

MATO GROSSO

1 — *Zona de Aripuanã*

1. Aripuanã

2 — *Zona da Chapada*

1. Acorizal
2. Alto Paraguai
3. Barra do Garças
4. Chapada dos Guimarães
5. Cuiabá
6. Diamantino
7. Jaciara
8. Nortelândia
9. Rosário Oeste

3 — *Zona de Poxoreu (Leste)*

1. Alto Araguaia
2. Alto Garças
3. Guiratinga
4. Itiquira
5. Mutum
6. Ponte Branca
7. Poxoreu
8. Rondonópolis
9. Tesouro
10. Torixoreu

4 — *Zona de Campo Grande*

1. Amambaí
2. Bataguaçu
3. Campo Grande
4. Carapó
5. Corguinho
6. Dourados
7. Itaporã
8. Jaraguari
9. Maracaju
10. Nova Andradina
11. Ponta Porã
12. Rio Brilhante
13. Rochedo
14. Sidrolândia
15. Terenos

5 — *Zona do Rio Pardo* (Zona Sudeste)

1. Água Clara
2. Aparecida do Tabuado

Zonas fisiográficas e municípios

3. Camapuã
4. Cassilândia
5. Coxim
6. Inocência
7. Paranaíba
8. Ribas do Rio Pardo
9. Rio Verde de Mato Grosso
10. Três Lagoas

6 — *Zona da Encosta Norte*

1. Arenápolis
2. Barra do Bugres
3. Mato Grosso

7 — *Zona da Encosta do Sul*

1. Aquidauana
2. Bela Vista
3. Bonito
4. Guia Lopes da Laguna
5. Jardim
6. Nioaque

8 — *Zona da Baixada Norte*

1. Barão de Melgaço
2. Cáceres
3. Nossa Senhora do Livramento
4. Poconé
5. Santo Antônio do Leverger
6. Várzea Grande

9 — *Zona da Baixada do Sul*

1. Corumbá
2. Ladário
3. Miranda
4. Pôrto Murtinho

GOIÁS

1 — *Zona do Araguaia-Tocantins*

1. Araguatins
2. Itaguatins
3. Xambioá

2 — *Zona Norte Goiano (Norte)*

1. Araguacema
2. Araguaína
3. Babaçulândia
4. Brejinho de Nazaré
5. Cristalândia
6. Duerê
7. Filadélfio

Zonas fisiográficas e municípios

8. Gurupi
9. Itacajá
10. Lizarda
11. Miracema do Norte
12. Nazaré
13. Nôvo Acôrdo
14. Pedro Afonso
15. Piacá
16. Pium
17. Ponte Alta do Norte
18. Pôrto Nacional
19. Tocantínia
20. Tocantinópolis
21. Tupirama
22. Tupiratins

3 — *Zona do Alto Araguaia*

1. Amorinópolis
2. Aragarças
3. Aurilândia
4. Baliza
5. Bom Jardim de Goiás
6. Cachoeira de Goiás
7. Caiapônia
8. Iporá
9. Israelândia
10. Ivolândia
11. Jaupaci
12. Mineiros
13. Moiporá
14. Piranhas
15. Santa Rita do Araguaia

4 — *Zona da Meia Ponte (Sul)*

1. Aloândia
2. Aragoiânia
3. Buriti Alegre
4. Cromínia
5. Edéia
6. Goiatuba
7. Guapó
8. Hidrolândia
9. Itumbiara
10. Jandaia
11. Joviânia
12. Mairipotaba
13. Morrinhos
14. Palmeiras de Goiás
15. Panamá
16. Piracanjuba
17. Pontalina
18. Varjão

Zonas fisiográficas e municípios

5 — *Zona do Ipameri (Sudeste)*

1. Água Limpa
2. Anhanguera
3. Bela Vista de Goiás
4. Caldas Novas
5. Campo Alegre de Goiás
6. Catalão
7. Corumbaíba
8. Cristianópolis
9. Cumari
10. Goiandira
11. Ipameri
12. Leopoldo de Bulhões
13. Marzagão
14. Nova Aurora
15. Orizona
16. Ouvidor
17. Palmelo
18. Pires do Rio
19. Santa Cruz de Goiás
20. Silvânia
21. Três Ranchos
22. Urutaí
23. Vianópolis

6 — *Zona do Planalto*

1. Abadiânia
2. Barro Alto
3. Cabeceiras
4. Cavalcante
5. Corumbá de Goiás
6. Cristalina
7. Formosa
8. Luziânia
9. Nova Roma
10. Ôlho d'Água
11. Pirenópolis
12. Planaltina
13. São João d'Aliança
14. Veadeiros

7 — *Zona do Paranã*

1. Almas
2. Arraias
3. Campos Belos
4. Damianópolis
5. Dianópolis
6. Galheiros
7. Iaciara
8. Mambaí
9. Monte Alegre de Goiás
10. Natividade
11. Paranã

Zonas fisiográficas e municípios

12. Ponte Alta do Bom Jesus
13. Posse
14. São Domingos
15. Sítio d'Abadia
16. Taguatinga

8 — *Zona do Alto Tocantins*

1. Amaro Leite
2. Araguaçu
3. Crixás
4. Estrêla do Norte
5. Hidrolina
6. Itapaci
7. Mutunópolis
8. Niquelândia
9. Nova América
10. Peixe
11. Pilar de Goiás
12. Porangatu
13. São Miguel do Araguaia
14. Uruaçu

9 — *Zona do Rio Verde (Sudeste)*

1. Aporé
2. Cachoeira Alta
3. Caçu
4. Itajá
5. Itarumã
6. Jataí
7. Mateira
8. Paraúna
9. Quirinópolis
10. Rio Verde
11. Santa Helena de Goiás
12. São Simão
13. Serranópolis

10 — *Zona do Mato Grosso de Goiás*

1. Anápolis
2. Anicuns
3. Araçu
4. Aruanã
5. Brasabrantes
6. Brasilânia
7. Carmo do Rio Verde
8. Caturaí
9. Ceres
10. Córrego do Ouro
11. Damolândia
12. Diorama
13. Fazenda Nova
14. Firminópolis
15. Goianésia

Zonas fisiográficas e municípios

16. Goiânia
17. Goianira
18. Goianópolis
19. Goiás
20. Inhumas
21. Itaberaí
22. Itaguaru
23. Itapirapuã
24. Itapuranga
25. Itauçu
26. Jaraguá
27. Juçara
28. Moçâmedes
29. Nazário
30. Nerópolis
31. Nova Veneza
32. Nôvo Brasil
33. Petrolina de Goiás
34. Rialma

Zonas fisiográficas e municípios

35. Rianápolis
36. Rubiataba
37. São Francisco de Goiás
38. São Luís de Montes Belos
39. Trindade
40. Turvânia
41. Uruana

DISTRITO FEDERAL

1 — *Zona do Planalto*

1. Brasília

NOTAS — Organizado e executado na Secção de Cálculos da Divisão de Geografia do CNG por LUÍS ROSSO e ÂNGELO DIAS MACIEL, reportando-se à documentação existente no CNE e no CNG.

Divisão regional segundo as resoluções oficialmente em vigor e as alterações decorrentes de acôrdo CNG/Organismos Estaduais.

INDICADOR DO ANO XXV

DA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, COMPREENDENDO OS NÚMEROS 1, 2, 3 E 4, CORRESPONDENTES A JANEIRO-MARÇO, ABRIL-JUNHO, JULHO-SETEMBRO E OUTUBRO-DEZEMBRO DE 1963

ÍNDICE ANALÍTICO

NÚMERO DE JANEIRO-MARÇO

ARTIGOS

Nota prévia sôbre a Divisão Fitogeográfica do Brasil, Carlos Toledo Rizzini, p. 3.
Interpretação geográfica dos fenômenos hidrológicos na bacia do alto e médio do rio Prêto, José Grabois, p. 65.

IMAGENS DO BRASIL

Serra dos Órgãos, com Dedo de Deus, p. 94/95.
Gado Hereford numa estância gaúcha, p. 94/95.

COMENTÁRIOS

Planejamento Regional, Salomão Serebrenick, p. 95.
O programa da Divisão de Cartografia, p. 105.
Klimadiagramm-Weltatlas de H. Walter e H. Lieth, Ruth Simões B. Santos, p. 119.

NOTICIÁRIO

Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Bahia, p. 130.
Curso de Férias para Professôres de Geografia, p. 139.
Curso de Fitogeografia, p. 150.

NÚMERO DE ABRIL-JUNHO

ARTIGOS

Estudos para a geografia da indústria no Brasil Sudeste, Pedro Pinchas Geiger, p. 155.

COMENTÁRIOS

O lago Arari-Ilha de Marajó, Fritz L. Ackermann, p. 273.

IMAGENS DO BRASIL

Feira do Nordeste, Lindalvo Bezerra dos Santos, p. 276/277.
Manganês do Amapá, Lúcio de Castro Soares, p. 276/277.

NOTICIÁRIO

I Semana da Geografia, p. 277.
Centro Brasileiro de Documentação Turística, p. 283.
Nova Diretoria da Sociedade Brasileira de Geografia, p. 284.

NÚMERO DE JULHO-SETEMBRO

ARTIGOS

Observações sôbre o problema da Divisão Regional, Fábio de Macedo Soares Guimarães, p. 287.
Sôbre a distinção e a distribuição das duas espécies do babaçu (orbignya), Carlos Toledo Rizzini, p. 313.
Nordeste, Planejamento e Geografia, Mário Lacerda de Melo, p. 329.
Regime de explotação da terra no Nordeste, uma tentativa de expressão cartográfica, Roberto Lobato A. Correia, p. 347.

IMAGENS DO BRASIL

Pão de Açúcar, visto de Jurujuba, José César de Magalhães, p. 378/379.
Roçado de arroz, numa derrubada, no Norte do Paraná, Nei Julião Barroso, p. 378/379.

COMENTÁRIOS

Observações pedo-geomorfológicas entre Boa Vista e Lethem, Eitel H. G. Braun, p. 379.
Planificação econômica e planejamento regional, Waldir Freitas Oliveira, p. 401.
Simpósio sôbre o cerrado, Maurício Coelho Vieira, p. 409.

NOTICIÁRIO

Colóquio de demografia, p. 417.
Assembléia Geral do CNG, p. 419.
XX Congresso Internacional de Geografia, p. 433.
Criação de novos municípios, p. 435.

NÚMERO DE OUTUBRO-DEZEMBRO

ARTIGOS

Campina Grande e sua função como capital regional, Maria Francisca Teresa Cardoso, p. 415.
Irecê: uma área agrícola "insulada" no sertão baiano, Aluísio Capdeville Duarte, p. 453.

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

Wladimir Besnard, Hitoshi Nomura, p. 475.

COMENTÁRIOS

A Colônia Pindorama: uma modificação na paisagem agrária dos tabuleiros alagoanos, Roberto Lobato A. Correia, p. 479.
Importância da geografia no poder nacional, Antônio Teixeira Guerra, p. 485.
A fitogeografia do Brasil: Características, problemas e perspectivas, Dárdano de A. Lima, p. 493.

IMAGENS DO BRASIL

Relêvo cárstico em Lagoa Santa, Celeste Rodrigues Maio, p. 496/497.
Vinhedos de Caxias do Sul, Delnida Martinez Cataldo, p. 496/497.

NOTICIÁRIO

Nôvo presidente do IBGE, p. 497.
Concurso de monografias geográficas para 1964, p. 505.
Divisão Regional do Brasil, p. 507.

ÍNDICE DE AUTORES

ACKERMANN, Fritz L.
O lago Arari — ilha de Marajó, coment., n.º 2, p. 273.

A. LIMA, Dárdano
A fitogeografia do Brasil: características, problemas e perspectivas, coment., n.º 4, p. 493.

BARROSO, Nei Julião
Roçado de arroz, numa derrubada, no norte do Paraná, imagens do Brasil, n.º 3, p. 378/379.

BEZERRA DOS SANTOS, Lindalvo
Feira do Nordeste, imagens do Brasil, n.º 2, p. 276/277.

BEZERRA DOS SANTOS, Ruth Simões
Klimadiagramm — Weltatlas de H. Walter e H. Lieth, coment., n.º 1, p. 119.

CAPDEVILLE DUARTE, Aluísio
Irecê: uma área agrícola "insulada" no sertão baiano, art., n.º 4, p. 453.

CARDOSO, Maria Francisca Teresa
Campina Grande e sua função como capital regional, art., n.º 4, p. 415.

CASTRO SOARES, Lúcio de
Manganês do Amapá, imagens do Brasil, n.º 2, p. 276/277.

COELHO VIEIRA, Maurício
Simpósio sôbre o cerrado, coment., n.º 3, p. 409.

FREITAS OLIVEIRA, Waldir
Planificação econômica e planejamento regional, coment., n.º 3, p. 401.

GEIGER, Pedro Pinchas
Estudos para a geografia da indústria no Brasil Sudeste, art., n.º 2, p. 155.

GRABOIS, José
Interpretação geográfica dos fenômenos hidrológicos na bacia do alto e médio rio Prêto, art., n.º 1, p. 65.

H. G. BRAUNN, Eitel
Observações pedo-geomorfológicas entre Boa Vista e Lethem, coment., n.º 3, p. 379.

LACERDA DE MELO, Mário
Nordeste, planejamento e geografia, art., n.º 3, p. 329.

LOBATO A. CORREIA, Roberto
A colônia Pindorama: Uma modificação na paisagem agrária dos tabuleiros alagoanos, coment., n.º 4, p. 479.
Regime de explotação de terra no Nordeste, art., n.º 3, p. 347.

MACEDO SOARES GUIMARÃES, Fábio de
Observações sôbre o problema da Divisão Regional, art., n.º 3, p. 287.

MAGALHÃES, José César de
Pão de Açúcar, visto de Jurujuba, imagens do Brasil, n.º 3, p. 378/379.

MARTINEZ CATALDO, Delnida
Vinhedos de Caxias do Sul, imagens do Brasil, n.º 4, p. 496/497.

NOMURA, Hitoshi
Wladimir Besnard, vultos da Geografia, n.º ....., p. 475.

REDAÇÃO
Assembléia Geral do CNG, not., n.º 3, p. 419.
Centro Brasileiro de Documentação Turística, not., n.º 2, p. 283.
Colóquio de Demografia, not., n.º 3, p. 417.
Concurso de monografias geográficas para 1964, not., n.º 4, p. 505.
Criação de novos municípios, not., n.º 3, p. 435.
Curso de férias para professôres de Geografia, not., n.º 1, p. 139.
Curso de Fitogeografia, not., n.º 1, p. 150.
Divisão Regional do Brasil, not., n.º 4, p. 507.
Laboratório de Geomorfologia e estudos regionais da Bahia, not., n.º 1, p. 130.
Nova diretoria da Sociedade Brasileira de Geografia, not., n.º 2, p. 284.
Nôvo presidente do IBGE, not., n.º 4, p. 497.
I Semana da Geografia, not. n.º 2, p. 277.
XX Congresso Internacional de Geografia, not., n.º 3, p. 433.

RIZZINI, Carlos Toledo
Nota prévia sôbre a Divisão Fitogeográfica do Brasil, art., n.º 1, p. 3.
Sôbre a distinção e a distribuição de duas espécies de babaçu, art., n.º 3, p. 313.

RODRIGUES MAIO, Celeste
Relêvo cárstico em Lagoa Santa, imagens do Brasil, n.º 4, p. 496/497.

SEREBRENICK, Salomão
Planejamento Regional, coment., n.º 1, p. 95.

TEIXEIRA GUERRA, Antônio
Importância da geografia no poder nacional, coment., n.º 4, p. 485.